



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE-CAA
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA

MULHERES, EMANCIPAI-VOS!

Um Estudo sobre o Pensamento Pedagógico Feminista de Nísia Floresta.

ELIZABETH MARIA DA SILVA

Caruaru
2014

ELIZABETH MARIA DA SILVA

MULHERES, EMANCIPAI-VOS!

Um estudo sobre o Pensamento Pedagógico Feminista de Nísia Floresta.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea da Universidade Federal de Pernambuco/Centro Acadêmico do Agreste na Linha de Pesquisa, Educação, Estado e Diversidade como requisito para obtenção de grau de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª: Allene Carvalho Lage

Caruaru

2014

Catálogo na fonte:
Bibliotecária – Paula Silva CRB/4-1223

S586m Silva, Elizabeth Maria da.
Mulheres emancipai-vos!: um estudo sobre o pensamento pedagógico feminista de Nísia Floresta. / Elizabeth Maria da Silva. – Caruaru, 2014.
215 f., il.; 30 cm.

Orientadora: Allene Carvalho Lage.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Pós-Graduação em Educação Contemporânea, 2014.
Inclui referências.

1. Feminismo e educação. 2. Direitos das mulheres. 3. Pensamento. 4. Educação – História. I. Lage, Allene Carvalho (Orientadora). II. Título.

370 CDD (23. ed.)

UFPE (CAA 2014-124)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA
MESTRADO**

A comissão Examinadora da Defesa de Dissertação de Mestrado

**“MULHERES, EMANCIPAI-VOS! Um estudo sobre o
pensamento pedagógico feminista de Nísia Floresta”**

defendida por:

Elizabeth Maria da Silva

Considera a candidata **Aprovada**

Caruaru, 21 de Agosto de 2014.

Allene Carvalho Lage (UFPE-CAA-NFD- PPGEduc)
(Presidenta/Orientadora)

Lucinalva Andrade Ataíde de Almeida (UFPE-CAA-NFDPPG Educ)
(Examinadora Interna)

Dislane Zerbinatti Moraes (USP)
(Examinadora externa)

Rosângela Tenório de Carvalho (UFPE-CE)
(Examinadora externa)

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado:

*As três **Marias**.*

***Maria** José da Silva, minha mãe...*

***Maria** Betânia e Rosileide **Maria**, minhas irmãs...*

As estrelas que com seus brilhos me iluminaram, permitindo que as dificuldades em minha vida, dessem ainda mais forças para realizar o sonho de me tornar Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco.

AGRADECIMENTOS

Agradecer foi sempre uma constante em vida...

A Deus pela vida.

À minha família por sempre estar ao meu lado nos momentos mais difíceis da minha caminhada, especialmente a minha mãe, Maria José e minhas irmãs Betânia e Rosileide Maria. Aos meus sobrinhos pelas alegrias e companhias. Um agradecimento muito especial aos meus cunhados Valério (Léo) e Ivanildo (Nido) pelo apoio e incentivo. Aos meus irmãos João e em especial ao meu irmão Humberto.

À professora Dr^a Allene Lage meu desmedido agradecimento por tudo. Obrigada pela oportunidade de me permitir uma vivência mais íntima com a escrita, me oportunizando uma autonomia intelectual. Pela paciência e por ter me conduzido ao tema dessa pesquisa. O meu muito obrigada!

À banca examinadora. A professora Dr^a Rosângela Tenório que me acompanhou no início trajetória e por suas aulas tão instigantes. À professora Dr^a Lucinalva (Nina) pelas palavras esclarecidas. À professora Dr^a Dislane Moraes que também me presenteou com sua presença na banca. Suas palavras e observações foram de imensas contribuições para uma mestranda em sua primeira viagem à Europa. Conhecer a cidade de Salamanca- Espanha, não seria tão especial se não a tivesse conhecido. Obrigada, professoras!

Às minhas primas. Nossa! Essas minhas primas. Quem conhece minha trajetória conhece e sabe do meu agradecimento a essas primas que com seus exemplos e incentivos são também responsáveis por esse momento. Um obrigada especial a Maria José (Bel) pelo exemplo e oportunidade de estudo. À Ana Maria pelo companheirismo e amizade, à Maria Marta pelas ordens, vai estudar menina! A Evandro pelas companhias noturnas quando virávamos a noite estudando, ainda para o vestibular. E quando dizia “Eu acho que tu vás ser pesquisadora”. Valeu! Enfim, a todos do “Juriti”. Agradeço ainda a minha prima Amanda, que com sua alegria, tornou alguns momentos dessa caminhada mais leves.

À Elenilde Pontes (Ely) que apesar de nos conhecermos já durante o curso de mestrado também teve sua contribuição. Obrigada pelos momentos de alegrias, deleite, conversas e leituras que muitas vezes eras “obrigada” a ouvir. Obrigada!

Às amigas da Casa de Estudante Claudiana Cardoso (Clau) e Conceição Aquino (Cecinha) pelo companheirismo, força e por sempre estarem na torcida. Valeu “irmãs”!

À minha amiga Patrícia “Morango” ainda da época da Casa de Estudante, mas que também perdurou. As acolhidas e apoio em sua casa, durante o processo seletivo do mestrado, foram singulares para mim. Obrigada!

À amiga Elisama Gomes que esteve sempre presente em todas as fases da seleção do mestrado com seu apoio e incentivo. Obrigada! Suas palavras e observações foram sempre muito importantes. Sua presença, durante o processo seletivo, foi ímpar.

Ao colega Eduardo (Dudu) que talvez não saiba o quanto me ajudou durante as seleções de mestrado de que participei.

Às colegas do curso de mestrado em especial à Ariene por tudo que passamos juntas durante o curso, desde a seleção que mesmo sem nos conhecermos o destino parecia ter reservado nossa amizade para tal momento. Nossos risos, tristezas e também contratempos só nos ensinaram que uma viagem é muito melhor acompanhada. Nossas difíceis passagens durante o mestrado nos confirmaram essa tese. Obrigada!

À Maria Júlia e Nayane que tornaram mais leves os dias de aula do mestrado com suas companhias e alegrias. Tornando os dias menos solitários.

À dona Santa e a Aline. Por ter me oportunizado uma vivência tão maravilhosa em Caruaru. A dona Santa pelo acolhimento, conversas e risos durante alguns momentos solitários por que passei. Nossas receitas gastronômicas vão deixar saudades!

Em fim ao Sindicato dos Professores do Recife Gestão 2012/2014 por fazer parte da minha formação política. Obrigada a todas/os companheiras/os de luta, em especial agradeço a todas/os representadas/os pelo nome da companheira Sandra e seu filho Icauã (In memória) vitimados pelo machismo em fevereiro de 2014. “Não os esqueceremos. Por vocês não nos calaremos. Sandra e Icauã, presentes!”.

RESUMO

Objetivamos neste trabalho analisar as principais questões do pensamento pedagógico feminista de Nísia Floresta que ainda estão em pauta na agenda da educação feminina contemporânea. Para tanto, nos apoiamos nas principais obras da autora, onde defendia que todas as mulheres tivessem direito à educação. Para este fim, nos detivemos no caso do Collégio Augusto, estabelecimento de ensino para meninas, inaugurado por esta educadora em 1838 no Rio de Janeiro. Neste, Nísia Floresta ofereceu um ensino diferenciado dos colégios da época, pois acreditava que só através de uma educação que não fosse da “agulha” as mulheres poderiam emancipar-se. Para este fim, o diálogo com Gadotti (2008) e Saviani (2010), além Freire (2003) e Souza (2004) foi essencial para a construção do pensamento pedagógico feminista de Nísia Floresta. Nesse sentido, dialogamos sobre a contemporaneidade do seu pensamento com Duarte (2010), Barbosa (2007), Câmara (1941), dentre outros (as). Sobre a epistemologia feminista nos fundamentamos em Louro (2012), Pinto (2003), Hahner (2003), Alves e Pitangy (2011) entre outras. No que permeia a discussão sobre imprensa pedagógica, além de outros autores, dialogamos Hernández Díaz (2013). Nesta pesquisa utilizamos o Método do Caso Alargado na perspectiva de Santos (1983) e Lage (2009). Como técnica de coleta de dados utilizamos a consulta de documentos (anúncios, Leis, Decretos,) coletados durante pesquisa de campo nos Arquivos Geral, Nacional e Público, além da Biblioteca Nacional, ambos do Rio de Janeiro, assim como na Bibliotheque Nationale de France (Gallica Bibliotheque Numerique), na Biblioteca Nacional de Portugal e da Itália, ambas através do acesso virtual. A análise dos dados coletados foi feita através da técnica de análise documental. Nesse sentido, os achados da nossa pesquisa apontaram que o pensamento pedagógico feminista de Nísia Floresta tinha como princípio uma mudança radical (para época) no ensino das meninas. Além de apontarem que o pensamento pedagógico feminista de Nísia Floresta ainda está em pauta na agenda da educação feminina contemporânea, como o acesso das mulheres aos cargos políticos e a defesa da igualdade de direitos entre homens e mulheres. Identificamos também sua preocupação político pedagógica com as condições estruturais, com espaço físico para as turmas - m²/alunos e alunas nas turmas - a mercantilização da educação e a formação da professora e do professor. É imperativo afirmar que a potencialidade do pensamento pedagógico feminista de Nísia Floresta centrava-se na questão emancipatória da mulher e na equidade de gênero, contudo, não dispensou questões estruturais e profissionais do sistema de ensino brasileiro.

Palavras-chaves: Feminismo e Educação, Direitos das Mulheres, Pensamento, Educação – História.

ABSTRACT

Proposed in this work to analyze the implications of feminist pedagogical thought Nísia Forest that are still under discussion in the contemporary women's education agenda. For this, we rely on the major works of the author, which advocated that all women have the right to education. To this end, we stopped in the case of Augusto Collegio, educational institution for girls was opened in 1838 by educator in Rio de Janeiro. In this, Nísia Forest offered a differentiated teaching colleges of the time, He believed that only through education that was not the "needle" women could be emancipated. To this end, dialogue with Gadotti (2008) and Saviani (2010), and Souza (2004) was essential to the construction of pedagogical thought with Duarte (2010), Barbosa (2007), Câmara (1941), among others (as.) On feminist epistemology based our on Blonde (2012), Pinto (2003), Hahner (2003), Alves and Pitangy (2011) among others. In that permeates the discussion of pedagogical press, and other authors, dialogued Díaz (2013). In this research we use the Case Method Expanded from the perspective of Santos (1983) and Lage (2009). As a technique for collecting used to query document (ads, Laws, Decrees) collected during field research in general, and National Public files, plus the National Library, both from Rio de Janeiro, as well as the bibliotheque Nationale de France (Gallica Bibliotheque Numerique), the National Library of Portugal and Italy, both through virtual access. The data analysis was performed using the technique of document analysis. In this sense, the findings of four research show that the feminist pedagogical thought Nísia Forest had a radical change as a principle (for the time) in education of girls. Also point out that the feminist pedagogical thought Nísia Forest is still on the agenda of the contemporary feminist education agenda, such as women's Access to political Office and the defense of equal rights between men and women. We also identify their pedagogical political concern with the structural conditions, with physical space for classes – m2/ male and female students in the classes – the commodification of education and training of the teacher and the teacher. It is imperative to state that the potential of feminist pedagogical thought Nísia Forest focused on the issue of women emancipation and gender equality, however, did not dispense professional Brazilian educational system and structural issues.

Keywords: Feminism and Education, Women's Rights, Thought, Education – History.

SUMÁRIO

RESUMO	viii
ABSTRACT.....	ix
INTRODUÇÃO	16
1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	30
1.1. Panorama da educação no século XIX	30
1.1.1. Considerações sobre o conceito de cultura	31
1.1.2. Educação para meninas no século XIX	36
1.2. O Pensamento Feminista de Nísia Floresta.....	42
1.2.1. O Pensamento Social de Nísia Floresta.....	42
1.2.2. O Pensamento Pedagógico de Nísia Floresta.....	58
1.2.3. As principais obras de Nísia Floresta sobre educação e feminismo.....	63
1.2.3 Convergências Intelectuais na obra de Nísia Floresta.....	81
i) François Fénelon.....	82
ii) Jean Jacques Rousseau.....	87
iii) Mary Wollstanecrafte.....	90
vi) Auguste Comte.....	93
1.3. Imprensa Pedagógica.....	97
1.3.1. Imprensa Pedagógica - Nísia Floresta no Século XIX.....	101
1.4. Epistemologia e educação feminista.....	106
2. METODOLOGIA.....	115
2.1. Tipo de Estudo.....	115
2.2. Método da Pesquisa.....	116
2.3. Delimitação e Local da Pesquisa.....	118
2.4. Fontes de Informação	118
2.5. Técnicas de Coleta	120

2.6. Análise e Sistematização de Dados.....	120
2.7. Análise documental.....	123
3. O COLLEGIO AUGUSTO: um estudo sobre sua memória pedagógica.....	131
3.1. O collegio Augusto.....	133
3.1.1. As matérias.....	136
3.1.2. Os outros Colégios da época.....	138
3.3. Comparação entre o Collégio Augusto e os outros Colégios da época.....	147
3.4. O uso da imprensa pedagógica para difusão das ideias pedagógicas	156
3.5. Epistemologia e educação feminista na formação das meninas.....	161
4. ANÁLISE.....	168
4.1. Pensamento Pedagógico de Nísia Floresta.....	170
4.2. Imprensa Pedagógica.....	184
4.3. Epistemologia feminista	189
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	194
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	200
ANEXO.....	211
ANEXO 1- Cronologia de Nísia Floresta.....	212

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Produção Científica sobre Nísia Floresta Indexadas na SCIELO.....	21
Quadro 2 - Produção Científica sobre Nísia Floresta Indexadas na CAPES.....	24
Quadro 3 - Produção Científica sobre Nísia Floresta Indexadas no EPENN.....	25
Quadro 4- Produção Científica sobre Nísia Floresta em outras fontes.....	26
Quadro 5- Sistematização da Produção Científica sobre Nísia Floresta e várias fontes encontradas.....	29
Quadro 6 - Total de alunos e alunas nas províncias brasileiras em 1865.....	41
Quadro 7- Autores citados por Nísia Floresta na obra <i>Direitos das Mulheres Injustiças dos Homens</i> 1ª Edição no Recife em 1832, 2ª Edição em Porto Alegre em 1833 e 3ª Edição: 1839 no Rio de Janeiro, 4ª Edição em São Paulo, 1989.....	67
Quadro 8- Autores citados por Nísia Floresta na obra <i>Conselhos à Minha Filha</i> , 1ª edição no Rio de Janeiro em 1842, 2ª publicação em 1845 também no Rio de Janeiro. Em italiano 1ª Edição em 1858, 2ª edição em italiano em 1859 e a 1ª edição em francês também em 1859.....	70
Quadro 9- Autores citados por Nísia Floresta na obra <i>Opúsculo Humanitário</i> , 1ª Edição no Rio de Janeiro em 1853, 2ª Edição, Cortez Editora, São Paulo: Cortez, 1989.....	74
Quadro 10- Autores citados por Nísia Floresta na obra <i>Scintille d'um' Anima Brasileira</i> , 1ª edição em Florença, 1859. 1ª edição em português, <i>Cintilações de Uma Alma Brasileira</i> , em Florianópolis, 1997.....	81
Quadro 11- Documentos coletados no Arquivo Geral do Rio de Janeiro sobre os programas de escolas para meninas no século XIX.....	123
Quadro12- Documentos coletados no Arquivo Público do Rio de Janeiro sobre o funcionamento das instituições de ensino primário e secundário do Brasil do século XIX.....	125
Quadro13- Documentos coletados na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro da Rio de Janeiro sobre o Collegio Augusto e outras Instituições de ensino.....	127
Quadro 14- Comparativo entre o Collegio Augusto e os outros colégios da época.....	147

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Artigo 1º da Lei Nº 81 da Instrução Primária do Rio de Janeiro. Janeiro de 1837.....	33
Figura 2- Artigo 17º da Lei da Nº 81 da Instrução Pública para Escolas de Meninas. Rio de Janeiro, janeiro de 1837.....	34
Figura 3- Modelo de vestimenta de uso proibido pelo Collegio Augusto durante direção de Nísia Floresta, 1838-1849.....	39
Figura 4- Anúncio sobre a inauguração do Collegio Augusto em 1838.....	133
Figura 5- Fachada do prédio onde funcionou o Collegio Augusto.....	134
Figura 6- Anúncio de colégio para meninas no Rio de Janeiro em ano de 1838.....	139
Figura 7- Anúncio de colégio para meninas no Rio de Janeiro em 1846.....	140
Figura 8- Anúncio de escola para meninas no Rio de Janeiro em 1846.....	141
Figura 9 - Programa de colégio para meninas em Botafogo no Rio de Janeiro em 1848....	142
Figura 10- Anúncio de programa de colégio para meninas em São Christovão no Rio de Janeiro em 1848.....	143
Figura 11- Programa do Collegio de Meninas Santa Cecília em 1852.....	144
Figura 12- Programa do Collegio de Meninas Portuguez e Francez em 1852.....	145
Figura 13- Programa do Collegio de Meninas Flor de Maio em 1872	146
Figura 14- Anúncio sobre inauguração do Collegio Augusto em 1838.....	151
Figura 15 - Anúncio de colégio de meninas em 1846.....	152
Figura 16- Crítica feita à diretora do Collegio Augusto em 1847.....	153
Figura 17- Crítica direcionada ao ensino do Collegio Augusto e sua diretora em 1847.....	155
Figura 18- Anúncio de livro dedicado por Nísia Floresta às alunas do Collegio Augusto.....	157
Figura 19- Artigo 50 da Lei nº 81 da Instrução Primária sobre aplicação de exames e prêmios que os colégios deveriam aplicar.....	162

Figura 20- Lista de alunas premiadas no exame do Collegio Augusto em 1846.....	163
Figura 21- Comunicado sobre funcionamento do Collegio Augusto em 1846.....	165

*É, portanto, em favor de todas as mulheres brasileiras que escrevemos, é a sua
geral prosperidade o alvo de nossos anelos, quando os elementos dessa
prosperidade se acham ainda tão confusamente marulhados no labirinto de
inveterados costumes e arriscadas inovações.*

Nísia Floresta, 1853

INTRODUÇÃO

Mesmo sem conhecer o mundo da escrita, minha mãe sabia que só através das letras é que se poderia mudar a realidade social em que estávamos imersas. A educação, no seu entendimento, seria a porta para um novo horizonte. Fato que hoje compreendo ao lembrar que nenhum argumento era aceito quando se tratava de faltar às aulas. Seu incentivo, empenho e dedicação para que seus cinco filhos vissem na educação uma possibilidade de mudança, talvez se traduza, hoje, na condição em que me encontro.

Mulher, negra e oriunda de família simples, atributos que, segundo a sociedade, definiriam meu lugar. O espaço para mim reservado seria destino, caso as experiências vivenciadas, não me impulsionassem a seguir o caminho contrário determinado. O racismo foi uma dessas experiências que esteve presente em várias fases da minha vida. Na escola pública, instituição em que sempre estudei, mesmo convivendo com meninas e meninos, crianças pertencentes ao meu grupo social e racial, ou não, me deparei com a indiferença, tanto pelos alunos/as, como pelas professoras e professores. Minha adolescência também seria marcada por situações de machismo, preconceito racial e classe. Na universidade, instituição burguesa e, portanto, branca, o racismo estava a minha espera. Nesse período, em contato com Movimentos Sociais, Casa de Estudante Feminina (CEU-F/UFPE) e Sindicatos entra em cena uma nova fase da minha vida: a militância. No sentido mais amplo, militância como aquele que luta por uma causa.

Nesse momento a educação surge como mentora do processo que me permitiria descobertas, compreensões e condições de enfrentamentos. Para João Francisco de Souza, “Os conhecimentos adquiridos em quaisquer processos educativos, inclusive os escolares, podem ser úteis pra o crescimento humano de todas as mulheres e todos os homens em quaisquer quadrantes da Terra” (SOUZA, 2004, p. 18). Nesse sentido, adentrar no mundo da militância foi uma experiência ímpar, pois além de reconhecer e ressignificar o meu pertencimento étnico-racial, passei a refletir sobre as diversas formas de manifestação do racismo, sobretudo na minha condição de mulher negra.

Apesar de todas as lutas sociais, políticas e educacionais, a mulher, e particularmente a mulher negra, ainda ocupa os piores índices em todas as vertentes sociais. Junto a esta realidade não podemos nos esquecer da violência a que todas as mulheres estão vulneráveis. Destacamos especificamente o acesso das mulheres à educação, que há mais de um século já era discutido

por Nísia Floresta; na contemporaneidade, ainda é alvo de discussão, sobretudo, pelo campo de estudos da Sociologia da educação. Souza (2004) em seu livro, *E a Educação quê*, faz uma reflexão sobre os subsídios dessa ciência para esse campo de estudo, afirmando que;

Um olhar mais sociológico, implicado pedagogicamente, sobre processos educativos que se realizam fora da instituição escolar, tem ultimamente ocupado vários pensadores e profissionais. A colonização das diferentes formas e dos diversos processos educativos pela escola é evidente. Todas e quaisquer práticas pedagógicas são vistas comparativamente à forma escolar, julgada mais importante, porque cria as condições da profissionalização, ademais de todas as outras práticas pedagógicas quererem se parecer com os processos escolares para adquirir *status* e prestígio. Isso se dá de tal maneira que todo imaginário social e individual sobre educação a aproxima da escola (SOUZA, 2004, p. 16).

Concordamos com Souza, à medida que a escola em seu histórico traz consigo esta herança que atualmente é perceptível em todo seu processo. O ranço colonial permanece na realidade das nossas escolas. No entanto, para mim, a trajetória de acesso à educação e militância onde obtive conhecimentos que me assentou condições que me colocaram num lugar diferenciado, fruto das compreensões políticas e educacionais que me permitiram discutir, hoje, essas questões, tendo uma outra reflexão. Nesta experiência, as palavras de Paulo Freire se concretizam quando afirma que quanto mais crítico um grupo “este seria mais organicamente ligado às condições de sua circunstância” (FREIRE, 2003, p. 88). Neste sentido, esta criticidade se materializa, à medida que o sujeito compreende que o espaço para ele reservado no meio social ou a realidade em que se encontra, não seriam uma coisa dada, mas historicamente construída. Nesse processo de descobertas, não podemos discordar de que a educação escolarizada exerce seu papel fundamental de educar, ou seja, proporcionar aos sujeitos como estes devem ser e atuar na sociedade. Em diálogo com Hall (1997), Carvalho (2004) afirma que a escola “Tem o papel relevante na construção de conhecimento e subjetividades sociais e culturais. Aprende-se na escola a ler, escrever e contar, tal como se aprende a dizer-se “branco”, “negro”, “mulher”, “homem” (CARVALHO, 2004, p. 59).

Este trabalho é fruto desse processo de construção política e educacional. E nesse sentido, elegemos o pensamento pedagógico feminista de Nísia Floresta, o qual norteou a nossa pesquisa. Floresta, além de educadora foi feminista, escritora, jornalista expôs suas ideias contra a escravidão negra e indígena. É considerada por muitos estudiosos (Aduato Câmara, 1947, Barbosa, 2006, Duarte, 1995e 2010) como a primeira feminista do Brasil, e, portanto, militante, uma vez que não assentindo com o que, à sua época, era suficiente para as mulheres, lutou pela

equidade de gênero, no que se referiu ao acesso a uma educação que não subjugasse a capacidade intelectual feminina.

É imperativo ressaltar que essa luta pela igualdade educacional entre os homens e mulheres, ainda no século XIX, conduzida por Nísia Floresta, nos permite utilizar o termo equidade de gênero, pois o fato da autora entender que já havia em sua época a diferença que hierarquizava o masculino e o feminino nos permite fazer esta afirmação. Notamos no questionamento da autora uma insatisfação quanto a diferença que era naturalizada no contexto em que vivia ao indagar, que direitos teriam os homens em desprezar e pretender uma superioridade sobre as mulheres, Floresta (1989a). Quando em 1832, publicou em Pernambuco, o seu primeiro livro, que viria ser o marco do feminismo brasileiro, “Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens”. Suas ideias revolucionaram a sociedade da época, pois dizia, em outras palavras, que só através da educação as mulheres conseguiriam emancipar-se.

Dessa forma, esse trabalho teve como objeto de estudo as questões do pensamento pedagógico de Nísia Floresta que ainda estão em pauta na agenda da educação feminista contemporânea, que derivou, em princípio, da nossa trajetória de vida na condição de mulher, o que nos permitiu, entre outras, constatar as diversas dificuldades enfrentadas em relação ao de gênero, raça e classe. A ideia de que a educação pode ser para as mulheres, o caminho da emancipação e enfrentamento, assim como acreditava, Nísia Floresta, e que essa educação atual ainda carece reformas, dentre outras questões, a do ensino de gênero, nos confere bases para escolha de nosso objeto.

Nesse sentido, veremos ainda nessa introdução, um levantamento sobre os principais estudos já realizados referentes a essa temática dentro da área de Humanas, e os objetivos da pesquisa. No Capítulo 1, apresentamos a fundamentação teórica de nosso estudo tendo como base para discussão o pensamento feminista, social e pedagógico de Nísia Floresta, além de versamos sobre a difusão de suas ideias através da imprensa pedagógica e da epistemologia de educação e feminismo. Nesse sentido, dialogamos com as principais obras de Nísia Floresta, onde a autora discute as questões da educação e do feminismo foram elas: “Direitos das Mulheres e Injustiças dos Homens” (1832), “*Consigli a mia figlia*” (1859), “Opúsculo humanitário” (1853) e “Cintilações de uma alma brasileira” (1859). Além de mantermos um diálogo com os principais autores com quem Nísia Floresta manteve algumas convergências intelectuais como François Fénelon, Jean J. Rousseau, Mary Wollstonecraft e Auguste Comte.

No Capítulo 2, apresentamos o nosso percurso metodológico. Dialogamos sobre as formulações teóricas que orientaram a nossa escolha pela metodologia utilizada na análise dos dados desta pesquisa que foi do tipo exploratória e explicativa e tendo como método, o Método do Caso Alargado na perspectiva de Boaventura de Souza Santos (1983) e Lage (2009). Para a análise e sistematização de dados, utilizamos a análise documental. Já no Capítulo 3, versamos sobre o Collegio¹ Augusto, onde optamos por contar um pouco da memória pedagógica dessa instituição que Nísia Floresta dirigiu no Rio de Janeiro no século XIX entre 1838 e 1849. Procuramos destacar, dentre outras características, as matérias que fizeram parte do programa do Colégio, assim como relacioná-lo com outras instituições da época.

Nesse contexto, o uso da imprensa pedagógica e a forma de como as educandas aprendiam no Collegio Augusto também foram discutidas. Concluímos, com nossas considerações finais, acreditando que este estudo ainda suscita base para outros estudos sobre Nísia Floresta. Trazendo, pois, contribuições para as questões da educação das mulheres, que na contemporaneidade, ainda é possível ver os vestígios deixados pela sociedade patriarcal e endocentrista da qual nossa educação é hereditária, e que, portanto, essa pesquisa aponta que algumas questões do pensamento pedagógico feminista de Nísia Floresta ainda estão em pauta nas agendas da educação feminista do Brasil.

Nesse contexto, os diálogos realizados a partir dos trabalhos encontrados durante a elaboração do estado da arte sobre as produções acadêmicas em relação à Nísia Floresta e a educação, apresentaram sua singular importância, e neste sentido, a seguir elucidamos os referidos trabalhos mantendo um diálogo com seus autores.

Sabemos que na história do Brasil é notável a invisibilidade da mulher, seja na sua participação na construção social, política e histórica do país, seja quando nos referimos às ações singulares por elas lideradas. Contudo, não podemos enveredar por esta direção seqüenciando esse cerceamento, pois, com um olhar mais cauteloso, sem as lentes do patriarcado, veremos que independente da classe social e racial, a mulher, participou ativamente de movimentos decisivos para história do país. O acesso à educação foi uma dessas lutas, travadas, ainda na primeira metade do século XIX, quando a mulher recebia pouca ou nenhuma educação escolar, sendo proibida de ter a mesma educação destinada aos homens.

¹ Optamos por manter a grafia da época.

Nessa tela, quando nos referimos à luta pela educação das mulheres, um grande nome precisa ser assinado, o de Nísia Floresta Brasileira Augusta, que teve o estado de Pernambuco, como cenário das suas primeiras inquietudes. É nesse estado, pois, que surgem as primeiras páginas do livro que viria a desafiar a sociedade da época, *Direitos das Mulheres e Injustiças dos Homens*, datado de 1832. A pouca idade não impediu que, a jovem escritora, lançasse mãos das amarras do patriarcado e questionasse a suposta superioridade dos homens sobre as mulheres. Nessa direção, Nísia Floresta questionava: “Por que a ciência nos é inútil? Por que somos excluídas do cargo público; e por que não somos excluídas do cargo público? Por que não temos Ciência.” (FLORESTA, 1989a, p. 52).

Neste contexto, Floresta afirmava que, ao negar a mulher o direito à educação, tal atitude para os homens, não passava de um pretexto objetivando a manutenção do sexo feminino ao domínio masculino. Dessa forma, se instituía um círculo vicioso reproduzindo teorias produzidas sobre “incapacidade” feminina, e conseqüentemente, a inutilidade de uma educação igual a que era oferecida ao outro sexo masculino.

Para Nísia Floresta negar o conhecimento às mulheres era negar o caminho para emancipação, uma vez, que só através de uma educação de qualidade as mulheres poderiam alcançá-la.

Hoje, o sistema educacional brasileiro, continua sendo tema de bastante debate, no que concerne a sua estrutura, promoção e qualidade. Discussão que no século XIX, Nísia Floresta, já havia se antecipado e que continua sendo um tema de extrema importância. Nesse sentido, o pensamento dessa educadora, jornalista e escritora tem sido palco de pesquisas no universo acadêmico, mas ainda se apresenta pouco acanhada quando se refere à educação. Apesar dessa lacuna suas ideias continuam sendo debatidas, assim como a pertinência de seu pensamento sobre a educação feminista.

Nessa direção, nosso estudo iniciou com levantamento das publicações dos últimos quinze anos sobre esta temática em questão, na ANPED², SCIELO³, ABRALIN⁴, a revista

² Associação Nacional de Pesquisa em Educação.

³ Scientific Electronic Library Online é uma biblioteca digital desenvolvida pela Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo.

⁴ Associação Brasileira de Linguística.

PAGU⁵, EPENN⁶ e CAPES⁷ que inclui a produção da UFPE, além de periódicos mantidos por algumas Universidades, onde foram desenvolvidos estudos sobre Nísia Floresta, que em consonância com o nossa pesquisa, nos permitiu dialogar com alguns autores e autoras sobre as questões que envolveram a nossa temática.

Na ANPED analisamos a produção das últimas dez reuniões dos Grupos de Trabalho, GT2 - História da Educação, GT03 - Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos, GT23 - Gênero, Sexualidade e Educação. Nas publicações destes grupos não encontramos nenhum trabalho que se aproximasse da nossa temática.

Na Scientific Electronic Library, a SCIELO encontramos os trabalhos que seguem no quadro abaixo:

Quadro 1- Produção Científica sobre Nísia Floresta indexadas na SCIELO

ANO	TRABALHOS	AUTOR(A)	INSTITUIÇÃO
1997	Nísia Floresta, o carapuço e outros ensaios de tradução cultural.	Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke	Universidade de São Paulo
2005	Nísia Floresta e mulheres de letras no Rio Grande do Norte: pioneiras na luta pela cidadania.	Constância Lima Duarte	Universidade Federal de Santa Catarina
2008	As viagens de Nísia Floresta: memória, testemunho e história.	Constância Lima Duarte.	Universidade Federal de Minas Gerais
2010	Mary Wollstonecraft e Nísia Floresta: diálogos feministas.	Martins Borges Carvalho Araújo	Universidade de Brasília
2011	O Livro “Direito das Mulheres e Injustiças dos Homens” de Nísia Floresta: literatura, mulheres e o Brasil do século XIX.	Isabela Candeloro Campoi.	Universidade Federal do Paraná

Fonte: Sistematizada pela autora, 2014.

Na biblioteca SCIELO, foram encontradas quatro publicações que reúnem discussões as quais se aproximam do nosso objeto de estudo e discorrem sobre a relação de Nísia Floresta com a educação feminista, entretanto, não foi encontrado nenhum trabalho que se referisse a questão do pensamento pedagógico feminista de Floresta e suas contribuições para educação feminista atual. No artigo, “O livro “Direitos das mulheres e injustiça dos homens” de Nísia Floresta: literatura, mulheres no Brasil do século XIX”, de Campói (2011), a autora faz uma análise da primeira obra de Nísia Floresta, ressalta que esta obra foi uma tradução

⁵ Revista do Núcleo de Estudos de Gênero da Universidade de Campinas. O nome do periódico é em homenagem a Patrícia Rehder Galvão, conhecida como Pagu (1910-1962). Foi uma escritora, poeta, diretora de teatro, tradutora, desenhista e jornalista brasileira.

⁶ Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste.

⁷ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

livre de Wollstonecraft, e enfoca a trajetória de Nísia Floresta a influência que esta teve do positivismo, mas precisamente, no que se refere ao papel da mulher em sua época. Apesar de acreditarmos que é diferente afirmar que Nísia Floresta sofreu influência do positivismo e dizer que se influenciou pelas ideias Comteanas, como veremos.

Ainda na SCIELO, encontramos o trabalho de Constância Lima Duarte (2008) que faz uma análise das viagens que Nísia Floresta fez durante sua trajetória em, “As viagens de Nísia Floresta: Memória, testemunho e história”. Neste, a autora exalta o gênero que a escritora escreveu suas viagens, destacando os livros, “Itinerário de uma viagem à Alemanha” (1857) e a “Três anos na Itália seguido de uma viagem à Grécia” (1864). Para essa autora, esses livros “escritos sob a forma de diário ou de cartas, são mais que simples relatos, pois revelam, bem ao gosto da época, as emoções e as impressões da autora diante de cada cidade ou país que visita, bem como descrições e reflexões” (DUARTE, 2008, p.1047), contudo, observou-se nesse trabalho, que a questão da educação não recebeu destaque.

Nessa biblioteca ainda identificamos a autora Frehse (1996) que faz uma crítica sobre a obra de Nísia e a suposta apropriação da autora sobre a obra de *Wollstonecraft, Womannotto man*. No artigo, “Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke- Nísia Floresta, O Carapuceiro e outros ensaios de tradução”, a autora realiza uma análise da pesquisa realizada por Pallares-Burke sobre traduções culturais de obras estrangeiras, e dentre outras traduções, Frehse (1996), destaca a crítica que Pallares-Burke faz sobre a primeira obra de Nísia Floresta, “Direito das Mulheres e Injustiça dos homens”, 1832, indagando “Quais as razões que teriam levado a brasileira a mentir a respeito da tradução. [...] A admiração por Mary Wollstonecraft, paralelismos em termos de biografia com relação à autora inglesa, etc.” (FREHSE, 1996, p. 241).

Nestes termos, Frehse defende apoiada em Burke, que Nísia Floresta havia se apropriado da obra estrangeira, na íntegra, e não tendo feito apenas uma tradução livre como afirmava Floresta, e, atualmente estudiosos da obra dessa autora. Num outro estudo Araújo (2010), em seu trabalho, “Mary Wollstonecraft e Nísia Floresta: diálogos feministas”, afirma que “Os livros partem de reflexões oriundas de contextos históricos bem distintos, mas possuem em comum a posição crítica e questionadora sobre a condição de opressão da mulher na sociedade” (ARAÚJO, 2010, p.16). Enquanto Duarte (2001) defende que “O livro de Nísia contém uma intencionalidade e o projeto pessoal e político da autora: o de interferir na sociedade de seu tempo e esclarecer as mulheres” (DUARTE, 2001, p. 155).

Encontramos, ainda nessa biblioteca, o trabalho de Lima Duarte e Macedo (2001), “Nísia Floresta e mulheres de letras no Rio Grande do Norte: pioneiras na luta pela cidadania”, em que as autoras fazem uma análise muito positiva da pesquisa realizada por Duarte sobre Nísia Floresta e outros trabalhos que Lima Duarte desenvolveu, tendo como base a personagem de Floresta para se chegar as outras personagens femininas do Rio Grande do Norte do século, desde o XIX ao XX, onde conclui que

Dessa maneira, entende-se como algumas, talvez mais ousadas ou mais favorecidas pelas contingências, conseguiram impor-se “escrevendo livros, criando escolas e jornais, fazendo conferências”, não como um escape ao confinamento em que vivia a maioria, mas sim por dever de uma cidadania e de uma consciência profissional que as impelia a lutar por uma plena participação de homens e mulheres de todas as classes, raças e etnias; enfim, por uma sociedade mais justa (LIMA DUARTE & MACEDO, 2001, p. 193).

Nessa direção analisamos os anais da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN) onde pesquisamos os anais dos congressos que ocorrem em biênio e não encontramos nenhum trabalho que se aproximasse da nossa temática. Entendemos a relevância da pesquisa nesses anais, pois além de educadora, Nísia Floresta era escritora e sua principal estudiosa, Constância Lima Duarte, é da área de Linguística e defendeu sua tese de doutorado, em Literatura Brasileira em 1991, intitulada “Nísia Floresta: Vida e obra” transformada em livro em 1995, do qual tivemos acesso. Resultado de uma ampla pesquisa sobre a feminista.

Para o resgate da obra dessa importante figura, Constância percorreu arquivos e bibliotecas do nordeste ao sul do país, assim como no exterior – Portugal, França e Itália –, recolhendo marcas e informações que lhe permitissem reconstruir a trajetória da personagem em foco (LIMA DUARTE & MACEDO, 2001, p. 193).

Partindo desse princípio e como o tema tem grande relação com a questão feminista, fomos analisar uma das mais importantes revistas sobre estudos de gênero do Brasil, “O Caderno Pagu”, do Núcleo de Estudo de Gênero – PAGU da Universidade Estadual de Campinas. Analisamos 38 cadernos, desde a sua primeira edição em 1993 à última disponível, até o momento, de julho de 2012, contudo, não encontramos nenhuma publicação sobre o pensamento pedagógico feminista de Nísia Floresta. Entretanto, é importante ressaltar que encontramos algumas produções muito pertinentes sobre a educação da mulher e uma ínfima publicação sobre a questão de gênero.

Quadro 2- Produção Científica sobre Nísia Floresta indexadas na CAPES

ANO	TRABALHOS	AUTOR (AS)	INSTITUIÇÃO
2009	Nísia Floresta e o conhecimento como Fonte de Emancipação feminina.	Cleide Rita Silvo de Almeida/ Elaine Teresinha Dal Mas Dias	Universidade Nove de Julho – São Paulo.
2010	Nísia Floresta, trasgresion y rebeldia em el siglo XIX.	Simone Accorsi.	Universidad del Valle- Colômbia
2010	Nísia Floresta a Mulher que ousou desafiar sua Época.	Amanda Motta/ Angelo Edla Egger.	Universidade do Sul de Santa Catarina

Fonte: Sistematizado pela autora, 2014.

Outra busca ocorreu na CAPES que inclui a produção da UFPE, também não encontramos dissertação ou tese que falasse sobre o este tema, no entanto, encontramos 05 artigos que falam sobre Nísia Floresta e a educação. Deparamo-nos com artigo intitulado “Nísia Floresta a mulher que ousou desafia sua época: educação e feminismo”, neste, as autoras Castro, Alberton e Eggert (2010), fazem um resgate da vida e obra de Nísia Floresta e ressaltam a importância da feminista na história da educação e do feminismo brasileiro. Neste sentido, acreditamos que este trabalho se aproxima da nossa pesquisa, contudo, se distancia quando não traz a questão gênero e as ideias ainda atuais de Nísia Floresta.

Ainda neste portal encontramos o trabalho de Almeida e Mas Dias (2009) com seu trabalho: “Nísia Floresta: o conhecimento como fonte de emancipação e a formação da cidadania feminina”, acreditamos que este trabalho ao não abordar a questão atual da educação feminista, também se distancia da nossa pesquisa. Contudo, apresenta uma aproximação, quando traz para a discussão a contribuição de Nísia Floresta para a educação feminista, destacando que a consciência antecipadora da autora “[...] delineou a emancipação feminina pela via do conhecimento e denunciou as injustiças impostas às mulheres” (ALMEIDA & MAS DIAS, 2009, p. 18).

Ainda na CAPES, encontramos o artigo; “Nísia Floresta, *transgresion y rebeldia em el siglo XIX*”, de Accorsi (2010). Neste, a discussão transcorre pela vida e obra de Nísia Floresta e exalta o papel fundamental da feminista na história da educação do país. Definindo Nísia Floresta como “*Precursora del feminismo, abolicionista, indigenista, educadora,*

periodista, poeta, cronista, republicana, intelectual y libre pensadora” (ACCORSI, 2010, p. 174). Nestes termos, ainda ressalta a ousadia da feminista frente à sociedade patriarcal da época e ressalva a discussão sobre a pedagogia desenvolvida por Nísia no Colégio Augusto, contudo, apenas são posições sem uma base documental mais precisa.

No EPENN encontramos apenas o trabalho de Neto e Lima especificado a seguir.

Quadro. 3 Produção Científica sobre Nísia Floresta Indexadas no EPENN

ANO	TRABALHOS	AUTOR(A)	FONTE	INSTITUIÇÃO
2013	Educação Feminina e Processos Independentistas na América Latina: um estudo comparado sobre a concepção de educação de Nísia Floresta e Marietta de Veintemilla.	João Colares da Mota Neto e Adriana Santana de Lima.	Anais do XXI Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste.	Universidade Federal do Pará

Fonte: Sistematizado pela autora, 2014.

Neste trabalho os autores trazem uma questão muito interessante onde fazem uma comparação entre concepção de educação de Nísia Floresta e uma feminista equatoriana Marietta de Veintemilla. Nesse estudo, o autor e a autora buscam identificar as contribuições das autoras no processo de descolonização da América Latina. Teoricamente se baseando em autores como Mignolo, Quijano, Walsh e Anzaldúa. Esse trabalho se apresenta de forma diferenciada dos demais até aqui encontrados por nós, entendemos, pois, que a abordagem eleita pelo autor e autora sobre o colonialismo justifica sua singularidade.

Nessas garimpagens recorreremos a outras fontes de pesquisas onde encontramos poucos trabalhos os quais estão esquematizamos no quando a seguir:

Quadro 4- Produção Científica sobre Nísia Floresta em outras fontes

ANO	TRABALHOS	AUTOR (A)	FONTE	INSTITUIÇÃO
2001	Nísia Floresta e Mary Woolstonecraft: diálogos ou apropriação.	Constância Lima Duarte.	Revista de Estudos Feministas Vol. 7/ UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
2010	A contribuição de Nísia Floresta pra a Educação feminina: pioneirismo no Rio de Janeiro Oitocentista.	Luciana Martins Castro.	Revista Outros Tempos	Universidade Federal do Maranhão
2006	Da criação de um lugar. Nísia Floresta: a primeira feminista do Brasil.	Constancia Lima Duarte/ Eliane Knorr.	Revista de Estudos Feminista.	Universidade Federal de Santa Catarina
2006	Pensando o Feminismo de Nísia Floresta: contribuições de uma Filósofa e educadora pouco conhecida.	Graziela Rinalde da Rosa.	Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 7	Universidade Federal de Santa Catarina

Fonte: Sistematizada pela Autora, 2014.

A corrida por produções sobre Nísia Floresta, não cessou nas consultas dos principais periódicos. Fomos à procura de outros os quais faziam parte de publicações de algumas Instituições Superiores que desenvolveram estudos baseados em Nísia Floresta. Desta forma, encontramos um trabalho no periódico semestral da UEMA, revista eletrônica de História “Outros Tempos” da Universidade Estadual do Maranhão, um na Revista “O eixo e a Roda”, periódico da Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG e por último encontramos uma produção na Revista de “Estudos Feministas” da Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC. Além desses, encontramos duas outras produções no Seminário Internacional Fazendo Gênero-7 e 9.

Na Revista de Estudos Feministas- UFSC encontramos o trabalho de Eliane Knorr (2006) trazendo o tema “Da Criação de um lugar: Nísia Floresta a primeira feminista do Brasil”, neste artigo a autora discute sobre o papel atribuído à Nísia Floresta de primeira feminista do Brasil. Faz um diálogo sobre a importância do trabalho produzido por Constância Lima Duarte, em relação à vida de obra da feminista. Além disso, observa que para este trabalho, Duarte (2005), se debruçou em três importantes livros de Nísia Floresta, Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens, Opúsculo Humanitário e Cintilações de Uma

Alma Brasileira, quando nossa pesquisa além dessas obras se baseou também na obra *Conselhos a minha filha*, 1845.

No periódico da UFMG, Revista “O Eixo e a Roda”, encontramos o artigo; “Nísia Floresta e Mary Woolstonecraft: diálogo ou apropriação?” Onde Duarte (2001) faz réplica às declarações da professora, Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke, feitas no caderno “Mais!” “Do Jornal a Folha de São Paulo”, neste artigo a professora afirma Floresta teria plagiando a obra da escritora inglesa e traduzindo-a, literalmente, como “Direito das Mulheres e Injustiças dos Homens”. No entanto Duarte adverte, que Nísia Floresta “Definitivamente não realizava uma tradução de Wollstonecraft, e muito menos plagiava a inglesa ou qualquer outro autor” (DUARTE, 2001, p. 155). Para Duarte, o que Floresta fez foi adaptar a obra à realidade das mulheres brasileiras.

Já na Revista “Outros Tempos”, dialogamos com o artigo, “A contribuição de Nísia Floresta para educação feminina: pioneirismo no Rio de Janeiro oitocentista”, escrito por Castro (2010). Esse artigo também se aproxima de nossa temática, pois traz para discussão a figura de Nísia Floresta como militante da educação feminista. Ressaltando as inovações pedagógicas que a feminista desenvolveu enquanto esteve à frente do Colégio Augusto, ao afirmar que a instituição era “um colégio para meninas, no nível dos melhores colégios masculinos da Corte [...]” (CASTRO, 2010, p. 237). A autora, ainda, debate sobre a situação da mulher no século XIX e seu acesso à educação, e reafirma que “O principal foco da militância de Nísia Floresta sempre foi a defesa dos direitos femininos, principalmente a defesa do direito ao acesso à educação” (CASTRO, 2010, p. 247).

Nos Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 7, no ST 40- Os feminismos latino-americanos e suas múltiplas temporalidades no século XX, encontramos o trabalho de Rosa (2006), com o título; “Pensando o feminismo de Nísia Floresta: Contribuições de uma filósofa e educadora pouco conhecida”. Nesse trabalho, Rosa traz questões sobre Nísia Floresta, não apenas em relação à educação, mas sobre um aspecto que, basicamente, não encontramos em outros trabalhos, apesar de não aprofundar, que é a relação de Floresta com as correntes filosóficas, que possivelmente, influenciaram seu pensamento. A Filosofia da Ilustração, Idealismo Romântico, Positivismo e o Utilitarismo, segundo Rosa (2006) foram as correntes que influenciaram o pensamento da educadora, na nossa pesquisa optamos por analisar possíveis confluências dos estudiosos e suas obras sobre o pensamento de Nísia

Floresta, pois consideramos que a adesão a essas correntes filosóficas não ficaram evidentes nas escritas de Nísia Floresta.

Ainda neste trabalho, Rosa (2006) faz crítica a alguns posicionamentos adotados por Nísia Floresta, em relação a sua posição contrária a comercialização da educação e a escolha de Floresta por ter vivido boa parte de sua vida na Europa. Mas seus argumentos, no nosso ponto de vista, não conseguem justificar suas críticas, pois acreditamos que ao conhecer e experimentar novas culturas não significava que, Nísia Floresta, não tivesse autonomia ou se contradissesse em seus ideais. Nesse sentido, nos amparamos na discussão de Souza (2002) quando afirma que;

Confrontar culturas significa introduzir novos elementos nas culturas em que cada um experimentou sua socialização, provocando deslizamentos que podem permitir a vivência de novas experiências. Experimentar outras formas de fazer e de dizer configura formas culturais, possibilitando nova socialização ou ressocialização (SOUZA, 2002, p. 210).

É, portanto, neste direcionamento que acreditamos não ter Rosa (2006), conseguido argumentar sua afirmação, ficando evidente, pois logo autora retoma a discussão para a importância do pensamento de Nísia Floresta, afirmando que “Talvez um dos maiores tesouros que nosso país tenha com relação a essa mulher, seja seus escritos sobre a educação” (ROSA, 2006, p. 06) e prossegue afirmando que “Se hoje nós mulheres temos espaço no mundo das letras e somos a maioria em nossas universidades é porque mulheres assim lutaram outrora e nos abriram caminhos” (ROSA, 2006, p. 06). Nesse sentido, a autora demonstra incerteza sobre seu posicionamento em relação às ideias de Nísia Floresta.

De fato os estudos aqui mencionados nos levaram a refletir sobre a importância do pensamento pedagógico feminista de Nísia Floresta para a educação feminista. Ao passo que nos mostrou a ausência de pesquisas que façam alusão ao pensamento pedagógico feminista de Nísia Floresta e algumas questões atuais, uma vez que Nísia Floresta afirmava que sua luta era por uma educação de qualidade e acessível a todas as mulheres, independente de classe e raça. Dessa forma, se justifica a necessidade de estudos nessa temática e a inovação do nosso trabalho.

Quadro 5- Sistematização da Produção Científica sobre Nísia Floresta em várias fontes encontradas

FONTES	Nº DE TRABALHOS
CAPEL	3
SCIELO	5
CADERNOS PAGU	-
AMBRALIM	-
ANPED	-
BDTD- UFPE	-
EPENN	1
REVISTA OUTROS TEMPOS- UFMA	1
REVISTA DE ESTUDOS FEMINISTAS-UFSC	2
ANAIS DE SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 7	1
TOTAL	13

Fonte: Sistematizada pela autora, 2014.

Em face desse levantamento exploratório, a nossa pesquisa se encaminhou na perspectiva da seguinte questão: Quais as principais questões do Pensamento Pedagógico Feminista de Nísia Floresta que ainda estão em pauta na agenda da educação feminista? Tendo como objetivo geral da pesquisa analisar as principais questões do Pensamento Pedagógico Feminista de Nísia Floresta que ainda estão em pauta na agenda da educação feminista. Ao passo que como objetivos específicos elegemos: Descrever o panorama da educação no século XIX; Analisar a produção intelectual de Nísia Floresta; Identificar as principais questões da educação feminista apontada por Nísia Floresta e por último; Caracterizar a experiência pedagógica do Collegio Augusto criado e dirigido por Nísia Floresta.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Na nossa fundamentação teórica optamos por fazer a definição de alguns vocábulos, com o objetivo de esclarecer conotações, muitas vezes, implícitas no texto. Acreditamos que, dessa forma, nosso trabalho tornar-se-á mais evidente, á medida que alguns termos forem elucidados, pois “As palavras podem significar muitas coisas. Na verdade, elas são fugidias, instáveis e têm múltiplos apelos...” (LOURO, 2012, p. 18). Assim sendo, a orientação que daremos no corpus deste trabalho, desde sua fundamentação teórica a análise dos dados, nos concederá maiores entendimentos, ao passo que alguns conceitos indispensáveis forem esclarecidos.

A seguir, a educação no século XIX, será nosso palco de discussão, buscamos, pois, situar a questão do ensino nesse período de forma mais ampla, uma vez que não é nosso objetivo se debruçar na história da educação no Brasil, mas acreditamos que essa discussão se torna indispensável para que possamos elucidar a questão central da nossa pesquisa.

Sabemos que a questão do ensino no Brasil se deu de forma invasiva, discriminatória e, portanto, desigual. Este fato se germinou desde a chegada dos padres Jesuítas em 1549, onde trouxeram a “educação” nos moldes europeus, com objetivo de “salvar” os indígenas. Na verdade, a cultura desse povo que aqui vivia foi violentamente infringida. Assim sendo, foi a partir dessa imposição cultural que foram desenvolvidos, durante séculos, os pilares da instrução no Brasil. Como veremos a seguir.

1.1. Panorama da educação no Século XIX

No início do século XIX, o sistema educacional brasileiro ainda reproduzia o pensamento pedagógico medieval. O ensino era centrado na doutrina religiosa cristã. Ler, escrever e contar eram leis oficiais e alicerce para o entendimento das sagradas escrituras. A existência de professores era, basicamente, nula. As poucas instituições que existiam, apenas ofereciam, em sua maioria, um ensino voltado para a minoria burguesa, masculina e branca oriunda de grandes proprietários rurais. Em suma, o ensino, em geral era precário e não recebia incentivo do governo, não interessava, portanto, uma população esclarecida numa sociedade estratificada, dependente da mão de obra escrava.

Acreditamos que todo esse processo da educação que se desenvolveu no Brasil decorre da herança cultural aqui incutida. É por esta afirmação a qual, acondiciona o termo

cultura, que nos preocupamos em precisá-lo para uma discussão mais embasada sobre a educação no Brasil no século em questão.

1.1.1. Considerações sobre o conceito de cultura

Para Raymond Williams (1992), o termo cultura, além de pluralista é complexo. Dentre algumas acepções históricas, pode ser definida como cultivo de vegetais ou como cultivo da mente humana, em fins do século XIII, tornou-se um nome para configurar e generalizar o espírito, informando o “o modo de vida global” de um determinado povo (WILLIAMS, 1992, p. 10). Ainda de acordo com este autor, há uma convergência contemporânea entre a antropologia e a sociologia no uso desse termo, ao definirem cultura como “modo de vida global” e como “atividades artísticas e intelectuais” (WILLIAMS, 1992, p. 13).

Como vimos, essas convergências permite-nos aproximar da definição de cultura como modo de vida global de um povo. Pois o tipo de instrução que aqui foi imposta pelos europeus, não passou de uma extensão da ideia de educação dos jesuítas, ideia esta, extraída, do contexto cultural em que estes padres estavam imersos. Uma vez que podemos “Dizer que está implícito no conceito de uma cultura ser ela capaz de ser reproduzida; e, além disso, que, em muitos de seus aspectos, a cultura é, na verdade, um modo de reprodução” (WILLIAMS, 1992, p. 182). E nesse sentido, ainda segundo esse autor,

É característico de sistemas educacionais pretenderem estar transmitindo “conhecimento” ou “cultura” em sentido absoluto, universalmente derivado, embora seja óbvio que sistemas diversos, em épocas diversas e em países diversos, transmitam versões seletivas radicalmente diversas de conhecimento e de cultura (WILLIAMS, 1992, p. 183- 184).

Foi justamente isso que os padres jesuítas fizeram, reproduziram para o Brasil, uma cultura letrada europeia, que condicionou o futuro da educação no país. Durante o século XIX, a educação passou por mudanças insignificantes, mantendo-se precária e excludente, pois permanecia nas mãos das elites, que objetivavam a manutenção do *status*, uma vez que a instrução, por muito tempo, foi entendida como caminho para se atingir o mais alto grau de cultura “tendo por modelos as conquistas já realizadas pelos grupos sociais educados e, por isso, mais cultos” (VEIGA-NETO, 2003, p. 07), ou seja, o modelo dos colonizadores.

Do *Ratio Studiorum*⁸ estabelecido pelos jesuítas às chamadas Aulas Régias⁹, pela Reforma Pombalina, podemos dizer que as mudanças na instrução no Brasil permaneceram esquecidas. Após a independência, o país precisava estabelecer um Sistema Nacional de Instrução Pública. A Constituição brasileira de 1824 estabeleceu o direito de todo cidadão a oferta de instrução primária e gratuita, assim como a superior, contudo, sabemos que esse foi apenas mais um discurso demagógico, pois, o acesso à educação permanecia restrito à aristocracia burguesa.

Enquanto ao sistema de ensino brasileiro, nesse período, foi instituído mais um plano fracassado de educação, a Escola de Primeiras Letras que deveriam ensinar através do método lancasteriano¹⁰, a leitura, escrita e as operações de cálculo, além de noções gerais de geometria, gramática da língua portuguesa e doutrina católica. No entanto, as poucas escolas de meninas que existiam, deveriam substituir as aulas de geometria, pelas de prendas domésticas. O lancasteriano seria mais um fracasso na organização da instrução pública brasileira, que na verdade, não passou de uma reprodução do sistema de ensino que era adotado na Inglaterra. À época, este país passava por uma expansão industrial e precisava de um ensino público elementar ao contrário da ex-colônia portuguesa.

Durante toda sua história, o Brasil, teve a educação em segundo plano, não havia interesse algum, principalmente, na instrução primária. Do mesmo modo aconteceu com os Cursos Normais, que foram limitados a uma camada da burguesia. Em 1827, com criação das faculdades de direito em São Paulo e Olinda a realidade foi diferente, por interesses políticos e econômicos, essa modalidade de ensino passou a ter atenção do Estado “O Ensino Superior, em especial os cursos jurídicos, representava um interesse real do novo governo e uma necessidade urgente para a confirmação do rompimento com a Metrópole” (XAVIER, 1994, p. 64).

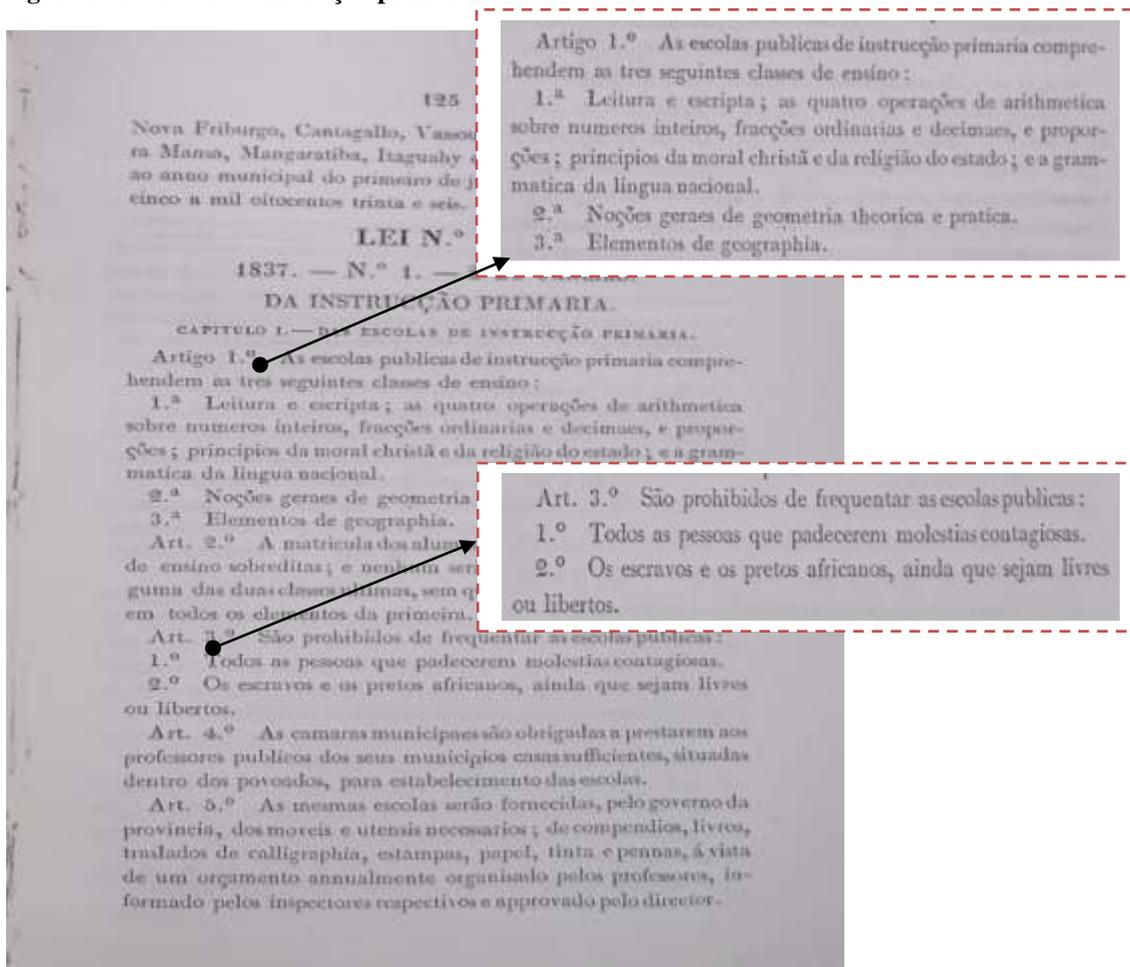
⁸ Plano de Estudos dos jesuítas onde o ensino era subsidiado pela Coroa Portuguesa, através de 10% dos impostos cobrados na Colônia. Os cursos oferecidos eram Humanidade, Filosofia e Teologia abrangiam desde a instrução elementar e secundária à superior, e apresentavam uma duração média de dez anos. Não concediam, todavia, diplomas, o que era privilégio da Metrópole. (XAVIER, 1994, p. 48).

⁹ Eram aulas avulsas, sustentada por um novo imposto colonial, o “subsídio literário”, imposto incidido sobre o consumo da carne e da aguardente. O objetivo dessas aulas era suprir as disciplinas antes oferecidas pelos extintos Colégios. Através delas, aquela mesma reduzida parcela da população colonial continuava se preparando para estudar posteriormente na Europa (XAVIER, 1994, p. 52).

¹⁰ Conhecido também como monitorial ou mútuo foi introduzido no Brasil para suprir a escassez de professores, consistia em atribuir aos alunos mais “adiantados” a tarefa de ensinar aos outros alunos o que aprendia com o professor.

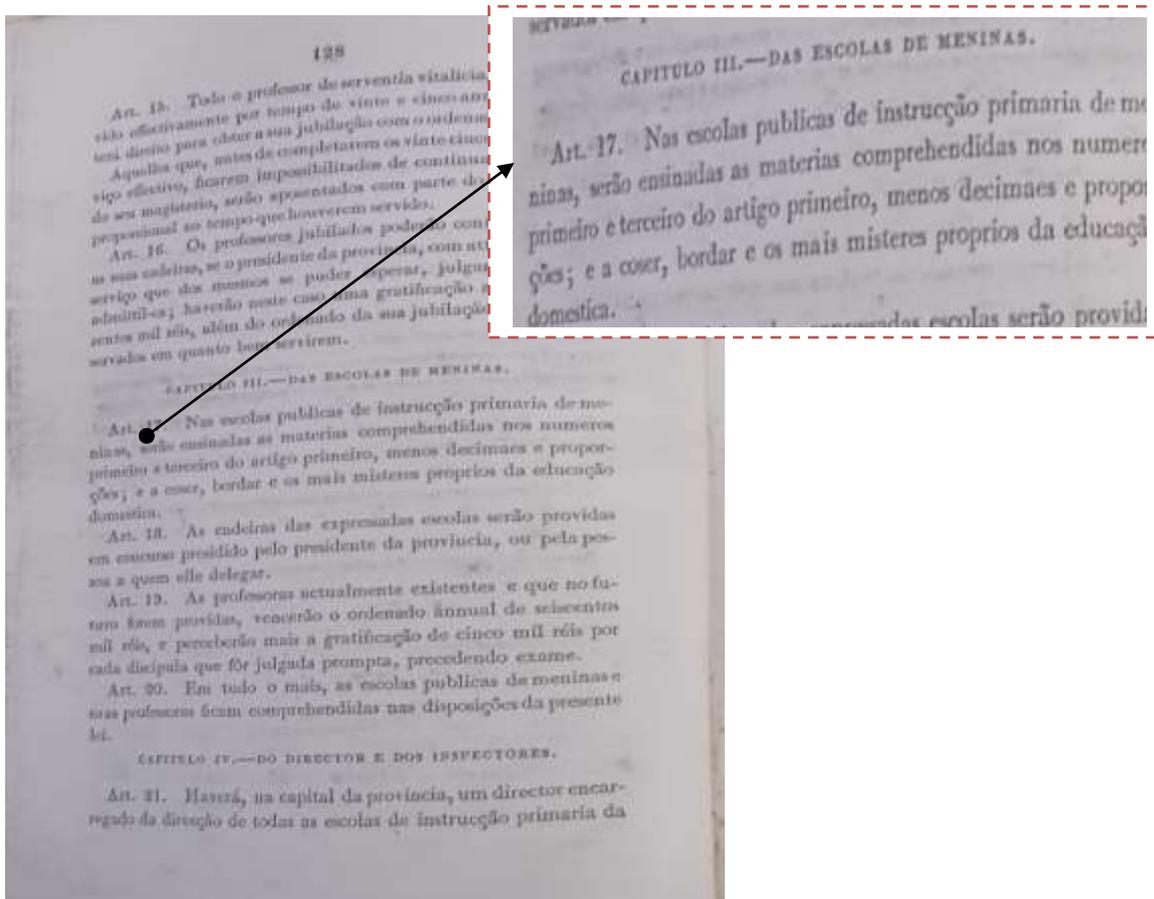
De fato, essa preferência ao ensino superior e o abandono dos demais níveis de ensino se configurou durante décadas na instrução brasileira. Seu acesso, como já dissemos, reservava-se a uma minoria letrada. Mesmo com a legislação prevendo o direito de todo cidadão, até meados do século XIX, o público feminino era colocado às margens do sistema escolar. A situação era mais grave para as mulheres da camada popular, a quem o Estado demonstrava ainda mais indiferença. Já uma pequena parcela de mulheres das camadas médias e superiores, recebiam de diversas formas, a educação doméstica, uma vez que, “A ideia de educação escolar para meninas foi se somando lentamente à ideia mais antiga de educação doméstica, embora a escolaridade que lhes destinavam não fosse idêntica à dos meninos” (HAHNER, 2003, p. 57). Podemos ver abaixo, a Lei nº 81 de 1837 que no seu artigo 1º determina as classes de ensino da instrução primária. E no seu artigo 3º especifica as pessoas proibidas de frequentarem as escolas públicas: pessoas que padecessem moléstias contagiosas e os escravos e os pretos africanos, ainda que fossem livres ou libertos.

Figura 1: Lei Nº 81 da instrução primária. Janeiro de 1837



Fonte: Arquivo Público do Rio Janeiro

Figura 2: Lei da Instrução Pública para escolas de meninas. Janeiro de 1837



Fonte: Arquivo Público do Rio Janeiro

Na figura acima podemos ver a Lei nº 81 de 1837 que determina as matérias que deveriam ser ensinadas nas escolas públicas de instrução primária de meninas, um ano antes da inauguração do Collegio Augusto. Percebemos, nesse sentido, que ainda havia uma efetiva restrição à camada mais popular da sociedade, enquanto ao currículo das meninas, percebemos a diferença das disciplinas que eram oferecidas aos meninos. No caso das meninas seria retirado o artigo 2º que se referia à geometria, décimas e proporções, além de ser acrescentado o “coser, bordar e os mais misteres próprios da educação doméstica” (LEI N.º 81 de 1837). Nessa direção, Hahner comenta,

No Brasil, a educação das meninas permaneceu atrasada em relação à dos meninos. E a leitura das mulheres, como o mercador britânico John Luccock registrou em 1808, “não devia ir além dos livros de orações, por que seria inútil à mulher, nem deveriam elas escrever, pois como foi justamente observado, poderiam fazer um mau uso desta arte” (HAHNER, 2003, p. 56).

Concordamos com autora quando faz alusão ao atraso da educação das meninas no Brasil. Fato que esteve presente durante décadas do Brasil império, e que não se restringiu, apenas, a instrução primária, mas no ensino superior. Imaginemos, pois, que essa era a realidade das mulheres que faziam parte de uma pequena minoria letrada, pelo menos tinha acesso a “educação” escolarizada. As outras mulheres que se encontravam na classe popular a situação era ainda mais decadente. Em sua maioria as escolas eram de meninos, mesmo as mais populares.

Manuel Antônio de Almeida¹¹, em uma das passagens de sua obra, “Memórias de um Sargento de Milícias” (1854) descreveu um dos ambientes do século XIX, sendo este uma sala “mobiliada por quatro ou cinco longos bancos de pinho sujos já pelo uso, uma mesa pequena que pertencia ao mestre, e outra maior onde escreviam os discípulos, toda cheia de pequenos buracos para os tinteiros” (ALMEIDA, M., 1992, p. 51-52). Esta descrição é de um ambiente escolar, em que consegue o autor, nos dar detalhes de como eram, possivelmente, a realidade das escolas no período do Brasil Império. Ainda para Almeida, o mestre desse mesmo ambiente era do sexo masculino “[...] tinha pretensões de latinista, e dava bolos nos discípulos *por dá cá aquela palha*. Por isso era um dos mais acreditados da cidade” (ALMEIDA, M., 1992, p. 51-52. Grifos do autor). Enquanto a vestimenta dos alunos, o autor detalha que os discípulos em sua maioria vestiam “[...] jaqueta ou *robissões* de Lila, calças de brim escuro e uma enorme pasta de couro ou papelão pendurada por um cordel a tiracolo [...]” (ALMEIDA, M., 1992, p. 51-52. Grifos do autor).

Se fidedigna ou não esta descrição do autor, o que sabemos é que a partir de leituras sobre a condição da educação no século XIX, esta, assemelhar-se bastante da realidade em que se encontravam as instituições de ensino do País. A escassez de professores para escola feminina, também significava um problema, pois “Não encontrava professoras capazes de dirigir uma escola porque, naquele tempo, a instrução das mulheres era nula ou quase nula e, doutra feita, os hábitos e costumes quase não permitiam à mulher exercer uma função pública” (ALMEIDA, J., 1989, p. 61).

¹¹ Foi escritor, professor, médico e jornalista brasileiro (1831-1861). Autor de Memórias de um Sargento de Milícias, seu único livro. Obra que retratava as classes média e baixa do Rio de Janeiro do século XIX.

1.1.2. Educação para meninas no século XIX

Data de 22 de março de 1823, uma lei que aprovou a fundação de um estabelecimento de ensino para meninas, sendo limitada aos ditames do bispado. A educação das meninas seria, por muito tempo, desenvolvida nos preceitos da religião católica.

Ler e escrever são habilidades que proporcionam aprendizados que determinam mudanças no que é posto, seja pelo sistema, seja pela mais simples teoria. Para as mulheres, esse direito foi negado há séculos deixando marcas até hoje questionáveis. Há séculos acreditava-se que o sexo feminino seria incapaz e que isso seria natural, seu destino estaria predestinado ao lar, à guisa de exemplo, uma quadrinha popular que há muito definia o que as mulheres deveriam ou não aprender:

Menina que sabe muito
É menina atrapalhada,
Para ser mãe de família,
Saiba pouco ou quase nada (COSTA *apud* HAHNER, 2003, p. 57).

Esses versos nos mostram a que destino estava fadado o sexo feminino. Saber muito era sinônimo de confusão, pois para ser mãe de família exemplar, os saberes domésticos bastavam. De forma que este pensamento pode ser traduzido no relatório de ocorrências que se segue, onde percebemos os números de instituição de em 1832 e nele a diferença exorbitante entre as escolas masculinas e femininas.

Em todo o império, 162 escolas de meninos e 18 de meninas; estas escolas estavam estabelecidas no Rio de Janeiro e na província do mesmo nome e também nas províncias da Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Piauí, Pará, Mato Grosso, Goiás e S. Pedro do Rio Grande do Sul; sobre esta 180 escolas, havia ao menos 40 nas quais o lugar de professor estava vacante, e deste número, 8 eram escolas de meninas. Havia, pois, em todo o Brasil 10 escolas para o sexo feminino (ALMEIDA, J., 1989, p. 61).

De fato, essa discrepância trouxe inúmeras perdas intelectuais para as meninas e lhes garantiam um lugar de sulbatenizadas. Lembrando que as instituições que existiam destinadas a esse público, além de serem em números ínfimos, davam ênfase ao ensino das prendas domésticas e costuras em geral. Cinco anos após esse relatório a Lei nº 81 de 1837, decretava que esse tipo de ensino era obrigatório nas escolas de meninas. Para Almeida “A ideia de

fundar escolas primárias para meninas permaneceu como um desejo, uma aspiração, uma vontade viva” (ALMEIDA, J., 1989, p. 57).

Nesse sentido comungamos Romanelli, quando a autora afirma que “A ação educativa processa-se de acordo com a compreensão que se tem da realidade social que se está imerso” (ROMANELLI, 2005, p, 23). No Brasil, a realidade cultural e social sempre se acreditou no pensamento de inferioridade do sexo feminino, crença esta reproduzida pelas escolas, e conseqüentemente, pela sociedade. Em “Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens” (1832), mesmo ano do relatório sobre as condições das escolas de meninas, Nísia Floresta, chamava atenção para a questão do costume, sendo este o meio pelo qual a crença, na superioridade masculina se proliferava, em relação a esta declaração, afirmava;

Eu não teria jamais pretendido falar nisto, se não entrasse no detalhe de todas as noções absurdas em que o costume tem sepultado os homens. Ainda que seja um dos maiores absurdos a extrema diferença que eles constituem entre o seu e o nosso sexo, todavia não há erro popular mais antigo e mais universalmente acreditado (FLORESTA, 1989, p. 28).

Na realidade, para sociedade brasileira a instrução primária era tida em segundo plano, o ensino para as mulheres seguia o mesmo rumo. O olha do Estado que fitava, apenas, a educação superior, deixou as mulheres ainda mais limitadas ao ensino que em nada propunha para sua emancipação. Ao contrário reforçava seu lugar de mãe e esposa. Ainda de acordo com o relatório de 1832, o Ministro do Império constatava que a frequência nas escolas femininas eram mínimas, mas logo concluía que essa realidade nada tinha de se estranhar “porque desde há muito, os pais não querem que suas filhas aprendam a ler, sob o pretexto de que a instrução de uma mulher deve limitar-se aos serviços domésticos e à costura (ALMEIDA, J., 1989, p. 61).

June E. Hahner em sua obra “Emancipação do Sexo Feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940”, editado em 2003, concluiu que no século XIX para uma mulher atingir educação suficiente, bastava “ler com propriedade seu livro de orações” e saber “como escrever a receita de geleia de goiaba” nada mais, além disso, caso contrário, punha o lar em perigo (HAHNER, 2003, p. 57). Esse relato, na verdade, só nos confirma o quanto a escola por muito tempo transmitiu e transmite heranças culturais da diferença de gênero, raça e classe.

Além desse modelo de educação para o lar, descrito por Hahner (2003), não podemos nos esquecer de que nas escolas femininas até meados do século XX, ainda pairava a questão

do corpo. Como vimos, nossa educação foi transplantada pela ação pedagógica dos jesuítas e tudo ocorria de acordo com os preceitos da religião católica. Para essa religião “O corpo, por meio de suas expressões, vestimentas, gestos apropriados, demonstra-se cercado por uma atenção que busca enquadrá-lo em um comportamento adequado para essa doutrina” (LIRA, 2009, p. 21). Era este “cuidado”, determinado pela religião, que deveriam ter as meninas, e para isso, as escolas também se ocupavam em fazer essa “disciplina” com o corpo feminino. Para Lira,

Os padrões estabelecidos para os gestos, vestimentas e comportamentos dentro dessa estrutura religiosa, os quais proporcionam destaques ao corpo, geram grandes influências no âmbito mais geral da sociedade, indo além dos conventos, clausuras, seminários e chegando dentro das famílias, das escolas e de outras instituições (LIRA, 2009, p. 25).

Nessa concepção as escolas de meninas seguiam essa norma do corpo educado, pois as mulheres deveriam ter decência no modo de vestir, sentar e agir. “A igreja, junto com uma parte da sociedade, criou uma referência de mulher baseada na docilidade, cumplicidade, submissão” (LIRA, 2009, p. 25). O espartilho foi uma das vestimentas adotadas pelas mulheres no século XIX e as meninas não estavam fora dessa moda. O que para Nísia Floresta não passavam de “pequenas criaturas apertadas nas barbatanas de um espartilho” fato que para a autora era lastimável por se originar “na pretensão de uma mãe a tornar sua filha notável pelo artifício do corpo” (FLORESTA, 1989, p. 107).

Esse posicionamento de Nísia Floresta se deu pelo fato de ter ocorrido em seu colégio um episódio envolvendo uma de suas alunas, uma menina de seis anos que veio a falecer por causa do uso do espartilho, esse realidade fez com que a educadora proibisse o uso dessa vestimenta “A ocasião pareceu oportuna à diretora para tentar uma reforma no espírito de suas alunas, abalado profundamente à vista daquela florzinha, ceifada tão de chofre e escrúpulo, se sacrifica entre nós a saúde das meninas” (FLORESTA, 1989, p. 107). Na figura abaixo podemos ver, anúncio do Jornal do Comércio, 10 de fevereiro de 1846, onde dirige sua propaganda às mulheres e às meninas, modelo do espartilho da época, e que possivelmente, era o citado por Floresta, em seu “Opúsculo Humanitário”.

Figura 3- Modelo de espartilho de uso proibido pelo Collegio Augusto durante direção de Nísia Floresta



Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Nestas condições, o que se evidencia era a que tipo de cultura a mulher era imposta; do que aprender, vestir e se comportar a ocupação do seu lugar na sociedade. Das roupas que costuravam aos pratos que cozinhavam eram fatores de admiração de sua família. Enquanto isso a sua instrução era banalizada naturalmente.

De acordo Hanher, essa realidade aos poucos teve outro cenário, mas, apenas para as meninas ricas, pois além de coser e fazer doces puderam “estudar francês, piano e a dançar, e, com tais predicados, oferecer uma companhia mais encantadora e elegante nos encontros sociais (HAHNER, 2003, p. 57). Advertimos pois, que essas mudanças não passavam apenas para ilustrar a presença das mulheres em alguns locais, geralmente, nas casas das famílias, com o objetivo de torná-las mais domesticável.

Para Costa (2010), nas últimas décadas do século XIX, algumas instituições de ensino para meninas começaram a oferecer lições de astronomia, botânica e história natural. O que viria provocar grande resistência. Ainda segundo esta autora, no ano de 1869, “Quando uma escola para meninas no Rio de Janeiro tentou diversificar seu programa, sentiu a necessidade de anunciar que seu propósito não era “emancipação das mulheres” e sim educar as futuras mães para que pudessem educar melhor seus filhos” (COSTA, 2010, p. 504). Concordamos

com esta autora, pois essa foi a ideia pela qual foi ditada a educação das meninas no século XIX. Além de se prolongar durante décadas, esse tipo de ensino, deixou marcas até hoje perceptíveis, quando nos referimos à questão de gênero e educação.

Nestes termos, sobre os objetivos da educação feminina, Nísia Floresta questionava em 1853:

Certo, o que se chama por via de regra no Brasil dar boa educação a uma menina? Mandá-la aprender a dançar, não pela utilidade que resulta aos membros de tal exercício, mas pelo gosto de a fazer brilhar nos salões; ler e escrever o português, que, apesar de ser o nosso idioma, não se tem grande empenho de conhecer cabalmente; falar em pouco o francês, o inglês, sem o menor conhecimento de sua literatura; cantar, tocar piano, muita vez sem gosto, sem estilo, e mesmo sem compreender devidamente a música; simples noções de desenho, geografia e história, cujo estudo abandona com os livros ao sair do colégio; alguns trabalhos de tapeçaria, bordados, crochê etc., que possam figurar pelo meio dos objetos de luxo expostos nas salas dos pais a fim de granjear fúteis louvores a sua autoria (FLORESTA, 1989b, p. 107).

Nestes termos, Floresta, deixa evidente seu pensamento perante a ideia da educação que era oferecida às meninas e que se configurou durante todo século XIX. Com esse posicionamento a educadora pontua suas impressões sobre o objetivo da educação das meninas. Nesse contexto, o que se apresenta na fala de Floresta se evidencia no quadro abaixo sobre o número de alunas e alunos matriculados nas províncias do Rio de Janeiro.

Optamos nesse quadro destacar as províncias nas quais Nísia Floresta morou e se posicionou contra o sistema de ensino.

Quadro 6- Total de alunos e alunas nas províncias brasileiras em 1865

PROVÍNCIA	POPULAÇÃO	TOTAL DE ALUNOS E ALUNAS NO ENSINO NO DE 1865								TOTAL
		PRIMÁRIO				SECUNDÁRIO				
		PÚBLICO		PRIVADO		PÚBLICO		PRIVADO		
		Meninos	Meninas	Meninos	Meninas	Meninos	Meninas	Meninos	Meninas	
Amazonas	409	49	46	18	54	576
Ceará	468.278	3.648	1.323	204	32	156	...	283	...	5.648
Goiás	117.219	1.176	364	...	25	132	1.697
Maranhão	384.577	2.607	662	392	254	166	...	132	...	4.216
Minas Gerais	1.619.535	14.705	2.204	787	17.696
Pará	185.292	3.261	805	567	271	142	280	52	...	4.990
Paraíba	...	1.404	396	147	29	226	2.202
Paraná	72.198	1.101	504	874	22	38	2.539
Pernambuco	...	3.807	918	842	438	99	...	516	20	6.640
Piauí	...	772	192	18	3	62	...	32	...	1.679
Rio G. do N.	...	914	173	67	...	114	1.268
Rio G. do S.	...	3.834	2.178	1.600	813	850	...	184	.	6.459
Rio de Janeiro	...	4.821	1.711	1.193	714	575	50	157	...	9.158
Santa Catarina	39	39
São Paulo	606.588	4.376	2.333	3.146	1.982	127	...	500	...	12.824

Fonte: sistematizado pela autora a partir de ALMEIDA, J., 1989, p.112.

Com essa contextualização da educação no século XIX, a seguir situaremos o pensamento de Nísia Floresta o qual importa dizer que o pontuaremos em dois: pensamento social e pensamento pedagógico, no entanto, apesar dessa categorização, acreditamos que não existe uma fronteira clara entre estes pensamentos, uma vez que pensamento pedagógico é sempre social e o social tem sempre um componente pedagógico.

1.2. Pensamento Feminista de Nísia Floresta

A produção literária e intelectual de Nísia Floresta se deu no século XIX em meio a uma sociedade que ignorava, de todas as formas, o intelectual das mulheres, assim como sua competência. Foi precisamente nesse período, que Nísia Floresta, lança suas principais obras, onde defendia, dentre outras assuntos, a igualdade de direitos entre os sexos. O direito à educação, ao trabalho e de que as mulheres tivessem o controle sobre sua própria vida, estava na pauta dessa educadora. Para Duarte, Nísia Floresta “Contou a história da opressão feminina no mundo e no Brasil, e também deu alguns interessantes ‘conselhos’ às meninas” (DUARTE, 2002, p. 39). Diante dessas afirmações, podemos concluir que Duarte, se referiu primeiramente, a obra “Opúsculo Humanitário” de 1853, onde Floresta, além de contar a história sobre a educação das mulheres, faz uma espécie de denúncia sobre o ensino brasileiro, em particular, ao que era oferecido às meninas. Quando Duarte (2002) menciona os conselhos, além de se referir aos que Nísia Floresta costumava dar às suas alunas, certamente, faz alusão à sua obra que mais foi editada, “Conselhos à Minha Filha” de 1842.

Quiçá o pensamento feminista de Nísia Floresta recebeu uma melhor tradução em seu livro, “Direito das Mulheres Injustiças dos Homens” de 1832. Onde a autora aos 22 anos já afirmava que “Em uma só palavra, se os homens fossem filósofos (tomando esta palavra em seu rigor) descobririam facilmente que a Natureza constituiu uma perfeita igualdade entre os dois sexos” (FLORESTA, 1989a, p. 30). Contudo, esse pensamento feminista, pode ser observado em todas suas obras, onde há algumas que mostram mais resistências, outras menos combatentes.

De fato, é imperativo afirmar que esse pensamento da autora, passou por diversas fases. Mas a questão da educação das mulheres, sempre esteve presente nos escritos da educadora. Seu posicionamento em relação a equidade de gênero também marca suas obras, além da tão desejada emancipação do sexo. A seguir veremos como esse pensamento permeia o social e pedagógico da autora.

1.2.1. O Pensamento Social de Nísia Floresta

Numa visão sociológica, o século XIX foi o marco de diversos acontecimentos na estrutura social, política, intelectual, econômica e cultural do Brasil. Tais fatores, sabemos, sofreram influências direta e indiretamente do continente europeu. As mudanças que

ocorreram no país, desde o início do século, acarretaram, de fato, uma diferente forma de vida dos brasileiros, uma minoria que era formada pela elite, devido ao suposto progresso por que viria passar antiga colônia portuguesa. Alguns estudiosos datam que o progresso brasileiro chegou nas naus da Família Real (1808), quando esta transfere-se para o Rio de Janeiro, a capital da corte. Para outros, a Revolução Industrial muito tem haver com esse “progresso”.

À luz dessas afirmações, sabemos que no século em questão, não apenas o Brasil, mas todo o mundo passava por revoluções no campo político, social e cultural. Podemos citar sem seguir, estritamente, a ordem cronológica, tomemos como exemplo, na América, a independência do Haiti¹², quando se tornou o segundo país independente da América. Em termo nacional, deflagram-se diversas revoltas de cunho liberal e independente, frente à administração do Governo português, dentre elas podemos citar, a Revolução de 1817 em Pernambuco, a qual abordaremos mais adiante. A “Independência do Brasil” é um fato marcante nesse século. No continente europeu se alastra a Revolução Liberal na França, posteriormente, movimentos revolucionários por toda Europa, Costa (2010).

Na verdade, ocorre é que, esta melhoria da forma que chegou ou não, em terras brasileiras, atendeu às regalias da burguesia e da sociedade patriarcal e patronal do país. De acordo com Octavio Ianni, “A persistência do escravismo e os artifícios do manto monárquico configuravam um poder estatal com as características de uma administração distante, estranha, alheia aos interesses populares” (IANNI, 2004, p. 20). Dessa forma, a grande maioria, entretanto, pertencente às camadas subalternizadas compostas por escravos e escravas, mulheres e homens livres e pobres; esse progresso viria em passos extremamente lentos.

É importante ressaltar que mesmo no seio da sociedade patriarcal na qual era desenvolvido o sistema social e cultural brasileiro, Hahner (2003) salienta que “Dentro da elite, nem todas as mulheres eram confinadas à esfera privada da casa e excluída da esfera pública de uso restrito dos homens” (HAHNER, 2003, p. 43). Sabemos, pois que mesmo sendo muito raro, isso seria possível a algumas mulheres viúvas de fazendeiros, que assumiam o controle das propriedades sozinhas, “A viuvez libereva-as de algumas das restrições legais impostas às mulheres casadas e conferia-lhes a autoridade de chefe de

¹² O Haiti é atual país da América Central. Foi a primeira república governada por pessoas de ascendência africana quando tornou-se independente da França em 1808, numa batalha que durava desde 1791.

família” (HAHNER, 2003, p. 43). Nesse sentido, é relevante lembrar que Nísia Floresta sofreu uma viuvez prematura aos 23 anos, fato que pode ter contribuído para o seu comportamento, e conseqüentemente, suas ideias feministas.

Na história das mulheres brasileiras muito pouco tem se produzido sobre essas ocorrências, onde há destaques em relação ao sexo feminino, preferindo muitos estudos, no entanto, destacar a situação das mulheres que viviam reclusas em suas casas. Colling (1997) observa que “Fazer história das mulheres impõe um exame crítico dos muitos trabalhos feitos até agora, nos quais a mulher era somente mais um tema; é necessário inscrevê-la na história como sujeito histórico” (COLLING, 1997, p. 15). Nesse sentido, Hahner (2003) baseada em alguns relatos de viajantes estrangeiros do século XIX, o que era fato muito comum no Brasil Colônia e Império, a autora ressalta que “Às vezes, as escravas também podiam conquistar certa autonomia pessoal, particularmente nas cidades”, no entanto, permanecia como propriedade privada. Nesse sentido, nos questionamos que autonomia seria esta? No entanto, a autora, nos esclarece que “Certamente as escravas, diferentemente das mulheres livres, podiam ser violentamente separadas de seus filhos e obrigadas a servir como amas de leite da prole de seus donos” (HAHNER, 2003, p. 43), além de permanecerem reprimidas e violentadas sexualmente pelos seus senhores. O episódio da menina escrava estuprada pelo seu senhor¹³ descrito por Costa (2010), demonstra a vulnerabilidade em que viviam as mulheres escravas africanas.

Para Octavio Ianni (2004) em sua obra “Pensamento Social” no Brasil, o autor afirma que “O modo pelo qual se organizou o Estado nacional garantiu a continuidade, o conservadorismo, as estruturas sociais herdadas do colonialismo, o lusitanismo. Ao longo do século 19, durante o império, o Brasil permaneceu mais ou menos lusitano” (IANNI, 2004, p. 20). O clima intelectual e cultural predominante neste século, no Brasil, mesmo contagiando-se com as ideias advindas das nações mais desenvolvidas, ainda conservava às mulheres uma educação, apenas voltada para a vida doméstica, trabalhos manuais e educação moral que

¹³ Henrique Ferreira Pontes foi acusado de ter deflorado a menina escrava de dez anos. Aparentemente ele era conhecido por ter deflorado outras jovens anteriormente. Ele foi levado ao tribunal e foi considerado culpado na primeira instância, mas absolvido posteriormente. A Corte decidiu que não havia provas de que a jovem era menor. Um dos juristas que não concordou com a decisão argumentou que houvesse evidência suficiente para provar que a jovem era menor, ela não podia denunciar seu senhor, porque segundo a lei, ela era sua prioridade, comparável “a objetos pessoais ou ao gado”, portanto não tinha personalidade jurídica. Se escravos fossem autorizados a processar seus senhores, haveria centenas de processos e uma séria ameaça a sociedade (CONRAD apud COSTA, 2010, p. 515).

perdurou por todo esse período. O acesso das mulheres à educação¹⁴ foi um processo que ocorreu vagarosamente, como denunciou Nísia Floresta quando falava sobre as construções de escolas para meninas, “Não podemos deixar de sofrer quando, enumerando esses novos estabelecimentos, nenhum encontramos pertencentes ao sexo feminino” (FLORESTA, 1989b, p. 87). A sua preocupação social com educação da mocidade no Brasil vai mais além ao comparar nossa educação a outros países da Europa e Estados Unidos,

Quando vemos naquelas nações tomarem-se todos os dias novas medidas para se melhorar mais a educação de sua mocidade, a qual tão inferior se acha- e se achará talvez por séculos ainda a nossa – o coração se nos contrai no peito ao contemplarmos o nosso Brasil tão rico, tão grandiosamente excedendo a todas as nações do mundo em recursos naturais, precisando lutar, ainda no século XIX, com grandes dificuldades para oferecer às suas mulheres uma tênue parte da instrução que as classes mais baixas daqueles países da Europa e dos Estados Unidos podem facilmente obter (FLORESTA, 1989b, p. 101).

A inquietação de Floresta com social, não se resumiu apenas a qualidade da educação feminina. O regime de escravidão era uma das realidades brasileiras que a incomodava, as condições em que viviam os homens e as mulheres livres, a desigualdade social e a classe operária. Nesse sentido, indagava a autora; “Volvamos agora as nossas classes pobres, e vê-la-emos quase por toda a parte perdendo o precioso tempo de que poderiam tirar grande utilidade, se o empregassem em um trabalho bem regulado e seguido” (FLORESTA, 1989, p.124). Esta realidade citada pela autora, não difere muito da que hoje presenciamos no Brasil contemporâneo, basta que tenhamos acesso às elevadas taxas de desemprego, ou mesmo, emprego informal e trabalho escravo.

Nessa direção, Nísia Floresta Brasileira Augusta pode ser considerada uma das pensadoras do século XIX que já discutia a democratização do ensino, para ela, a mudança social da mulher seria possível através da educação, como veremos no capítulo seguinte sobre o seu pensamento pedagógico. À luz dessas das prévias discussões, ressaltamos que não pretendemos apenas expor fatos marcantes do século XIX na história do Brasil, mas estabelecer uma relação desses fatos históricos e sociais que, Nísia Floresta Brasileira Augusta, de forma direta e indiretamente vivenciou, e como temos o seu pensamento pedagógico como objeto de estudo, achamos mais que necessário fazer esta analogia. Pois

¹⁴ Sobre este tema ler capítulo sobre O pensamento Pedagógico Feminista de Nísia Floresta.

como, acertadamente, afirma Saviani, não podemos “Compreender radicalmente o presente se não compreender as suas raízes, o que implica o estudo de sua gênese” (SAVIANI, 2011, p. 4). Foi dessa forma, que buscamos organizar nas linhas seguintes, o tempo histórico e social em que Nísia Floresta viveu. O clima de revolta que eclodiu durante o século XIX e que desde menina a acompanhou, sua infância cercada de livros, um pai culto, o casamento precoce, o contato com os estudantes da Faculdade Direito de Olinda e, por fim, sua estada no Rio de Janeiro, onde fundou o Collegio Augusto. Buscamos seguir, cronologicamente, sua passagem em cada lugar em que viveu aqui no Brasil. Procuramos, em tempo, tecer comentários dialogando com a própria autora, com outros autores e com o contexto de cada trajetória. Dessa forma, acreditamos que essa organização, pode nos conferir base para compreender o pensamento pedagógico de Nísia Floresta.

As viagens de Nísia Floresta pelo solo brasileiro, muito se difere das que realizou pela Europa, as quais terão um tratamento mais detalhado posteriormente. As viagens brasileiras foram no período de grande conturbação, dificuldades e decisões as quais marcaram a vida da autora, até se estabelecer no Rio de Janeiro, aos 28 anos. Para Floresta, viajar seria “O meio mais seguro de aliviar o peso de uma grande dor que nos mina lentamente” (FLORESTA, 1982, p. 67). Esta afirmação feita quando a autora estava em sua viagem pela Alemanha, nos parece propícia também às viagens que realizou no Brasil. Vejamos, ou melhor, viajemos!

Os Rios visitados por Nísia Floresta, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, não têm apenas em comum a expressão Rio, mas também realidades políticas e sociais que marcariam para sempre a vida da autora.

▪ **Rio Grande do Norte**

Papari era situada num vale estreito e profundo, do mais delicioso aspecto, e contava com uns trezentos habitantes, segundo (KOSTER, 1942, p.104). Esta terra situada às margens do rio era um lugar tranquilo e agradável onde, Nísia Floresta, viveu parte de sua infância até os sete anos idade. Nesta localidade sua família possuía, segundo os relatos de Koster (1942), um pequeno pedaço de terra no vale, que aos olhos do viajante pareceu muito próspero. Filha de advogado Português e uma dona de casa brasileira, Floresta pertencia a uma família com certo prestígio na sociedade de sua época. Mesmo com esse privilégio Nísia Floresta, nesse período, ainda não frequentava escola, pois a realidade da educação no Rio Grande do Norte, não se

diferenciava das demais províncias do país, pois a inexistência de escolas era alarmante. Em 1832 existiam em Natal, apenas duas instituições de ensino primário uma feminina e uma masculina, enquanto que em Papari, ainda não existia escolas, segundo dados de estudo realizado por Almeida (1989). De acordo com Aduato Câmara (1941) em Papari a instrução pública só chegaria em 1860, enquanto a particular não se tinha notícias.

O clima de tranquilidade em Papari não perduraria por muito tempo, a Revolução de 1817, também conhecida como Revolta dos Padres, foi a primeira das várias revoltas que marcaria a vida da educadora, como veremos. Em 1817 eclodiu em Pernambuco um movimento de caráter emancipacionista tendo dentre várias causas; a crise econômica, o absolutismo monárquico português e ideias iluministas propagadas por seguidores maçônicos. A propagação dessa Revolta chega ao Rio Grande do Norte e fez com que a família do senhor Dionísio deixasse Papari pela primeira vez. Segundo Nísia Floresta, seu pai, “Espectador aflito e indignado com essas horríveis hecatombes, às quais não escaparam alguns de seus amigos mais distintos, retirou-se assim que pôde, com sua família, de sua terra, a fértil e charmosa Floresta [...] (FLORESTA, 2001, p. 47), adotando Goiana, uma cidade muito prospera da província de Pernambuco, para viver de 1817 a 1819. Neste último ano, a família volta a residir novamente no Sítio Floresta. Ainda segundo relata a própria Nísia Floresta,

Parecia que ainda ouvíamos e eco repetir os gemidos das vítimas de 1817, imoladas à vingança de seus dominadores de além-mar, cujo despotismo punia, com uma barbárie digna de idade Média, os chefes e os aderentes do Partido Republicano (FLORESTA, 2001, p. 47).

Já em 1823, então com 13 anos, Nísia se casa pela primeira vez. Mas por motivos desconhecidos toma uma atitude contrária aquela época, se separando de Manuel Seabra de Melo, proprietário de terras de Rio Grande do Norte. Dessa forma, já percebemos desde cedo, que a escritora demonstrava grande obstinação para emancipação feminina. Nesse período, a realidade das mulheres brasileiras, segundo Emília Costa (2010) “Era de uma mulher com pouca ou nenhuma educação e iniciativas, que aspirava apenas ao casamento e à maternidade, cuja honra era definida quando jovem pela sua virgindade [...]” (COSTA, 2010, p. 494). Essas características, não observamos na posição tomada pela ainda menina, Dionísia Gonçalves Pinto, que já demonstrava inquietude e contrastava com os ideais cominadas pela sociedade.

Coincidentemente, no mesmo ano do desfecho do casamento, a família Pinto resolve sair novamente de Papari, segundo Nísia Floresta, seu pai “Desgostoso com essa província por outros penares ele retornou a Pernambuco, onde continuou sua carreira de advogado” (FLORESTA, 2001, p. 49) voltando à próspera Goiana-PE.

Sabemos que, a história do Brasil com suas raízes patriarcais, nos deixa evidente que uma jovem em pleno século dezenove resolve deixar o marido e voltar a residir com os pais, seria sem mais questionamentos um escândalo. Sem obedecer ao marido e contrariando às regras da igreja católica que recomendava às mulheres, entre outras obrigações; amar, respeitar, obedecer, servir com devoção e tolerar todos os defeitos do seu marido. Nísia Floresta, em 1823 contrariou a pequena Papari que se tornaria estreita para ela, como descreveu Koster (1942).

Decerto, a educadora teve apoio dos pais para tal façanha. Como uma família, nessa época poderia acatar esse comportamento da filha? Seus pais, certamente, seriam uma exceção. Koster ainda em sua estada no Sítio Floresta, em 1810, afirmava que “O senhor Dionísio apresentou-me a sua mulher. Ele é português e ela brasileira” (KOSTER, 1942, p. 105), este fato que parece normal nos dias atuais, para a época era incomum, pois as mulheres viviam em quase que absoluto isolamento “longe dos olhos dos estranhos, sendo vistas apenas de esguelha quando iam à igreja” (COSTA, 2010, p. 494). De fato, para que o Sr. Dionísio, pai de Nísia, não mantivesse sua esposa enclausurada, deveria ter um pensamento contrário aos da maioria dos homens de sua época. Esse comportamento, também pode nos ajudar entender por que aceitou que sua filha voltasse a residir com a família. Por outro lado, nos faz questionar por que casou a filha tão cedo como era de costume. O que podemos observar é que a educadora cresceu num ambiente em que o pai, de certa forma, tinha um respeito parente sua mãe.

▪ **Pernambuco**

A volta a Pernambuco desta vez seria definitiva para a família do Sr. Dionísio. Nesse Estado, Nísia Floresta viveu alegrias e tristezas. Em Goiana, possivelmente, fez seus primeiros estudos no convento das Carmelitas (CÂMARA, 1941). A educação de Pernambuco, nesse período, segundo cronologia elaborada por Lage (2012) apoiada em Almeida (1989), seguia de forma acanhada, mas representava um pequeno avanço

em comparação com as demais províncias, pois “Foram criadas em 1828, cinco aulas de primeiras letras para meninas, sendo três em Recife, uma em Olinda e uma no interior, apesar de não ter havido matrícula na época” (LAGE, 2012, p. 12). Ainda de acordo com essa autora, em 1825 foi criado em Pernambuco o Liceu Provincial, que compreendia as Aulas de primeiras letras e Aulas Maiores, em 1827 foi inaugurado o curso jurídico de Olinda, o primeiro de Pernambuco e o segundo do Brasil. Enquanto que as escolas primárias para meninas seriam criadas em 1836 (LAGE, 2012, p. 14).

No campo político mais uma revolta estava acontecendo em Pernambuco, a Revolução de 1824, também conhecida como a Confederação do Equador, além da Revolta dos Cabanos em 1830.

▪ **Goiana**

Terra de muitas águas, talvez seja o significado mais provável para palavra Goyanna que vem tupi-guarani. Foi nessa cidade de muitos “Rios” que Nísia Floresta viveu parte de sua infância, e como vimos, parte de sua mocidade. Um dos principais centros econômicos da província de Pernambuco, Goiana participou ativamente das revoltas de 1817 e 1824. Foi nesse clima republicano e liberal, que Nísia Floresta conviveu durante o tempo em que habitou em Pernambuco.

Maria Quitéria, Maria Camarão, Maria Clara e Joaquina essas quatro mulheres entraram para história não apenas de Goiana, mas do Brasil, assim como Nísia Floresta, mas esta última, como sabemos, foi mais além. Conhecidas como as Heroínas de Tejucupapo, essas quatro mulheres, segundo a história, de posse de água fervente com pimenta, paus, pedras e tudo mais que pudessem se defender e expulsar os inimigos, saíram vitoriosas na luta contra os invasores holandeses, quando nesse lugarejo estiveram para saquear seus alimentos, no ano de 1646. Como vimos, a cidade escolhida pela família da educadora, em sua segunda estada, guardava um histórico de luta das mulheres. Anos mais tarde, esta cidade também entraria para história por ter sido a primeira cidade pernambucana a abolir a escravidão, em meados do ano de 1884. No contexto em que nossa escritora por lá viveu, era o da a Revolução 1824, conhecida com a Confederação do Equador, um movimento revolucionário, emancipacionista e republicano que foi de encontro ao governo absolutista e centralizador de D. Pedro I.

- **Olinda**

Não se sabe a data exata em que Nísia Floresta passou a viver em Olinda. Um lugar que, em meados de 1828, se tornaria um burgo de estudantes devido a fundação do curso direito na cidade. É nesse período, que Nísia Floresta conhece o seu companheiro, Manuel Augusto de Faria Rocha, estudante de Direito. A faculdade de Direito de Olinda foi inaugurada em maio de 1828, tendo suas primeiras instalações no Mosteiro de São Bento.

Desde sua fundação, os alunos da Faculdade estiveram sempre presentes em várias atuações políticas e culturais. Nísia Floresta viveu parte dessa efervescência ao lado de seu companheiro, que possivelmente, proporcionou o contato da educadora com o pensamento liberal e republicano da época, além de aproximação com os demais estudantes onde se reuniam, segundo alguns estudiosos da obra Nisiana, na residência do casal, pois nesse momento, já estavam residindo em Olinda.

A primeira turma que se formou na faculdade de Direito de Olinda data de 1832, nela também se formou o companheiro de Nísia Floresta. Após sua formatura, o jovem casal vai morar, dessa vez, no Rio Grande do Sul, sem a presença do seu pai, pois aos 17 anos, segundo Constância Lima Duarte, senhor Dionísio teria sido morto, após ganhar uma causa contra os poderosos da cidade de Olinda. Porém, antes da partida, Nísia edita o seu primeiro livro, “Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens”, além de ter várias participações na imprensa pernambucana denunciando a condição feminina.

- **Rio Grande do Sul /Porto Alegre**

Deixando Pernambuco, a educadora segue seu destino, estabelecendo-se em Porto Alegre. Nessa cidade, também se alastra o sentimento de liberdade que tomava conta dos brasileiros. Em 1835, Nísia Floresta presencia mais um movimento, a Revolução dos Farrapos ou Farroupilha (1835-1845). Nesta capital onde ficou viúva aos 23 anos e teve mais um filho, também sai a segunda edição de “Direitos das Mulheres e Injustiças dos Homens”.

No campo educacional, segundo Almeida (1989) a realidade de Porto Alegre em 1832 era a seguinte: três escolas primárias para meninos e uma primária para menina.

Segundo esse autor “Esta província, uma das mais assoladas pelas guerras estrangeiras e lutas civis, não podia, em razão destas circunstâncias, dar à instrução todo o desenvolvimento que ela reclama” (ALMEIDA, J., 1989, p. 78). Nesse sentido, a discussão a seguir nos recai sobre essa realidade que assolava Porto Alegre no período em que Floresta esteve nessa cidade.

Revoltados com o poder centralizado e alta taxa de impostos que obrigados a pagar; os gaúchos iniciaram a Revolução dos Farrapos. A diferença entre os partidos republicanos e conservadores também foi uma das causas dessa Revolta. No ano de 1835 teve início a Farroupilha, liderado por Bento Gonçalves. Anos depois, teve apoio do italiano Giuseppe Garibaldi, político e militar revolucionário e de sua esposa Ana Maria Ribeiro da Silva, conhecida como, Anita Garibaldi, que se destacou por sua participação nas campanhas revolucionárias do Brasil. Na ocasião, Nísia Floresta, também manteve contato com essa personalidade brasileira. Como Nísia teria conhecido e formado amizade com Anita, ainda não se sabe.

Nesta cidade, Nísia Floresta teria se dedicado a sua família; mãe e filhos, segundo informações, teria inaugurado um colégio, no entanto, até hoje, não há registros de que tenha dirigido algum colégio nesta capital. No entanto, estudos mais recentes, como o da tese de doutorado de Graziela Rinaldi da Rosa (2012), também não obteve fontes que comprovassem tal afirmação. Com o alastramento da Revolta, a feminista, continua suas andanças. A capital do Império seria seu próximo destino.

▪ **Rio de Janeiro**

A capital do Império seria o último ponto de parada em terras brasileiras da feminista. Com a vinda da Corte portuguesa para Rio de Janeiro, a cidade foi berço de diversos acontecimentos, tornando-se um proeminente centro comercial e político. Foi ainda, à época, palco de diversas campanhas abolicionistas e republicanas. A imprensa brasileira também teve grande circulação nessa capital, os impressos eram utilizados para diversos fins. Foi nessa cidade, que também foram surgindo diversos estabelecimentos de ensino, com uma minoria para meninas. Eram nesses poucos estabelecimentos que as meninas aprendiam rudimentarmente a contar, ler e escrever, no entanto, aprendiam a doutrina cristã e trabalhos de agulha. O progresso escolar ainda era lento, principalmente, para as mulheres. Segundo Almeida (1989) no Rio de

Janeiro em 1834 havia 23 escolas e colégios particulares para meninos e 16 escolas e colégios para meninas.

No ano em que Nísia Floresta chegou ao Rio, é inaugurado o Colégio Pedro II, apenas para meninos. O acesso das meninas à educação, ainda estava restrito as aulas que aconteciam nas próprias casas dos professores e professoras, em sua maioria, estrangeiros. Fato que, como veremos, será questionado por Nísia Floresta em seu Opúsculo Humanitário. É nessa realidade, que a educadora funda o Collegio Augusto, em 1838, apenas para a educação das meninas. É nesse Estado que a autora finda suas viagens pelo Brasil.

A partir desse contexto, buscamos subsídios para entender o pensamento social, e posteriormente chegar ao pensamento pedagógico da educadora. Onde este recebeu uma atenção específica por ser base do nosso trabalho.

Quando, João Francisco de Souza, em seu livro, “Atualidade de Paulo Freire” (2002), diz que o ser humano tem que se indignar, foi justamente isso que Nísia Floresta fez, se indignou com as injustiças sociais de sua época. Não silenciou enquanto as vozes femininas eram tolhidas.

No século XIX quando as mulheres brasileiras viviam tinham seus direitos renegados pela sociedade, Dionísia Gonçalves Pinto (1810-1885), a Nísia Floresta Brasileira Augusta, dava seu grito de alerta, que foi ouvido não apenas no Brasil, mas em vários países do mundo. “Povos do meu Brasil, que vos dizeis civilizados! Governo, que vos dizeis liberal! Onde está a doação mais importante dessa civilização, desse liberalismo?” (FLORESTA, 1989b, p. 02). Seu grito ecoou no cerne de uma sociedade patriarcal, onde o sexo feminino era tido como inferior, ao masculino, em todos os aspectos. Nesse sentido, sobre a educação das meninas, ressaltava Floresta;

Dizia-se geralmente que ensinar-lhes a ler e escrever era proporcionar-lhes os meios de entreterem correspondências amorosas, e repetia-se, sempre, que a costura e trabalhos domésticos eram as únicas ocupações própria da mulher (FLORESTA, 1989b, p. 67).

Na realidade, a vida das mulheres era resumida ao lar, a criação dos filhos e de ser uma boa esposa. Saber bordar era uma característica positiva àquelas que tivessem tal habilidade, e a educação era praticamente, escassa, pois na crença da época, elas não

necessitavam de instruções, como nos esclareceu Floresta. Nesse período, se um pequeno grupo de mulheres soubesse ler o livro de orações ou receitas, a função da educação já teria sido alcançada. “Era quase geral a opinião, como dissemos, que a instrução intelectual era inútil, quando não prejudicial, às meninas” (FLORESTA, 1989b, p. 68).

Foi neste cenário que, Nísia Floresta, despontou contrariando a realidade que perdurou ao longo do século XIX. Como vimos, nordestina do Rio Grande do Norte, filha do advogado e escultor, Dionísio Pinto Lisboa, natural de Portugal e da dona de casa, Antonieta Clara Freire. Nísia Floresta Brasileira Augusta, pseudônimo minimamente pensado pela escritora, revelando sua personalidade, pois cada nome que compunha este pseudônimo teria um sentido, Nísia, diminutivo de seu nome, Dionísia, Floresta, em homenagem ao sítio onde nasceu na cidade de Papari, Rio Grande do Norte, Brasileira pelo seu patriotismo e, finalmente, Augusta, homenageando seu companheiro, Augusto.

Pelo seu determinismo na luta pelos direitos das mulheres e, conseqüentemente, pela sua emancipação, acreditando que este fato só seria possível através da educação, é considerada a “primeira feminista do Brasil” (DUARTE, 2005, BARBOSA, 2006, ROSA, 2010, SILVÉRIO DE ALMEIDA E DAS MAS DIAS, 2009) contribuindo, dessa maneira, não somente para história da educação feminista no Brasil, mas para América Latina. Porquanto, suas ideias revolucionárias, antecederam em quase um século, o Movimento Feminista, que posteriormente, teria como principal bandeira de luta, direito das mulheres à educação. Sobre esta consideração adverte Duarte (2005).

O fato de estar à frente de seu tempo vai lhe custar o não reconhecimento de seu talento, por isso seu nome não consta na história da Literatura Brasileira, como escritora romântica, e muito menos na história das mulheres, ou da educação feminina, como educadora (DUARTE, 2005, p. 15).

O esquecimento a que se refere a autora, nos proporciona uma reflexão crítica sobre a condição de invisibilidade da história feminina no país, quando nos remetemos ao conhecimento produzido pelo sexo feminino e suas contribuições sociais na história do Brasil, não apenas de Floresta, mas das diversas mulheres, que através de sua ousadia de enfrentamento, demonstraram bravura perante as concepções excludentes do universo masculino. Em diálogo com Hahner (2003), a autora compactua desta afirmação ao fazer uma crítica a esta supressão dos conhecimentos produzidos pelas mulheres.

Embora este tenha sido um fato inegável, até muito pouco tempo, as atividades das mulheres brasileiras não tinham recebido, de um modo geral, mais do que uma atenção bastante medíocre dos estudiosos brasileiros. Por esta razão os textos da historiografia oficial e os de outros campos de estudos afins, por muitos anos, praticamente, insistiram em desconhecer-lhes a existência, ou, se as mencionam adotam observações de caráter mais impressionista do que factual, carregadas de apreciações genéricas sobre sua contribuição para a sociedade e de afirmações que perpetuam crenças preconcebidas sobre a natureza feminina (HAHNER, 2003, p. 23).

Neste sentido, Nísia Floresta, sobrecarregou por muito tempo o esquecimento, não apenas na história do país, mas em sua terra natal. Tardamente, viria reconhecer o papel decisivo de sua cidadã, na história da educação para mulheres no Brasil, pois segundo Duarte, “Num tempo em que esmagadora maioria das mulheres vivia trancafiada em casa sem nenhum direito” (DUARTE, 2005, p. 14), Nísia Floresta exigia escolas para meninas.

Prematuramente, Nísia Floresta Brasileira Augusta, já demonstrava sua altiva personalidade. Aos 13 anos casou-se com, Manuel Alexandre Seabra de Melo, mas não perdurou muito tempo, pois a jovem desistiu do casamento, voltando residir com os pais. Ao desembarcar em Recife, mora nas pernambucanas; Goiana e Olinda. Em 1828 seu pai é assassinado nesta última cidade, e a jovem passa a ser responsável pela família. Case-se novamente, desta vez, com o estudante de direito, Manuel Augusto. Após seu companheiro concluir os estudos, muda-se com a família para Porto Alegre. No mesmo ano em que nasce seu segundo filho, Augusto Américo de Faria Rocha, morre Manuel Augusto, seu companheiro. Viúva, Nísia Floresta, decide permanecer com a família, na cidade, dedicando-se aos filhos e ao ensino.

Com eclosão da Revolta Farroupilha, em 1837, a escritora decide mudar-se para Rio de Janeiro e inaugura em 1938, o Collegio Augusto, que se dedicava a educação para meninas. No clima de muita crítica e descrença, Nísia Floresta, enfrenta a sociedade estratificada de sua época, e passa ser alvo de insultos por alguns jornais, “Jornal do Comércio, do Rio de Janeiro, e O Mercantil” (DUARTE, 2005) por sua proposta de ensino para meninas ser vítima de descrença e inutilidade.

Posteriormente, a educadora viajou por diversos países: França, Itália, Grécia, Bélgica, Alemanha, Inglaterra e Portugal. Mesmo distante, a escritora não abandonou sua militância frente à emancipação do sexo feminino e os problemas educacionais do Brasil. Em sua estada

nos países europeus não deixou de escrever sobre a fragilidade do sistema educacional brasileiro. Como ressalta Rosa (2010),

Nísia escreveu bastante sobre o Brasil nos países por onde andava, desmistificando a visão que os europeus tinham de nossa terra, e também salientava que muito do que se tinha como “novo” no âmbito educacional europeu, ela, como brasileira, já estava trabalhando com a mesma perspectiva no Brasil (ROSA, 2010, p. 90-91).

Para Constância Lima Duarte (2005), a brasileira não apenas escreveu sobre a realidade educacional inferior do seu país, mas por cada cidade onde esteve procurava descobrir o que ali tinha sido produzido pelas mulheres, que haviam contribuído de alguma forma na história do país, buscando a especificidade da participação de cada uma delas, tal como afirma Duarte, que “Provavelmente, ao registrar os nomes de mulheres que se destacaram, a autora pretendia não só chamar a atenção para suas realizações, como dar às leitoras modelos femininos de comportamento dignos de serem seguidos.” (DUARTE, 2005, p. 16).

De fato, este talvez tivesse sido um dos objetivos da escritora ao registrar estas histórias por cada lugar que visitou, pois a maioria de suas conterrâneas, ainda se encontrava em plena ignorância intelectual, depositando suas virtudes no agrado masculino. O exemplo das mulheres de outros países, Floresta afirmava ao falar da Alemanha que “esse país clássico das ideias e da reflexão, é também o país por excelência nos respeitos tributários à mulher” (FLORESTA, 1989, p. 16). Dessa maneira incentivava às brasileiras para que buscassem se instruir, objetivando a saída do anonimato. E prossegue elucidando.

Como a Inglaterra, a França apresenta grande número de mulheres moralistas, poetas e escritoras em todos os gêneros, procedentes das diversas classes da sociedade – nobre, burguesa, operária- todas tendo fornecido autoras mais ou menos distintas pelos seus trabalhos na grande obra da civilização (FLORESTA, 1989, p. 32-33).

Decerto estas viagens foram de grande importância para a educadora, pois além de obter outras experiências de militância feminina, manteve amizade com grandes nomes da literatura de sua época, como Victor Hugo, Dumas (pai), Alexandre Herculano, George Sand, Lamartine e Augusto Comte. Este último teve bastante afinidade com Nísia Floresta. A autora frequentou palestras ministradas por Comte, trocou algumas correspondências com o filósofo e, na morte deste, foi uma das poucas mulheres a estar presente no cortejo funeral. Mais tarde,

suas correspondências com o filósofo, seriam transformadas em livros¹⁵. Ainda durante suas viagens, como em Florença “Ela frequentou cursos de botânica, ministrados por Parlatore, antigo colaborador de Humboldt, e também em Paris, no, *Collège de France* e no *Muséed’ Histoire Naturelle*” (DUARTE, 2010, p. 14).

As experiências impetradas durante suas viagens também foram transformadas em livros¹⁶. Essas produções são, na verdade, relatos minuciosos de sua vivência em cada cultura por que passou. Os detalhes com que Nísia Floresta transcreve seus relatos nos mostra a preocupação, não apenas em se deter nessas proeminências, mas de nos levar a especificidades da cultura de outros povos. Parecia querer mostrar aos leitores e leitoras de seu tempo, que havia outra realidade, além da que era conhecida no Brasil, especialmente para as mulheres.

Os escritos produzidos a partir dessas viagens, de fato, corroboraram para o enriquecimento da obra de Nísia Floresta, uma vez que, as experiências vivenciadas fortaleceram, indiscutivelmente, as ideias pedagógicas feministas e revolucionárias da militante, que desde muito cedo escrevia sobre a condição da mulher, mostrando-se á frente de seu tempo, em plena sociedade do século XIX.

Não havia sinais de ações ou ideias sobre os direitos femininos da parte das mulheres brasileiras na primeira metade daquele século. Nísia Floresta Brasileira Augusta, talvez a mais importante intelectual brasileira do período e uma das primeiras defensoras dos direitos da mulher no país, revelou-se uma marcante exceção (HAHNER, 2003, p. 58).

Considerando que na primeira metade do século XIX, as mulheres viviam à mercê dos desejos masculinos, e sem nenhum direito, Nísia Floresta, se destacaria ainda mais pela sua ousadia quando afirmava que “Os homens parecem concluir que todas as outras criaturas foram formadas para eles (...). Estou certa que antes provará que os homens foram criados para o nosso uso do que nós para o deles” (FLORESTA, 1989, p. 35)

¹⁵ “Sete cartas inéditas de Auguste Comte a Nísia Floresta”, no Rio de Janeiro: Centro do Apostolado do Brasil, 1888. “Cartas de Auguste Comte a Nísia Floresta”. (texto original e tradução). *Jornal A República*, Natal, 8/01, 19/01, 24/01, 28/01, 4/02, e 6/02, de 1903. “Auguste Comte ET Mme. Nísia Brasileira”. Correspondente. Paris: Librairie Albert Blanchard, 1929 (DUARTE, 2009, p. 123).

¹⁶ “*Inteneraire d’um Voyage em Allemagne*”. Paris: Firmin Diderot Frères ET Cie, 1857. “*Troisans em italie, suivis d’um Voyage em Grèce*”. 10 vol. Paris: Librairie E. Dentu, 1864. (DUARTE, 2009, p. 123).

Em meio ao grande número de mulheres analfabetas, silenciadas, sob os domínios masculinos, a escritora é lembrada como a pioneira do feminismo no Brasil e na América Latina, devido a inexistência de documentos comprobatórios que registrem textos anteriores com o da finalidade dos de Nísia (DUARTE, 2010, p. 13). Acordamos com Duarte, na medida em que identificamos na obra de Nísia Floresta a denúncia, desta autora sobre as questões do que hoje denominamos relação de gênero,

O ensinamento da igualdade que deve reinar entre homem e mulher, começa neles em relação às próprias irmãs em seus jogos infantis, e em todos aqueles milhares de costumes domésticos, nos quais transparece orgulho excessivo e aquela pretensão do rapazola que tanto vos diverte, que nada mais é, ó mulheres, senão o germe deste presunçoso egoísmo que vos oprime por toda a vida[...] (FLORESTA, 1997, p. 149)

De posse dessa afirmação, a autora buscou as causas da desigualdade entre os sexos, a partir dos primeiros contatos entre meninos e meninas. Sua explicação decorre da convivência entre as crianças, quando se trata das divisões, decerto, das brincadeiras e comportamentos destinados ao masculino e ao feminino, estabelecidos desde tenra infância, pelos adultos. Atualmente declarações que seguem esta lógica estão presentes discussões sobre a questão de gênero.

Precocemente, é nos primeiros escritos de Floresta, ainda com 22 anos, que encontramos uma linguagem que já apontava seu inconformismo, denunciando as condições de desigualdade sobre os direitos femininos em relação aos masculinos, o analfabetismo e o pensamento patriarcal, que alimentavam a submissão da mulher perante o homem.

Se cada homem, em particular, fosse obrigado a declarar o que sente a respeito de nosso sexo, encontraríamos todos de acordo em dizer que nós nascemos para seu uso, que não somos próprias senão para procriar e nutrir nossos filhos na infância, reger uma casa, servir, obedecer e aprazer aos nossos amos, isto é, a eles homens (FLORESTA, 1989, p. 35).

A escritora, portanto, pôs à prova esta crença masculina “eu não posso considerar este raciocínio senão como grandes palavras, expressões ridículas e empoladas, que é mais fácil dizer do que provar” (FLORESTA, 1989, p. 35) e nessa perspicácia já reivindicava por uma sociedade menos excludente e mais igualitária. Segundo afirma Rosa (2010) que “há escritos e ideias revolucionárias que mostram uma preocupação filosófica com o cotidiano brasileiro da época em que viveu e com a construção de uma reforma na educação das meninas do Brasil” (ROSA, 2010, p. 89). A singularidade de Floresta é marcante no que concerne o seu

pensamento feminista, ao questionar o cenário desolador, em que vegetavam a grande maioria das mulheres de seu tempo.

Como vimos, Nísia Floresta Brasileira Augusta, teve sua vida particular marcada por idas e vindas do exterior. O ano de 1872 seria a última viagem ao seu país de origem. Em 24 de abril de 1885, se despedia da literatura, a mulher que deixou seu nome marcado na história da educação feminista brasileira. Seu corpo foi enterrado no Cemitério de Bonsecours em Rouen, na França. No Brasil, sua morte só seria anunciada, algumas semanas depois, sendo noticiadas em alguns principais jornais da época.

Em 1954 a imprensa que foi tão utilizada por Nísia Floresta, imprimia em suas páginas a notícia do translado de seus despojos que chegou ao Recife com destino a sua terra natal. Ocasão de várias homenagens. Os espólios seguiram para o município de seu mesmo nome, Nísia Floresta- RN, antes, Papari¹⁷, cidade em que havia nascido.

Os escritos de Nísia Floresta, numa época em que a mulher não tinha voz, logo foram de uma contribuição ímpar para história da educação feminista e emancipação da mulher, passando pelas ideias contra a escravidão negra e indígena. A escritora deixou um legado de quinze títulos publicados, que englobam diversos gêneros; poemas, ensaios, romances e relatos de viagens. Muitas de ideias ficaram registradas no português, francês e italiano. Além de sua participação histórica na imprensa brasileira, onde publicou diversos textos, reivindicando, dentre outros temas, precisamente, o acesso da mulher a mesma educação oferecida aos homens.

1. 2.2. O Pensamento Pedagógico de Nísia Floresta

Etimologicamente a palavra pedagogia vem da Grécia antiga, *paidós* (criança) *agogé* (condução)¹⁸, ou seja, aquele que conduz a criança. Contudo, no percurso da história da educação, a Pedagogia firmou-se como ciência do ensino, devido a sua relação mútua com a educação. Atualmente, pode ser entendida, como “Um conjunto de filosofias, princípios, técnicas e métodos de educação e instrução que visam a um objetivo prático” (Dicionário Prático de Pedagogia, 2011, p. 224). Nessa direção, a Pedagogia pode ser ainda definida como “Uma Ciência que trata da educação dos jovens, que estuda os problemas relacionados com o

¹⁷ O decreto-lei número 146, de 23 de dezembro, muda o nome de Papari para “Nísia Floresta”. E o Marechal Rondon, um importante positivista, dá o nome de Nísia Floresta um posto indígena de Pernambuco (DUARTE, 2005, p. 56-57).

¹⁸ Ver Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, 2001, p. 2126.

seu desenvolvimento como um todo” (Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, 2001, p. 2126). Como vimos ambas as definições convergem para a definição da Pedagogia como uma ciência da educação. Nesse sentido, o adjetivo pedagógico deriva do que é correlativo a pedagogia.

Nesse contexto, acreditamos que para se constituir um pensamento pedagógico, se faz necessário recorrer a outras fontes e ciências, que nos concedam bases para que possamos compreender tal pensamento, por isso, para constituir, o pensamento pedagógico de Nísia Floresta, recorreremos não apenas a história da educação, mas a filosofia e a sociologia.

No campo da pedagogia temos alguns trabalhos que tem desenvolvido estudos sobre pensamento pedagógico, que se destinam a explorar determinados aspectos da história da educação, desde o pensamento mais antigo sobre a educação até o contemporâneo, outros que objetivam identificar, classificar e periodizar as principais concepções na área educacional, enquanto, há também aquele que se destina a estudar o pensamento pedagógico de uma forma mais centrada, como a América Latina. Respectivamente nos referimos aos seguintes estudos “História das Ideias Pedagógicas” (GADOTTI, 2008), “História das Ideias Pedagógicas no Brasil” (SAVIANI, 2011) e “Fontes da Pedagogia Latino-Americana: uma antologia” (STRECK, 2010), dos quais se aproxima o nosso estudo. Contudo, nessa pesquisa, buscamos delimitar o nosso estudo ao pensamento pedagógico de Nísia Floresta (1810-1885), onde constatamos na leitura das obras citadas, apenas um registro em seu nome, “Nísia Floresta e a reforma na educação no Brasil em busca da equidade de gênero”, Rosa (2011), na obra de Danilo Streck (2011), entretanto, se trata de um resumo sobre sua vida e sua obra Opúsculo Humanitário.

A partir dessas diretrizes, acreditamos que estudar o pensamento pedagógico de Nísia Floresta, vai além da descrição de sua vida e obra ou de críticas à sua atuação na história da educação das mulheres. Como dissemos, para tentar compreender seu pensamento, buscamos além de outras fontes, levantar possíveis questionamentos, que pudessem nos subsidiar na análise dos documentos. Um dos questionamentos seria sobre sua prática pedagógica, o currículo adotado pelo Collegio Augusto, e até que ponto poderia ser considerado revolucionário ou conservador.

Para tanto, nos apoiamos na afirmação de Gadotti, quando esclarece que a prática da “Educação é muito anterior ao pensamento pedagógico. O pensamento pedagógico surge com

a reflexão, como necessidade de sistematizá-la e organizá-la em função de determinados fins e objetivos” (GADOTTI, 2008, p. 21). Nesse sentido, situamos em que contexto social e educacional, Nísia Floresta, desenvolveu suas ideias pedagógicas e quais influências recebia o Brasil nesse período.

No Brasil, a educação ao longo do seu processo histórico-cultural foi um tema que tardou, não apenas a ser discutido, mas ocupar as principais preocupações dos governantes da época. Já em 1854, Nísia Floresta, dava sinais da atrocidade da educação oferecida no Brasil, e afirmava que “Não se poderá educar bem a mocidade enquanto o sistema de educação, quer doméstica, quer pública, não for radicalmente reformado” (FLORESTA, p. 111, 1989b). Séculos depois o sociólogo Florestan Fernandes, em outras palavras dizia, o que a escritora havia atinado, ainda no século XIX. E nessa direção, o autor afirmava que, “Está mais do que patente que não sairemos do marasmo econômico e político sem transformamos, de forma profunda e geral, o nosso sistema de ensino” (FERNANDES, 1960, p. 121 *apud* SAVIANI, 1996, p. 75). Percebemos, pois, que estes autores, apesar de suas ideias serem abordadas em épocas diferentes, assim como suas bases filosóficas serem distintas, se assemelham no que concerne à militância por uma educação emancipadora e de qualidade, que se estendesse a todos e todas, mas que para tanto, seria necessário segundo Floresta (1989a) e Fernandes (1960), uma revolução no sistema educacional do país.

Nesse sentido comungamos com Barbosa (2006) quando cognomina Nísia Floresta como “uma mulher à frente do seu tempo”, e de fato não poderia defini-la com tanta maestria. Neste tópico não poderíamos utilizar definição mais acertada, para discorrer sobre a militância educacional feminina da educadora que revolucionou as ideias pedagógicas de sua época. Como vimos até o momento, sua vida literária, basicamente, foi toda voltada para a questão do ensino no Brasil. Suas críticas, ideologias, equívocos, ensinamentos e militância que pôs em ebulição a sociedade do século XIX, hoje nos soam atuais. Dentre suas afirmações está a de que,

Quanto mais ignorante é um povo tanto mais fácil é a um governo absoluto exercer sobre ele o seu poder. É partindo desses princípios, tão contrário à marcha progressista da civilização, que a maior parte dos homens se opõe a que se facilite à mulher os meios de cultivar o seu espírito (FLORESTA, 1989, p. 60)

Nesta afirmação tão pertinente, a educadora vê na educação a possibilidade da libertação do autoritarismo. E vai mais além, ao deixar claro, que a educação seria uma arma

contra a manipulação dos governantes perante o povo desprovido do conhecimento de seus direitos. Declarando, ainda, sua impugnação ante o pensamento masculino contrário a educação feminina, que apoiado nesses princípios, o homem naturalizava a submissão da mulher.

Nesse contexto, as denúncias de Floresta seguem, ainda, sobre as condições encontradas nas escolas do Brasil no século XIX. Floresta destacava a má qualidade de ensino que era oferecido por pelas instituições, além de criticar aqueles ou aquelas que, segundo, a autora, sabiam ler, e mesmo que não fosse no português, podiam abrir uma escola e se achar diretor, pois segundo Floresta, “Muitas dessas pessoas aportam às nossas praias com o fim de especularem no comércio. Vendo depois frustrados os planos de interesse nessa carreira, lançam mão ao ensino” (FLORESTA, 1989, p.78). A educadora era contra este tipo de determinação do governo diante das escolas, pois acreditava que era necessário realizar uma reforma no sistema educacional brasileiro.

O espírito intrigante de Floresta, perante esses equívocos dos governantes brasileiros, a inquietou. A educadora fundou o Collegio Augusto, situado na Rua Direita, 163, no Rio de Janeiro em 1838. Em 31 de janeiro desse mesmo ano, o “Jornal do Comércio” anunciava a inauguração do Colégio, noticiando as principais atividades que seriam desenvolvidas no estabelecimento. O que caracterizava esse colégio, a ponto de se torna alvo de críticas e de inúmeras calúnias, que atingiam também a sua fundadora? Acreditamos que em primeiro lugar o público a que era reservado, às meninas, em segundo, a sua pedagogia, incluindo o currículo diferenciado e sua didática. Como veremos mais adiante.

Nesse período, as poucas escolas destinadas à educação feminina da época, se detinham apenas na educação a base do uso da agulha, e no ensino das prendas domésticas, objetivos principais da educação das meninas. Dessa forma, assim que estas começavam a se alfabetizar e conhecer as ideias básicas das operações matemáticas eram retiradas das escolas, pois muitos pais acreditavam ter atingido a instrução necessária, sendo o próximo passo, o casamento.

Neste contexto educacional da primeira metade do século XIX, o Collegio Augusto, surgia para revolucionar o ensino desse período. Além do estudo de História e Geografia do Brasil, no currículo oferecido estavam estudos de idiomas; francês, latim, italiano, inglês e suas respectivas gramáticas e literaturas. A importância que demonstrava a diretora, com a

qualidade da educação, se mostrava muito além da que existia em seu tempo, e afirmava, “A educação física é ainda entre nós tão mal compreendida como a moral” (FLORESTA, 1989, p. 121). A abordagem dessa autora sobre a proposta de uma educação de qualidade recaia ainda sobre o espaço em que esta educação se daria, e, por isso, a sua proposta de ensino do Collegio Augusto determinava a quantidade de alunas por turma.

A pedagogia nisiana pautava-se numa educação para o progresso social da mulher. Onde só a partir dessa educação o sexo feminino conseguiria sua emancipação, se desprendendo do patriarcado. Um acontecimento inovador seria talvez o uso de textos didáticos na educação das meninas, com o seu livro “Conselhos a minha filha” (1842), dedicado a sua filha, Lívia, e que foi adotado por escolas italianas, “Daciz ou A jovem Completa” e “Fany ou O modelo das donzelas”, novelas dedicadas às estudantes do Colégio podem ter sido alguns dos seus escritos estudados por suas alunas. Em seu discurso dirigido às suas educandas, no encerramento das atividades do Colégio em 1847, Nísia Floresta esclarece “Não vos repetirei aqui o texto de minhas constantes lições: vós o achareis, senão gravado em vossos corações, nem mesmo em vossa memória, ao menos em todos meus escritos, que vos tenho dirigido” (FLORESTA, 2009, p. 106).

Foi com ideias de mudanças na realidade da condição da mulher na sociedade de seu tempo, que Floresta dirigiu a primeira escola para meninas com este fim no Brasil. Insultos às suas ideias não lhe faltaram, pois segundo Constância Lima Duarte (2010), houve uma denúncia anônima, no jornal “O Mercantil”, de 2 de janeiro de 1847, que difamava Nísia Floresta, sobre o bom resultado de suas alunas nos exames finais que apontavam excelente resultado. A crítica recaia sobre o ensino de línguas, e reforça que as mulheres não carecem desse tipo de ensino, pois os homens precisam dos trabalhos do sexo feminino e não suas falas (DUARTE, 2010, p. 17).

Em meio a este clima, Nísia Floresta encerra suas aulas no Collegio Augusto, em 1849, dando causa a esse acontecimento a enfermidade de sua filha e embarcou para Paris com sua família. É importante ressaltar que a distância seu país não a impediu de escrever e tecer críticas sobre as injustiças sociais e a educação das mulheres.

Os números indicados pela escritora, em sua obra Opúsculo Humanitário, nos mostram uma breve situação da realidade em que se encontrava o atraso educacional brasileiro, sendo as mulheres as mais prejudicadas. Baseada no “Quadro Demonstrativo do

Estado da Instrução Primária e Secundária das Províncias do Império e do Município da Corte”, em 1852, faz uma proporção de matriculados entre os sexos, na educação paga pelo governo nas principais províncias.

Dessa forma, nos detalha que, em Minas Gerais, das 209 escolas primárias, 24 atendiam às meninas. Na Bahia, das 184 escolas, apenas 26 eram femininas, em Pernambuco “fiel as suas tradições, lhe sobressai em equidade” (FLORESTA, 1989, p. 82), pois das 82 instituições, 16 pertenciam às mulheres. Já no Rio de Janeiro, das 116 escolas, apenas 36 pertenciam ao sexo feminino. As outras províncias continuavam com essa disparidade entre as escolas, e conseqüentemente, com atraso intelectual da mulher, cravado na cultura da sociedade. “Longe de se deixar enganar por tais estatísticas, lembra que a situação das demais províncias era bem diversa, pois muitas não haviam tomado, até então, qualquer iniciativa no sentido de promoverem a educação das mulheres” (DUARTE, 2010, p 32).

Apenas na década de 1870, as Mulheres puderam frequentar Escolas Normais da Corte, antes restritas às escolas primárias. E os cursos profissionalizantes estariam disponíveis, 42 anos depois da fundação do Collegio Augusto.

A obra de Nísia Floresta Brasileira Augusta deixou um legado inestimável para história da educação da brasileira, em específico, das mulheres. Sua luta incansável numa sociedade, que seus pares, em grande maioria, eram aquém de sua capacidade intelectual, antecipou há séculos seu pensamento pedagógico feminista e, no que posteriormente, viria se consolidar no movimento feminista brasileiro.

Essa pensadora acreditava que só através da educação, o sexo feminino podia libertar-se, já que vivia imerso nos preceitos masculinos, e subjugado intelectualmente, pela cultura de seu tempo. Nesse sentido, nos faz refletir sobre as contribuições, desse pensamento, para realidade atual da educação feminista e as possíveis mudanças na vida social dessas mulheres. Assim já dizia Nísia Floresta: “Enquanto pelo velho e novo mundo vai ressoando o brado – emancipação da mulher-, nossa débil voz se levanta, na capital do império de Santa Cruz, clamando: educai as mulheres!” (FLORESTA, 1989b, p. 02).

1.2.3. As principais obras de Nísia Floresta sobre a educação e o feminismo.

Apresentaremos as principais obras da escritora que trazem as questões da educação e do feminismo como focos principais: “Direitos das mulheres e injustiças dos homens” (1832);

“Conselhos à minha Filha” (1842), “Opúsculo humanitário” (1853); “Cintilações de uma alma brasileira” (1859).

Optamos por manter um diálogo com essas obras, pois além de serem consideradas as principais obras da autora, como mencionamos, nos confere base teórica para discussão da nossa pesquisa.

i) Direito das Mulheres e Injustiças dos Homens -1ª Edição: Recife de 1832, 2ª edição em 1833, em Porto Alegre e 3ª edição em 1839 no Rio de Janeiro.

É a primeira obra da escritora, lançado ainda quando morava em Pernambuco, em 1832, então com 22 anos. Esta obra, que segundo a própria Nísia Floresta, seria uma tradução livre do livro *A Vidication of the Rigghs of Women* de Mary Wollstonecreft. Segundo Duarte (2005) a escritora não só buscou inspirações na obra da feminista inglesa, mas em outros escritores europeus, como Polain de La Barre, Sophie, e ainda em Olympe de Gougs (DUARTE, 2005, p. 18).

Dedicado às brasileiras e aos acadêmicos brasileiros, este livro é composto por seis capítulos que seguem: I. Que caso os homens fazem das mulheres, e se é com justiça; II. Se as mulheres são inferiores ou não aos homens, quanto ao entendimento; III. Se os homens são mais próprios que a mulheres para governar; IV. Se as mulheres são ou não próprias a preencher os cargos públicos; V. Se as mulheres são naturalmente capazes se ensinar as ciências ou não, e por fim, VI. Se as mulheres são naturalmente próprias, ou não, para os empregos.

É nessa sequência, que o texto nisiano denuncia com um expressivo olhar as condições de desigualdade intelectual entre homens e mulheres, muito comum para sociedade brasileira daquela época. Nesse livro que teve mais duas edições, em 1833 em Porto Alegre e em 1839 no Rio de Janeiro a condição de submissão da mulher e o mito da superioridade dos homens, também foram preocupações de Nísia Floresta, pois afirmava que “todos sabem que a diferença dos sexos só é relativa ao corpo” (FLORESTA, 1989a, 47).

Esta repercussão nos mostrou a importância dessa obra lançada, em meio a uma obscura realidade social da década em que marca sua edição. Momento em que, segundo Duarte (2005), os escritos de Floresta não mediam palavras para denunciar as desigualdades entre homens e mulheres decorrentes da dominação masculina.

Desde o início, é nítida a intenção da autora em adotar um tom polêmico. No entanto, ao inverter a chave da dominação, este tom adquire o aspecto bem mais evidente de provocação. Pode-se imaginar as reações dos leitores: a surpresa e o espanto pela ousadia, a e até a irritação pela forma como as ideias eram aí conduzidas (DUARTE, 2005, p.21)

Nesse sentido, concordamos com Duarte (2005), quando destaca que a linguagem utilizada por Nísia Floresta, tivesse despertado nos leitores tal espanto, uma vez que este seria um fato inédito no início do século XIX, enquanto Nísia Floresta elucidava “seria preciso recorrer a tantos países, como um judeu errante, para achar nesse sexo¹⁹ invejoso e pouco generoso, alguns outros exemplos de uma semelhante equidade a nosso respeito” (FLORESTA, 1989a, p 75). Ainda num tom de protesto continua: “Eu digo mais, não há ciência, nem cargo público no Estado que as mulheres não sejam naturalmente próprias a preenchê-los tanto como os homens” (FLORESTA, 1989a, p 73).

Dialogando com Hahner (2003), essa autora nos reforça a inexistência de comportamentos com finalidades que fossem comparados aos de Nísia Floresta, uma vez que os poucos protestos que tinham denunciavam contra as condições econômicas e sociais em que se encontrava a maioria da população, independente do sexo. A escravidão era uma dessas condições (HAHNER, 2003, p. 58).

De fato, “Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens”, tendo sua 1ª edição em Recife em 1832, demarcou a presença de Floresta no cenário brasileiro de seu tempo, na luta em favor da emancipação da mulher que, segundo a escritora, só seria possível através da educação. Sobre isso dizia em resposta aos homens “mostremos-lhes, pelo pouco que fazemos sem o socorro da educação, de quanto seríamos capazes se nos fizessem justiça” (FLORESTA, 1989a, p 95).

Em vários momentos do livro esse pensamento é encontrado, colocado de forma crítica pela autora, onde adota um confronto retórico sabiamente imbuído de argumentos baseados em diversos teóricos, em sua maioria filósofos. Mesmo quando a teoria destes defendia ideias contrárias às de Floresta, a autora conseguia utilizá-la para justificar a superioridade da mulher. Assim o fez, em certa parte do livro, com as afirmações de Catão²⁰.

¹⁹ Definição utilizada por Nísia Floresta para se referir ao sexo masculino e feminino.

²⁰ Marco Pócio Catão (95-46ª. C). Filósofo estóico, conservador inflexível, que considerava os princípios mais importantes que os compromissos.

Nessa obra percebemos uma brava defesa ora da superioridade, ora da igualdade do sexo feminino em relação ao masculino. Esse pensamento da intelectual se afirma quando, segundo Duarte (2005), a escritora atribui valores sociais aos sexos de acordo com seu interesse.

Inicia lembrando a função de cuidar de crianças ser uma atribuição exclusiva da mulher e desvalorizada pelo homem, mas extremamente útil à sociedade. Só por este desempenho, já considera que as mulheres deveriam merecer “o primeiro lugar na sociedade civil”. E assim, em qualquer situação, segundo seu argumento, as mulheres seriam mais necessárias à vida do que os homens, porque teriam mais “virtudes e capacidades” do que eles (DUARTE, 2005, p. 24).

De acordo com Duarte (2005), o pensamento de Floresta deixa transparecer sua audácia, em comparar e remeter ao sexo feminino, todo mérito que deveria ser destinado às mulheres, que não se concretizava, por causa das concepções preconceituosas sexistas vigentes naquela época. Pensamento este, que fazia crer a imensa maioria das mulheres, em sua maioria analfabeta, a aceitarem que seu destino estava em obedecer ao sexo masculino, e que, a pouca educação que lhe era oferecida se resumia, apenas em aprender bordado, coser e cozinhar para se constituírem uma excelente esposa e mãe. Sobre isso afirmava a autora:

Não pode ser, portanto, senão uma inveja baixa e indigna, que os induz a privar-nos das vantagens a que temos de um direito natural, como eles. O pretexto que eles alegam é que o estudo e as ciências nos tornariam altivas e viciosas; mas este pretexto é tão desprezível e extravagante e bem digno de seu modo de obrar (FLORESTA, 1989a, p. 49).

Nesta direção, em “Direitos das mulheres e injustiça dos homens”, Floresta faz uma imensurável defesa da educação para mulheres e questiona essa realidade, que para educadora, privava as mulheres de se emanciparem. Ao fazer esses questionamentos, Nísia Floresta, deixava evidente que era interesse dos homens que o acesso à educação negado às mulheres fosse uma realidade vindoura, pois vivendo no silenciamento estas mulheres estariam fadadas a ignorância e, conseqüentemente, ao patriarcado. Além disso, acreditava a escritora, que os homens tivessem receio de uma possível ascensão da mulher, e dessa forma, viessem a se tornar suas adversárias. Como explica a feminista.

Porém, se ele é perfeito em um outro sexo, então deve-se supor os homens invejosos e pode dizer, sem temeridade, que a única razão porque nos fecham o caminho às ciências é temerem que nós as levemos a maior perfeição que eles (FLORESTA, 1989, p. 47).

O pensamento de Nísia, nessa obra busca incessantemente a explicação para o regime de patriarcalismo de seu tempo, mas essa busca, segundo ela, não havia explicação, pois dizia:

Julgo, pois, ter provado de uma maneira evidente, que não há ciência, empregos e dignidades, a que as mulheres não tenham tanto direito de pretender como os homens; pois que eles não podem alegar outra superioridade que a força do corpo, para justificar o cuidado que têm de arrogar a si toda a autoridade prerrogativas e que não provam outra incapacidade nas mulheres, que possa privá-las de seu direito, senão a que resulta da opressão dos homens, que é fácil refutarem (FLORESTA, 1989a, p 86).

De fato, para Nísia Floresta, não havia justificativa para a suposta superioridade entre os sexos. Esta sua tese ficou registrada em diversas obras que publicou ao longo de sua vida literária, a busca pela igualdade entre homens e mulheres para a educadora e mãe também ficou registrado em forma de conselhos.

Quadro 7 - Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens 1ª Edição: Recife de 1832, 2ª edição em 1833, em Porto Alegre e 3ª edição em 1839 no Rio de Janeiro.

AUTORES	CARACTERÍSTICAS	CITAÇÃO NO LIVRO
Marco Pórcio Catão (95-46 a.).	Filósofo estoico, conservador inflexível, que considerava os princípios mais importantes que os compromissos.	“Mas parece que temos sido condenadas por um juiz de sua própria escolha, um velho delirante, muito aferrado a seu próprio pensar para se deixar arrastar pelo de sua mulher. Catão, o sábio, Catão, a quem a idade e os prejuízos não fizeram mais que obstinar no erro [...]” (FLORESTA, 1989a, p. 57).
René Du Perron Descartes (1596-1650).	Considerado o pai da Filosofia Moderna, enfatizava a razão como o principal instrumento de investigação.	“Nossos Sectários de Descartes não se envergonhavam de ter nele uma confiança religiosa, e crer que toda criação animal não é outra coisa que espécie diferentes de autômatos, ou monstros, que seu mestre tinha soberba sabedoria para não acreditar no seu próprio sistema, imaginando-o só para se divertir e embair os ignorantes” (FLORESTA, 1989a, p.27).
Potlos (?)	Filósofo	“Potlos supõe que o homens- quer sábios, quer ignorantes- sejam realmente superiores às mulheres e que a dependência em que nos conservam é o verdadeiro estado para que a natureza nos destinou [...]” (FLORESTA, 1989a, p. 28-29).
Alexandre Pope	Poeta inglês. Escreveu diversos poemas satíricos em que ridicularizava a sociedade elegante de sua época.	“Deve-se pois procurar com todo empenho aperfeiçoar as disposições que se lhes conhecer para as ciências, fazer conceber o gosto para elas e ensinar-se-lhes a fundo; é preciso seguir a opinião de um dos melhores autores, que é aplicável a todas as ciências, também à poesia” (FLORESTA, 1989a, p. 49).
Pe. Miguel do Sacramento Lopes Gama (1791-1852)	Redator de vários jornais em Recife e conhecido como crítico social dos mais agudos. Defendia a habilidade feminina para a retórica, bem como para exercer outras atividades mais dignas de seus talentos.	“Quanto à retórica é preciso convir que nós somos os seus modelos e mestres avaliados” (FLORESTA, 1989a, p. 67).

Fonte: Sistematizada pela autora baseada em notas de Duarte (1989).

ii) Conselhos à minha filha - Conselhos à Minha Filha, 1ª publicação no Rio de Janeiro em 1842, 2ª publicação em 1845 também no Rio de Janeiro, pela Typographia de Paula Brito, 1ª edição em italiano, 1858, 2ª edição em italiano em 1859 e a 1ª edição em francês também em 1859.

Esta obra representa dentre as publicadas por Nísia Floresta, a que podemos classificá-la como a mais editada de sua carreira literária. Conselhos à minha filha recebeu sua primeira edição no Brasil em 1842, duas edições no idioma italiano a primeira em 1858²¹, a segunda em 1859 e uma no francês em 1859. Além disso, segundo Constância Lima Duarte, foi nesse ano que “A Associação de Propaganda de Valença publica a segunda edição italiana de *Cosingli a mia figlia*, que o Bispo de Mandovi recomendava para leitura nas escolas italianas” (DUARTE, 2009, p. 114). Dessa forma, acreditamos que esta obra não poderia deixar de receber atenção devida em nosso estudo, apesar de neste livro, Floresta fazer uma abordagem diferenciada sobre educação se comparada as outras suas obras que tratam sobre a temática. A não ser do discurso de alguns escritos que dedicou às suas educandas, como veremos.

Este livro, na verdade, Nísia Floresta dedicou à sua filha Lívia Augusta, quando esta tinha 12 doze anos de idade “Aceita minha filha esses simples conselhos e que seja útil para você, porém, como espero, que faça bom uso” (FLORESTA, 1858, p. 8). Essa obra escrita em forma de conselhos foi um presente de Floresta à sua filha, onde dentre outros temas, tratava de questões educacionais, comportamento social e obediência. Nesse escrito a autora adota uma linguagem melancólica, deixando evidente o papel de mãe cuidadosa e dedicada, afirmando que “Sim, o sentimento materno vai além de toda a paixão humana” (FLORESTA, 1858, p. 10). Nessa perspectiva, segue todo o enredo de Conselhos a minha filha.

Ainda no enredo do livro, a autora pede que sua filha observe todos os exemplos de amor e obediência filial que a história tem apresentado, e nesse mesmo enredo, não se esquece de citar exemplos de personagens bíblicos como Abraão, Isaac e Cam, este último, filho de Noé (FLORESTA, 1858, p. 25), de forma, que nestes conselhos, percebemos uma grande influência religiosa da autora. Ainda identificamos que a autora faz em várias parte do livro faz saudosas lembranças ao seu ex-companheiro, Augusto Américo, inclusive responsabilizando-o gosto pelo estudo. A figura de seu pai também é lembrada,

²¹ Está primeira edição em italiano foi a que tivemos acesso, tendo sua tradução realizada por nós para o português. Esta obra digitalizada foi gentilmente cedida pela Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo- USP.

principalmente, a época das revoltas em que a sua família teve que deixar a sua terra natal e até morte do Sr. Dionísio.

Apesar dessa obra, como dissemos, não abordar o tema da educação em específico, Floresta ao aconselhar sua filha, deixa evidente sua preocupação no que se refere a sua instrução, pois afirmava que não pretendia apenas “[...] se limitar em dar ao seu espírito apenas uma “sombra da ciência”” (FLORESTA, 1858, p. 23). Nesse sentido, a autora esclarecia à sua filha a importância da educação para o sexo feminino, uma vez que uma mulher esclarecida, segundo Floresta, saberia lidar com os artifícios que a sociedade e natureza lhe impunham.

Seguindo os aconselhamentos a autora, ainda explica sobre os tipos de homens que podem fazer mal a sua filha. Uma das características que Floresta cita para Lívia Augusta seria o homem que se aproxima com falsa modéstia, pois a juventude inexperiente acabaria seduzida sendo levada para ruína, assim como a chama que busca a borboleta e a devora (FLORESTA, 1858, p. 47). Nestes termos, percebemos a preocupação da mãe e educadora quanto à sexualidade da filha, procurando adverti-la sobre suas consequências.

Nesse livro, podemos perceber que há uma aproximação de Floresta com as teorias da filosofia moral e da medicina da higienização muito discutido pela sociedade do século XIX. De modo que para Duarte (2010), Rosa (2012) nessa obra, os conselhos de Floresta seguiam numa perspectiva que atendia a ordem social estabelecida, no entanto, não comungamos com essa afirmação, pois acreditamos que, apesar de Nísia Floresta, ter aconselhado sua filha sobre o modo de como deveria se comportar e ser obediente, não significava dizer que estava a favor da burguesia, pois como a própria Nísia Floresta, falava em favor de todas as mulheres independentes de classe social e raça.

Quadro 8 - Conselhos à Minha Filha, 1ª publicação no Rio de Janeiro em 1842, 2ª publicação em 1845 (Nessa 2ª edição a autora inclui Máximas e Pensamentos – para minha filha) também no Rio de Janeiro, pela Typographia de Paula Brito, 1ª edição em italiano, 1858, 2ª edição em italiano em 1859 e a 1ª edição em francês também em 1859.

AUTORES	CARACTERÍSTICAS	CITAÇÃO NO LIVRO
Plutarco (Ac. 46 – 120 d.C)	Historiador e filósofo grego.	Plutarco, Milton, Fénelon, Virgílio, (cujas línguas traduzes) jamais foram, de seu saber, vaidosos, mas modestos. Ilustraram a Pátria, e a humanidade (FLORESTA, 2009, p. 29)
(François Fénelon)- François de Salignac de la Mothe Fénelon (1651-1715)	Escritor, bispo e literato francês, autor de livros pedagógicos, como Da educação das Moças (1687).	Plutarco, Milton, Fénelon, Virgílio, (cujas línguas traduzes) jamais foram, de seu saber, vaidosos, mas modestos. Ilustraram a Pátria, e a humanidade (FLORESTA, 2009, p. 29)
Públio Virgílio Marão (70 a.C-19ª.C)	Poeta Romano. Autor de <i>Eneida</i> .	Plutarco, Milton, Fénelon, Virgílio, (cujas línguas traduzes) jamais foram, de seu saber, vaidosos, mas modestos. Ilustraram a Pátria, e a humanidade (FLORESTA, 2009, p. 29)
Santo Agostinho de Santa Mônica	Filósofo, bispo e teólogo.	Essa crianças serão sempre infeliz, porque não vão ter como Santo Agostinho de Santa Mônica para uma mãe, cujas orações pela convenção de seu filho, subiu ao trono do Altíssimo , e para isso se seguiu triunfo da educação(FLORESTA, 1858 p. 31).

Fonte: Sistematizado pela autora, 2014.

iii) Opúsculo humanitário - 1ª Edição, Typographia de M.A. Silva Lima, Rio de Janeiro- 1853. 2ª Edição, Cortez Editora, São Paulo: Cortez, 1989.

Foi a obra em que Nísia Floresta declarou, com mais exaltação, sua angústia diante da situação de atraso do sistema educacional do seu país. Declarava, que enquanto os governantes continuassem ignorando esta real calamidade da educação, o Brasil continuaria no atraso cultural e intelectual. E afirmava que, a nação brasileira, insistia em dar continuidade a esse cenário de atraso, que acreditava a educadora, ser uma herança dos povos colonizadores e afirma “é uma triste verdade ter o Brasil herdado de sua metrópole o desprezo em que teve ela sempre a educação do sexo” (FLORESTA, 1989b, p. 47).

Este livro, lançado em 1853, no Rio de Janeiro, foi uma coletânea de artigos que a escritora havia escrito um ano antes, no Diário do Rio de Janeiro. A obra é composta por alguns desses escritos que Nísia Floresta havia publicado, alguns anonimamente, e que se resumiu em sessenta e dois capítulos. Onde Floresta consegue expressar, não apenas, sua revolta diante das injustiças brasileiras, mas na sua obra, “a autora combate, o preconceito e condena os erros seculares da formação educacional da mulher, não só no Brasil como em diversos países” (DUARTE, 2010, p. 155).

De fato, nessa obra, a escritora demonstra sua preocupação sobre a educação que era oferecida à mulher, suas limitações e ideias de mudança, pautadas numa educação que oferecesse às mulheres uma visão mais ampla da realidade em que viviam. Alegava que a educação não fosse, apenas, para formar uma extensão do lar desenvolver habilidades dignas de orgulho dos pais, a qual limitava as meninas, segundo Floresta (1989).

Saber habilmente manejar os brilhos com que faziam grosseiras rendas, girar o fuso para reduzir o algodão a grosso fio, pegar na agulha sem o conhecimento dos delicados trabalhos que dela se podem obter, conhecer o ponto da calda para as diferentes compotas e doces secos, laborar a lançadeira do tear, bambolear a pequena urupema e a fina peneira para preparar depois as massas, colorir as escamas dos peixes ou adaptar as variadas penas dos lindos pássaros tropicais à simetria das flores que fabricavam com umas e outras etc.- tais eram geralmente as ocupações que revelam o talento da jovem brasileira (FLORESTA, 1989b, p. 55).

Decerto, confiantes de que sua educação sintetizava-se nessas destrezas, não havia outro destino à maioria das mulheres brasileiras, se não a subalternidade. De acordo com Floresta, este pensamento também era alimentado por sofistas, usando o argumento de que a fragilidade da mulher seria um dos motivos para subtraírem-na o estudo, uma vez que definia o ensino como impróprio para o sexo feminino (FLORESTA, 1989b, p.62).

Os registros da educadora sobre a educação da mulher não reservava apenas ao Brasil, mas a outros países da Europa e América, como vimos, fazendo comparações com a qualidade da educação que era oferecida, aqui no Brasil, em relação a outras nações. Contudo, deixava explícita a admiração que tinha pela sua pátria, mas não escondia as discrepâncias de sua terra.

Nesta direção, pontua Duarte (2010),

É interessante observar como demonstra nesse livro seu amor à pátria. Em vez de enaltecer-lhe os potenciais, as belezas, naturais, suas riquezas à flor do solo, como então determinava o ufanismo nacional, a autora mostra o outro lado da moeda ao apontar as falhas e os defeitos de sua civilização: o atraso cultural, a indiferença dos governantes, o caso educacional (DUARTE, 2010, p.30).

É nesse clima de denúncia, que as páginas de Opúsculo Humanitário, deixa registrado dados sobre a educação primária e secundária no Brasil, utilizando fontes documentais do império datados de 1852. Nísia Floresta, sabiamente, se utiliza dessas informações para

reforçar a falta interesse do governo em relação a precariedade do sistema educacional que era oferecida às meninas. Os números encontrados, apenas reafirmam o que Nísia já enunciava, desde a primeira metade do século XIX. Nas escolas públicas, dos 55 mil alunos matriculados, 8.443 eram meninas. Essa realidade reunia números das escolas distribuídas na sede da corte e nas principais províncias.

As afirmações que a escritora faz no Opúsculo Humanitário, segundo Duarte (2005) é “quase uma síntese do pensamento de Nísia Floresta sobre a educação formal e informal das meninas” (DUARTE, 2005, p. 31). Nessa obra podemos perceber a audácia de Floresta no enfrentamento ao governo de sua época ao utilizar os dados da corte para comprovar suas ideias, e dessa forma, não nos parece curioso as críticas que recebeu do jornalismo impresso da época. Críticas positivas e negativas, talvez pela má interpretação da obra em relação ao posicionamento da escritora sobre o reforço a maternidade, na medida em que Floresta não descarta a defesa da mulher em desempenhar um bom papel quando se tratava da educação que deveria dar aos filhos. Essa percepção ficou muito clara na publicação, de Conselhos à minha filha, em 1842, obra que dedicou à sua filha e que foi seu trabalho mais traduzido e editado, segundo Duarte (2005).

De fato, ao fazermos uma leitura mais detalhada dessa obra, encontramos em seu discurso argumentos que nos levam a essa conclusão, mas é imprescindível que façamos uma leitura considerando o momento histórico em que se encontrava a educadora, pois segundo Duarte (2010) “Por um lado, próxima do pensamento liberal mais progressista, e, por outro, limitada por sua formação religiosa aos ditames conservadores do catolicismo.” (DUARTE, 2010, p. 34). Assim defendia que a mulher deveria ter mais condições de desenvolver seu papel de mãe e de esposa com mais dedicação. Discorreu, pois, Floresta “Educai vossas filhas nos sólidos princípios da moral, baseada no perfeito conhecimento de nossa santa religião, no exemplo de vossas virtudes, quer domésticas, quer cívicas.” (FLORESTA, 1989, p.158).

Apesar do discurso de Floresta, sobre o conceito de boa mulher, não deixamos de encontrar em seus escritos, a rigorosidade da denúncia, no que diz respeito, ao lugar que era reservado às mulheres de sua época, e a educação que era subtraída do universo feminino, quando afirmava que,

Nada, porém, ou quase nada temos visto fazer-se para remover os obstáculos que retardam os progressos da educação das nossas mulheres, a fim de que elas possam vencer as trevas que lhes obscurecem a inteligência, e conhecer

as doçuras infinitas da vida intelectual, a que têm direito as mulheres de uma nação livre e civilizada (FLORESTA, 1989b, p. 44).

Esta liberdade intelectual que Floresta destaca está intimamente centrada no tipo de educação pela qual ansiava. Uma educação que libertassem a maioria das mulheres da ignorância em que vivia, no mundo obscuro a que estavam confinadas, pois segundo Hahner, raras eram mulheres que obtinham e podiam ter algum tipo de influência sobre marido ou parentes masculinos, ocupando algum cargo público, mas que nada disso pudesse transparecer para sociedade. Permanecendo a mulher submissa aos maridos ou pais (HAHNER, 2003, p.44).

Dessa forma, de nada adiantava ocupar algum cargo se não era confiada a mulher autonomia para que exercesse com dignidade sua função. É neste sentido, que, Nísia Floresta, defendia uma educação de qualidade que objetivasse a emancipação da mulher, enquanto cidadã, mãe e esposa, pois “Falta de uma boa educação é a causa capital que contribui para que a mulher, no meio da corrupção da sociedade, perca esse norte, o qual não é outro mais que moral” (FLORESTA, 1989b, p.61).

A incansável defesa por uma educação de qualidade, e a incessante luta contra a precariedade do sistema educacional do seu país fez com que a educadora, não aferisse suas palavras para defender seus ideais, identificando aqueles que seriam os responsáveis por permitirem tal inconsequência. No artigo XXXIX do Opúsculo Humanitário, Nísia Floresta, inicia sua redação no tom de denúncia: “Falamos essencialmente das causas que estorvam os progressos de nossa educação, concernentes à negligência dos governantes e à inaptidão da maior parte dos encarregados do ensino de nossa mocidade” (FORESTA, 1989b, p.88).

É este tom que percorre sua obra, não apenas sobre a educação da mulher, mas a condição dos que estavam às margens da sociedade. Os escravos africanos e os indígenas também estiveram presentes nos escritos da autora. Sobre ambos recriminava todo tipo de tratamento humilhante a que foram submetidos. Dos indígenas indicava a índia como digna de exemplo por sua dedicação a família e sua bravura. Aos escravos defendia a abolição e já anunciava como combater o preconceito para que este não se ramificasse numa sociedade futura. Quando fala às matriarcas sobre o exemplo que daria aos seus filhos açoitando os seus escravos perante sua prole, diz:

Mães brasileiras, afastai dos olhos de vossos filhos o espetáculo de uma opressão cruel que lhes enerva a compaixão e agrava mais a triste sorte desses míseros a quem deveis, como cristãs, caridosamente dirigir. Ensinai-lhes cedo a olhá-los como nossos semelhantes e, por conseguinte, dignos de nossa comiseração no estado a que os reduziram nossos maiores (FLORESTA, 1989, p.116)

Novamente percebemos que educadora identifica os transgressores, desta vez, da violência a que estavam submetidos os escravos africanos. A bravura dessa autora mostrava a sua determinação. Este certamente teria sido o motivo pelo qual foi alvo de diversas calúnias e desprezo durante sua trajetória na campanha que firmou, precisamente, sobre a educação destinada ao sexo feminino. Mesmo em face desse cenário de coerção, a educadora não silenciou e suas últimas frases do seu Opúsculo Humanitário e marca sua militância ao advertir: “Educai, para isto, a mulher e com ela marchai avante, na imensa via do progresso, à glória que leva o renome dos povos à mais remota prosperidade!” (FLORESTA, 1989, p.160).

Quadro 9 - Opúsculo Humanitário, 1ª Edição, Typographia de M.A. Silva Lima, Rio de Janeiro- 1853. 2ª Edição, Cortez Editora, São Paulo: Cortez, 1989.

AUTORES	CARACTERÍSTICAS	CITAÇÃO NO LIVRO
Sólon (640? - 560? a.C.).	Reformador político cujas medidas liberalizadoras serviram de base para o advento da democracia (século V a.C.) em Atenas.	“Levantou-se então no horizonte da Europa aquele brilhante meteoro que surpreendeu e deslumbrou o mundo com as luzes que despedia se seu foco. A Grécia teve leis mais brandas. Sólon, mais sábio legislador que os sábios do Oriente, e menos severo que Licurgo, foi o primeiro que melhor soube harmonizar os interesses da pátria com as vantagens da civilização” (FLORESTA, 1989b, p. 6).
Marco Pórcio Catão (95-46 a.C.).	Filósofo estoico, conservador inflexível, que considerava os princípios mais importantes que os compromissos. Conhecido por seu caráter incorruptível como homem público e pelo apego à legalidade republicana.	“O egoísmo desse grande povo a respeito do sexo revela-se autenticamente em duas palavras do sábio Catão. Esse oráculo disse: Tratemos as mulheres como nossas iguais, e para logo elas torna-se-ão nossas senhoras e exigirão como tributo o que hoje recebem como uma graça. Infeliz Catão!” (FLORESTA, 1989b, p. 9).
Germaine Necker, baronesa Stael-Holstein , (1776-1817).	Conhecida como Madame de Stael é tida como a introdutora do romantismo na França.	“Uma das duas primeiras escritoras francesas de nosso século, Mme. de Stael, atribui à facilidade do divórcio entre os alemães a introdução, nas famílias, de uma sorte anarquia que nada deixa subsistir em sua verdade nem em sua força” (FLORESTA, 1989b, p. 18).
Jean Jacques Rousseau (1712- 1778)	Filósofo, teórico político, escritor e compositor autodidata. É considerado precursor do Romantismo e um dos principais representantes do Iluminismo.	Do autor de O Contrato Social, cujas obras mereceram tanta consideração dos homens pensadores, julgamos que não podia ele melhor descrever a mulher no estado selvagem de que foi tão grande apologista. (FLORESTA, 1989b, p. 28).
François Marie Arouet- Voltaire	Escritor e filósofo iluminista francês.	

(1694-1778)		
Charles-Louis de Secondat- Montesquieu (1689-1755)	Filósofo francês	“Quanto a Montesquieu, lastimamos, sem admitir, um tal desvio da justa apreciação da mulher, porque estamos habituados a ver, na história de todos os povos, eminentes capacidades, como o ilustre escritor, caírem no mesmo erro quando tratam dela” (FLORESTA, 1989b, p. 28).
Mary Wollstonecraft (1759-1797)	Foi uma das figuras mais importantes do pensamento feminista no século XVIII. Autora de <i>A vindication of the Rights of woman</i> , 1792. Obra traduzida livremente para o português por Nísia Floresta, 1832.	“Mas deixemos a Wollstonecraft, Condorcet, Siéyès, Legouve, etc. a defesa dos direitos do sexo” (FLORESTA, 1989b, p. 29).
Marie-Jean-Antoine-Nicolas Caritat (O Marques de Condorcet)-	Publicou o artigo “ <i>Sobre a Admissão das Mulheres ao Direito da Cidadania</i> ” que posteriormente foi utilizado na campanha do voto feminino na Inglaterra.	“Mas deixemos a Wollstonecraft, Condorcet, Siéyès, Legouve, etc. a defesa dos direitos do sexo” (FLORESTA, 1989b, p. 29).
Emmanuel-Joseph Siéyès (1748-1836)	Político e reformador social francês.	“Mas deixemos a Wollstonecraft, Condorcet, Siéyès, Legouve, etc. a defesa dos direitos do sexo” (FLORESTA, 1989b, p. 29).
Ernest-Wilfrid Legouvé (1807-1903)	Poeta e romancista francês, autor de <i>História Moral das Mulheres</i> , 1848, resultado de uma conferência que pronunciou no Colégio de França.	“Mas deixemos a Wollstonecraft, Condorcet, Siéyès, Legouve, etc. a defesa dos direitos do sexo” (FLORESTA, 1989b, p. 29).
Júlio Michelet (1798-1874)	Historiador francês. Autor de História da França ou História da Revolução Francesa também escreveu sobre a problemática da mulher. “Du pretrê, de La femme, de la familli (1838), Femmes de La Révolution (1854) e La femme (1859).	“Assim compartilhando de coração as ideias, a respeito da mulhere, do progressista e eloquente Júlio Michelet “ <i>Philosophes, physiologistes, économistes, homes d’Etat, nous savons tous que l’excellence de La race, La force Du peulpe, tient surtout au sort de La femme. Entre Aimeé, enfanter, puis enfanter moralement, élever l’homme (ce tmps barbare ne l’entend pás bien encore) voilà l’affaire de La femme. Fons omnium viventium! Qu’est-ce qu’on ajoutera à cette grande parole?</i> ” ²² [...]” (FLORESTA, 1989, p. 38).
Mrs. Stowe-Harriet Beecher-Stowe (1811-1896)	Educadora e romancista americana, autora da obra <i>A Cabana do Pai Tomás</i> (1850).	“Mrs. Stowe é o verdadeiro tipo da americana e o mais perfeito modelo que se pode apresentar a todas as mulheres. Educação religiosa e mora, espírito eminentemente cultivado, amor do trabalho, de que deu exuberantes provas desde sua primeira juventude, dirigindo com zelo e perseverança o ensino da mocidade, prática das virtudes domésticas no estado de esposa e de mãe, solidez de uma razão esclarecida, coragem heroica [...]” (FLORESTA, 1989, p. 38).

²² “Filósofos, fisiólogos, economistas, estadistas, todos nós sabemos que a excelência da raça, a força do povo, fundamenta-se, sobretudo na condição da mulher. Ser amada, dar a luz, depois dar a luz moralmente, educar o homem (este tempo bárbaro não o entende ainda bem) eis a tarefa da mulher. Matriz de todos os viventes! O que se haverá de acrescentar a tão grande expressão?...” (SHARPE-VALADARES, 1989, p. 38).

Mrs. Stowe-Harriet Beecher-Stowe (1811-1896)	Educadora e romancista americana, autora da obra <i>A Cabana do Pai Tomás</i> (1850)	“O livro de Mrs. Stowe ´w um primor de moral, de delicadeza, de estilo, de sentimentos sublimes, de preceitos cristãos, simples e habilmente dirigidos pro mão feminina[...]”(FLORESTA, 1989, p. 38).
Fénelon-François de Salignac de la Mothe Fénelon (1651-1715)	Bispo e leterato francês, autor de livros pedagógicos, como <i>Da educação das Moças</i> (1687).	O país onde o soberano é mais absoluto é justamente aquele em que seu poder está menos seguro. É esta a ideia do próprio Fenelon, depois de ter apoiado a aristocracia (FLORESTA, 1989, p. 60).
Platão (428/328?)	Filósofo e matemático grego.	“A mulher é, como o homem, conforme se exprime o sublime Platão, uma alma servindo-se de um corpo” (FLORESTA, 1989, p. 62).
Jean Jacques Rousseau (1712- 1778)	Filósofo, teórico político, escritor e compositor autodidata. É considerado precursor do Romantismo e um dos principais representantes do Iluminismo.	“Se Rousseau, com o seu Emílio, fez corar as mães francesas pelo esquecimento em que estavam desse primeiro dever da maternidade, em França, onde as mães têm mais ou menos alguma educação [...]” (FLORESTA, 1989, p. 93).
Fénelon-François de Salignac de la Mothe Fénelon (1651-1715)	Bispo e leterato francês, autor de livros pedagógicos, como <i>Da educação das Moças</i> (1687).	O sábio Fenelon, em seu livro <i>De l’education des filles</i> , falando desse primeiro período da infância, diz: “Ce premier age qu’ on abandonne à des femmes celui ou se font lês impressions lês plus profondes et qui par consequent a um grand rapport à tout Le reste de La vie ²³ (FLORESTA, 1989, p. 94).
Fénelon-François de Salignac de la Mothe Fénelon (1651-1715)	Bispo e leterato francês, autor de livros pedagógicos, como <i>Da educação das Moças</i> (1687).	“Em piores condições que as de povo enerte o qual escrevia Fénelon achan-se os brasileiros” (FLORESTA, 1989, p. 94).
Jean-Jacques Rousseau (1712- 1778)	Filósofo, teórico político, escritor e compositor autodidata. É considerado precursor do Romantismo e um dos principais representantes do Iluminismo.	Muitas grandes inteligências cujos preciosos legados a humanidade desfruta atingiram, como Rousseau, a idade adulta sem as profundas luzes que fazem hoje a nossa admiração. Só a educação para produzir salutares efeitos deve acompanhar o indivíduo desde a infância (FLORESTA, 1989, p. 102).
Magalhães-Domingos José de Magalhães-(1811-1882)	Romancista brasileiro. Autor de <i>Suspiros, Poéticos e Saudades</i> (1836), marco do movimento romântico na literatura do Brasil.	“Quem em nosso clima se espreguiça e o infesta, e as portas à Ciência e às Artes fecha, como tão propriamente disse o nosso poeta Magalhães” (FLORESTA, 1989, p. 124).
Victor Hugo (1802-1885)	Pontífice máximo do romantismo francês, teve grande participação na política, defendendo as ideias liberais e republicanas.	“Implorando, pois, a filantropia do governo para a classe desfavorecida da fortuna, repetiremos a esta as palavras do grande poeta Victor Hugo” (FLORESTA, 1989, p. 131).
Byron-George Noel Gordon, Lord Byron (1788-1824)	Respeitável representante do romantismo na Inglaterra.	“Pobre povo de escravos, nascido em tão belo clima! Para que prodigalizaste teus dons, ó Natureza, a semelhantes homens?” (FLORESTA, 1989, p.133).

²³ Esta primeira idade em que se entrega [a criança] a mulheres indiscretas e algumas vezes desregradas, é aquela em que se produzem as impressões mais profundas e que, por consequência, tem grande relação com todo o resto da vida (SHARPE-VALADARES, 1989, p. 94).

Francis de Castelnau- O Conde de Castelnau (1812-1880)	Naturalista francês chefiou uma expedição científica à América do Sul de 1834 a 1847.	“Le brésilien est bien loin d’avoir ke caractere dur qu’on lui prête souvent em Europe, car c’est certainement Le plus indugent” (FLORESTA, 1989, p. 140) ²⁴ .
Teófilo Benedito Ottini (1807-1869)	Pensador e político liberal brasileiro do século XIX.	Entre outros, há pouco lemos o muito interessante escrito de Sr. Teófilo Benedito Ottoni <i>Viagens às Margens do Mucuri</i> – em que este digno brasileiro fala deles com uma imparcialidade e esclarecida justiça, que muito nos tocou (FLORESTA, 1989, p. 154).

Fonte: Sistematizada pela autora a partir de notas Sharpe-Valadares, 1989.

iv) Cintilações de Uma Alma Brasileira- *Scintille d’um’ Anima Brasileira*, 1ª edição pela Typographia Barbera, Bianchi e Cia, de Florença, 1859. 1ª edição em português, Cintilações de Uma Alma Brasileira, Editora Mulheres, Florianópolis, 1997.

É um dos livros mais importantes da trilogia nisiana. Esta obra se difere das outras, discutidas nesse trabalho, em vários sentidos. Foi publicada em Florença na Itália, em 1859 e após cento e quarenta anos é que recebeu uma a edição em português. É composta por cinco ensaios onde a autora adota uma escrita ufanista. Além de adquirir uma linguagem menos aguerrida, mas não deixou de denunciar os problemas sociais que continuamente transcorriam seus ideários, como a educação e a escravidão.

Esta obra, precisamente no ensaio “Passeio no Jardim de Luxemburgo” pode ser considerada também a que mais Nísia Floresta expõe sua admiração por Auguste Comte, e conseqüentemente, por uma das correntes filosóficas que durante algum tempo influenciou suas ideias, o Positivismo. Portanto, em consonância com Duarte (1997),

Julgamos a adesão de Nísia Floresta ao positivismo apenas parcial porque consideramos, de um lado, os elogios feitos por ela à doutrina e de outro, a independência de pensamento que conservou, apesar da familiaridade com o filósofo. A identificação se efetua precisamente no que destaque dado à mulher e na impressão de que, enfim, ela era levada “a sério” (DUARTE, 1997, p. xxviii)

Decerto a questão da mulher foi um tema que sempre esteve presente na obra de Floresta, entretanto, em “Cintilações de Uma Alma Brasileira” a autora traz temas que exaltam as belezas naturais do Brasil, passando por Paris no ensaio “O abismo sob as flores da civilização” onde faz críticas à prostituição tecendo um discurso moralista sobre a questão.

²⁴ O brasileiro está bem longe de ter o caráter duro que se lhe atribui com frequência na Europa, pois é certamente o mais indulgente (SHARPE-VALADARES, 1989, p. 140).

Ainda no cenário francês, Nísia Floresta, debate sobre a amamentação, uma questão que também a inquietava. Ela tratou, portanto, segundo Duarte “de um problema atualíssimo na França daquele tempo e que, apesar das investidas dos filósofos e médicos, não demonstrava ainda na prática sinais de esgotamento” (DUARTE, 1997, p. xx). Floresta, por sua vez, antecipava uma discussão que só posteriormente viria ocupar, com mais rigor, as agendas do estado.

É neste ensaio também que a feminista desponta o seu lado jornalístico, tendo seu texto caráter de reportagem. Decide fazer uma observação in loco e permanece na aldeia durante algum tempo morando com as camponesas, e dizia “aproveitar-me-ei de minha estadia aqui (dizia para mim mesma) para melhor estudar esses hábitos” (FLORESTA, 1997, p. 93) em visita as aldeias para onde as mulheres da cidade enviavam seus filhos com intuito destes serem amamentados pelas mulheres do campo, cultura que foi massivamente criticada pela autora durante todo este ensaio. Segundo a autora, quando as mães entregavam seus filhos para que outras mulheres os amamentassem, elas estariam negando sua função biológica.

Por fim, retorna sua crítica ao estado e sua negligência ante estes fatos.

Cessai aqueles tolos discursos com os quais atordoais sua razão, fazendo-a crer que é rainha, quando nada mais é que a escrava dos vossos caprichos. Não façais dela a mulher da Bíblia; a mulher de hoje em dia pode-se sair-se melhor do que aquela; nem muito menos a mulher da Idade Média: da qual estamos todas tão distantes que não poder-nos-ia servir e modelo; mas a mulher que deve progredir com o século dezenove, ao lado do homem, rumo à regeneração dos povos (FLORESTA, 1997, p.115).

Nesse sentido, percebemos que esta ideia da autora, nessa obra, é a que retoma sua postura crítica ante o papel reservado a mulher no meio social. Contudo, percebemos que neste livro, como já mencionamos Nísia Floresta, se distancia um pouco daquela Nísia Floresta das obras supracitadas, despontando seu lado mais religioso e moral. Desta forma, dizia para as mulheres em “Cintilações de Uma Alma Brasileira”:

Pensem que, quanto mais sua educação for descurada e seu mérito mal reconhecido, tanto mais seus esforços para alcançar o devido lugar e a glória de tê-lo adquirido com o uso constante de suas virtudes naturais as destacarão no grande e maravilhoso quadro da ressurreição moral dos povos (FLORESTA, 1997, p. 133).

Para a autora essa mulher de posse de uma educação que esclarecesse sobre suas funções sociais e biológicas saberiam, dessa forma, educar bem seus filhos, além ser uma boa filha e esposa. Mas logo esclarece estas funções dizendo que a filha deveria amar os pais e obedecê-los, sendo este um dever sagrado, à esposa aconselha que seja fiel e der provas de que não é um ornamento, um ser autômato, mas uma companheira necessária, enquanto sobre o papel de mãe Floresta dizia “ser mãe, no sentido moral, não consiste em se ter filhos, mas saber educá-los” (FLORESTA, 1977, p. 139). No entanto, para desempenhar esses papéis as mulheres precisavam, antes de tudo, educar-se. Em tom melancólico a autora recomenda às mulheres “caminhai com firme e seguro passo, com amor e a fé no peito, com a energia do espírito, para a bela aurora que, mediante vossos nobres esforços, deverá surgir no horizonte de humanidade” (FLORESTA, 1997, p. 153).

Para Duarte (1997) mesmo adotando uma postura que se difere das outras obras, neste ensaio, Nísia Floresta contribui para a construção da identidade feminina e seu nome se alinha aos teóricos e teóricas da “reformulação da maternidade e do papel da mulher em nosso país e mesmo na França” (DUARTE, 1977, p. xxiii). Nessa perspectiva, acreditamos que se de fato a construção da identidade feminina passou, historicamente, pelo resgate da função biológica e do seu papel no que se refere à família, Nísia Floresta contribuiu para a discussão junto a outras escritoras de sua contemporaneidade.

Ainda em “Cintilações de Uma Alma Brasileira” no ensaio que intitulou de “O Brasil”, Nísia destaca as belezas naturais da sua pátria fazendo críticas aos estrangeiros, que quando falam desse país se resumem a retratar o seu lado negativo. Afirma que não seria possível para um imigrante, devido a imensidão de seu país, resumi-lo ao subdesenvolvimento. E que, de fato, teria presenciado tal pensamento quando “nas salas de Paris aparecer alguma brasileira que dê mostras de talento, perguntam-lhe incontinentemente se foi educada na França” (FLORESTA, 1997, p. 57).

Nesse livro, também percebemos uma total veneração da autora em relação ao Brasil. Destacava que não haveria outro país tão abençoado com tamanha beleza natural e alçava críticas aos colonizadores, apontando que “nenhum outro país, tampouco, com tantas reais vantagens para torna-se maior nação do mundo, foi com maior negligência tratado por aqueles que o descobriram, e o governaram por mais de três séculos”! (FLORESTA, 1997, p 11).

Uma passagem neste livro que também merece destaque é a altivez com que Nísia Floresta faz menção ao estado de Pernambuco. Passando pelas revoltas de 1817 e 1824, nome de personagens históricas pernambucanas, belezas naturais do estado à origem do nome da cidade Olinda, para tanto, dedica basicamente metade das páginas do ensaio “O Brasil” para descrever detalhadamente o lugar, onde a autora reconhece que entre as vinte “províncias de que se compõe o vasto império do Brasil, todas ricas de que a natureza reserva de maior em seu regaço, uma há, da qual pode-se dizer que o gênio da liberdade a escolheu para seu domicílio” (FLORESTA, 1997, p. 21), à sua época, a província de Pernambuco.

Ainda sobre o estado supracitado a feminista exclama: “Pernambuco! Sim, ali se encontra todo esse conjunto de belezas naturais que desabrocham da franqueza espontânea, ainda não cancelada em seu povo pelo refino de uma fictícia civilizada” (FLORESTA, 1997, p.35). Acreditamos que este estado muito tem de influência para autora, da morte de seu pai ao nascimento da sua primeira filha; do primeiro jornal em que difundiu suas ideias à publicação do seu primeiro e mais revolucionário livro, como dissemos, considerado o marco da história do feminismo no Brasil. Desta forma, se justificaria essa admiração pela Veneza Brasileira.

De fato “Cintilações de Uma Alma Brasileira” traz eminentemente um outro estilo de escrita de Nísia Floresta. Contudo, como já proferimos a autora não abdica das denúncias e problemas sociais de sua pátria. Dessa forma, denuncia que ver os escravos “espalhados aos milhares em cada canto desta ampla região calcar sob um belo céu o rico e livre solo brasileiro, arrastando atrás de si a pesada corrente da servidão: contra-senso escarnejador das liberalíssimas instituições que governam esta bela nação!” (FLORESTA, 1997, p 171). Nessa perspectiva, reafirmamos que a Nísia Floresta abolicionista, mesmo distante de sua terra, quando escreveu a obra a que aludimos, não abdicou de sua ideologia frente à escravidão que para ela seria “Lastimável e reprovável” (FLORESTA, 1997, p 33).

Quadro 10 - *Scintille d'um' Anima Brasileira*, 1ª edição pela Typographia Barbera, Bianchi e Cia, de Florença, 1859. 1ª edição em português, *Cintilações de Uma Alma Brasileira*, Editora Mulheres, Florianópolis, 1997.

AUTORES	CARACTERÍSTICAS	CITAÇÃO NO LIVRO
Friedrich Wilhelm Heinrich Alexander Von Humboldt	Geógrafo e naturalista alemão.	“Ou segundo dizia o célebre Humboldt, altos de palmeias agitando seus soberbos pebachos, dominam as árvores circuntantes, e formam, em longas colunas, uma floresta sobre a floresta” (FLORESTA, 1997, P. 23)
Augusto de Saint Hilaire	Botânico, naturalista e viajante francês. Deixou registrado sua viagem pelo Brasil.	[...] “eu fielmente traduzo: Deram-me de jantar, e também o desjejum, antes de minha partida; nem quiseram nada de mim, apesar de não serem muito bem remedidos” (SAINT HILAIRE <i>apud</i> FLORESTA, 1997, P. 25)
Johann Moritz Rugendas (1802-1858)	Naturalista e pintor alemão. Viajou pelo Brasil pintando seus povos e costumes entre 1822 e 1825.	“Todavia houve, por exceção, alguns de tais viajantes, que fizeram menção de vários acontecimentos históricos com uma inteligência e imparcialidade espetacular. Entre estes mencionaremos Rugendas, cujo nome junta-se àqueles dos mais conscienciosos escritores de nosso século” (FLORESTA, 1997, P. 41).
Johann Moritz Rugendas (1802-1858)	Naturalista e pintor alemão. Viajou pelo Brasil pintando seus povos e costumes entre 1822 e 1825.	“Eis um pena estrangeira que soube fazer justiça ao mérito do povo brasileiro, e fazer uma estima digna do espírito que o enobrece, e dos destinos a que está reservado” (FLORESTA, 1997, P. 51).
Conde Giacomo Leopardi (1798-1837)	Filósofo e poeta italiano.	“Lede, meditai, guardai-os em vossa memória, e espera: Mulheres, de vós não pouco a pátria espera; e não e, dano e escânio da humana progênie, ao raio das vossas pupilas o ferro e o fogo poder domar foi dado” (LEOPARDI <i>apud</i> FLORESTA, 1997, P. 155).
Auguste Comte - Isidore Auguste Marie François Xavier Comte (1798-1857).	Filósofo e matemático francês fundador do Positivismo. É considerado o pai da Sociologia.	A ti portanto, ó grande filósofo do século, digno concidadão de Descartes, alma nobilíssima, gênio em nossa era, segundo a ninguém mais, que soubeste compreender e prazer a mulher para associá-la às tua regeneradora doutrina; louvado sejas! (FLORESTA, 1997, P. 193).
August Comte - Isidore Auguste Marie François Xavier Comte (1798-1857).	Filósofo e matemático francês fundador do Positivismo. É considerado o pai da Sociologia.	O projeto de melhoramento que mantinha ocupados os nossos três passantes, tinha por fundamento, sem que se apercebessem disso, o mesmo princípio no qual a doutíssima pena do incomparável Augusto Comte [...] (FLORESTA, 1997, P. 195).
Filippo Giuseppe Maria Ludovico Bonarroti (1761-1837)	Revolucionário e teórico socialista italiano.	Estudos são esses que fecham os passos da alheia liberdade penetradora, rocambolesca e bela, apta a escalar montanhas, a furar selvas, onde outrem nunca chegou, porque a calhe não viu ou não tentou, nem lhe fez bem (FLORESTA, 1997, P. 199).

Sistematizado pela autora, 2014.

1.2.4. Convergência intelectual na obra de Nísia Floresta

Nísia Floresta foi uma intelectual de grandes leituras, que a colocou em contato com grandes obras consideradas, a sua época, revolucionárias sobre a educação das meninas. Na construção de suas obras Floresta demonstra que teve vários autores como referência na constituição de suas ideias, esse fato fica evidente no quadro de autores que elaboramos. Para

Pimentel (2001), esse quadro tem a finalidade de auxiliar na análise dos dados, tanto qualitativo como quantitativo em relação aos autores citados ou presentes em referências bibliográficas (PIMENTEL, 2001, p. 188). No nosso caso, utilizamos as referências presentes encontradas no corpo das obras de Nísia Floresta, uma vez que nas obras de sua época, as referências não atendiam às regras das obras atuais. Numa leitura mais polida, que nos exigiu repetidas leituras dos livros, os quais examinamos, foi possível verificar a frequência com que os autores eram citados nas organizações das ideias conceituais da autora. Nessa direção, também foi possível observar os principais teóricos que serviram de base na produção intelectual de Nísia Floresta, bem como as abordagens filosóficas, o diálogo que manteve com tais intelectuais em diferentes períodos de seu amadurecimento intelectual.

O resultado da elaboração do quadro de autores nos permitiu eleger alguns estudiosos, onde acreditamos ter desenvolvido convergência na produção intelectual de Nísia Floresta. Dentre os quais, a partir dos critérios estabelecidos, elegemos quatro: François Fénelon, Mary Wollstonecraft, Jean Jacques Rousseau e Auguste Comte. Os critérios da escolha incidiram, não apenas pelo fato de que alguns desses autores já terem sido discutidos por outros biógrafos e estudiosos da obra nisiana, mas pelas aproximações que realmente encontramos entre esses intelectuais e a educadora. Outro ponto que destacamos são os indícios; excertos de parte dos textos desses autores na obra da autora, a constância desses intelectuais em suas referências, além de aproximações no arquétipo da escrita. De fato, o quadro de autores nos possibilitou um melhor enquadramento para apontarmos que Nísia Floresta, assim como outros autores e autoras, sofreu diversas influências e passou por várias oscilações na construção de sua teoria.

i) François Fénelon²⁵

François Fénelon foi autor de duas obras célebres durante este século: *As aventuras de Telêmaco* (1694-98) e *De l'éducation des filles*²⁶ (1687-1696), este último considerado um clássico sobre a educação feminina. Segundo Bastos (2012), foi escrita por Fénelon quando este tinha 27 anos “Por solicitação do duque de Beauvilliers, da corte de Luís 14 e

²⁵ François de Salignac de La Mothe-Fénelon (1651-1715) foi um filósofo, pedagogo, escritor, teólogo e poeta francês. Suas ideias liberais foram de encontro a igreja e ao Estado.

²⁶ Da educação das meninas.

encarregado de organizar a educação do príncipe herdeiro que tinha uma família numerosa e, essencialmente, composta por mulheres” (BASTOS, 2012, p. 148).

Nessa seção, a escrita sobre Fénelon recebeu um tratamento mais detalhado em relação aos autores que o antecederam, Mary Wollstonecraft, Rousseau e Comte. Não porque o consideramos mais significativo, mas pelo fato dos outros autores já terem sido citados e estudados, Câmara (1941), Lins (1967), Duarte (2010), Rosa (2012) em outros estudos sobre Nísia Floresta, ao contrário de François Fénelon. Nesse sentido, esta pesquisa apresenta uma questão que ainda não foi discutida pelos pesquisadores da obra de Floresta, a aproximação ideológica da autora com as ideias de Fénelon, ou seja, uma possível confluência desse autor na base intelectual que corroborou para a constituição do pensamento pedagógico feminista da educadora.

Nesse sentido, o contato mais minucioso com as obras de Nísia Floresta, nos colocou diante de François Fénelon, citado e exaltado por essa educadora em vários trechos de suas obras, como “Opúsculo Humanitário” e nos Conselhos que ofereceu às suas alunas e à sua filha. No entanto, a dificuldade de encontrar fontes sobre este autor, apontou para uma exploração ainda mais inovadora, para essa pesquisa e para a sua contribuição à obra de Nísia Floresta. Para ter acesso às fontes que encontramos sobre a produção intelectual desse autor que não é muito estudado no Brasil, o nosso acesso à sua obra, *De l'éducation des filles*, editada em 1885 foi realizada através *Gallica Bibliothèque Numérique/ Bibliothèque Nationale de France* e sobre sua biografia acessamos a *The Catholic Encyclopedia de New York*, ambas bibliotecas virtuais.

No entanto, em produções brasileiras, encontramos um trabalho de Bastos (2012), onde a autora traz em anexo de seu artigo, a tradução de parte da obra “Da educação das meninas”, pois a obra completa ainda inclui “Conselhos de uma senhora acerca da educação de sua filha”, excertos de Avis de Monsieur de Fénelon, Archevêque de Cambrai, à une dame de qualité, sur l'éducation de mademoiselle as fille, escrito, segundo, Bastos (2012) possivelmente em março de 1712 e publicado como anexo *De l'éducation des filles* em 1715.

Foi a partir dessas leituras que mantivemos o diálogo entre a obra de Floresta e Fénelon, onde encontramos algumas aproximações, as quais apenas foram citadas, mas não exploradas por alguns autores. Bastos (2012) apoiada em Duarte (1995) afirma que a obra de Fénelon influenciou não apenas Floresta, mas outros autores como Félix Ferreira, Rui

Barbosa e José de Assis Brasil. Acreditamos que a obra de Fénelon, *De l'éducation des filles*, inspirou Nísia Floresta, e, portanto, merece aqui um tratamento mais cuidadoso. Uma vez que,

Essa obra é um discurso fundador sobre a educação das mulheres e contribui para a compreensão da historicidade dos processos discursivos sobre como as questões de gênero se relacionam e como contribuem para tecer e homogeneizar a memória de uma época (BASTOS, 2012, p. 152).

Nesse sentido, comungamos com Bastos, pois se atualmente essa obra nos confia informações para que possamos discutir sobre a historicidade da questão da emancipação da mulher, no século XIX, pois sua finalidade parecia a mesma. Considerando o tempo histórico dessa obra, Bastos (2012) baseada em Brum (1983) defendem que Fénelon, apesar de não objetivar a posição da mulher na sociedade de sua época, dando-lhes apenas o governo da casa, mesmo assim, defendia sua educação, e nesse sentido, ia de encontro aos posicionamentos da sua época em relação às mulheres (BASTOS, 2012, p. 151-152).

A obra *De l'éducation des filles*, a que tivemos acesso é composto por treze capítulos, conforme o seguinte: 1º Da importância da Educação das meninas; 2º Inconvenientes das educações ordinárias; 3º Quais são as bases primeiras do ensino; 4º Imitação a temer; 5º Instruções indiretas. Não devemos constranger as meninas; 6º Uso das histórias para as meninas; 7º Modo de fazer entrar no espírito das meninas os elementos da religião; 8º Instrução acerca do decálogo, sacramento e oração; 9º Observação acerca de alguns defeitos nas meninas beleza e atrativos; 10º Vaidade de beleza e atrativos; 11º Instrução das meninas acerca dos deveres; 12º Continuação das obrigações das mulheres; 13º Das aias²⁷ e Conselhos de uma senhora acerca da educação de sua filha. Nessa descrição percebemos que esta obra, trata quase que exclusivamente das meninas, como sugere seu título, contudo, aborda às questões das preceptoras e aconselha às mães. Encontramos estas recomendações, em vários componentes do texto de Nísia Floresta. Fato que levou Duarte (2010) a concluir que o livro Conselhos à minha filha, poderia ser: Conselhos às mães de meninas, devido à propagação do sentimento maternal presente no texto (DUARTE, 2010, p. 43). Nesse sentido, comungamos com Duarte, quanto a esta analogia defendida, pois fica evidente no discurso de Floresta esta propensão.

Nessa direção, optamos por selecionar os capítulos do livro de Fénelon em que acreditamos ter apresentado mais se aproximações com ideias de Nísia Floresta. Dos treze

²⁷ O mesmo que preceptoras.

capítulos, escolhemos sete onde acreditamos que haja algumas comparações que merecem ser apresentadas e discutidas. São eles: 1º Da importância da Educação das meninas; 6º Uso das histórias para as meninas; 7º Modo de fazer entrar no espírito das meninas os elementos da religião; 10º Vaidade de beleza e atrativos; 11º Instrução das meninas acerca dos deveres; 12º Continuação das obrigações das mulheres; 13º Das aias e Conselhos de uma senhora acerca da educação de sua filha. O critério para essa eleição desses capítulos foi feito a partir da relação que encontramos na discussão feita por Fénelon em cada um desses tópicos, com algumas passagens do texto de Floresta.

Dessa forma, tais aproximações foram discutidas, considerando o tempo histórico dos respectivos autores, fato que procuramos destacar desde o início de nosso trabalho. Não obstante, as observações também receberam uma apreciação contemporânea. Hoje, o que podemos dizer sobre essa analogia entre esses autores, o que suas obras representaram numa sociedade em que a questão da mulher era considerada uma incógnita.

Nessa direção, fazendo uma análise geral da obra “Da Educação das meninas”, que Fénelon denuncia a influência negativa das mães que são fúteis e não instruídas, ao passo que também denuncia a má companhia dos empregados. Nessa óptica, sugere que uma educação virtuosa é aquela feita a partir de preceitos preferencialmente religiosos, em relação aos castigos sugere penas leves que provoquem nas crianças vergonhas ou remorsos. Os exercícios físicos também recebem atenção do autor, pois afirma que é preciso proporcionar distrações e divertimentos às crianças. Esclarece que as meninas não precisam de adornos e sim de simplicidade, aconselha que histórias bíblicas, assim como as gregas e romanas sejam lidas para exemplificar a educação dessas, além de defender o ensino de algumas ciências, o ensino de música e de idiomas, dentre eles se destacava o latim. Por último, defende que a educação das meninas, nos primeiros anos de idade, seja feita, preferencialmente, pelas suas mães, ao passo que condena àquelas que entregam suas filhas para serem educadas por quaisquer preceptoras. Dessa forma, a educação das mulheres para Fénelon deveria ter um cunho moral e particular, mas com fins público e social, educando os filhos e governando o lar.

Para Nísia Floresta a mãe deveria ser a principal responsável pela educação de seus filhos e filhas desde tenra idade, porquanto para autora uma mãe educada e

“[...] suficiente instruída para dirigir a educação de sua filha obterá sempre maiores vantagens, aplicando-se com terna solícitude a inspirar-lhe como

emulação o sentimento da própria dignidade, que qualquer diretora não conseguiria obter de suas educandas” (FLORESTA, 1989b, p.91).

Contudo, Floresta via um fim público e social na educação das mulheres, mas esta não se restringia apenas ao lar, como defendia Fénelon, ao contrário, incitava às mães ao dizer “Procurem, sobretudo, habituá-las ao trabalho, apresentando-o como uma virtude necessária em todos os estados da vida qualquer que seja a opulência do indivíduo, e não digno de desdém com que o olham certas classes” (FLORESTA, 1989b, p.113). Nessa direção, veremos que a educação oferecida no Collegio Augusto por, Nísia Floresta, não se limitava as cercanias domésticas. Dessa forma, é provável afirmar que há uma aproximação de Floresta com Fénelon, na defesa de que a educação inicial seja realizada pelas mães, no entanto, se diferem pela finalidade que atribuem à educação.

Outro ponto que podemos evidenciar refere-se à questão da defesa do ensino de música e artes, que para Fénelon, “*La musique et la peinture ont besoin des mêmes précautions; tous ces arts sont Du même génie et Du même goût*”²⁸ (FÉNELON, 1885, p. 127), também o ensino de idiomas, e algumas eloquentes obras seriam, para esse autor, de grande utilidade, dentre elas uma compreensão melhor das escrituras. Nesse contexto, Nísia Floresta, adotou o ensino de idiomas e sua instituição era a única que oferecia o latim. Contudo, Floresta questionava a adoção do ensino de idiomas dos outros colégios brasileiros, pois discordava da forma de como se dava esse ensino onde as instituições de educação, impunham o estudo das línguas sem o conhecimento necessário, incluía-se o ensino da sua literatura. Da mesma forma, questionava a didática adotada para o ensino das artes, sem desenvolver nas meninas o devido gosto e compreensão. Incluía-se nessas artes música, piano, desenho, canto, etc. Notoriamente, intuímos a defesa pelo ensino de línguas e artes entre os autores, no entanto, o debate quanto a finalidade de tal ensino se difere.

Apesar desses distanciamentos é possível encontrar nas obras de Nísia Floresta uma reverência pelas ideias de Fénelon e referências da obra *Da educação das Meninas*. Expressamente é possível encontrar tais referências, nas obras “Opúsculo Humanitário”, no “Discurso que ofereceu às suas alunas” e nas “Máximas e pensamentos”, este último compõe a obra “Conselhos à Minha Filha”. Ao fazer referência ao “sublime Fénelon” sobre a questão do comportamento e as devidas ocupações das donzelas afirma que “Citando-vos este oráculo

²⁸ Música e pintura precisam dos mesmos cuidados; todas estas artes são da mesma engenharia e até mesmo gosto.

da educação eu não ousou mais nada acrescentar-vos de própria cogitação [...]” (AUGUSTA²⁹, 1847, p. 107). Nesse sentido, fica evidente a importância que Floresta assinalava pelas ideias de Fénelon. O que de fato, nos confere embasamento para sinalizar sua confluência com o pensamento de desse autor.

ii) Jean Jacques Rousseau³⁰

Rousseau nasceu em Genebra, Suíça, em 1712. Foi filósofo, escritor, compositor e teórico político, sendo alvo de grandes críticas durante sua trajetória literária. Entre suas obras optamos por analisar o livro “Emílio ou da Educação”, precisamente do livro V, pois acreditamos que, Nísia Floresta, teve em seus escritos sobre educação das meninas, uma aproximação com posições que Rousseau defendeu nesta obra.

Em 1762, Rousseau publica “Emílio ou da Educação” e “O Contrato Social”, esta primeira é condenada pelo parlamento de Paris e seu autor preso. Isto porque os sarcasmos de Rousseau, perante a monarquia, seu posicionamento em relação à liberdade do homem e o modelo de educação que era oferecida às crianças, foi de encontro ao que era vigente. Apesar deste fato, esse livro, passou a ser um dos mais lidos e de grande sucesso no século XVIII (LAUNAY, 2004, p. 07-30). Nísia Floresta se inspirou em algumas convicções do autor, que defendia, dentre outras temáticas, a liberdade e a educação para as meninas. No prefácio de “Emílio ou da Educação”, Rousseau afirma que “Esta coletânea de reflexões e de observações, sem ordem e quase sem sequência, foi iniciada para agradar a uma boa mãe que sabe pensar” (ROUSSEAU, 2004, p. 03), no entanto, essa obra foi além das mães instruídas e acabou sendo, segundo Launay (2004), uma obra em que educadores descobrem o que confusamente buscam.

No livro V (Sofia ou a mulher) dessa obra, Rousseau fala da última fase da juventude, ou seja, para ele o Emílio, personagem místico de seu romance e de quem era preceptor, não poderia ficar só e, desta forma, precisaria de uma mulher ao seu lado, nesse caso, a Sofia. Para o autor “Sofia deve ser mulher como Emílio é homem, isto é, deve ter tudo o que convém à constituição de sua espécie e de seu sexo para ocupar o seu lugar na ordem física e moral” (ROUSSEAU, 2004, p. 515). Nesse sentido, o autor começa por dá explicações sobre a

²⁹ Um dos pseudônimos de Nísia Floresta com que assinou a obra referenciada.

³⁰ Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) foi filósofo, teórico político, escritor e compositor autodidata. É considerado precursor do Romantismo e um dos principais representantes do Iluminismo.

igualdade e diferenças entre os sexos, tentando argumentar que a diferença entre os eles é exterior, pois,

Em tudo o que não depende do sexo a mulher é homem: têm os mesmos órgãos, as mesmas necessidades, as mesmas faculdades; a máquina é construída da mesma maneira, peças são as mesmas. O funcionamento de uma é o mesmo da outra, figura é semelhante, e, sob qualquer ângulo que os consideremos, só diferem entre si do mais para o menos (ROUSSEAU, 2004, p. 515-516).

Para o autor, a mulher seria igual ao homem, pois segundo a natureza ambos teriam a mesma origem. No entanto, “Em tudo o que depende do sexo, a mulher e o homem têm semelhanças e diferenças; a dificuldade de compará-los provém da dificuldade de determinar na constituição de um e de outro o que é do sexo e o que não é” (ROUSSEAU, 2004, p. 515-516). Nessa direção o autor inicia suas concepções sobre qual seria o papel de ambos os sexos na sociedade, no entanto, afirma que “A única coisa que sabemos com certeza é tudo o que têm em comum pertence à espécie e tudo o que têm de diferente pertence ao sexo” (ROUSSEAU, 2004, p. 515). Seguindo essa linha de pensamento, Rousseau caminha para a definição de Sofia, ou seja, o que acreditava ser a mulher ideal para o seu Emílio.

Nas suas convicções, o preceptor de Emílio, acaba por destinar a mulher ao mundo doméstico, mas ao mesmo tempo expõe qualidade de uma mulher instruída. A Sofia de Rousseau não frequentava escolas, mas sabia ler, escrever e contar, pois eram os conhecimentos destinados às mulheres em seu tempo. Esta mesma mulher precisava ser instruída para, que dessa forma, pudesse governar seu lar; sendo boa mãe e esposa. Ao passo, que para este autor a moral, virtude e religião seriam o tripé para a formação do ser natural, que nesse caso, não apenas para a mulher, mas para próprio homem, pois “Se quiserdes estar sempre bem orientado, segui sempre as indicações da natureza. Tudo que o que caracteriza o sexo deve ser respeitado como estabelecido por ela” (ROUSSEAU, 2004, p. 524-525). Dessa forma, cultivar a ordem natural das pessoas, de acordo com as leis da natureza, teria seu início desde a primeira infância e, nesse sentido, a família teria essa tarefa. A infância para este autor era de extrema importância, pois acreditava que esta era fase em que se poderia desenvolver um cidadão, assim como o fez com o Emílio e com a Sofia.

No entanto, apesar dessas breves elucidicações sobre “O grande tratado educacional de Rousseau” (PAIVA, 2007, p. 325) fica evidente que o autor, ao tratar da educação da mulher, em algumas passagens do seu livro, não defende uma educação igualitária para ambos os

sexos. Mesmo que a respeito disso indagava “Segue daí que ela deva ser educada na ignorância de todas as coisas e limitada unicamente aos trabalhos de casa?” (ROUSSEAU, 2004, p. 526), e apesar de sua resposta ser negativa, afirmava que “Elas devem aprender muitas coisas, mas apenas aquelas que lhes convém saber” (ROUSSEAU, 2004, p.526). Com essa afirmação, Rousseau deixa claro que a educação da mulher deveria ter certo limite. Nessa perspectiva, o enredo de Emílio também aborda questões que se referem ao casamento e a família, onde a mulher surge como a responsável por mantê-los em harmonia constante, “Quanta ternura e preocupação ela não deve ter para manter a união da família!” (ROUSSEAU, 2004, p.521).

Como dissemos, de fato, encontramos alguns posicionamentos na obra de Nísia Floresta, que se aproximam das ideias político-educacional de Rousseau. Em algumas obras de Floresta é possível notar a ideia de uma mãe, esposa e filha como uma tríade na formação natural da mulher,

Filha, esposa, mãe! Esta sublime tríade sois vós, ó mulheres, que a representais sobre a terra. Santificai-a com o honrar cada um destes belos títulos, mediante o exercício daquela excelsa virtude que nos faz sempre volver em prol dos outros o bem que fazemos (FLORESTA, 1997, P. 133).

Assim, para Nísia Floresta, a natureza havia reservado estes papéis às mulheres as quais não deveriam abdicar, mas exercê-lo. Por outro lado, Rousseau deixa claro que a mulher assumia estes papéis devendo obediência total aos maridos, e que seja preferível, a aprendizagem apenas a que lhe convier no desenvolvimento dessas tarefas.

Nesse sentido, a aproximação das ideias de Floresta com as desse autor, apenas é o fato de que as mulheres desempenhem o papel que a “natureza lhes reservou”, pois para Floresta, a mulher precisava se educar nos mesmos quadrantes da educação oferecida aos homens, enquanto para o autor de Emílio “Uma vez que se demonstrou que o homem e a mulher não são nem devem ser constituídos da mesma maneira, nem quanto ao caráter, nem quanto ao temperamento, segue-se que não devem ter a mesma educação” (ROUSSEAU, 2004, p.524). No entanto, Floresta demonstra ser contrária nesse sentido afirmando que “Todos os que têm escrito sobre a educação da mulher, pregando tão errôneas doutrinas e considerando-a debaixo do ponto de vista puramente material, não têm feito mais do que tirar-lhe toda a dignidade de sua natureza” (FLORESTA, 1989b, p. 61).

Outro tema que podemos encontrar na discussão de ambos autores seria a questão do corpo. Para Rousseau, assim como Nísia Floresta, este teria de ser tratado com certo cuidado, ou seja, percebemos, pois a questão da higienização e ainda, o que pode ter levado Floresta a defender a prática da educação física para suas alunas. Floresta como veremos proíbe o uso de espartilho³¹ para suas alunas, pois considerava seu uso “Um espetáculo lastimoso e revoltante, por ter origem na pretensão de uma mãe a tornar sua filha notável pelo artifício do corpo” (FLORESTA, 1989b, p. 107). Nesse sentido segue Rousseau “Não posso deixar de pensar que esse abuso, levado na Inglaterra a um ponto inconcebível, não acabe por fazer com que a espécie degenerere, e afirmo até que o tal enfeite é de mau gosto” (ROUSSEAU, 2004, p.530).

Dessa forma, percebemos que há sim uma aproximação do pensamento de Nísia Floresta com as de Rousseau, no entanto, entendemos que a autora em algumas de suas obras, principalmente, nos escritos que ofereceu à sua filha e às suas alunas deixa transparecer com mais nitidez essa aproximação, enquanto que em outras obras como no “Opúsculo Humanitário”, Floresta deixa evidente, em algumas passagens do livro, sua posição contrária a Rousseau.

Para Duarte (2010) e Rosa (2012), Floresta sofre grande influência de Rousseau e se deixa influenciar por suas teorias sobre a questão da mulher e de outras até aqui discutidas, afirmando que tanto o filósofo, quanto Floresta defendiam uma educação moderada para as mulheres, sem mais pretensões de mudança social (ROSA, 2010, p.157). Por outro lado, Duarte defende que Floresta ao se aproximar dessa teoria acaba por contribuir para a manutenção do lugar da mulher na sociedade patriarcal (DUARTE, 2010, 50). Todavia, acreditamos que a partir de nossas leituras, apontamos, sim, para uma aproximação de ambos, contudo o pensamento de Nísia Floresta, em relação à mulher foi além do que Rousseau defendia. De forma, que a autora se aproximou de outras teorias e obras, assim como veremos.

iii) Mary Wollstonecraft³²

Através da escrita de Nísia Floresta foi possível aos brasileiros conhecerem o pensamento feminista da inglesa Mary Wollstonecraft autora do revolucionário livro *A*

³¹ O mesmo que corpete.

³² Mary Wollstonecraft (1759-1797) foi uma feminista, escritora, tradutora, educadora e jornalista inglesa que desde jovem atuou na defesa dos direitos das mulheres.

Vindication of the Rigghs of Women, 1790³³. Com a tradução dessa obra, a educadora brasileira trouxe ao conhecimento do cenário nacional uma feminista que, apesar de sua influência na história do feminismo e base para a escrita do primeiro livro de Nísia Floresta, responsável pelo primeiro escrito de que se têm notícias em terras brasileiras e latino-americana, ainda hoje conserva o desconhecimento no Brasil. A ausência de estudos sobre Mary Wolltonecraft em nosso país comprova esta nossa observação. Realidade que nos indica ainda a falta de estudos sobre a contribuição das mulheres na historicização das lutas feministas em vários campos.

Essa observação nos releva que a ausência de pesquisas sobre Nísia Floresta que abordem a sua aproximação com pensamento de Wolltonecraft seja basicamente inexistente. As obras dessa última autora a que tivemos acesso foram encontradas somente em inglês, com exceção de *A Vindication of the Rigghs of Women*, 1790, traduzida por Floresta em 1832, da edição editada no francês.

A Vindication of the Rigghs of Women foi a obra que tornou Mary Wolltonecraft mais evidente no cenário intelectual inglês. Apesar de ser mais conhecida pelo fato dessa obra ser considerada revolucionária na época de sua edição, justamente por ter vindo a público no âmbito de uma sociedade patriarcal. Esta produção representou uma afronta da autora não só com relação a ideologia do Estado sobre a educação das mulheres, mas segundo Palares-Bluke (1989), Burke (2004) e Rodrigues (2011) esta última em sua tese de doutorado defendida pela Universidade de Lisboa, representou também uma reposta a ideia de Rousseau sobre a condição que este autor defendia sobre a mulher, pois nesse aspecto, para Mary Wollstonecraft “Rousseau mais parece um aliado da facção conservadora das sociedade francesas e britânica, insistindo que o dever da mulher é servir e agradar ao homem a quem esteja ligada por laço de família” (RODRIGUES, 2011, p. 25). Para esses autores Wollstonecraft não concordava com a submissão da mulher defendida por Rousseau em sua obra “Emílio ou da Educação” e teria publicado *A Vindication of the Rigghs of Women* em resposta às ideias do filósofo. Ainda segundo Rodrigues, Mary Wolltonecraft atacou em seu escrito a tese para ela incompreensível, de “O filósofo rebelde do iluminismo francês não incluir as mulheres no seio da humanidade racional” (RODRIGUES, 2011, p. 25). Para Rousseau a mulher deveria ser educada para servir ao homem e esta afirmação não foi bem

³³ Alguns pesquisadores indicam o ano de edição dessa obra em duas datas, 1790 e 1792, no entanto optamos por adotar a data de 1790, pois esta é a data que é mais citada nas pesquisas que encontramos sobre a autora.

aceita por Wollstonecraft que partiu contrária a este filósofo afirmando que a educação deveria ser a libertação da mulher.

Nesse contexto, não é apenas no comportamento que Nísia Floresta se identifica como a autora inglesa. A conduta rebelde de Wollstonecraft (Londres, 1759) muito tem haver com a postura de Floresta (Nordeste do Brasil, 1810), a história das duas autoras divididas por longínqua distância de tempo e espaço nos parece análoga. Na realidade de vida das duas, Mary Wollstonecraft assim como a autora brasileira viveu numa sociedade marcada pelo patriarcado e teve uma vida marcada também por perdas familiares. No entanto, diferentemente de Floresta, a autora inglesa perdeu primeiro sua mãe, e também ficou responsável pelos irmãos e o pai. A família de Wollstonecraft como a de Nísia Floresta, se assemelham nas várias mudanças morando em cidades diferentes. Na vida amorosa, Wollstonecraft também manteve um relacionamento que contrariava as regras sociais, manteve um romance sem firmar o matrimônio religioso. Nísia Floresta também o fez com o seu segundo marido.

Decerto, não foi apenas na vida pessoal que as histórias dessas autoras se encontram, as suas ideias também tinham uma aproximação aparente. Nísia Floresta fundou uma escola para meninas, assim como Mary Wollstonecraft também o fez. Não sabemos se coincidentemente, ou não, mas o nome de uma das produções de Nísia Floresta tem o nome de “Fanny ou o Modelo das Donzelas”, o nome da filha³⁴ e melhor amiga³⁵ de Mary Wollstonecraft era Fanny. Na vida pública essas duas autoras também sofreram diversos tipos de calúnias. No caso de Wollstonecraft esse acontecimento fez com que poucas escritoras que escreviam sobre a mulher, já no século XIX, admitissem ter sofrido influência dessa autora, pois Mary Wollstonecraft era considerada uma mulher subversiva por causa dos seus relacionamentos e suas ideias contrárias ao casamento. Nísia Floresta, mais uma vez contrariou, não apenas assumindo sua simpatia pelas ideias de Wollstonecraft, como também traduzindo e publicando seu livro, *A Vidication of the Rigghs of Women, em 1832*.

De fato, Wollstonecraft e Floresta apresentam vivências similares, que podem ser observadas não apenas na vida particular das autoras, pois suas ideias sobre a necessidade de uma educação feminina permeiam todas as suas obras, mesmo aquelas que foram escritas apresentando uma linguagem mais religiosa e maternal. Em nossa pesquisa na procura por

³⁴ Fanny Imlay

³⁵ Fanny Blood

fontes sobre a autora que teria impressionado Nísia Floresta, ao ponto de fazê-la traduzir sua obra considerada revolucionária, nos oportunizou a conhecer a primeira obra de Wollstonecraft, *Thoughts on the Education of Daughters* de 1787, onde autora trata em forma de conselhos, como deve ser a educação das meninas “Apesar de a tônica dominante ser a moralidade e a etiqueta, o texto também inclui algumas instruções básicas no cuidado das crianças e, além disso, já evidencia e defende autonomia racional” (RODRIGUES, 2011, p. 46). Nessa direção, Wollstonecraft ressalta logo na introdução de seu livro sua opinião sobre as discussões referentes à educação das meninas, “*It is true, many tracts have been already written; yet it occurred to me, that much still remained to be said*”³⁶(WOLLSTONECRAFT, 1787, p. 3).

Nessa obra de Wollstonecraft também encontramos algumas ideias muito evidentes na produção intelectual de Nísia Floresta, dentre elas podemos elucidar: a defesa de uma educação igualitária para as meninas, o cuidado com as companhias das crianças, a defesa da importância da amamentação e da família. No entanto, é na segunda obra de Wollstonecraft, *Vindication of the Rights of Women, 1790* que a ideia de emancipação feminina surge mais nitidamente. É nessa obra também que Nísia Floresta, ao traduzi-la contextualizando-a com a realidade das mulheres brasileiras perpetrou suas indagações, desfazendo toda a crença sobre a capacidade das mulheres e defendendo sua inserção na vida pública.

vi) Auguste Comte³⁷

No século XIX, o Brasil passava por uma efervescência intelectual, mas é na metade desse século que os rumores de uma nova corrente filosófica chegam ao conhecimento da sociedade intelectual brasileira. Criada por August Comte, o Positivismo, defendia que tudo tinha uma explicação científica, nesse sentido, uma filosofia determinista admitindo que o espírito humano “É capaz de atingir verdade positiva ou da ordem experimental, mas não resolve as questões metafísicas, não verificadas pela observação e pela experiência” (RIBEIRO, 1991, 16). Em outras palavras, o positivismo indica que seria possível através da observação científica da realidade, alcançar uma melhoria social, viabilizando o progresso da sociedade e dos indivíduos. Assim, segundo Ribeiro, podemos concluir que “O Positivismo é

³⁶ É verdade, muitos tratados já foram escritos; no entanto, ocorreu-me, que muito ainda ficou por ser dito.

³⁷ Isidore Auguste Marie François Xavier Comte (1798-1857) foi um filósofo e matemático francês fundador do Positivismo e considerado o pai da Sociologia.

um dogmatismo físico, e é um ceticismo metafísico, porque não quer pronunciar-se acerca da existência da natureza dos objetos metafísicos” (RIBEIRO, 1991, 17).

A mulher ocupou espaço nas discussões dessa doutrina, fato que acreditamos e comungamos com Duarte quando afirma que este seria o ponto principal que fez com que Floresta de aproximasse dessa Filosofia, mas ao “Buscarmos os escritos de Nísia Floresta, verificamos que sua adesão à filosofia positivista foi bem limitada” (DUARTE, 2010, p. 35), pois seus posicionamentos em relação à educação da feminista, abolição e o moralismo, excediam as bases do positivismo. “Nada mais coerente, portanto, que a autora se identificasse com uma filosofia que ia ao encontro de seus interesses e enfatizava a supremacia feminina [...]” (DUARTE, 2010, p. 35). Nessa corrente filosófica, defendia-se, dentre outros direitos que a mulher teria acesso à cultura e educação, no entanto, na realidade, isso acontecia muito superficialmente.

Dessa forma, ao entrar em contato com os ditames dessa doutrina, que segundo Comte era “[...] a primeira comemoração feminina inspiradora da única religião na qual mulher é tratada dignamente” (COMTE, 2002, p. 82) acreditamos que Floresta, apenas destacou os fatos que lhe interessavam, ou seja, a questão da mulher. Porquanto, imaginemos que num século em que as questões feministas eram nulas, no que se refere aos seus direitos; as teorias defendidas por Comte, por certo, despertou o interesse de Nísia Floresta, não apenas, dessa educadora, mas da maioria dos intelectuais brasileiros que almejavam uma mudança na sociedade, passando então “O positivismo a dominar o pensamento típico do século XIX, como método e como doutrina” (RIBEIRO, 1991, 14).

Nesse período, Comte, já havia publicado suas principais obras em que o autor,

“Desenvolve larga e metodicamente e seu pensamento, são Curso de Filosofia Positiva, em seis volumes (1830-1842), Discurso preliminar sobre o espírito positivo (1844) e Sistema de política positiva ou tratado de sociologia instituindo a religião da humanidade, em quatro volumes (1851-1854)” (RIBEIRO, 1991, 08).

É nessa época também que segundo Lins (1967) certamente foi a curiosidade intelectual de Nísia Floresta que a levou, “[...] em 1851, a ouvir, em Paris, uma das conferências do curso de História Geral da Humanidade realizada por Augusto Comte no Palais Cardinal. Pouco anos depois entabularia relações de amizade com o filósofo” (LINS, 1967, p. 20). Amizade esta que renderia aos que escreveram sobre Floresta, no início do

século XX, a defesa de sua filiação à doutrina Comtiana. Quando na verdade, na obra dessa autora, encontramos poucas referências dessa suposta adesão, mesmo que haja atualmente a defesa de Rosa, onde afirma que, Nísia Floresta, foi seguidora dessa doutrina, pois as aproximações do filósofo com a educadora “Comprovam que o pensamento de Augusto Comte exerceu influencia sobre a proposta que Floresta apresentou como alternativa para a educação das meninas brasileiras” (ROSA, 2012, p. 256). No entanto, o que diferencia a posição dos autores do início do século XX, com a posição de Rosa, é que ela tem uma visão excessivamente negativa da aproximação de Floresta com Comte, ao contrário dos primeiros.

Nessa direção, é importante ressaltar que não nos interessa aqui fazer uma descrição da filosofia positivista, nem, iniciar uma discussão sobre, as perspectivas defendidas por Rosa (2012), sobre Augusto Comte e Nísia Floresta, mas sim, encontrar as possíveis aproximações de Nísia Floresta com o positivismo. Observando por outro ângulo e considerando o seu tempo social e cultural, tais considerações que pouco encontramos nas reflexões e afirmações de Rosa (2012), percebemos, dentre diversas passagens de seu texto³⁸, quando afirma que “As mulheres eram educadas a partir das ideias dos homens” (ROSA, 2012, p. 139) e esta autora claramente condena Floresta, afirmando que “Ela lia os filósofos que consideravam as mulheres como seres inferiores aos homens” (ROSA, 2012, p. 139). Entretanto Nísia Floresta, apenas cita Kant e Rousseau, mas é importante referir que mantinha a produção intelectual nessa época, era quase exclusiva dos homens. No entanto, o que podemos inferir até o momento, a partir do esquema que organizamos sobre os autores que Floresta cita em suas principais obras, não se resume, apenas a dois ou três filósofos, mas a uma grande quantidade de intelectuais que, de uma forma ou de outra, abordavam a questão da mulher.

Na doutrina positivista, como dissemos o sexo feminino, aparentemente, ocuparia um lugar de destaque, pois segundo Ribeiro tomando como base afirmações de Comte, “A mulher é a Providência Moral que sustenta todas as demais Providências” (RIBEIRO, 1991, 33). Advertimos que essa suposta “superioridade” da mulher se torna mais discutida no que podemos classificar como a segunda fase do positivismo, a do teológico, onde apesar de se mostrar contra aos preceitos religiosos, Comte funda uma religião, denominada por ele como, a religião da humanidade, no qual trazia características da religião católica.

³⁸ Transgressão e moralidade na formação de uma “matrona esclarecida”. Contradição na Filosofia de Educação Nisiana. Tema de sua tese de doutorado defendida em 2012.

Segundo Ribeiro (1991), essa religião teve como padroeira suprema Clotilde de Vaux³⁹, mulher com quem Comte manteve um relacionamento platônico e a considerou como “a virgem mãe” da religião da humanidade, passando a ser a figura perfeita. Nesse sentido, para Comte “As mulheres são o sustentáculo das Providências Sociais, pois seu concurso é indispensável para o advento do positivismo. Elas têm uma “função moderada” e uma única missão: a de amar” (RIBEIRO, 1991, 34). Dessa forma, Comte acaba por reduzir o papel da mulher ao âmbito do casamento, apenas de amante do marido, com a finalidade de guiá-lo e conduzir a família para o bem da pátria, ou seja, a ordem social.

Nesse sentido, Floresta exclamava às mulheres “Estabelecei a ordem e a harmonia em vossa casa, e com uma constante previdência fazei com que aí reine a parcimônia, o asseio, um modesto júbilo, e todas atrações tão fortes da família, a fim de que o vosso esposo disto se regozija” (FLORESTA, 1989b, p. 112). Percebemos, pois, que nessa afirmação, de fato, Floresta, em outras palavras, se aproxima do ideário de mulher, concebido por Comte, e desta forma, acaba por responsabilizá-la pela manutenção da paz no lar. No que concerne ao pedagógico e a educação, o positivismo acreditava que deveria haver uma revolução intelectual, e assim, se conquistaria a ordem social. Para Rosa (2012), Comte ao criar a religião da humanidade, criou a educação moral, tendo como objetivo aperfeiçoar a humanidade. Ainda para essa autora, este é o fato que aproxima a filosofia de Comte com a ideia de educação nisiana, para Rosa;

Ela fundava escolas para aperfeiçoar moralmente as meninas, destacando as virtudes que elas deveriam ter, como deveriam se comportar, segundo a revolução, contribuindo, assim, para o fortalecimento da ordem social, da família, vislumbrando o progresso através do trabalho regular e mantendo, dessa forma, a mulher no espaço doméstico (ROSA, 2012, p. 246).

No entanto, acreditamos que ao afirmar que Nísia Floresta fundava escolas com o intuito de formar mães de famílias, passa distante das informações que encontramos em nossos documentos, como veremos mais adiante. Por isso, assegurar que Floresta ao fundar escolas deu prosseguimento ao que objetivava Comte, quando fundou a religião da

³⁹ Charlotte Clotilde Josephine Marie de Ficquelmont de Vaux (1815-1846) escritora francesa e musa inspiradora de Comte, com quem manteve um amor platônico. Segundo Ribeiro, é a partir de sua morte de Vaux que Comte atribui-se um papel messiânico: supunha realizar uma missão de regeneração da humanidade. Comte dizia que foi Clotilde quem lhe deu forças para iniciar a e acabar a segunda parte de sua obra e lhe fez ver a importância social dos sentimentos sobre a teoria e a práxis (RIBEIRO, 1991, p. 08).

humanidade, é uma afirmação que não prossegue, pois Nísia Floresta fundou o Collégio Augusto em 1838, enquanto Comte funda sua religião em 1851.

De fato, há proximidades e distanciamentos entre o pensamento de Comte e o de Floresta, e que merecem ser considerados em suas particularidades. Dessa maneira, comungamos com Duarte, quanto afirma que,

Assim, ao fazer a sua leitura do positivismo e ao destacar nele os pontos que mais atendiam a seus interesses intelectuais, Nísia Floresta adquiriu um certo verniz desse pensamento filosófico. Enganou, desta forma, a muitos que reconheceram aí uma adesão completa (DUARTE, 2010, p. 35).

Esta afirmação faz sentido quando observamos os escritos de Câmara (1941), Lins (1967) e Rosa (2012) onde se diferem pelo tipo de abordagens dos autores e nesses termos entendemos que a amizade mantida pelos autores contribuiu muito para analogias feitas entre as obras destes, e certa forma, provocou em uns, exaltação como em Lins, ao se referir sobre cartas trocadas entre Nísia Floresta e o filósofo defendendo que estas seriam documentos que honram a cultura de um povo, destacando-se entre as maiores personalidades brasileira, nascida em Rio Grande do Norte, cujo talento a diferenciava com extraordinários privilégios científicos e literários (LINS, 1967, p. 25). Para Rosa, Floresta, apenas reproduziu o pensamento positivista de Comte, em suas obras, e contribuiu para que as mulheres permanecessem em seus cativeiros. Em nossa pesquisa buscamos fazer uma análise procurando considerar, já mencionamos seu tempo histórico e cultural.

1.3. Imprensa Pedagógica⁴⁰

Não foi por um acaso que a tipografia, no Brasil, foi proibida por muito tempo. Pois esta liberação poderia ser um dos instrumentos para propagação do conhecimento, que por sua vez, acontecia pausadamente e para poucos. Nesse sentido, assim como tardou a imprensa, tardou o acesso ao conhecimento, sobretudo para as mulheres. O fato de a imprensa ser o meio pelo qual as notícias se difundiam, a proibição desta, poderia ser uma forma de manter o Brasil alienado da realidade de além-mar, sendo orientado, apenas pelas ideias e posicionamento da metrópole. A imprensa de caráter mais revolucionário representava, nesse

⁴⁰ Termo utilizado pelo Pr.º Dr. José Maria Hernández Dias. Professor Catedrático da Universidad de Salamanca - Faculdade de Educação. Em EL GIR “Helmantica Paideia”, 2013. Imprensa Pedagógica compreende publicação desde imprensa profissional a folhetim, que de alguma maneira, têm uma perspectiva formativa.

sentido, uma ameaça para os detentores do poder. Dessa forma, comungamos com HERNÁNDEZ DÍAZ, ao afirmar que é

Por médio del periódico y La revista se informa y se crea opinión, se construyen espacios sociales coletivos, se defienden derechos (o se conculcan), y es um instrumento de comunicación social arraigado en la vida cotidiana de lós ciudadanos. Es tabién um espacio de presencia de La educación y sus problemas, y de permanente acción educadora (HERNÁNDEZ DÍAZ, 2013, p.15).

No Brasil, após 1808 a imprensa passou a ter, de certa forma, essa característica, mesmo que de forma acanhada. Essa finalidade, uma das quais foi destinado o uso da imprensa, para Hernández Díaz (2013) poderia se considerar como imprensa pedagógica, pois para este autor *“Una publicación periódica puede ser considerada como pedagógica ade forma específica cuando em su secuencia temporal mantiene um critério de atención y estudio expresamente interesado em asuntos que afectan a los procesos de la educación”* (HERNÁNDEZ DÍAZ, 2013, p.16). Indo ao encontro dessa ideia, Catani (2013) esclarece que no Brasil este recurso vem sendo utilizado há algum tempo, contudo, sua importância *“De um modo intenso e o seu estudo sistemático como forma de expressão das especificidades do campo educacional, no entanto, ganharam força a partir do final da década de oitenta do século XX [...]”* (CATANI, 2013, p. 115).

De fato, a imprensa pedagógica há tempos era utilizada no Brasil, mas esse conceito era pouco conhecido, na medida em que pode se dizer da baixa escolarização da grande parte da sociedade e do difícil acesso a esse tipo de publicação. Além disso, a imprensa rende o destaque de não ter tido tratamento algum da história, nesse sentido, muitas dessas publicações entraram no anonimato. Acreditamos, pois, que esses podem ser considerados um dos motivos, pelo qual este tipo de publicação ainda apresenta desconhecimento para alguns estudiosos brasileiros. Ou ainda, por ser, a imprensa pedagógica, uma definição feita, apenas, no final do século XIX, por Fernando Buisson, *“Em su famoso diccionario de pedagogia para los franceses, cuando se referia a los periódicos de La educación”* (HERNÁNDEZ DÍAZ, 2013, p.16). Esta definição tardia na Europa chegaria mais vagarosamente em terras brasileiras. Este talvez também seja um dos motivos responsáveis pelo desconhecimento desse tipo de estudo aqui no Brasil.

Nesta dimensão, podemos apontar que Nísia Floresta teria feito uso desse tipo imprensa, pois se utilizou dos periódicos de sua época, para expor suas e ideias sobre a

condição da mulher e denunciar o sistema escolar. E dessa forma, contribuindo para disseminar seu pensamento pedagógico e feminista. Pois para Hernandez, atualmente, a imprensa pedagógica e

Su identidad se construye em el contexto informativo y hermenéutico de los problemas de los maestros y profesores, de sus asociaciones y sindicatos, em los avances y retrocesos de los establecimientos escolares (escuelas infantiles y primarias, centros de educación secundaria, de formación profesional, de educación superior, universidades), en la información y análisis de otras instituciones educativas diferentes ala escuela como institución, em movimientos juveniles, em la educación del tiempos libre de todo tipo de ciudadanos, em la aportación educativa de muy diferentes movimientos sociales (pacifismo, feminismo, ecologismo, objeción de conciencia, consumerismo, naturismo, esperantismo, por ejemplo), em otros procesos educativos y científicos relativos a la pedagogía y educación (HERNÁNDEZ DÍAZ, 2013, p. 11).

Por essa óptica, podemos admitir que Nísia Floresta, também pode ser considerada umas das primeiras mulheres a fazer uso da imprensa pedagógica no Brasil, “Sem equívocos, os escritos de Nísia Floresta, numa época em que as mulheres não tinham voz, logo se tornaram uma contribuição ímpar para história de educação feminista e da emancipação da mulher” (SILVA e LAGE, 2013, p.404). Nessa direção, concordamos com Dislane Moraes (2013), baseada em Nóvoa (1993), quando em relação às publicações afirma que estas ajuízam dentre outros comportamento as ações e reações referentes a normas legais, situações políticas, “[...] e pontos de vista de atores sociais, como os professores, pensadores da educação, alunos, associações e instituições. Como lugar de construção de identidade de grupos, as escritas assumem os debates, tensões e conflitos” (MORAES, 2013, p. 427).

Nessa direção, longe de fazer um escrito da história da imprensa no Brasil, decidimos, situar o leitor diante do processo de como se concedeu a imprensa no nosso país, nesse sentido, segue, portanto, um pouco desse contexto. De forma, que tal escrito, possa contribuir para o entendimento da ausência do termo imprensa pedagógica, seu estudo e objetivo.

Entre os países das Américas, o Brasil foi oficialmente, o último a conhecer a tipografia em 1808, quando o príncipe regente D. João inicia Impressão Régia, no Rio de Janeiro. A imprensa oficial nasceu da própria impressão Régia com o jornal, “A gazeta” do Rio de Janeiro, primeiro jornal oficial a circular, regularmente pelo país. Mas não foi por acaso que o Brasil tardou para conhecer oficialmente a impressão. Como dissemos anteriormente, o interesse dos colonizadores eram outros, devido a motivos políticos impostos

por Portugal, no sentido de nutrir dependência através da ignorância cultural, o Brasil só viria conhecer, oficialmente, a tipografia a partir de 13 de maio de 1808 (SILVA, 1988).

Muito antes da imprensa chegar ao Brasil, alguns pesquisadores defendiam que uma pequena tipografia já havia chegado a Pernambuco em 1706, e que se dedicava a impressão de letras de câmbio e breves orações devotas.

Em 1706, pouco antes, abriu-se pela primeira vez na cidade de Recife de Pernambuco uma pequena tipografia, que começou por imprimir letra de Cambuí, breves orações devotas; mas tendo a ordem Régia de 8 de julho do mesmo ano, ordenado ao governador de Pernambuco, que mandasse seqüestrar as letras impressas e notificar os donos e oficiais da tipografia, que não imprimissem, nem consentissem que se imprimissem livros nem papéis alguns avulsos; a tipografia desapareceu (MELLO, 1856 *apud* SILVA, 1988, p. IX).

Assim teria sido banida a primeira tipografia brasileira surgida em Pernambuco. Entretanto, para outros pesquisadores a ideia de ter surgido em Recife a primeira impressão do Brasil, é contraditória, pois não haveria provas suficientes que comprovassem esta precedência.

Neste impasse, ainda há discussões sobre a veracidade do surgimento da tipografia no Brasil ter sido em Recife, mas não há de se negar que na história da imprensa brasileira, Pernambuco foi sede de vários acontecimentos importantes.

Durante a Revolução Republicana de 1817, a República de Pernambuco, promulgou uma Lei Orgânica, a qual seria o primeiro esboço da Constituição de que se tem notícia no Brasil, tendo em seu artigo 25, a declaração sobre a liberdade de imprensa afirmando que estava “proclamada, ficando, porém o autor de qualquer obra, e seu impressor, sujeito a responder pelos ataques feitos à Religião, à Constituição, bons costumes e caráter dos indivíduos” (SILVA, 1988, p. X). Contudo, esta lei não demorou muito tempo, pois o Príncipe Regente, tendo notícias deste acontecimento, mandou fechar as tipografias.

Foi neste clima que se encontrava Pernambuco antes da oficialização da imprensa periódica de suas publicações. Nesse período ainda não se tinha notícia sobre periódicos femininos, pois os existentes eram dirigidos por homens e demonstravam outros tipos de inquietação, como nos mostram os nomes dos periódicos: Segarrega (8.12.1821); O Conciliador Nacional (4.7.1822); Gazeta Extraordinária Pernambucana (3.1.1823); Caheté

(1823) e *Typhis Pernambucano* (25.12.1824). Estes eram alguns dos periódicos que circulavam no início da imprensa pernambucana. Tal como nos diz Silva (1988) “todos de curta duração, mas cujos títulos bem exprimem a conturbação da província no período compreendido entre a Revolução Republicana de 1817 e a Confederação do Equador de 1824” (SILVA, 1988, p. XI). Foram estes últimos períodos que cominaram com a moradia de Nísia Floresta em Pernambuco.

1.3.1 Imprensa Pedagógica e Nísia Floresta no Século XIX

Se concluirmos que no início do século XIX, a imprensa era reservada a uma pequena camada alfabetizada da sociedade e se restringia em sua maioria ao sexo masculino, fato que continuou por muito tempo, pois mesmo os periódicos que eram dedicados às mulheres tinham homens como editores “a maioria preferia limitar suas opiniões a questões de moda, notícias sobre bailes e comentários de espetáculos de teatro” (HAHNER, 2003, p. 92). Seus conteúdos não passavam de instruções para o bordado, receitas de doces e bolos, além de dicas para ser uma boa mulher e mãe, assuntos religiosos e familiares, pois para os editores dos jornais as mulheres não cariciam de informações que discutissem a ordem social vigente. Decerto, não acreditavam na capacidade intelectual da mulher, e dessa forma, segundo os editores, não necessitavam de informações que pudessem lhes fazer pensar.

É neste cenário, que Nísia Floresta, atreve-se a usar a imprensa para denunciar as injustiças sociais que presenciava. Seus escritos em crônicas, poemas, novelas, contos ou ensaios recebiam críticas diversas, talvez pela audácia de romper com os paradigmas da época; primeiro por ser do sexo feminino, segundo, por se utilizar do espaço privado para difundir suas ideias revolucionárias para época.

Nísia Floresta, Uma brasileira, Telesilla, F. Augusta Brasileira, N. F. Augusta, ou simplesmente B.A eram alguns dos pseudônimos que, Dionísia Gonçalves Pinto, a mulher que segundo Duarte (2005), pode ser considerada umas das primeiras mulheres a ter acesso à imprensa brasileira, escreveu textos polêmicos sobre a condição da mulher em diversas culturas, ideias abolicionistas e indianistas. O “Espelho das Brasileiras” foi o primeiro impresso a conhecer os escritos de Nísia em 1831. Adolphe Émille de Bois Garin, abriu as páginas do seu periódico pernambucano para que, Dionísia Pinto, desse início ao que poderíamos denominar de mais um novo modo de militância. Foi nas laudas desse jornal que a educadora deu, possivelmente, vestígios de que, apenas iniciava sua propagação das ideias

feministas. Escreveu artigos sobre a real condição social da mulher, e as injustiças reservadas ao sexo feminino.

As notícias com esse teor sofriam apagamento da imprensa, fato que segundo autora, causava-lhe descontentamento.

Sempre que brilha um novo dia e que nos bate a porta o jornal, apoderamos-nos com solicitude dessa folha, e avidamente percorremos a sessão das Câmaras do dia antecedente, em procura do assunto que temos escrito no coração e no espírito – a educação da mulher brasileira – e dobramos a folha desconsolados e aguardamos o dia seguinte, que se escoar na mesma expectativa, no mesmo desengano (FLORESTA, 1989, p. 81).

Nesse contexto, escritos que abordassem temas polêmicos, como a educação da mulher, no início do século XIX praticamente não existiam. Quem ousasse desapontar a ordem social estabelecida, conseqüentemente sofreria retaliações, como foi o caso de Nísia Floresta, que elucidava “Tem-se tratado de muitas coisas, menos disso, disso que merece incontestavelmente a mais circunspecta atenção dos homens pensadores” (FLORESTA, 1989, p. 81). Esta assertiva, diante do silenciamento, sobre a questão que mais lhe interessava nos permite observar o posicionamento político da militante em colocar-se contrária ao regime patriarcal do período em que viveu.

Sua incansável militância viria a se tornar mais incisiva ao longo do tempo, pois sua participação em jornais, apenas havia iniciado. E dessa forma, abrindo mais espaços para que outras mulheres também viessem utilizar a imprensa para expressar suas ideias. Mesmo que suas subseqüentes ainda tivessem um olhar conservador da mulher, se dedicando aos assuntos que não questionava sua situação. Começava a partir de então, o surgimento de diversos periódicos destinados à mulher.

Parte desses jornais tinha periodicidade irregular e curta duração, ou eram episódios – como as poliantéias e/ou como aqueles que não passaram da primeira edição. A maioria era dirigido ao público feminino ou contava com a participação feminina. Foram muito importantes para a inserção da mulher na imprensa em Pernambuco, mas não representavam, necessariamente, uma posição desafiadora (MORAIS, 2007, p. 4)

Apesar do despertar tardio, é necessário ressaltar que as mulheres que apresentavam uma postura ainda subalterna frente a este acontecimento, nesse período, os boletins

começavam a mostrar uma nova direção para que pudessem, assim como Nísia Floresta, expressar suas ideologias, denunciar as injustiças e lutar pela sua educação.

Em 1833, Floresta passa a residir em Porto Alegre com sua família, mas ao sair de Pernambuco deixa o caminho a ser seguido por outras mulheres. A imprensa feminina pernambucana começa a brotar. Estes eram alguns dos periódicos femininos, segundo Moraes (2007).

O Relator de Novelas (1837), O Espelho das Bellas (1841), O Recreio das Bellas (1849), A Grinalda (1849), O Bello Sexo (1850), O Jardim das Damas (1852), Estrella das Bellas (1856), O Ramalhete (1861), Jornal das Damas (1862), A Primavera (1863), A Madressilva (1869), O Beijo (1877), O Beija-Flor (1880) e outro Beija-Flor (1883) (NASCIMENTO *apud* MORAIS, 2007, p. 03).

A partir da segunda metade do século XIX a propagação da imprensa não mais se restringia ao Estado de Pernambuco, na medida em que brasileiras e brasileiros viam os jornais como principal veículo de informação; resguardando, porém as ressalvas de Pinto que diz “Evidentemente que isso ocorreria no Brasil nos limites estritos de uma classe média urbana e culta” (PINTO, 2003, p. 29).

Apesar desse alastramento a imprensa ainda tinha seu reduto marcado, o qual se restringia a homens alfabetizados, classe média e branca, conseqüentemente. Porém as mulheres brancas, minoria entre o número de pessoas alfabetizadas, já demonstravam significativa participação na imprensa. Contudo, a maioria das mulheres de classe popular, como também as mulheres escravas, ainda, subjugadas pelo regime escravocrata brasileiro, viviam sujeitas aos serviços domésticos, à violência sexual e obrigadas a servirem como amas de leite dos filhos de seus donos, estavam longe de qualquer tipo de leitura. Estas poderiam apenas usufruir de algum tipo de liberdade dentro das religiões afro-brasileiras. Desta forma, para as mulheres negras e escravas a utilidade da imprensa ainda estava por vir.

Dialogando, Hahner (2003) a autora reafirma a importância do uso da mídia impressa no século XIX, mas esclarece que poucas mulheres alfabetizadas faziam uso do jornal para difundir suas inconformidades referentes à situação do sexo feminino na sociedade patriarcal.

Como seus compatriotas masculinos, as defensoras da emancipação feminina da mesma forma consideravam a imprensa um importante meio de difusão de conhecimento e exortavam as mulheres a lerem os jornais, a fim de melhor conhecerem seus direitos e suas obrigações (HAHNER, 2003, p. 84)

Como vimos, nesse período, Nísia Floresta, provavelmente pode ter rompido os tabus dos espaços privados para ter acesso à imprensa de sua época. Essa atuação de Nísia Floresta perdurou por muito tempo no cenário brasileiro na época em que o acesso à imprensa era restrito, ela se deteve a propagar seu pensamento de educação e emancipação do sexo feminino através da imprensa, difundindo suas ideias em jornais de várias províncias, dentre elas Pernambuco e Rio de Janeiro. E por ventura, esse meio de comunicação viria a ser utilizado também por mulheres, ainda no século XIX e XX, com a mesma finalidade que Nísia Floresta usou. Passemos, pois, para o período de efervescência da imprensa na história do feminismo no Brasil.

Segundo Hahner (2003) apoiada em Sodré (1966), sem dúvida, os periódicos foram o principal meio de informação entre as pessoas alfabetizadas no Brasil do século XIX e XX. Em sua maioria, esses jornais tinham características semelhantes: periodicidade efêmera, editados por homens e tratavam de assuntos supérfluos. Mesmo nesse cenário “os periódicos forneciam às mulheres um caminho para começar a tratar de seus interesses” (HAHNER, 2003, p. 84).

As poucas mulheres alfabetizadas que existiam nessa época em que a educação era privilégio dos homens, recorreram aos jornais para propagarem suas ideias libertárias. Nesse momento surgem alguns periódicos de caráter feminino, mas ainda com muita inibição, pois se detinham na hegemonia masculina. Com tempo, esses periódicos foram se tornando mais combativos trazendo conteúdos que reivindicavam a condição do sexo feminino em relação à educação e trabalho.

Joana Paula Manso editou o primeiro jornal dedicado às mulheres em janeiro de 1852, O Jornal das Senhoras. A edição desse periódico deu espaço para o surgimento dos posteriores, segundo Hahner e Pinto (2003), O Belo Sexo (1862), Jornal das Damas (1875), O Myosotis (1875), Encho das Damas (1879), Primavera (1880), Voz da Verdade (1885), A Família (1888) e Pela Mulher (1898). Percebemos, pois que “as atividades de mulheres feministas em jornais foram bastante expressivas e espalharam-se pelo país” (PINTO, 2003, p. 30).

Do Norte ao Sul do país, Nísia Floresta, usou a imprensa como uma das principais fontes de divulgação de seus ideais educacionais e feministas. Em 1838 a educadora publicava um anúncio no “Jornal do Comércio”, sobre a inauguração de um estabelecimento

destinado a educação para meninas, o Collegio Augusto. Entretanto, a imprensa durante os dezoito anos de existência do colégio, também foi utilizada por alguns para outro fim, de desmoralizar a imagem da sua fundadora. Como bem afirma Duarte: “as críticas nunca se referiam à capacidade intelectual ou administrativa da escritora” (DUARTE, 2010, p. 18), sobretudo quando nos reportamos à ativa personalidade da escritora na defesa de sua ideologia, perante as leis educacionais estabelecidas para o sexo feminino, que para ela retardavam o desenvolvimento intelectual da nação.

A educadora registrou seu pioneirismo também na imprensa brasileira, fora de Pernambuco, inspirando outras mulheres a darem continuidade a sua luta pela emancipação do sexo feminino através da educação. Floresta publicou muitos artigos sobre a educação em jornais carioca, no qual resultou o livro Opúsculo Humanitário editado em 1853. A educadora ainda deixou seus escritos no “Jornal O Brasil Ilustrado”, Rio de Janeiro, no período de julho de 1855 a março de 1856, onde colaborou com crônicas como: “Passeio ao Aqueduto de Carioca”, “Páginas de uma vida obscura”, onde expõe suas ideias abolicionistas, “Um imprevisto” e “O pranto filial”, escrito logo após a morte de sua mãe. No final do século, em meados de 1890, um número de mulheres brancas já usava, sem mais cerimônia, a escrita, com mesmo propósito de Nísia Floresta, em busca dos direitos femininos.

Na sua última fase, já durante a república, o jornal tornou-se mais político, advogando a luta pelo voto e dando exemplo da vida pública de mulheres em outros países (PINTO, 2003, p.32). A atuação de Floresta na imprensa transformou este meio, como instrumento aliado às mulheres, na propagação das ideias de seus direitos. Surgia, dessa forma, uma nova fase da luta das mulheres no país, o feminismo.

Apesar de reconhecermos que inicialmente, os jornais direcionados ao público feminino, não se detinham em temas que discutiam os direitos das mulheres, estes periódicos foram de contribuição ímpar no processo de emancipação do sexo feminino, uma vez que passou a ser porta voz de um número de mulheres que gradativamente foram se alfabetizando. Consideramos que, alguns desses jornais, apesar de diferentes editoras, tinham um objetivo em comum, a educação das mulheres, fato exaltado, no início do século, por Nísia Floresta. Posteriormente essas reivindicações se ampliaram. Segundo Hahner (2003).

Por intermédio dos jornais publicados, em pequeno, mas sempre crescente número, durante a segunda metade do século XIX, as defensoras os direitos da mulher no Brasil demonstravam interessar-se por um número importante

de questões, inclusive o do status legal da mulher, relações familiares, acesso à educação superior e carreiras profissionais, e, finalmente, questões políticas, tais como abolição da escravatura e o voto para a mulher (HAHNER, 2003, p. 100).

De fato, essas manifestações através da imprensa garantiram uma ascensão positiva nas ideias em defesa dos direitos das mulheres. Possibilitando uma visão mais política e crítica da condição do sexo feminino, ampliando esse olhar a outras reivindicações que passaram a fazer parte das agendas feministas. A inserção no campo de trabalho e o voto seriam algumas das próximas lutas feministas. Nesse período, a imprensa também teve sua contribuição, mas já começa dar sinais de desencontro, como veremos posteriormente.

1.4. Epistemologia e educação feminista

Historicamente, o sexo feminino esteve no lugar de submissão, inferioridade e negação, dentro de uma sociedade machista que lhe negava o direito de exercer sua cidadania, exaltando sua fragilidade em relação ao sexo masculino. Durante toda história, a mulher foi vista pelo olhar machista, como dona de casa fiel, ora como objeto de prazer, a mulher carregou por muito tempo estes sinônimos que lhe foram atribuídos. Contudo de acordo com Guacira Lopes Louro para que “se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente os sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos” (LOURO, 2008, p. 21). Nessa direção, houve mulheres que desafiaram a sociedade da época em busca de uma equidade dos direitos para romper com a visão errônea que se construiu em relação aos sexos masculino e feminino. No Brasil, temos o pioneirismo na luta pela emancipação da mulher, representado por Nísia Floresta. Sua principal crença, como vimos, era de que, apenas através da educação, a mulher poderia alcançar seu livre-arbítrio. Como assegura Castro (2010) “Nísia teve a oportunidade de praticar aquilo que idealizava. Provavelmente por esse motivo, Nísia Floresta seja lembrada ainda hoje como precursora dos ideais feministas em nosso país” (CASTRO, 2010, p. 239).

É sabido, pois, que dentre os diversos direitos negados às mulheres, estavam o da educação, e este era o principal motivo pelo qual lutava Nísia Floresta, visto que em seu tempo acreditava-se que este era um papel reservado, apenas aos homens, às mulheres bastavam “os trabalhos manuais, pois o androcentrismo da família patriarcal se encarregava de excluí-las dos menores privilégios e reservava aos homens os benefícios que a cultura pudesse trazer” (DUARTE, 2010, p.18).

O intelectual feminino, por toda história, esteve inferiorizado, as tarefas que lhe eram concedidas, se resumiam às domésticas, ao bordado, à costura, pois se acreditava no dom feminino e não no seu intelecto ou em qualquer capacidade de produzir conhecimento, poucas mulheres no século XIX e meados do século XX tiveram acesso à educação, por pertencerem às classes mais altas. Para Louro, “A segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas tiveram como consequência a sua ampla invisibilidade como sujeito inclusive como sujeito da Ciência” (LOURO, 2008, p. 17). Comungamos com esta autora, ampliando esta afirmação para questão da hierarquia no mundo do trabalho entre os sexos que desde sempre subjugou o potencial feminino⁴¹. Sabemos que se ambos ocupassem a mesma função no trabalho, o homem teria sempre mais vantagens em relação à mulher. Acreditava-se que a esta, por ser do sexo “inferior” e de viver apenas para o lar, não fazia sentido ter o mesmo salário que o homem. “É importante ressaltar que na divisão sexual e desigual do trabalho estava também contida a interdição das mulheres à esfera pública” (ÁVILA, 2002, p.44). Nesse sentido, Alves e Pitangy (2011), comungam com a afirmação de Ávila (2002) ao relatarem que não pode nos parecer estranho que a luta feminina, que a história moderna registra, seja enfatizada contra a desigualdade entre os sexos no acesso a educação e ao trabalho. Nessa óptica, Nísia Floresta (1989) já antecipava no início do século XIX esse pensamento ao se referir aos pilares, educação e trabalho, como forma de possível ascensão do sexo feminino, advertindo que se “Instruísse uma classe pública de operárias em toda a sorte de trabalho, oferecer-se-ia a uma parte das famílias desvalidas do Brasil não somente em meio seguro de as livrar da miséria, mas ainda de habilitá-las para um futuro que não está longe” (FLORESTA, 1989b, p.132).

Ao se apoderar do termo “classe pública de operárias” a autora manifesta sua ideologia no que concerne a classe trabalhadora de mulheres pertencentes à camada mais pobre de sua época, revelando sua perspicácia na crença de uma mudança social para estas mulheres, caso lhes fossem dado, a possibilidade do ensino e do trabalho. Desta forma, Nísia Floresta (1989) evidencia as lutas pelas quais viriam, posteriormente, fazer parte da agenda de luta feminismo brasileiro.

O feminismo, que segundo o dicionário da Crítica Feminista (2005), devido sua amplitude semântica nos permite ter uma definição que esclarece seus diferentes sentidos,

⁴¹ Até hoje ainda persiste a diferença entre salário de mulher e homem na mesma função, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

apoiado na teoria defendida por Janet Radcliff (1994) que divide o feminismo em duas categorias a seguir: liberais e radicais, portanto segundo o dicionário,

O feminismo liberal, também designado por igualitário, ou mesmo tradicional, engloba as correntes que defendem a igualdade. É um movimento eminentemente reivindicativo, que, ao constatar a menoridade a que as mulheres têm sido sujeitas exige para elas uma unidade de direitos. Enquanto parte desfavorecida da sociedade a mulher tem que ser defendida numa luta que só terminará quando o seu estatuto social e político for considerado equivalente ao do homem. O feminismo radical, como o nome já indica, apela para uma alteração de princípios, defendendo uma nova maneira de estar no mundo e uma profunda alteração do *status quo*. Os direitos das mulheres surgem como consequência lógica dessa mudança (AMARAL e MACEDO, 2005, p. 76).

Ambas definições se assimilam, ao terem a luta como propósito, em defesa da condição da mulher na sociedade. O que de fato lhes diferenciam é o marco histórico. Segundo Macedo e Amaral, este último teria como marco fundador a obra *The Feminine Mystique* (1963) de Betty Friedan. Já o primeiro, feminismo Liberal, teria como ponto inicial as obras de Mary Wollstonecraft com *A Vindication of the Rights of Men* e *A Vindication of the Rights of Women*, editados respectivamente em 1790 e 1792 (MACEDO e AMARAL, 2005, p. 76).

No âmbito nacional a tradução livre da última obra supracitada *A Vindication of the Rights of Women*, traduzida livremente por Nísia Floresta em 1832, marca o início do Movimento Feminista na história do país. Apesar desse marco inicial, ainda no início do século XIX, as ideias feministas só viriam se consolidar no cenário brasileiro, décadas posteriores a de Nísia Floresta.

No século XX a sociedade patriarcal brasileira passou a contar com um adversário mais forte e organizado, o feminismo, pois em vários lugares do Brasil, as mulheres brancas e negras, estas mesmo em sua minoria, começaram a se unir em prol dos seus direitos historicamente subtraídos. O feminismo ressurgiu numa época em que outros movimentos de minorias decidiram quebrar o silêncio; dentre eles, movimentos negros e homossexuais, indígenas, o que foi designado de novos movimentos sociais, tal como diz Boaventura de Souza Santos (1987),

Hoje sabemos ou suspeitamos que essas trajetórias de vida pessoais e coletivas (enquanto comunidades científicas) e os valores, as crenças e os

prejuízos que transportam são a prova íntima do nosso conhecimento, sem o qual nossas investigações laboratoriais ou de arquivos, os nossos cálculos nossos trabalhos de campo constituiriam um emaranhado de diligências absurdas sem fio nem pavio (SANTOS, 1987, p. 53).

Neste sentido, o Movimento Feminista passa nacionalmente por três principais vertentes, segundo Pinto (2003), primeira e reconhecida como a mais influente e pautava-se nos assuntos relacionados aos direitos políticos das mulheres, na medida em que esse feminismo estabeleceu um movimento com alcance nacional que chegou a uma institucionalização admirável. Mesmo com a importante contribuição para a história do feminismo brasileiro, este fato, ainda mostrava fragilidade na questão da luta pelos direitos das mulheres, uma vez que não reconhecia que o lugar de inferioridade determinado ao sexo feminino se caracterizava pela posição de superioridade assentado aos homens.

A luta pela inclusão não se apresenta como alteração das relações de gênero, mas como um complemento para o andamento da sociedade, ou seja, sem mexer com a posição do homem, as mulheres lutavam para ser incluídas como cidadãs. Esta parece ser a fase bem-comportada do feminismo brasileiro do período (PINTO, 2003, p. 14-15).

Outro momento considerado pela autora, como a segunda vertente do movimento, se caracteriza pelo uso da imprensa, denominado de “feminismo difuso” (PINTO, 2003, p.15), pois em “seus textos, tocam em temas delicados para a época, como sexualidade e divórcio. Esta é uma face menos comportada do feminismo brasileiro do início do século XX”. Foi um período em que aconteceram várias manifestações utilizando a “imprensa feminista alternativa” (PINTO, 2003, p.15), protagonizando, apenas as mulheres, que na grande maioria, faziam parte da elite da época; professoras, jornalistas e escritoras. Nessa direção, Pinto (2003) compartilha da mesma fonte de Hahner (2003) ao destacar a importância e uso da imprensa no final do século XIX para o início do século XX, contudo, este veículo já vinha sendo utilizado por Nísia Floresta, desde a primeira metade do século XIX, talvez no mesmo sentido de escrita como afirmar Anzaldúa, quando indagada por que escreve, “Para mostrar que eu posso e que eu escreverei, sem me importar com as advertências contrárias” (ANZALDÚA, 2000, p.232).

Essa segunda fase do feminismo se difere da primeira, pois não se lutava apenas por questões políticas, mas pelo direito à educação, além de críticas em relação à dominação do homem no meio social e o reconhecimento de que a exclusão social feminina seria interesse masculino. Nesse sentido, esse fato já teria sido observado e criticado por Nísia Floresta, em

1832, nas páginas de “Direito das Mulheres, Injustiças dos Homens” ao indagar “Que direito, pois têm eles de nos desprezar e pretender uma superioridade sobre nós” (FLORESTA, 1989a, p.36). Observamos, pois, que a questão da “superioridade” do homem sobre a mulher já fazia parte do pensamento feminista de Nísia Floresta, trazendo para discussão, um tema que séculos depois viria ainda ser discutido pelas feministas.

A terceira e última vertente do feminismo tem, em Maria Lacerda de Moura, sua principal representante e se mostra como um dos mais revolucionários das faces do movimento, pois segundo Pinto (2003), as lutas se pautavam, entre outras reivindicações, contra a exploração da mão de obra feminina.

Interessa-nos através destes diálogos discutirmos sobre o feminismo que oportunizou, às mulheres, uma ascensão social, política, trabalhista e educacional refletida até os dias atuais. Nos anos, de 1930 e 1940, as mulheres conseguiram sair “oficialmente” do silêncio, pois foi nesta época que conquistaram o direito de votar e ser votadas, ingressar nos estudos e participar do mundo trabalho.

Nesse mesmo período, eclode mais uma guerra mundial, e se faz necessário a presença masculina para participar e defender seus países nos combates. É neste desenho que a figura da mulher ganha uma suposta igualdade de gênero, pois se fazia necessário sua mão de obra, uma vez que a masculina estava em guerra. Com o término da guerra, esse panorama voltou a mudar, e começa a desvalorização da mão de obra feminina, que passa ser exaltada também pela imprensa, que antes contribuiu para a difusão do feminismo, agora via a mulher como a rainha do lar, onde lhe restava o trabalho doméstico.

Na década de 1960, as mulheres começaram, a partir do fortalecimento do feminismo, a questionarem não apenas os seus papéis definidos na sociedade, mas as raízes, as causas e consequências dessa hierarquização histórica entre os sexos, que foi naturalizada. Naturalização alimentada culturalmente, onde a menina é educada para ser afetuosa, ter preferência pela cor rosa, brincar apenas com boneca e o menino precisa mostrar coragem, não chorar, usar a cor azul, brincar apenas com bola e carro, além de ser incentivado a iniciar, prematuramente, a ter relação sexual. Nessa direção Vianna e Ridenti (1998), dizem que,

Em nossa sociedade, as desigualdades entre homens são fortemente atribuídas às distinções de sexo, com evidentes conotações biológicas. Assim, sexo remete às diferenças físicas entre homens e mulheres. Todos

nasceram com algumas características que são específicas para homens e para mulheres; um exemplo é a capacidade das mulheres de procriar e amamentar. Muitas vezes essas características distintas são usadas pelos indivíduos na construção de um conjunto de representações sociais e culturais, valores e atribuições sociais. Isso é o que chamamos de gênero (VIANNA e RIDENTI, 1998, P. 96).

A relação de gênero sempre esteve presente no cerne da nossa sociedade e utilizada para, elevar o papel social do homem e atenuar o da mulher, para assim, cravar a diferença entre os sexos. Adentrar nessa discussão convém tecer brevemente algumas considerações sobre gênero⁴². Segundo Guacira Lopes Louro foi no final dos anos 1980 que feministas brasileiras passaram a utilizar o termo gênero. Inicialmente utilizado para se referir biologicamente à feminilidade e masculinidade e seus papéis naturalizados socialmente, após estudos, sobretudo, de Joan Scott⁴³ (1995), esse termo passou ser determinado também como categoria histórica. Nesse contexto, o conceito de gênero passa a conglomerar todas as formas de construção social, cultural e linguística, uma vez que, em toda nossa trajetória, mediante tais experiências, estamos nos constituindo como mulheres e homens.

Nesse contexto, tais papéis socialmente construídos para distinguir o masculino e o feminino acabam por instituir dicotomias, que para Louro (2012), essa dicotomia marca a superioridade do primeiro elemento sobre o segundo, ainda para esta autora “Os sujeitos que constituem a dicotomia não são, de fato, apenas homens e mulheres, mas homens e mulheres de várias classes, raças, religiões, idades, etc.” (LOURO, 2012, p. 37) e suas ações e comportamentos podem desmistificar a ideia defendida pelo senso comum de “homem dominante e mulher dominada”. A questão do poder é algo que também precisa ser considerado nesta lógica binária. Os estudos de Michael Foucault tem sido um dos referenciais feministas para a discussão sobre o papel do poder nesse sentido.

Frequentemente, essas diferenças estabelecidas têm dentre outros casos, exposto às mulheres a situação de vulnerabilidade e violência, cometidas pelos homens que, habitualmente, são os seus próprios companheiros, quando estas acontecem no privado. Geralmente, acredita-se pela dependência financeira e emocional, muitas mulheres permanecem silenciadas e vítimas de seus (uas) algozes. Segundo Santos (2009), dados de

⁴² Uma discussão mais ampla sobre este tema encontra-se em: LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação- Uma perspectiva pós-estruturalista**. 14ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

⁴³ Ler SCOTT, J. **Gênero: Uma Categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade. Vol. 20 (2), jul./dez. 1995.

pesquisas sobre a violência de gênero no Brasil mostram a gravidade da situação. “Entre todos os casos de violência ocorridos no final da década de 80, mais da metade tinha mulheres como vítimas; enquanto o homem é vítima de violência na rua, a maioria das mulheres agredidas sofre violência dentro da própria casa [...]” (SANTOS, 2009, p. 25), o que ainda segundo este autor a grande parte dessa violência era provocada pelos parentes e cônjuges. O que tal pesquisa não deixa evidente é que entre esses parentes e cônjuges, pode está incluso não apenas os homens, mas as próprias mulheres. É nesse contexto, que a relação de poder sugere uma discussão sobre gênero numa abordagem mais expressiva para repensar a lógica dicotômica, referenciada por Louro (2012).

Se para as feministas essa desconstrução parece ser confusa e ao mesmo tempo necessária, para algumas instituições, como a escola, é ainda mais difícil, pois para Louro “Aprendemos a pensar nessa lógica e abandoná-la não pode ser tarefa simples” (LOURO, 2012, p. 35). Além disso, o pouco conhecimento sobre as temáticas de gênero e sexualidade apresenta-se “como um dos fatores pelos quais professores e professoras, na maioria dos casos, continuam ensinando, mesmo que “discretamente”, modos de ser e de se comportar de maneira diferenciada e desigual para meninos e meninas” (FELIPE e GUIZZO, 2008, p.39). Desta forma, produzem a desigualdade de gênero o que ocasiona a preconceito e o sexismo.

Historicamente a escola tem sido o lugar onde se aprende não só a dizer masculino e feminino, como o significado dessas duas construções sociais e de poder para ambos os sexos. Nessa direção, a costura e o trabalho doméstico estavam para as meninas, assim como a geometria e a mecânica estavam para os meninos. Nessa lógica, a mulher não precisava de maiores conhecimentos, ao passo que os homens desenvolviam ciência. Percebemos, pois, que a desigualdade de gênero foi algo que sempre esteve presente na constituição das instituições de ensino brasileiro. Essa realidade presente desde séculos anteriores como consta em “Estudos contemporâneos sobre o espaço escolar, as práticas pedagógicas que nele se desenvolvem [...]”(MEYER, 2008, p. 24). Para Meyer, esses estudos têm indicado como estamos, “Em nossa sociedade, sempre operando a partir de uma identidade que é a norma, que é aceita e legitimada e que se torna, por isso mesmo, quase invisível - a masculinidade branca, heterossexual, de classe média e judaico-cristã” (MEYER, 2008, p. 24).

Nesse sentido, na 1ª edição do “Opúsculo Humanitário” em 1853, Nísia Floresta, afirmava que “A inteligência não tem sexo”⁴⁴, pois para esta autora as mulheres, assim quanto o homem, tinham capacidade iguais de aprendizagem e que a sociedade de sua época recorria a “fraqueza física” para justificar a diferença estabelecida. Para esta educadora, esse argumento não passava de “Um dos pretextos de que se prevaleciam certos sofistas para subtraírem a mulher ao estudo, para qual a julgam imprópria” (FLORESTA, 1989b, p. 62). Levando em frente essa sua crença, Floresta fundou um colégio para meninas e para provar que essas meninas tinham capacidade para aprender e adotou um currículo diferenciado em sua instituição de ensino. Para Adauto Câmara (1941) Nísia Floresta não tinha interesses financeiros, políticos ou um pretexto para ser notada, ao contrário, tinha um idealismo que lhe inspirava a lutar pela educação da mulher e pela extinção de sua inferioridade.

No contexto atual, essa atitude pode parecer anacrônica, pelo fato de ser uma escola apenas para meninas, no entanto, se pensarmos na realidade educacional das mulheres no início do século XIX, veremos que esse foi um dos primeiros passos pela luta da igualdade de direitos entre os sexos. Por isso, para Duarte, “Dentre os ilustres nomes que fizeram a história das mulheres no Brasil, na conquista de seus direitos civis e políticos, um nome sonoro se destaca e se impõe – Nísia Floresta Brasileira Augusta” (DUARTE, 2005, p. 13). Ainda segundo Constância Lima Duarte, à Nísia Floresta, “[...] Devemos as primeiras páginas desta história, tão incompleta e pouco conhecida, pela coragem revelada em seus escritos, pelo ineditismo e ousadia de suas ideias” (DUARTE, 2005, p. 13).

De fato, Floresta tem sua grande contribuição na história da educação feminista do Brasil, deixando também suas ideologias registradas, nos principais jornais da época, que foi uma forma de difusão de sua militância política (feminista e educacional). Nesse contexto, se no passado Nísia Floresta e outras feministas utilizaram a mídia impressa para sensibilizarem a sociedade sobre as questões das mulheres, hoje o que se vê é a grande exposição e vulgarização do corpo da mulher, que é utilizado pela grande mídia, dentre outros objetivos para deliberar o corpo ideal, vender determinados produtos, como sendo estes típicos do público masculino (cerveja, cigarro, etc.), o que é visto pela sociedade, como um episódio corriqueiro do mesmo modo que “Os conhecimentos que a mídia apresenta como “verdadeiros” também são modificados de acordo com interesses econômicos, políticos e sociais” (ANDRADE, 2008, p. 120).

⁴⁴ Essa discussão da autora encontra-se na página 63 do Opúsculo Humanitário, 1989.

Nesse contexto, a exposição do corpo feminino tornou-se coisa banal, passando a ser também sinônimo de sexo e prazer, determinando a mulher, que dentre os variados estereótipos fixados, ao sexo feminino passa ser o outro subjugado como mercadoria, perante a altivez masculina produzida pela mídia. Neste cenário, sendo mulher e afro-brasileira, esta seria duplamente explorada e mercantilizada. Ainda para Andrade, “Inevitavelmente, tais representações de corpo veiculadas na mídia vão se fazer reapresentadas em todos os espaços que os sujeitos se desdobram: no trabalho, na família, na escola” (ANDRADE, 2008, p. 120). Nesse contexto comungamos com Felipe e Guizzo quando afirmam que é importante ressaltar o quanto professores e professoras precisam estar em constante processo de atualização, para que possam ter a “Possibilidade de assumir atitudes e posições reflexivas em relação às situações que acontecem cotidianamente nos espaços educacionais em relação a gênero, à sexualidade, à raça, etnia, dentre outros” (FELIPE e GUIZZO, 2008, p.39).

Diante desse cenário, observamos, pois, que a mídia antes aliada às primeiras manifestações feministas, que contribuíram para denunciar as situações de opressão e injustiça em que viviam as mulheres no Brasil, em meados do século XIX, tão utilizadas por Nísia Floresta, e posteriormente, por demais mulheres, na realidade atual, ludibria, aliena e reafirma o lugar um de submissão para sexo feminino, reduzindo a mulher, entre outras coisas, a objeto de consumo e a forjada educação do corpo⁴⁵. Nessa perspectiva, a referida mídia, no entanto, abre mão do papel social que adquiriu como ferramenta de apoio as primeiras lutas feministas, para se render a sociedade de consumo, hegemônica, machista e racista.

De fato, a posição atual da mídia se difere daquela que teve indiscutível contribuição no surgimento das ideias feministas, e na coautoria que firmou com as primeiras manifestações, na defesa por uma educação que libertasse a mulher da hierarquia masculina. Contudo, não podemos abrir mão de seu papel pedagógico conforme discutimos anteriormente.

⁴⁵ Para uma discussão mais ampla sobre esse tema ler: LOURO, Guacira Lopes, FELIPE, Jane, GOELLNER, Silvana Vilodre (Organizadoras). **Corpo, Gênero e Sexualidade**- 4ª Ed. –Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

2. METODOLOGIA

Discorreremos adiante sobre as formulações teóricas que orientaram a escolha pela metodologia utilizada para análise dos dados desta pesquisa. Para tanto, buscamos dialogar com autores que nos dessem embasamentos teóricos para a eleição do percurso metodológico. Apresentaremos, a seguir, a abordagem metodológica, o tipo de estudo, a método da pesquisa, delimitação e local da pesquisa, as fontes de informação, as técnicas de coleta e análise e sistematização de dados.

Considerando, que nosso objeto de estudo, consiste em analisar o pensamento pedagógico feminista de Nísia Floresta, elegemos a pesquisa de abordagem qualitativa. Segundo Bogdan & Biklem (1994) a pesquisa qualitativa é descritiva e seus dados são recolhidos em forma de palavras ou imagens e não em números, assim como sua fonte principal dos dados é o cenário natural dos sujeitos investigados. De forma que o contexto também é de importância vital na abordagem qualitativa.

Em diálogo com Psathas (1973) Bogdan & Biklem (1994) estes autores afirmam que os investigadores qualitativos estão sempre interrogando seus sujeitos. A fim de apreender o que experimentam e como interpretam suas experiências e o modo de como esses sujeitos estruturam o mundo social em que estão inseridos (BOGDAN & BIKLEM, 1994, p. 51).

Além dessa característica, a abordagem qualitativa estabelece que seja examinado, no seu sentido macro, tendo em mente que nada é corriqueiro, e que dessa forma, tudo tem algum significado que deve ser considerado, com o objetivo de estabelecer uma compreensão que esclareça com mais precisão o que esta sendo pesquisado. De acordo Bogdan & Biklem (1994) tudo é questionado e não escapa à avaliação, pois a discricão utilizada na abordagem qualitativa funciona como método de recolher dados, quando se pretende que nenhum detalhe escape.

2.1. Tipo de Estudo

Nossa pesquisa foi do tipo exploratório e explicativo. Exploratório, pois tendo em vista que nossos objetivos apontaram para uma necessidade de averiguar, de forma preliminar, informações mais amplas sobre produções a respeito do nosso objeto de estudo, nos proporcionou, dessa forma, uma aproximação inicial com o que pesquisamos. Além disso, esse tipo de estudo “Oferece dados elementares que dão suporte para a realização de estudos mais aprofundados sobre o tema” (GONSALVES, 2007, p. 67).

Para tanto, exploramos as principais produções na área dessa pesquisa, assim sendo, a ANPED analisamos a produção das últimas quinze reuniões dos Grupos de Trabalho, GT 2- História da Educação, GT03- Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos, GT23- Gênero, Sexualidade e Educação, a SCIELO, CAPES que inclui a produção da UFPE, EPENN, ABRALIN, revista de gênero PAGU, além de periódicos mantidos por algumas Universidades.

Nesse sentido, Severino (2007) diz que esse tipo de pesquisa procura investigar elementos relacionados com objeto que se pretende estudar, “mapeando as condições de manifestação desse objeto” (SEVERINO, 2007, p. 123). Ainda segundo este autor, esse tipo de investigação é o caminho para se chegar a pesquisa explicativa.

Nesse sentido, nossa pesquisa também foi do tipo explicativa, pois tivemos o cuidado de ir além dos registros encontrados e das análises realizadas, tendo a preocupação descobrir as causas, finalidades e efeitos dos resultados encontrados. Neste sentido, Gonsalves (2007) afirma que este tipo de pesquisa aspira encontrar os fatores, pelos quais, originam um fato, buscando as fontes e razões que o defina (GONSALVES, 2007, p. 68).

Nestas condições, fomos além dos fatores determinantes, aprofundando, assim, os conhecimentos prematuros. Para atender a este objetivo, recorreremos às principais discussões teóricas sobre o tema, dialogando com autores que nos proporcionaram fundamentos epistemológicos sobre o objeto da pesquisa. Neste sentido, nos apoiamos nos principais estudos sobre Nísia Floresta. Aplicamos, para tanto, o método do caso alargado que nos proporcionou uma base teórico-filosófica sobre as premissas encontradas no nosso objeto de estudo.

2.2. Método da Pesquisa

Considerando que cada pesquisa tem sua especificidade e que, portanto, não existe a universalização de um método apropriado para se alcançar o pressuposto epistemológico, nossa pesquisa adotou o método do caso alargado. Nessa perspectiva Lage (2009) diz que “O melhor método a ser utilizado não é aquele mais conhecido e de domínio amplo, mas aquele que consegue investigar todos os pontos relevantes para que os resultados da pesquisa sejam alcançados” (LAGE, 2009, p. 07).

O Método do Caso Alargado segundo Boaventura de Sousa Santos (1983) “opõe a generalização positivista, pela quantidade e pela uniformização, generalização pela qualidade e

pela exemplaridade (SANTOS, 1983, p. 11). É partindo dessa perspectiva que este método tem sua base estrutural na combinação da fenomenologia e do estruturalismo. A primeira proveniente de Husserl, que procura analisar o sujeito considerando o contexto social em que está inserido “[...] não pensa que se possa compreender o homem e o mundo de outra forma senão a partir de sua “factualidade” (TRIVIÑOS, 2010, p. 43) da sua essência. Ao passo que o estruturalismo, uma abordagem científica que nasceu no século XX, tem como objetivo desvendar a estrutura do objeto estudado, adentrando em sua essência “Talvez seja a busca das propriedades extra temporais do objeto, que se apresentam como “invariantes” chaves para o esclarecimento de seus aspectos essenciais, um dos traços fundamentais do estruturalismo” (TRIVIÑOS, 2010, p. 81).

Neste entendimento, Santos (1983) diz que o estruturalismo, aplicado individualmente numa pesquisa de campo social, não esgotariam a amplitude social a ser considerada, desta forma, firma o autor,

Para evita este risco, é necessário combinara a análise estrutural com análise fenomenológica de molde a captar, por via desta, a inteligibilidade das práticas sociais para os que nelas participam, a variedade, a complexidade e o detalha das interacções e, finalmente, o universo (e seus subuniversos) de significação em que os interesses práticos e as acções-à-mão se conjugam com factores e determinações de que os agentes não têm consciência (SANTOS, 1983, p. 10).

De fato, segundo Santos (1983), ao combinar estas análises consideramos não apenas que as pessoas são atores de suas práticas, e decerto estas práticas estariam norteadas por sentidos. Desta justaposição, o Método do Caso Alargado, que tem sua origem na antropologia social, considera essencial que se amplie os resultados dos casos estudados, considerando a particularidade de cada objeto estudado. Este método que foi inicialmente utilizado por Boaventura de Sousa Santos (1983) em pesquisa desenvolvida em Recife, no caso da comunidade Skylab e a partir dessa experiência subsidiou analiticamente várias pesquisas desse autor. Dessa forma o método propõe que “em vez de reduzir os casos às variáveis que o normalizam e tornam mecanicamente semelhantes, procura analisar, com máximo de detalhe descritivo, a complexidade do caso, com vista a captar o que há nele de diferente ou mesmo único” (SANTOS, 1983, p. 11-12).

No nosso estudo analisamos sob a óptica desse método, o pensamento pedagógico feminista de Nísia Floresta. Para tanto analisamos além do acervo histórico do Collegio Augusto, a formação política e social da educadora. Uma vez que segundo, Santos (1983) “o

método do caso alargado propõe o salto da imaginação sociológica entre o mais detalhado e minucioso e o mais geral e indeterminado. Não isola os factos (objetivos) do contexto de sentido (subjeto ou intersubjetivo) em que ocorrem” (SANTOS, 1983, p. 12). E neste sentido “ A riqueza do caso não está no que há nele de generalizável, mas na amplitude das incidências estruturais que nele se denunciam pela multiplicidade e profundidade das interações que o constituem” (SANTOS, 1983, p. 12).

2.3. Delimitação e Local da Pesquisa

A nossa pesquisa delimitou-se ao estudo da obra de Nísia Floresta e ao acervo histórico sobre a experiência do Collegio Augusto⁴⁶. A escolha desta experiência se deu primeiramente por ter sido a instituição de ensino inaugurada e dirigida por Nísia Floresta, onde a autora certamente pôs em prática seu pensamento pedagógico, uma vez que “As ideias pedagógicas representam, certamente, um grau elevado de abstração, mas, dentro de uma ótica dialética (não metafísica), o pensamento não é puramente especulativo. Ele se traduz numa abstração concreta” (GADOTTI, 2008, p. 16). E nesse sentido, o Collegio Augusto foi o lugar aonde a educadora traduziu seu pensamento, através das matérias, métodos e espaço pedagógico adotado pela sua instituição de ensino.

Nesse sentido, com as especificidades do método utilizado, e com o propósito de levantar dados empíricos de modo a confrontar teoria e prática da educadora naquilo que é singular e também o que pode ser generalizado, nossa pesquisa de campo foi realizada na Biblioteca Nacional e nos Arquivos Geral, Público e Nacional do Rio de Janeiro, ambos situados na cidade onde o Collegio Augusto funcionou de 1838 a 1854. Onde também Nísia Floresta teve grande participação na imprensa expondo suas ideias pedagógicas e feministas.

2.4. Fontes de Informação

Na coleta dos documentos analisados nesta pesquisa trabalhamos com dois grupos: documentos públicos e documentos pessoais.

- **Documentos públicos**

Estas fontes compreendem os documentos encontrados em arquivos públicos “Ainda que ela seja dita pública, ela nem sempre é acessível. Esse tipo de arquivos compreende

⁴⁶ A coleta dos dados se deu nos Arquivos e na Biblioteca Nacional na cidade do Rio de Janeiro, no período de 21 a 25 de outubro de 2013.

comumente: arquivos governamentais (federais, regionais, escolares, ou municipais)” (CELLARD, 2008, P. 297). Há também os documentos públicos não-arquivados que incluem entre outros “ jornais, revistas, periódicos e qualquer outro tipo de documentos distribuídos: publicidade, anúncio, tratados, circulares, boletins paroquiais, anuários telefônicos, etc” (CELLARD, 2008, P. 297). Que embora não sejam oficiais também podem ser acessados em acervos diversos. Em nossa pesquisa, utilizamos documentos encontrados nos arquivos, Público e Geral, assim como a Biblioteca Nacional, ambos do Rio de Janeiro.

Os documentos públicos não-arquivados foram jornais, revistas, periódicos e anúncios. Esses documentos apontaram informações sobre a realidade da instrução pública durante o século XIX, fato que foi essencial para situar o contexto histórico e político em que Nísia Floresta viveu e desenvolveu suas ideias pedagógicas. Outra prioridade considerada para a eleição dessas fontes foi o fato dessas trazerem dados concretos e precisos de como era estabelecido o ensino das meninas, com suas proibições e limites em relação ao ensino destinado aos meninos. Desta forma, não foi apenas pela especificidade da nossa abordagem metodológica, mas pela singularidade dessas fontes.

▪ **Documentos pessoais**

Nesse tipo de documento foi preciso inicialmente distinguimos, segundo Lakatos (2006), entre documentos de domicílios particulares e institucionais de ordem privada e públicas. No nosso caso encontramos apenas documentos de domicílio particular, pois este tipo fonte reúne autobiografia, diários íntimos, correspondências, histórias de vida, documentos de família entre outras. Enquanto o de ordem institucional ou privado que são bancos, empresas sindicatos políticos, delegacias, hospitais dentre vários, não foram objetos de nossa investigação.

Nos os documentos que tivemos acesso foram encontrados relatos de viagens da autora e correspondências, ambos publicados em livro; o primeiro ainda em vida, já o segundo após sua morte. A escolha por esse tipo de fonte foi relevante, pois nos proporcionou um melhor conhecimento sobre a autora, a partir de seus próprios escritos, portanto, uma análise mais minuciosa de seu pensamento. Além de nos possibilitar conhecer a perspectiva político-pedagógica de Nísia Floresta reelaborada à luz de suas próprias concepções sobre o papel da mulher na sociedade em que vivia.

2.5. Técnicas de Coleta

Há várias formas de coletar informações, e cada pesquisa, de acordo com sua especificidade, exige uma técnica de coleta que pode ser da consulta de documentos sobre o que se está estudando às observações do próprio fenômeno segundo (LAVILLE e DIONNE 1999 p. 166). Na nossa pesquisa recorreremos à consulta de documentos, em primeiro lugar por que este nos possibilitou reconstruções que foram primordiais para nossa pesquisa, devido a particularidade do nosso objeto, em segundo lugar por que se refere a experiência do século XIX e, portanto, não teríamos outra forma de nos aprofundar pela escolha que mencionamos.

Nesse sentido, concordamos com Pimentel (2001) que apoiada em Antunes afirma que “Se as categorias de análise dependem dos documentos, eles precisam ser encontrados, “extraídos” das prateleiras, receber um tratamento que, orientado pelo problema proposto pela pesquisa, estabeleça a montagem das peças, como num quebra-cabeça” (PIMENTEL, 2001, p. 180). De fato, a consulta aos documentos preencheram lacunas importantes em nossa investigação, ao passo que outro tipo de coleta de dados, não preencheria, devido às especificidades da nossa pesquisa.

2.6. Análise e Sistematização de Dados

Os documentos são fontes vivas de informação, e através de uma análise apurada do pesquisador, podem oferecer informações que auxiliam na descoberta de novos conhecimentos. Segundo Cellard, “O documento permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social”. Ainda para esse autor, apoiado em Tremblay (1968), é em virtude dos documentos que “Pode-se operar evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, etc., bem como o de sua gênese até os nossos dias” (CELLARD, 2008, P. 295). Nesse sentido, para se obter o que ambicionou esta pesquisa, a análise documental se mostrou, extremamente, singular. Uma vez que, ao ousar construir o pensamento pedagógico de Nísia Floresta, precisamos conhecer, primordialmente, o contexto em que essa educadora desenvolveu suas ideias, e para tanto, os documentos nos foram fontes insubstituíveis.

No nosso estudo, foi preciso trabalhar numa perspectiva histórica, para reconstruir o cenário em que Nísia Floresta produziu suas obras e pôs em prática suas ideias. E dessa forma, a análise documental nos proporcionou fazer essa correspondência, pois a análise do

“Contexto social global, no qual foi produzido o documento e no qual mergulhava seu autor e aqueles a quem ele foi destinado, é primordial, em todas as etapas de uma análise documental, seja qual tenha sido a época em que o texto em questão foi escrito” (CELLARD, 2008, P. 299).

Nestes termos, procuramos fazer uma análise não apenas da produção da autora em sua época, mas o que também se produzia e o que se produziu na contemporaneidade sobre a educadora. Contudo, é importante ressaltar que, também mapeamos a trajetória da autora até a inauguração do Collegio Augusto. Com esse procedimento, procuramos traçar os caminhos que, possivelmente, levaram Floresta a inaugurar uma escola para meninas em pleno século XIX.

Além desses aspectos, em diálogo com Pimentel (2001), elaboramos um quadro de autores, pois através deste foi possível esclarecer em que referencial teórico se fundamentou a educadora para fazer uso de certos conceitos e opiniões. Através desse quadro teórico foi possível identificar as confluências teóricas, o uso das abordagens científicas, teóricos com os quais Floresta manteve mais proximidade e comungou com suas ideias, em diversos períodos de sua produção teórica, sendo possível observar também sua reformulação teórica.

Para tanto, de acordo com Cellard (2008), uma pesquisa documental precisa ter algumas particularidades no tratamento e análise dos documentos, e nesse sentido, deve-se considerar as alíneas a seguir.

- **O contexto**

Inicialmente, é preciso ser muito bem esclarecido e examinado, como um todo, o contexto histórico em que foi produzido os documentos. Para Cellard “Seja como for, o analista não poderia prescindir de conhecer satisfatoriamente a conjuntura política, econômica, social, cultural, que proporcionou a produção de um documento determinado” (CELLARD, 2008, p. 299). É evidente, pois, que o contexto em que foi produzido esses documentos seja questionado e considerado, assim como é preciso analisar em que estavam imersos seus autores na época da produção desse documento. Além de ter bem claro a que se destinavam e a finalidade dessas produções.

- **Autor e autores**

Para Cellard (2008, p. 300), “Não se pode pensar em interpretar um texto, sem ter previamente uma boa ideia da identidade da pessoa que se expressa, de seus interesses e dos motivos que a levaram a escrever”, nesse sentido, a identidade de quem se expressa é de extrema importância na completude da análise do material, ou seja, do documento. Ao elucidar a identidade do autor o analista, além de tecer uma avaliação sobre a originalidade do material produzido, torna-se possível também, interpretar alguns fatos que puderam ser transparente ou não no seu posicionamento em relação certo episódio. Saber de qual lugar social está falando o indivíduo também é um detalhe que faz a diferença na interpretação dos fatos.

No caso da nossa pesquisa, um dos detalhes que buscamos averiguar, foi a de qual orientação política seguia os jornais em que Nísia Floresta escrevia? Quais eram as pessoas que emitiam opiniões sobre ela nesses jornais. Procuramos ainda saber quais seriam os sujeitos que tinham o direito de expressar suas ideias através desses jornais e qual a política editorial dos periódicos que determinava quem nele poderia escrever ou não.

- **A autenticidade e a confiabilidade do texto**

Não é importante, apenas, que tenhamos informações sobre a origem social, ideológica ou interesses particulares do autor do documento. É preciso, pois, assegurar-se da qualidade da informação que está sendo transmitida (CELLARD, 2008, p. 301). A procedência do documento é algo primordial que precisamos ter em mente, contudo, é necessário saber que relação existia entre o autor pesquisado e outros autores citado por ele, foram testemunhas oculares ou não do que descreveram, no mais, “Eles estavam em posição de fazer esta ou aquela observação, de estabelecer tal julgamento?” (CELLARD, 2008, p. 301).

- **A natureza do texto**

Sabemos que a estrutura de um texto pode variar de acordo com sua finalidade, nessa direção para Cellard “Efetivamente, a abertura do autor, os subentendidos, a estrutura de um texto podem variar enormemente, conforme o contexto no qual ele é redigido” (CELLARD, 2008, p. 302). Ao passo que não é possível expressar-se da mesma

maneira em textos com finalidades diferentes; num diário íntimo, relato de viagens ou num discurso encontramos formas específicas de se anunciar.

▪ **Os conceitos-chave e a lógica interna do texto.**

Quando precisamos lidar com textos mais antigos essa preocupação se torna mais evidente, pois com a evolução de algumas palavras esse cuidado é primordial. Para Cellard, (2008) “Delimitar adequadamente o sentido das palavras e dos conceitos é, aliás, uma precaução totalmente pertinente no caso de documentos”. (CELLARD, 2008, p. 303).

A seguir abaixo quadro representativo dos documentos encontrados. De acordo com a nossa metodologia, a seleção dos documentos que usamos nessa pesquisa, passou por uma pré-análise e tratamento para eleição da preferência por seu uso.

2.7. Análise documental

Quadro11- Documentos coletados no Arquivo Geral do Rio de Janeiro em outubro de 2013.

DOCUMENTO	ANO	FONTE	LOCAL	CARACTERÍSTICA DO MATERIAL
Ofício de Joaquim Pinto Brasil. Correspondência de professores da Instrução Pública da Corte.	1849	. Cod. 12.3.33- Correspondência de professores da Instrução Pública da Corte.	Arquivo Geral do Rio de Janeiro	Manuscrito do irmão de Nísia Floresta. Neste documento, seu irmão solicita afastamento do cargo de professor de Filosofia, por motivos de doença.
Programa do Collégio de Meninas Português e Francez.	1852	Cod. 12.3.36.- Pasta de programas de colégios particulares do Rio de Janeiro. Séc. XIX.	Arquivo Geral do Rio de Janeiro	Matérias lecionadas no estabelecimento, além do funcionamento; valores, objetos, indicação sobre a fora de ensino do Collegio.
Programa do Collégio Particular de Santa Cecília.	1852	Cod. 12.3.36.- Pasta de programas de colégios particulares do Rio de Janeiro. Séc. XIX.	Arquivo Geral do Rio de Janeiro	Matérias lecionadas no estabelecimento, além do funcionamento e valores das mensalidades do mesmo.
Programa do Collegio Flor de Maio.	1872	Cod. 104.2.- Pasta de programas de colégios particulares do Rio de Janeiro. Séc. XIX.	Arquivo Geral do Rio de Janeiro	Apresenta texto inicial sobre funcionamento do Collegio, método e objetivos da educação.

Fonte: Sistematizado pela autora, 2014.

- **O contexto**

Os documentos em questão foram produzidos todos no século XIX, onde, no Rio de Janeiro, nessa época, havia uma ebulição no que diz respeito a abertura de escolas particulares, para ambos os sexos. Com exceção do ofício de Joaquim Pinto Brasil, irmão de Nísia, podemos observar que os documentos que se referem aos colégios se destinam aos pais das alunas.

- **Autor e autores**

Os autores desses textos possivelmente foram os próprios donos dos estabelecimentos onde objetivavam conseguir, através dos escritos, a segurança dos leitores, nesse caso, a dos pais. Esses documentos, decerto, seriam de uso particular dos colégios, no entanto, eram distribuídos aos interessados no ensino de suas filhas.

- **A autenticidade e a confiabilidade do texto**

Enquanto a escrita desses documentos, percebemos que foram produzidos no período testemunhado pelos seus autores, ou seja, testemunhas diretas dos fatos. Nesse sentido, reportam às suas próprias falas, e como seriam os proprietários dos estabelecimentos, não poderiam estar enganados sobre o funcionamento dos próprios estabelecimentos. Esses documentos referem-se aos programas dos Colégios de Meninas, além do ofício de Joaquim Pinto Brasil, solicitando licença para tratamento de saúde.

- **A natureza do texto**

A natureza textual nos leva a compreensão de que essas instituições tinham realmente o objetivo de agradar os pais, preferência pelo ensino das prendas domésticas e uma apatia pelo ensino das ciências.

- **Os conceitos chaves e a lógica interna do texto**

Nesse sentido, é preciso ficar atento, também a alguns termos que nos mostram sentido confuso ou ainda a palavras, que empregadas durante o século XIX, atualmente, não correspondam mais às significações anteriores. Nessa direção, nos documentos que analisamos, mantivemos essa atenção, pois alguns dos termos que encontramos, na linguagem atual receberiam uma outra conotação na época de sua produção.

Quadro 12- Documentos coletados no Arquivo Público do Rio de Janeiro sobre o funcionamento das instituições de ensino primário e secundário do século XIX.

DOCUMENTO	ANO	FONTE	LOCAL	CARACTERÍSTICA DO MATERIAL
Lei N.81	1837	Legislação Provincial do Rio de Janeiro de 1835 a 1850. Typografia Fluminense de Lopes, Largo Municipal, 1850.	Arquivo Público do Rio de Janeiro	Matérias que deveriam ser ensinadas nas escolas públicas de instrução primária de meninas. Um ano antes do Collégio Augusto.
Lei N.º 81 Nº 1-2 de janeiro.Da instrução Pública.	1837	Coleção Leis e Decretos Regulamento da Província do Rio de Janeiro de 1838 a 1850. Typografia Fluminense de Lopes, Largo Municipal, 1850.	Arquivo Público do Rio de Janeiro	Condições das distribuições de prêmio dados aos melhores alunos. O colégio Augusto teve sua lista divulgada no Jornal do Comércio de 24 de dezembro de 1846.
Lei N.º 81. N 1-2 de janeiro	1837	Coleção Leis e Decretos Regulamento da Província do Rio de Janeiro de 1838 a 1850. Typografia Fluminense de Lopes, Largo Municipal, 1850.	Arquivo Público do Rio de Janeiro	Determinação das classes de ensino da instrução primária pública, especificação das pessoas proibidas de frequentarem as escolas: pessoas que padecessem de moléstias contagiosas, os escravos e os pretos africanos, ainda se fossem livres ou libertos.
Lei N.º 82	1837	Coleção Leis e Decretos Regulamento da Província do Rio de Janeiro de 1838 a 1850. Typografia Fluminense de Lopes, Largo Municipal, 1850.	Arquivo Público do Rio de Janeiro	Artigo 25. Fala da obrigatoriedade dos professores de escolas de instrução primária pública ou privada de entregarem aos inspetores de seus municípios as informações sobre MAPAS exatos dos alunos (as). Dessa forma , o Collegio Augusto também teria enviado essa documentação, mas não foram encontradas.
Lei N.º 82	1837	Coleção Leis e Decretos Regulamento da Província do Rio de Janeiro de 1838 a 1850. Typografia Fluminense de Lopes, Largo Municipal, 1850.	Arquivo Público do Rio de Janeiro	Artigo 26. Obrigatoriedade dos professores de escolas particulares de instrução primária solicitar licenças para poderem abrir escolas as quais seriam concedidas gratuitamente. Nesse sentido, Nísia falava da facilidade de abrir escolas e da falta de qualificação dos professores.

Mapa de escola pública masculina	1883	Mapas de Escolas Públicas	Arquivo Público do Rio de Janeiro	Quantitativo de livros existentes nas escolas masculinas.
Mapa de escola pública masculina	1883	Mapas de Escolas Públicas	Arquivo Público do Rio de Janeiro	Matrícula e frequência dos alunos
Mapa de escola pública feminina	1883	Mapa de Escolas Públicas	Arquivo Público do Rio de Janeiro	Quantidade de livros existentes na escola feminina.
Mapa de escola pública feminina	1883	Mapa de Escolas Públicas	Arquivo Público do Rio de Janeiro	Matrícula e frequência das alunas.

Fonte: Sistematizado pela autora, 2014.

▪ **O contexto**

Leis e mapas escolares compõem esse quadro representativo de nossos documentos. Documentos estes, que foram produzidos na primeira e segunda metade do século XIX, entre os anos de 1837 e 1883. Trazem em conteúdo informações sobre matérias que deveriam ser ensinadas nas escolas de instrução primárias para meninas, assim como as condições de prêmios para os alunos, determinação de classes de ensino, matrículas e quantitativo de livro didático. Observamos, pois estes documentos se refere a organização da instrução primária e são destinados às repartições públicas.

▪ **Autor e autores**

Produzidos com finalidade pública, seus autores seriam os próprios governantes em relação às leis. Enquanto aos mapas seus autores seriam os próprios professores e diretores das instituições de ensino da época.

▪ **A autenticidade e a confiabilidade do texto**

Produzidos em forma de leis, esses documentos nos parecem elaborados diretamente por seus autores, sendo estes, dessa forma, testemunhas diretas dos fatos observados. Sendo, pois elaborados para uma finalidade pública, e, portanto, considerados legítimos o teor do seu conteúdo.

- **A natureza do texto**

A natureza textual nos confirma que esses documentos foram elaborados com o objetivo de informar sobre o funcionamento de algumas determinações das instituições primárias, bem com, o controle das frequências das alunas e alunos, além da distribuição dos livros didáticos nas classes de meninas e meninos.

- **Os conceitos chaves e a lógica interna do texto**

Evidenciamos que alguns termos utilizados empregados nestes documentos não correspondem mais às significações atuais, no entanto, consideramos que não nos impediu de fazer sua análise. Ao passo que sua lógica textual interna atende ao objetivo da produção documental da época (Leis, Mapas, etc).

Quadro- 13 Dados coletados na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro sobre o Collegio Augusto e outras instituições de ensino.

DOCUMENTO	ANO	FONTE	LOCAL	CARACTERÍSTICA DO MATERIAL
Anúncio- Inauguração do Collegio Augusto	1838	Jornal do Commércio	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	Há discrição sobre as disciplinas e comentário sobre o método do Collegio.
Anúncio- Colégio de meninas.	1838	Jornal do Commércio	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	Discrição sobre o ensino oferecido destando o de coser, cortar, marcar, bordar e fazer vestidos de senhora.
Anúncio- Colégio de meninos	1846	Jornal do Commércio	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	Dentre as disciplinas oferecidas encontramos Matemática, Retórica e esgrima. Os idiomas latim, grego, italiano e alemão.
Anúncio- Venda de colete	1846	Jornal do Commércio	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	Modelo de corpete, que possivelmente, foi o que Nísia proibiu em seu colégio.
Anúncio- Venda de livro	1846	Jornal do Commércio	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	Apresenta o livro “indispensável”. “Colleção de Receitas”.
Comunicado- Lista de alunas premiadas pelo Collegio Augusto	1847	Jornal do Commércio	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	Como examinadores aparecem entre outros 5 padres. Foram examinados os desempenhos das alunas em 12 disciplinas

Comunicado	1847	Jornal do Comércio	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro	Elogios sobre à diretora do Collegio augusto. Além de justificar alusão ao método utilizado pela diretora. Destaca também que o Collegio oferece educação gratuita para algumas educandas.
Comunicado	1847	O Mercantil	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro- Hemeroteca Digital	Crítica feita a Nísia Floresta por dar preferência ao ensino de idiomas. E por, ainda segundo mesmo autor da crítica acreditar que, o Collégio Augusto, seria o melhor colégio da Corte.
Publicação	1848	Alamanaque do Rio de Janeiro	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Hemeroteca Digital	Nomes dos estabelecimentos de ensino para meninas. Na lista aparece o nome do Collegio Augusto dirigido por Nísia Floresta Brasileira Augusta. Neste documento não aparece o que o colégio oferece.
Publicação em anuário	1848	Alamanaque do Rio de Janeiro	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Hemeroteca Digital	Collegios de Meninas dirigido por Mr. Mrs. Hitchings e outro dirigido por M. e M.me Lacombe. Descrição da forma de funcionamento do estabelecimento de ensino (Condição de pagamento, Disciplinas lecionadas). Textos enfatizando o ensino da agulha.
Publicação em anuário	1848	Alamanaque do Rio de Janeiro	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Hemeroteca Digital	Nome dos estabelecimentos de ensino para meninas. Na lista aparece o nome do Collegio Augusto dirigido por Nísia Floresta Brasileira Augusta. Neste documento notamos a descrição das condições de pagamento
Publicação em anuário	1850	Alamanaque do Rio de Janeiro Ano	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Hemeroteca Digital	Endereço e descrição do ensino oferecido no Collegio Augusto. Atenção para o estatuto do Collegio sobre condições e funcionamento da instituição.
Publicação em anuário	1851	Alamanaque do Rio de Janeiro Ano	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Hemeroteca Digital	Nome dos Collegios para meninas. Na lista aparece o nome e endereço do Collegio Augusto dirigido por Nísia Floresta Brasileira Augusta

	1848	Alamanaque do Rio de Janeiro	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Hemeroteca Digital	Collegio Particular de Meninas dirigido por Mr. Mrs. Hitchings. Descrição da forma de funcionamento do estabelecimento de ensino (Condição de pagamento, Disciplinas lecionadas). Texto enfatizando o ensino da agulha.
Anúncio	1850	Periódico dos Pobres	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Hemeroteca Digital	Venda do livro <i>Darciz ou a Jovem Completa</i> história oferecida às educandas do Collegio Augusto pela sua diretora, Nísia Floresta Brasileira Augusta. Ainda neste anúncio percebemos a venda do livro de conto moral, <i>Esperemos Sempre</i> , traduzido do francês para o português, por Lívia Augusta de Faria, filha de Nísia Floresta.
Anúncio-Variedade	1853	O Diário do Rio de Janeiro	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Hemeroteca Digital	Escrita do capítulo VIII do Opúsculo Humanitário de Nísia Floresta na primeira página do jornal.
Publicação a pedidos	1855	O Mercantil	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Hemeroteca Digital	Agradecimento a Nísia Floresta pela sua ajuda na enfermaria do Nossa Senhora da Conceição.
Publicação em jornal	1872	O Novo Mundo	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Hemeroteca Digital	Exalta a escritora brasileira desde a época que foi professora no Brasil, passando pela sua militância na luta pela educação da meninas.
Anúncio-Variedade	1875.	Diário de São Paulo	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Hemeroteca Digital	<i>Um crime cometido por amor e sua punição</i> , traduzido por Nísia Floresta, e publicado no Diário de São Paulo, em 1875.

Fonte: Sistematizado pela autora, 2014.

▪ O contexto

Compreendidos entre os anos de 1838 a 1875 estes documentos foram constituídos em sua maioria na cidade do Rio de Janeiro, com exceção do último, que é uma publicação paulista do Diário de São Paulo. Nessa direção, sua produção germina de uma cidade

imersa numa ebulição de instituições particulares para instrução primária de ambos os sexos. Esses documentos ainda nos apresentam diversos conteúdos que vão de vendas de livros e corpetes à crítica direcionada à Nísia Floresta.

- **Autor e autores**

Devido a sua diversidade esses documentos nos permite afirmar que seus autores sofrem uma variedade em sua constituição. Contudo, nos atribui elementos para confirmar, que em sua maioria, foram produzidos por donos e donas de instituições e editores de jornais.

- **A autenticidade e a confiabilidade do texto**

Elaborados com finalidade de anunciar e seus autores sendo o produtor direto das informações e testemunhas dos fatos, acreditamos que ambos apresentam legitimidade em sua produção e autenticidade em seus textos.

- **A natureza do texto**

Todo contexto textual dos documentos nos apontam para o objetivo de informar. Textos que se diferem em suas particularidades que vão de anúncios de escolas a agradecimentos.

- **Os conceitos chaves e a lógica interna do texto**

Nos documentos que analisamos, mantivemos uma atenção especial às palavras que porventura não são mais utilizadas na gramática atual ou representam outros significados. A lógica textual segue o objetivo dos documentos.

3. O COLLÉGIO⁴⁷ AUGUSTO: um estudo sobre sua memória pedagógica.

Em 1838, o Rio de Janeiro, então a primeira cidade do Império, contava com uma população aproximadamente de 137.000 habitantes. Ruas sujas, sem saneamentos e afligida por endemias, escravos e mulheres pobres livres que peregrinavam pelos logradouros, constituíam o cenário dessa cidade, segundo Câmara (1941).

Neste período, o contexto pedagógico no Rio de Janeiro não se diferenciava da maioria da realidade das demais províncias brasileiras. Para Primitivo Moacyr (1939), em denúncia feita pelo presidente Paulino de Souza⁴⁸, 1838, sobre as péssimas condições das instituições de ensino, poderíamos classificá-las, à época, como “insuficientes”, “insalubres” e “defeituosas” (MOACYR, 1932, p. 196). Comungando com essa afirmativa Almeida (1989) revela que

Os clamores continuaram a se multiplicar contra a organização defeituosa da instrução pública; ela não respondia mais às necessidades das populações aglomeradas, e era no Rio de Janeiro, sobretudo, que os defeitos se faziam sentir mais gravemente (ALMEIDA, J., 1989, p. 82).

Por ser a capital do Império, no Rio de Janeiro, a situação de calamidade no ensino brasileiro se mostrava mais claramente, pois faltavam condições mínimas para atender a população que a cada dia se multiplicava. Enquanto essa realidade no sistema de ensino público se fazia presente, nas escolas particulares, segundo Aduauto Câmara (1841) “Havia um extraordinário interesse pela instituição. As escolas pulavam, às dezenas, dirigidas principalmente por estrangeiros” (ADAUTO CÂMARA, 1841, p. 52), dessa forma o número de escolas particulares para ambos os sexos aumentava, consideravelmente.

Ainda, segundo este autor, em um ano poderíamos encontrar 37 de meninos e 40 de meninas e, em sua maioria, dirigidos por estrangeiros e estrangeiras. Dentre os quais citamos, de acordo com Duarte (2010), Câmara (1941) e alguns jornais da época, como O mercantil e Jornal do Comércio, alguns desses proprietários; Mrs. *Wilfords*, Mme. *Louise Halbout*, *Challas* e *Bellay*, Mrs. *Hitcings* Mr. E Mme. *Huet* e Mme., Carolina Hoffmann que entre dezenas de estabelecimentos sufocavam a minoria dos dirigidos por brasileiros e brasileiras. Agreguemos a esta minoria, Nísia Floresta, diretora e proprietária do Collégio Augusto.

⁴⁷ Manteve-se a grafia da época. O título de colégio se aplica indiscutivelmente, no Brasil, a toda espécie de escola, mesmo as mais elementares (ALMEIDA, 1989, p. 95).

⁴⁸ Paulino José Soares de Sousa (Visconde de Uruguai). Foi presidente da Província do Rio de Janeiro entre os anos de 1837 e 1848.

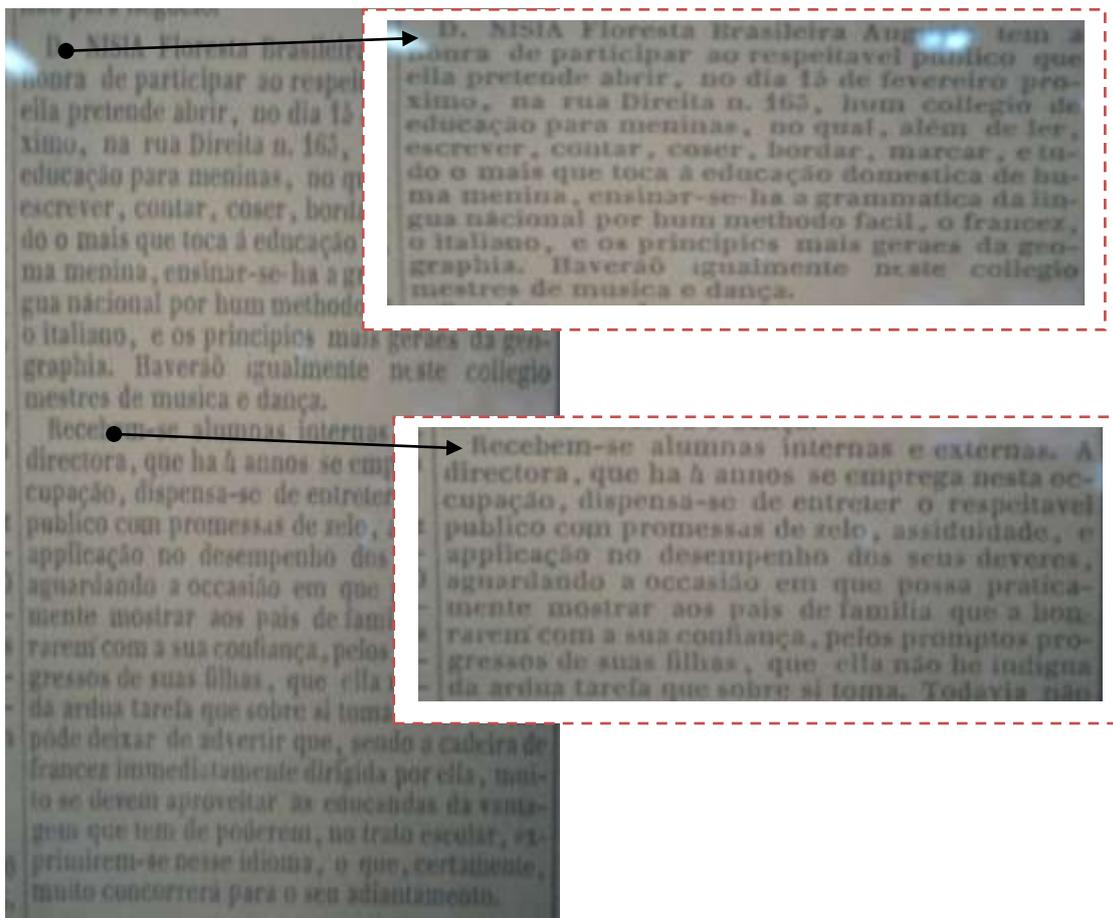
Apesar desse cenário, um ambiente intelectual se desenvolvia na capital do Império, onde ideias liberais e republicanas sobrevindas de estudantes masculinos que ampliavam seus estudos na Europa. De acordo com Nísia Floresta, “O Brasil tinha já fornecido grande cópia de homens ilustrados pelos conhecimentos adquiridos em diferentes universidades da Europa, e a maior parte das brasileiras (mesmo as das primeiras cidades) não logravam a vantagem de *aprender a ler*” (FLORESTA, 1989b, p. 67 grifos da autora). Nesse sentido, de acordo com essa autora, entendemos que esse clima intelectual nascente era implantado por um pensamento masculino, branco e elitizado da época, onde atendia às expectativas de uma sociedade patriarcal.

Estas questões recebiam críticas de Nísia Floresta, apesar de não despertarem a atenção da corte, tampouco, representava interesse algum para os governantes. Anos mais tarde, essa realidade ainda não havia mostrado mudanças significantes, pois em 1852, esta autora publicava mais uma de suas denúncias, em forma de livro, como a obra a “Opúsculo Humanitário”, ao argumentar que

O desleixo, em que continuava assim o ensino público, estava, porém, de acordo com os princípios da metrópole que regia então o Brasil. Era natural que suas mulheres participassem de sua sorte e com ele aguardassem um melhor futuro, confiados umas e outras nos inexauríveis recursos que lhes prodigalizara a natureza e no amor de seus filhos, desenvolvido sob a influência da brilhante aurora de progresso que se levantou para o presente século. Passemos a considerar se a sua expectativa tem sido ou não iludida (FLORESTA, 1989b, p. 73).

Mesmo com essa realidade que se prolongou por muito tempo no sistema de ensino brasileiro, o ensino público se mantinha sem a mínima condição de funcionamento, e o privado, entregue basicamente aos estrangeiros. Nesse cenário, o ensino para o sexo feminino estava muito distante de receber a atenção merecida. No entanto, foi nessa realidade, que o *Jornal do Comércio*, de 01 de fevereiro de 1838, estampava em sua página de anúncio, a inauguração de mais um colégio para meninas, desta vez, dirigido por uma brasileira, pela D. Nísia Floresta Brasileira Augusta, o *Collégio Augusto*. O anúncio datava a sua inauguração para o dia 15 de fevereiro, além de descrever algumas das disciplinas a serem ensinadas no colégio, dentre elas, estava o francês e o italiano. É possível observar, ainda, conforme se vê na figura 4, a forma da escrita do texto para comunicar a família às condições de educação que seriam oferecidas pela instituição, como podem observar no anúncio da época.

Figura 4: Anúncio sobre inauguração do Collegio Augusto



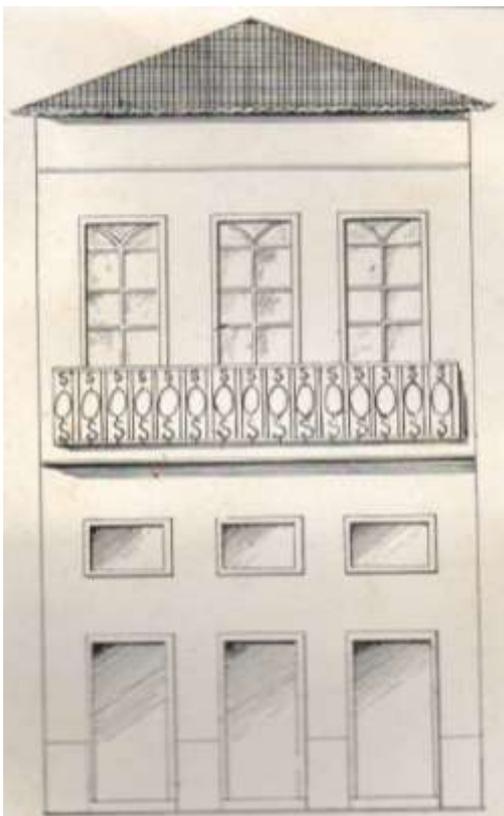
Fonte: Jornal do Comércio de 1838.
Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Nesse período, a realidade do ensino para meninas era outro, poucas escolas existiam, além da falta de professores, em suma, o investimento da educação era mínima, o que tornava um ensino precário. Em 1838 inaugurou-se também o renomado Colégio Pero II, no entanto só atendia o sexo masculino. Os estabelecimentos de ensino primário para as meninas da classe popular haviam passado por pouca mudança, mesmo com a obrigatoriedade do ensino primário a todos os cidadãos e cidadãs.

3.1. O Collegio Augusto

O Collegio Augusto foi instalado inicialmente na Rua Direita, (atualmente Rua 1º de Março) 165. Posteriormente, foi transferido para a Rua D. Manuel, 20, com entrada pela Travessa do Paço, 23. Como podemos observar na figura que segue, o Collegio funcionava num prédio de dois andares que, aparentemente, possuía um espaço adequado para o tipo de educação que oferecia.

Figura 5- Fachada do prédio onde funcionou o Collegio Augusto.



Fonte: Vida e Obra de Nísia Floresta.
Adauto da Câmara, 1941.

Nísia Floresta era a diretora e também professora do seu Colégio, pois é o que nos confere um dos documentos encontrados, onde afirma que “Grande número de discípulas tem a Sr. D. Nísia Floresta Augusta, e por tal forma distribue o tempo, que é a única pessoa a lecionar no seu colégio”. O mesmo comunicado pode ainda nos oferecer possíveis provas do método adotado por Nísia. [...] “simples, fácil e proveitoso; a ele e ao esmero com que executa se deve certamente o rápido adiantamento das meninas que lhe são confiadas” (Jornal do Comércio, 1846, p. 2).

Diante dessas características sobre o método adotado no Collegio Augusto, podemos inferir sobre duas possibilidades do método era utilizado por Nísia no Collegio Augusto: a primeira é a de que este método, a que se refere o comunicado, seja o Método Lancasteriano/ mútuo/ monitorial. A segunda é a de que pode está fazendo referência ao Método Castilho.

Suscitamos esta possibilidade por ter sido o Lancastariano, adotado pelo sistema de ensino Brasileiro, 1827 em toda instrução primária. Já o Método de Castilho, por ter sido o método criado pelo literato, poeta e pedagogo, Antônio Feliciano de Castilho, a quem Nísia

Floresta tinha grande admiração, inclusive lhe dedicando um poema “*Um improviso: na manhã do 1º corrente, ao distinto literato e grande poeta, Antônio Feliciano de Castilho*” publicado no “O Brasil Ilustrado” em 30 de agosto de 1855, ano em que o poeta termina sua estada no Brasil, depois de oferecer vários cursos sobre seu método de ensino em terras brasileiras. Esse método ficou conhecido como o método Castilho, que em 1848, em sua primeira edição, se intitulava “*Leitura Repentina - Método para em poucas lições se ensinar a ler com recreação dos mestres e seus discípulos*”.

No entanto, é preciso esclarecer que em nossa pesquisa não encontramos documentos que deixassem evidente o método adotado pelo Collegio Augusto. Contudo, as fontes a que tivemos acesso nos muniram de informações para que pudéssemos expor nossa apreciação. Preocupamos-nos, ainda, em nossa incessante busca obter informações que nos oferecesse base para saber o espaço pedagógico do colégio; as salas e a forma de como eram organizadas, mas, não foi possível.

Ainda em relação ao método adotado em suas classes, Floresta, deixou claro que adotou nas suas aulas de francês, o método direto, ou seja, a comunicação nas classes, apenas era feita na língua francesa. Ela também era a professora de idiomas.

Alunas internas, semi-internas e externas formavam o público do Collegio Augusto. Segundo Aduino Câmara (1941), o qual afirma ter tido essas informações através de outro estudioso sobre Nísia Floresta, Henrique Castriciano, pois o mesmo, segundo Câmara (1941), possuía um exemplar do Estatuto do Collegio Augusto, contudo, até hoje pesquisas mais recentes, não conseguiram ter acesso a esse exemplar. Enquanto ao valor da mensalidade, os preços cobrados por Floresta seria o seguinte: alunas internas, 20\$000; semi-internas, 10\$000; alunas externas, 4\$000.

No entanto, a instituição de ensino de Nísia Floresta, atendia algumas alunas gratuitamente, fato que até então, não foi explorado em estudos relacionados à autora. Como dissemos, alunas que não poderiam pagar as mensalidades recebiam o ensino gratuitamente. Este fato causou-lhe algumas críticas no Jornal O Mercantil com um trocadilho de palavras, dizia que Nísia Floresta ensinava algumas educandas de graça, e ainda sobrava-lhe tempo para fazer graças! Essa sobra de tempo o autor dizia não entender, uma vez que educadora era a única professora de sua escola.

3.1.1. As matérias⁴⁹

No século XIX as escolas adotavam diferentes matérias para meninas e meninos. Para o sexo feminino era comum para as escolas particulares ensinarem a ler, escrever, contar, gramática nacional, orthografia, coser, marcar diversos modos, bordar de todas as qualidades, cortar. Caso os pais quisessem que suas filhas estudassem também dança, desenho, francês e piano deveriam pagar um valor a mais. Nas escolas públicas a realidade do ensino era: ler, escrever, bordar, coser, e os mais misteres da educação doméstica, as quatro operações, princípios moral e cristã e da religião do Estado, gramática de língua nacional e elementos da geografia. Esta era regra oficial na instrução primária do Brasil no século XIX.

Para o sexo masculino a diferença das matérias era gritante, pois ensinava-se: Doutrina Cristã, língua portuguesa, latina, grega, francesa, italiana, inglesa e alemã, geografia, cosmografia, história universal, matemática, filosofia e retórica, dança, música, desenho e esgrima. Os pais dos meninos não precisavam pagar a mais para que seus filhos tivessem outras matérias inclusas em seu ensino, enquanto que para as meninas, deveriam pagar a mais que a mensalidade estipulada. Nas escolas públicas os meninos aprendiam o seguinte: Ler, escrever, as quatro operações de aritmética sobre números inteiros, frações ordinárias e decimais, proporções, princípio da moral cristã e religião do estado, gramática da língua nacional, geometria teórica e prática e elementos de geografia. Dessa forma, os colégios deveriam seguir a rigor esta ordem, uma vez que era lei.

O Collegio Augusto, como era particular, e esses colégios, de certa forma, tinham uma certa autonomia, apesar de não poderem fugir totalmente à regra dos demais, ofereceu as matérias obrigatórias para as suas alunas, no entanto, não deixou de ofertar outras matérias, que não faziam parte, até então, dos programas dos outros colégios. Além disso, o Collegio Augusto, não cobrava pelo ensino de outras matérias, ou seja, suas alunas tinham acesso a todas as matérias, idiomas e dança sem que precisassem pagar a mais como os outros colégios da época. Essa atitude de Nísia Floresta, diretora do Collégio Augusto, nos mostra que seu interesse estava mais direcionado a que suas alunas aprendessem, tivessem acesso a uma educação até o momento impensável pela sociedade brasileira da época.

⁴⁹ Optamos pela utilização do termo matéria por este ser o utilizado a época. Atualmente, utiliza-se o termo disciplina para se referir ao domínio escolar de estudos, no entanto, essa designação possui diferentes acepções. Para uma maior amplitude dessa palavra, ver Dicionário de Pedagogia de Louis Arénilla, et al. 2000, p.152.

No colégio de Nísia Floresta, ensinava-se as línguas e gramáticas do português, latim, francês, italiano e inglês, ao passo que a caligrafia, religião cristã, aritmética, história antiga, moderna e universal, geografia, copunha a lista. A música também não estava de fora, além de, de aulas de piano e desenho. Acrescente a estas matérias; a cosmografia⁵⁰, aritmética e poesia. Os trabalhos de agulha também faziam parte dessa lista, contudo não demonstravam ser o principal objetivo do colégio, como o era para os demais. Enquanto o colégio Augusto oferecia essas matérias, a maioria das instituições se limitava a oferecer o que acreditavam ser o essencial para a educação das meninas: ler, escrever, contar, gramática nacional, ortografia, coser, marcar diversos moldes, bordar de todas as qualidades, cortar e fazer vestidos. Ainda eram oferecidas aulas de dança, desenho, música e idioma.

Em seu “Opúsculo Humanitário” Nísia Floresta tece críticas sobre o ensino dessas matérias oferecidas pelos outros colégios e ao objetivo pelas quais eram ensinadas às meninas. Nesse sentido, a educadora, afirmava que não concebia que alguns estabelecimentos de ensino oferecessem a dança, e fizesse isso não pela utilidade que resultaria ao corpo, mas pelo gosto com as meninas brilhassem nos salões. Criticava também que se ensinassem a ler e escrever o nosso idioma não sem ter grande empenho de o conhecer de forma plena. Aos estabelecimentos que ofereciam outros idiomas, Floresta censurava o fato de essas matérias serem ensinadas sem ter menor conhecimento de sua literatura. Já em relação ao ensino da música afirmava que as meninas, nesses estabelecimentos, aprendiam muitas vezes sem vontade e sem entender devidamente a música (FLORESTA, 1989b, p. 107).

Nessa direção, Nísia Floresta expunha sua concepção sobre os trabalhos de agulha, como a tapeçaria, bordados, crochê, afirmando que não via sentido, pois para ela este ensino servia apenas para que as meninas pudessem “figurar pelo meio dos objetos de luxo expostos nas salas dos pais a fim de granjear fúteis louvores a sua autoria” (FLORESTA, 1989b, p. 107). Dessa forma, podemos observar que Nísia Floresta deixa evidente sua compreensão sobre o ensino das prendas domésticas, apesar desse ensino fazer parte do programa de seu colégio, uma vez que na sua época era obrigatório.

⁵⁰ Astronomia descritiva. Vem do Latim *cosmographia* e adaptada do grego *kosmographía*, ou seja, descrição do mundo, do universo (Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, 2001).

3.1.2. Os outros Colégios da época

Agulhas, linhas, tecidos e lãs eram objetos “essenciais” que se misturavam entre lápis, réguas, cadernos, livros didáticos e de religião cristã, que assim como as “prendas domésticas” estavam presentes em todas as classes dos colégios para meninas. Nos documentos que encontramos percebemos essa semelhança em todos, contudo, identificamos em meio a essa realidade, que a ênfase no “ensino da agulha”, o tipo de linguagem utilizada para anunciar os colégios, o método adotado, o espaço pedagógico e as matérias lecionadas eram fatos que podiam diferenciá-los entre si.

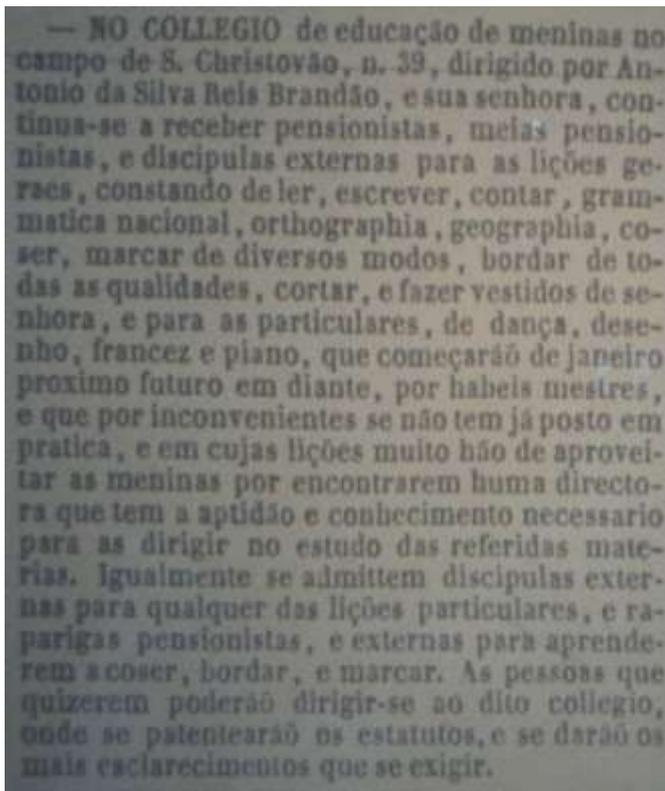
A dissensão entre os colégios é logo percebida pela evidência dada aos trabalhos de costura e bordado. Em algumas instituições o trabalho da agulha era a peça principal para captar a confiança dos pais a entregarem suas filhas a tais instituições. O tratamento das professoras como mães das discípulas, seria também de grande credibilidade para as instituições.

Neste sentido, os anúncios e propagandas de instituições de ensino para meninas, na época do Collégio Augusto, podem nos ajudar a entender as diferenças entre esses colégios e o de Nísia Floresta conforme apresentação de suas características a seguir, baseadas nos anúncios da época.

- **Collegio de Educação de Meninas no Campo de São Christóvão, 39.**

Esta instituição, datada de 1838, era dirigida por Antônio da Silva Brandão e sua esposa. O Colégio atendia pensionistas e meio pensionistas, além de atender alunas externas para lições gerais, constando ler, escrever, contar e matérias como Gramática Nacional, Ortografia e Geografia, além do idioma francês e trabalhos de agulha como: coser, marcar diversos modos, bordar de todas as qualidades, cortar e fazer vestidos. As matérias de dança, piano e desenho seriam pagas, ou seja, um valor a mais na mensalidade, para os pais que quisessem acrescentar no estudo de suas filhas, tais ensinos.

Figura 6- Anúncio de Colégio para meninas no ano de 1838.



— NO COLLEGIO de educação de meninas no campo de S. Christovão, n. 39, dirigido por Antonio da Silva Reis Brandão, e sua senhora, continua-se a receber pensionistas, meias pensionistas, e discipulas externas para as lições geraes, constando de ler, escrever, contar, grammatica nacional, orthographia, geographia, coser, marcar de diversos modos, bordar de todas as qualidades, cortar, e fazer vestidos de senhora, e para as particulares, de dança, desenho, francez e piano, que começarão de janeiro proximo futuro em diante, por habéis mestres, e que por inconvenientes se não tem já posto em pratica, e em cujas lições muito hão de aproveitar as meninas por encontrarem huma directora que tem a aptidão e conhecimento necessario para as dirigir no estudo das referidas materias. Igualmente se admittem discipulas externas para qualquer das lições particulares, e raparigas pensionistas, e externas para aprenderem a coser, bordar, e marcar. As pessoas que quizerem poderão dirigir-se ao dito collegio, onde se patentearão os estatutos, e se darão os mais esclarecimentos que se exigir.

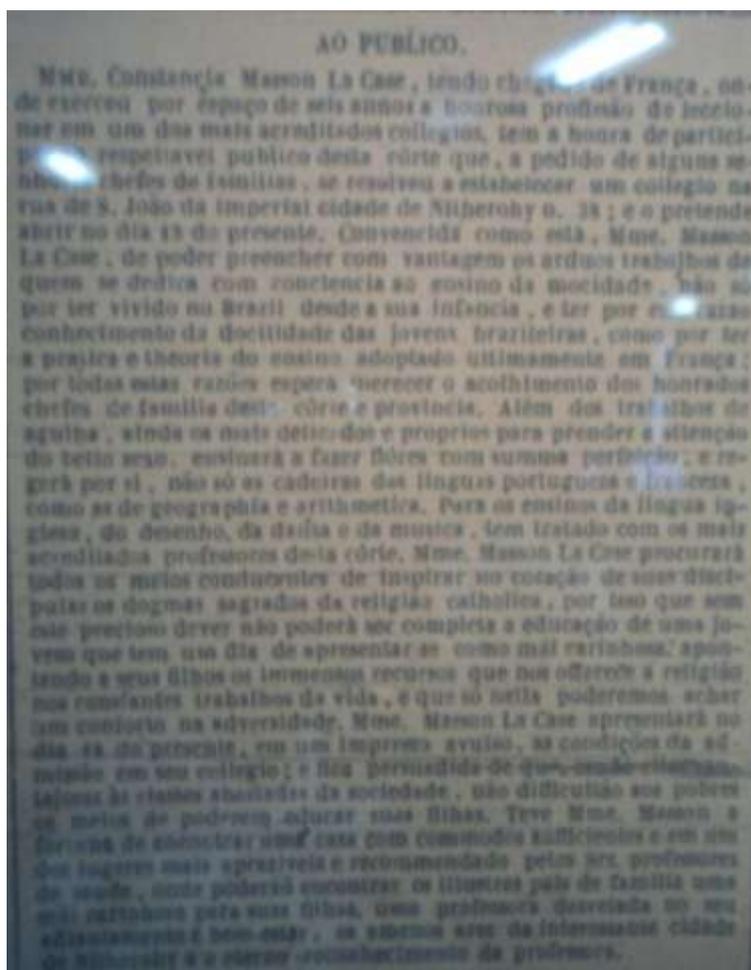
Fonte: Jornal do Commércio- JC. 30 de agosto de 1838.
Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro -BNRJ.

Enfatizamos, pois, que na análise documental desse colégio não encontramos pistas sobre o método adotado, mas ficou evidente que havia vários mestres para o ensino das referidas matérias.

- **Collegio de Meninas da Rua São João de Imperial, 38.**

Constancia Masson La Case era a diretora desse colégio no ano de 1846, onde oferecia às suas discípulas todos trabalhos de agulha, francês, inglês, português, geografia, aritmética, desenho, dança e música. O método utilizado pela instituição não foi mencionado, assim como o valor das mensalidades.

Figura 7- Anúncio de Colégio para meninas em 1846



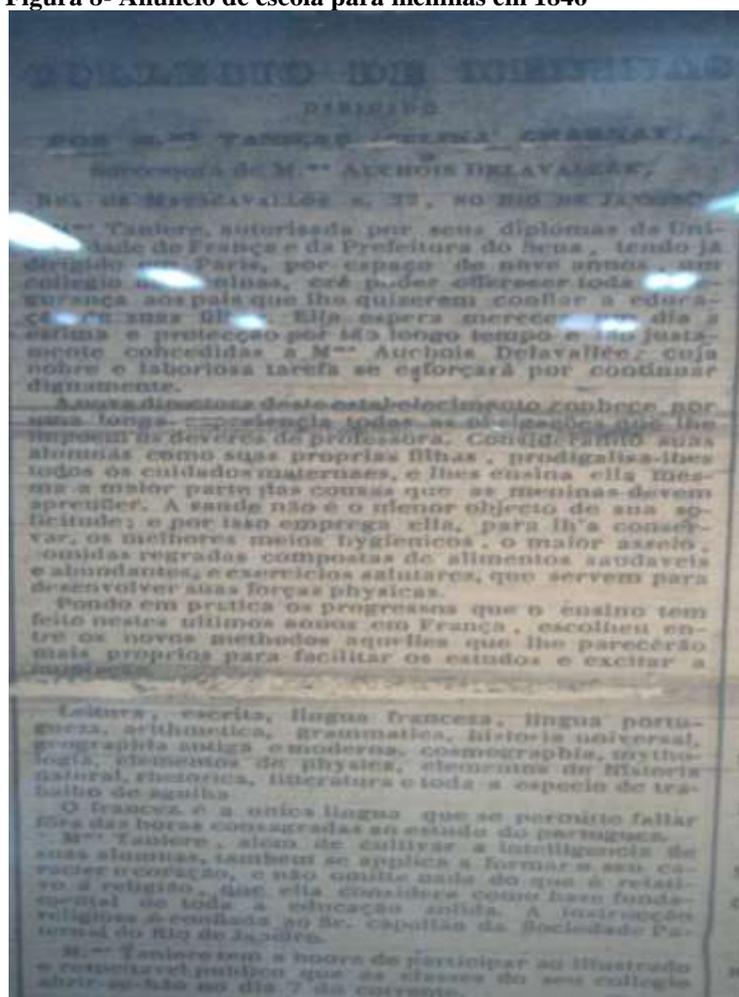
Fonte: Jornal do Comércio de 1846. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Notamos que apesar do anúncio trazer informações sobre a condição de ensino, não esclarece uma das questões principais, a forma de como essas crianças aprenderiam, ou seja, o método adotado pela instituição.

- **Collegio de Meninas da Rua Matacavallos, 22.**

Este colégio dirigido pela Mme. Teniere Charney, em 1848, oferecia as seguintes matérias: leitura, escrita, francês, português, aritmética, gramática, história universal, geografia antiga e moderna, cosmografia, mitologia, elementos de física, história natural, retórica, literatura e toda espécie de trabalho de agulha.

Figura 8- Anúncio de escola para meninas em 1846



Fonte: Jornal do Comércio, 1846. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Percebemos que esta instituição, assim como algumas já citadas, não esclarece o método de ensino adotado, no entanto, traz discriminado o currículo da diretora da instituição e sua experiência nas escolas francesas. As informações sobre as condições de ensino também não foram discriminadas.

▪ **Collégio de Instrução e Educação de Meninas em Botafogo**

Dirigido por Mr. e Mrs. Hitchings situado em Botafogo, 40, esta instituição traz em seu programa em 1848, as matérias de idiomas como o inglês, francês, português e alemão, assim como astronomia, botânica, história antiga e moderna, geografia, religião, costura e bordado. As matérias de dança, música, desenho, canto e italiano seriam ensinadas por 6\$000 cada uma, e este valor acrescentado nas mensalidades.

Figura 9- Programa de escola para meninas em Botafogo



Fonte: Almanaque do Rio de Janeiro Ano:1848. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Apesar da descrição sobre as condições de ensino, o colégio em questão não especifica o método adotado.

▪ **Collégio de Meninas de São Christovão**

Esta instituição de meninas dirigida por M.r e M.me Lacombe, em 1848, oferecia às alunas as seguintes matérias de francês, inglês, português, bordado, costura, história, geografia, aritmética, geometria e princípios de física. Além de música, canto, dança e desenho cada uma no custo de 8\$800 a 6\$400 acrescidos no valor da mensalidade.

Figura 10- Anúncio de colégio para meninas em São Christvão

224 **ACADEMIAS, COMPANHIAS, ETC.**
 Manoel Ferreira Campos, r. do Sacco, 150.
 Manoel José Martins Newton, largo da Prainha, 11.
 Na rua Formosa, 123 — do Hospício, 64 — do Sabão, 57 — no Rocío,
 cidade nova, 6. — de S. Diogo, 5.

Collegio de Meninas.
COLLEGIO
 DE INSTRUCCÃO E EDUCAÇÃO DE MENINAS,
 em Botafogo, 40.
Dirigido por Mr. e Mrs. Hitchings.

Neste estabelecimento se ensinão todas as materias tendentes à completa instrucción das meninas, e bem assim todos os ramos da mais perfeita educação. As materias dos estudos são as seguintes:

<i>Linguas.</i>	<i>Bellas-Artes.</i>	<i>Sciencias.</i>
Ingleza.	Desenho.	Astronomia.
Franceza.	Musica.	Botanica.
Portugueza.	Dansa.	Historia antiga e moderna.
Allemaã.	Canto.	Historia natural.
		Geograph. phys. e elemental.
		Uso dos globos.

Obras de costura de diversas qualidades, bordar em lã, branco, matiz e ouro, e obras de fantasia.

Sendo a educação a base principal da felicidade humana, occupa os primeiros cuidados dos directores deste collegio, que, incansaveis pelos progressos de suas alumnas, não descansão em instrui-las em todos os objectos uteis ao seu desenvolvimento physico e moral. Além das materias acima mencionadas, as discipulas serão instruidas na doutrina christã e preceitos de sua religião.

Condições.

Por mez	30,000	Dansa	6,000
Musica	8,000	Canto	6,000
Desenho	6,000	Lingua Italiana.	6,000

Os pagamentos serão por trimestres adiantados sem que se faça desconto algum por ausencia ou ferias.

COLLEGIO DE MENINAS
 RUA DE S. CHRISTOVÃO, 71
Dirigido por M.^o e M.^o Lacombe.

Neste estabelecimento se ensinão todas as materias tendentes à completa educação das meninas.

<i>Linguas.</i>	<i>Bellas-Artes.</i>	<i>Sciencias.</i>
Franceza.	Musica.	Historia antiga e moderna.
Ingleza.	Canto.	Geographia physica e elemental.
Portugueza.	Dansa.	Uso dos globos.
	Desenho.	Arithmetica e Geometria.
		Principios de Physica.

Obras de fantasia como bordados em lãs e sedas, &c.
 Os Directores deste estabelecimento são incansaveis pelos progressos de suas discipulas, esmerando-se em instrui-las em todos os objectos

Fonte: Almanaque do Rio de Janeiro Ano:1848. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

As condições de ensino eram as seguintes: pensionistas 24\$000, meio-pensionistas 15\$000, e externas 10\$000. Este colégio também não deixou claro o método de ensino adotado.

▪ **Collegio de Santa Cecília**

Colégio para meninas dirigido pela professora D. Thereza de Jesus Araujo Sampaio, situado à Rua do Ouvidor, 35. No seu programa datado de 1852 a diretora discriminava as matérias que se ensinavam na instituição que eram as seguintes: ler, escrever, contar, máxima da religião cristã, princípios da civilidade, gramática da língua portuguesa, caligrafia, aritmética, geometria e geografia, além dos idiomas francês e inglês, piano,

canto, dança e desenho. As prendas domésticas como: coser, marcar e bordar também estavam no programa do colégio.

Figura 11- Programa do Collégio de Meninas Santa Cecília, 1852.



Fonte: Arquivo Geral do Rio de Janeiro. Programas de Escolas Particulares da Província do Rio de Janeiro em 1852. COD. 12.3.36 de 1852.

Notamos nesta instituição que os preços poderiam variar de acordo com as classes, enquanto as pensionistas internas pagavam 20\$000rs por mês, as meio-pensionistas pagavam 10\$000rs, já as externas, estavam na escola apenas no horário dos trabalhos, tinham a mensalidade estipulada em 4\$000rs. O ensino de inglês, francês, desenho, dança e piano seria pago à parte pelo valor de 6\$000 rs por cada matéria na mensalidade das alunas. Em relação ao método adotado por essa escola, também não foi possível saber, pois não trazia em seu programa, no entanto, foi possível saber que existiam vários professores na instituição, pois segundo o documento “Tem a diretora escolhido peritos, dedicados e bem morigerados professores, que com todo o esmero cumprem suas obrigações” (Programa do Collégio de Santa Cecília, 1852).

▪ **Collegio de Portuguez e Francez**

No ano de 1852 este colégio dirigido por D. Maria Argentina Vella oferecia às suas educandas as seguintes matérias: leitura, escrita, língua portuguesa, francês, aritmética, gramática, geografia, história e religião, além de toda espécie de trabalhos de agulha e tapeçaria. A condição de ensino de 20\$000rs para as pensionistas e de 12\$000rs para as meio-pensionistas.

Figura 12- Programa do Collégio de Meninas Portuguez e Francez, 1852



Fonte: Arquivo Geral do Rio de Janeiro. COD. 12.3.36 de 1852.

No programa desse colégio não ficou evidente o método adotado, tampouco a existência de outros professores e se o ensino de idioma e música deveriam ser pagos em separado, no entanto, discriminava os objetos que as alunas pensionistas deveriam levar, assim como as roupas a serem vestidas no colégio.

▪ Collegio Flor de Maio

Nesta instituição de ensino para meninas no seu programa de 1872 as matérias lecionadas seriam de: ler, escrever, contar, gramática, doutrina cristã, noções de geografia, história sagrada e profana, além de francês, piano, desenho trabalhos de agulha como marcar, bordar, fazer vestidos e camisas. A mensalidade seria de 30\$000rs para pensionistas, para meio-pensionistas 16\$000, externas 6\$000, caso optassem pelo ensino de idioma, música e desenho e trabalhos de agulha seria acrescido na mensalidade o valor de 8\$000rs.

Figura 13- Programa do Collégio de Meninas Flor de Maio em 1872.



Fonte: Arquivo Geral do Rio de Janeiro. Programas de Escolas Particulares da Província do Rio de Janeiro em 1872. COD. 12.3.36 de 1852.

Ao contrário das outras instituições este colégio trouxe bem claro em seu programa o método adotado “Segundo em que sendo mixto o methodo adoptado, incluye o ensino mutuo” (Programa do Collégio Flor de Maio, 1872). Deixando evidente, também que a diretora era a principal professora das matérias.

3.3. Comparação entre o Collégio Augusto e os outros Colégios da época

A seguir temos uma análise mais detalhada dos referidos colégios citados acima onde procuramos fazer algumas comparações com o Collegio Augusto, além de trazer os textos utilizados no anúncio ou programa de cada uma dessas instituições.

Quadro 14- Comparativo entre o Collegio Augusto e os outros colégios da época

	MATÉRIAS OFERECIDAS	MÉTODO ADOTADO	CONDIÇÕES DE ENSINO	TEXTO DE APRESENTAÇÃO DO COLÉGIO
Collégio Augusto	Português, latim, francês, italiano e inglês, caligrafia, religião cristã, Educação Física, aritmética, história antiga, moderna e universal, geografia, música, piano e desenho, cosmografia, aritmética, poesia e trabalhos de agulha.	-Método Direto no ensino de idiomas; -Sobre o método do ensino em geral os documentos não deixaram evidente qual seria, contudo, numa análise mais precisa sinaliza para o método mútuo.	-Internas 20\$000, semi-internas 10\$000 e externas 4\$000. -Bolsa de estudo integral.	“A diretora, que há a 4 anos se emprega nesta ocupação, dispensa-se de entreter o responsável público com promessas de zelo, assiduidade, applicação no desempenho dos seus deveres, aguardando a ocasião em que possa praticamente mostrar aos pais de família que a horarem com a sua confiança, pelos promptos progressos de suas filhas” (Jornal do Commércio, 1838).
Collegio de Educação de Meninas no Campo de São Christóvão, 39	Gramática Nacional, Ortografia, Geografia, francês, costura, coser, marcar, bordar, cortar e fazer vestidos.	Não informado	Não informado	“Dirigido por Antônio das Silva Reis Brandão e sua senhora, continua-se receber pensionistas, meias pensionistas e discípulas externas para lições geraes [...] as lições muito ao de aproveitar as meninas por encontrarem por encontrarem uma diretora que aptidão e conhecimento necessário para as dirigir no estudo das referidas matérias” (Jornal do Commércio, 1838).
Collegio de Meninas da Rua São João de Imperial, 38.	Trabalhos de agulha, francês, inglês, português, geografia, aritmética, desenho, dança e música.	Não informado	Não informado	“[...] os ilustres pais de família uma mãe carinhosa para suas filhas, uma professora desvelada no seu adiantamento e bem-estar [...]” (Jornal do Commércio, 1846).

Collegio de Meninas da Rua Matacavallos, 22.	Leitura, escrita, francês, português, aritmética, gramática, história universal, geografia antiga e moderna, cosmografia, mitologia, elementos de física, história natural, retórica, literatura e toda espécie de trabalho de agulha.	Não informado	Não informado	“A nova diretora deste estabelecimento conhece por uma longa experiência todas as obrigações que lhe impedem os deveres de professora. Considerando suas alunas como suas próprias filhas, prodigalislhes todos os cuidados maternas, e lhes ensina ella mesma a maior parte das cousas que as meninas devem aprender” (Jornal do Commercio, 1846).
Collégio de Educação de Meninas em Botafogo, 40.	Leitura, escrita, contar, francês, português e alemão, assim como astronomia, botânica, história antiga e moderna, geografia, religião, costura e bordado. As matérias de dança, música, desenho, canto e italiano.	Não informado	Não informado	“Sendo a educação a base principal da felicidade humana, occupa os primeiros cuidados dos directores deste colégio, que, incansáveis” (Almanaque do Rio de Janeiro, 1848).
Collégio de Meninas de São Christovão	Leitura, escrita, contar, francês, inglês, português, bordado, costura, história, geografia, aritmética, geometria e princípios de física.	Não informado	Pensionistas 24\$000, meio-pensionistas 15\$000, e externas 10\$000. Além de música, canto, dança e desenho cada uma no custo de 8\$800 a 6\$400 acrescidos no valor da mensalidade.	“Os Directores deste estabelecimento são incansáveis pelos progressos se suas discipulas, esmerado-se em instruí-las em todos os objetos uteis ao physico e moral; como na doutrina christã” (Almanaque do Rio de Janeiro, 1848).
Collegio de Santa Cecília	Leitura, escrever, contar, máxima da religião cristã, princípios da civilidade, gramática da língua portuguesa, caligrafia,	Não informado	Pensionistas internas 20\$000rs, meio-pensionistas pagavam 10\$000rs, externas	“A diretora deste collegio, estabelecido há mais de 3 annos, nenhum esforço, por mais penoso que seja, tem deixado de fazer para conseguir o adiantamento de suas discipulas, e é por esta razão que tem alcançado louvores das pessoas que frequentemente visitam seu

	aritmética, geometria e geografia, além dos idiomas francês e inglês, piano, canto, dança e desenho.		4\$000rs. O ensino de inglês, francês, desenho, dança e piano seria pago à parte pelo valor de 6\$000 rs por cada matéria na mensalidade das alunas.	estabelecimento” (Programa do Collegio de Santa Cecília, 1852).
Collegio Portuguez e Francez	Leitura, escrita, língua portuguesa, francês, aritmética, gramática, geografia, história e religião, além de toda espécie de trabalhos de agulha e tapeçaria.	Não informado	A condição de ensino de 20\$000rs para as pensionistas e de 12\$000rs para as meio-pensionistas.	“A directora emprega todos os desvelos e cuidados para a boa educação das suas alunas, considerando-as como suas próprias filhas; pelo que espera merecer a estima e proteção dos pais de família, que lhe quiserem confiar suas filhas” (Programa do Collegio Portuguez e Francez, 1852).
Collegio Flor de Maio	Leitura, escrever, contar, gramática, doutrina cristã, noções de geografia, história sagrada e profana, além de francês, piano, desenho trabalhos de agulha como marcar, bordar, fazer vestidos e camisas.	Misto/ Ensino mútuo.	A mensalidade seria de 30\$000rs para pensionistas, para meio-pensionistas 16\$000, externas 6\$000, caso optassem pelo ensino de idioma, música e desenho e trabalhos de agulha seria acrescido na mensalidade o valor de 8\$000rs.	“Este estabelecimento oferece grande vantagem, proporcionando uma solida educação intellectual e moral sem exageração nem hypocrezia, ensinando-se só aquilo que uma senhora deve e pode aprender bem, e é indispensável a uma boa mai de família” (Programa do Collegio Flor de Maio, 1872).

Sistematizado pela autora, 2014.

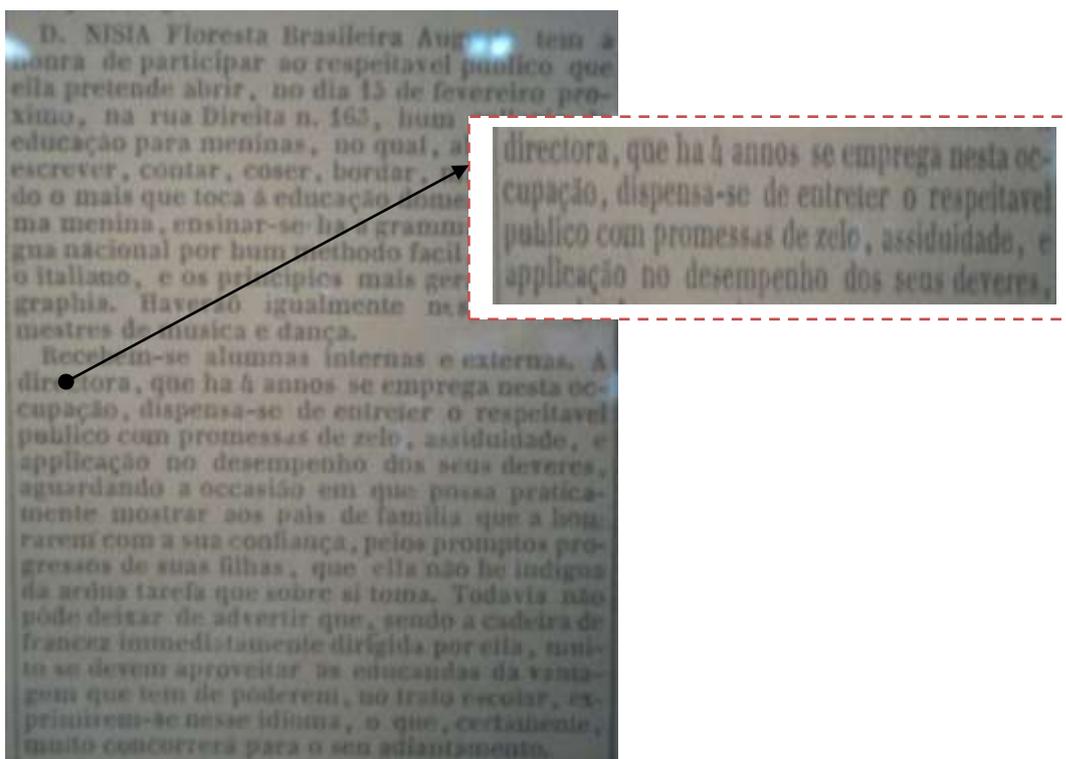
Em face dessa contextualização observamos que a escola para meninas em 1838, mesmo ano de inauguração do Collégio Augusto dentre o ensino oferecido, no colégio de São Cristóvão, dirigido por Antônio da Silva Reis e sua senhora, destacam-se o de coser, cortar, marcar de diversos modos, bordar e fazer vestidos para Senhora. Neste estabelecimento, ainda aceitavam-se alunas externas para aprenderem coser, bordar e marcar. Ensina-se, ainda, ler, contar, escrever, lições gerais da gramática nacional, ortografia e geografia. Enquanto que no

outro estabelecimento apresentado na figura 7, já no ano de 1846, oito anos após a inauguração do Collegio Augusto o mesmo ensino prossegue.

No colégio dirigido por Taniere, diplomada pela Universidade da França e com experiência em dirigir colégio em Paris, notamos que há uma ênfase maior na relação materna entre a diretora e suas estudantes “Considerando suas alunas como suas próprias filhas, prodigaliza-lhes todos os cuidados maternos, e lhes ensina ela mesma, a maior parte das cousas que as meninas devem aprender” (Jornal do Commércio, 1846, p. 04). No que concerne ao ensino de disciplinas este colégio oferecia: leitura, escrita, língua francesa, língua portuguesa, gramática, história universal, geografia antiga e moderna, cosmografia, mitologia, elementos de física, elementos de história natural, retórica, literatura e toda espécie de trabalho de agulha. Observemos, pois, as matérias que eram oferecidas.

No colégio da francesa Mme Constanca Masson La Case, oferece além dos trabalhos de agulha, ainda “os mais delicados e próprios para prender a atenção do bello sexo, ensinará a fazer flores com summa perfeição” (Jornal do Commércio, 1846, p.04). Neste contexto, a propaganda do colégio continua “Procurará todos os meios conducentes de inspirar no coração de suas discípulas os dogmas sagrados da religião católica” (Jornal do Commércio, 1846, p.04), uma vez que mulheres teriam um dia que se apresentarem como mães carinhosas para poderem bem educar seus filhos. Há oito anos, em 1838, o anúncio da inauguração do Collégio Augusto dizia o seguinte:

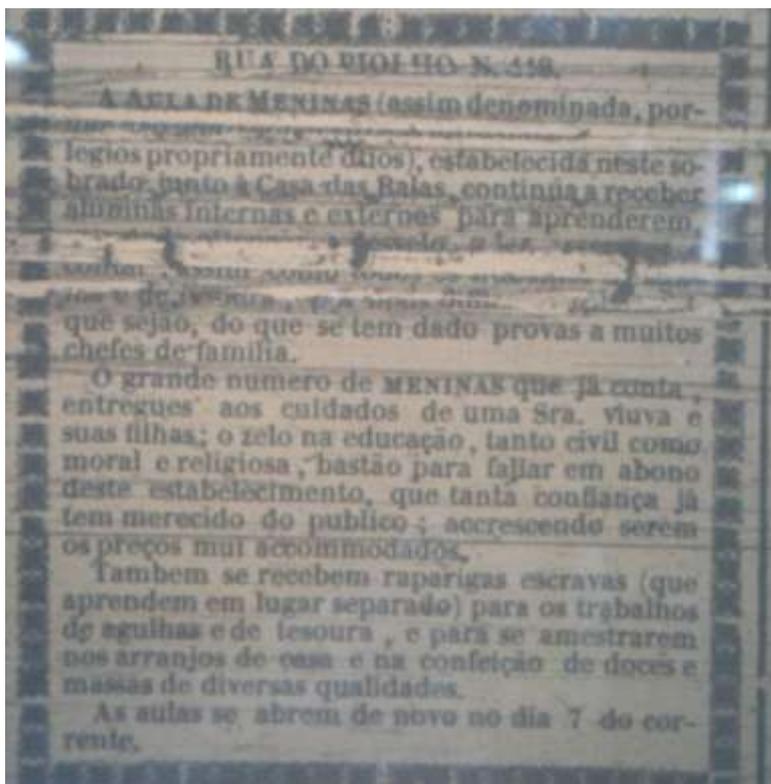
Figura14- Anúncio sobre inauguração do Collégio Augusto, 1838.



Fonte: Jornal do Commércio- 01 de fevereiro de 1838.
Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Notamos nesse anúncio o modo como Nísia se dirige, não deixa de citar sua experiência com a educação de meninas, contudo, destaca que a diretora “dispensa-se de entreter o respeitável público com promessas e zelo, assiduidade, e aplicação no desempenho dos seus deveres” (Jornal do Commércio, 1838). Notamos que a diretora, não utiliza em seu texto, comentários sobre como seria a relação entre professor aluno, sobre o cuidado das suas educandas como filha ou mesmo exalta a religião ou prendas domésticas. Quando na figura 08 encontramos uma diretora que deixa fulgente o cuidado que se terá com suas alunas “onde poderão encontrar os ilustres pais de família, uma mãe carinhosa para suas filhas” (Jornal do Commércio de 1846). A professora, nesse sentido, assumiria o papel de mãe das de suas alunas. Realidade que foi constatada em outras instituições particulares de ensino para meninas.

Figura 14: Anúncio de colégio particular de meninas em 1846⁵¹.



Fonte: Jornal do Comércio, 1846. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Neste documento, observamos que procede a atenção especial para o relacionamento entre educandas e sua professora. Neste, a diretora ressaltava que já se encontravam em grande número, as meninas que haviam sido entregues aos “cuidados” e “zelo de uma educação, tanto civil como moral e religiosa” (Jornal do Comércio, 1846). No entanto, neste documento, ainda encontramos o seguinte: “Também se recebem raparigas escravas (que aprendem em lugar separado) para os trabalhos de agulhas e de tesoura, e para se amestrarem nos arranjos de casa e na confecção de doces e massas de diversas qualidades” (Jornal do Comércio, 1846).

O que também nos chamou atenção neste estabelecimento, foi que diferentemente dos outros, deixando claro que aceitavam-se meninas escravas, contudo, não para o ensino da leitura, escrita, outras matérias ou idiomas, mas para aprenderem prendas domésticas, e em outro ambiente distante das outras educandas.

Encontramos em nossa busca o programa do colégio Portuguez e Francez⁵², 1852, com a seguinte realidade; matérias de Leitura, escrita, língua portuguesa, aritmética, geografia,

⁵¹Devido às condições do documento, apesar do tratamento, a nitidez da imagem ficou prejudica.

história, religião e toda a espécie de trabalhos. Além de ensinar flores de toda a qualidade; pano, “froco”, cera, conchas, pena, e pita. Já os bordados eram, em filó, matiz e ouro. Enquanto a tapeçaria era de todo tipo.

Sobre os cuidados da professora com suas a educandas, o programa deixava evidente, que a diretora empregava todos os afagos e cuidados às suas alunas, considerando-as como suas próprias filhas. Características como estas foram encontradas nos demais colégios, no entanto, vejamos abaixo o que já dizia um escrito publicado em 1847 no jornal O Mercantil dirigido a diretora do Colégio Augusto.

Figura 16: Crítica feita à diretora do Colégio Augusto, 1847.



Fonte: Jornal O Mercantil de 1847. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

⁵² Optamos por manter a grafia original do documento.

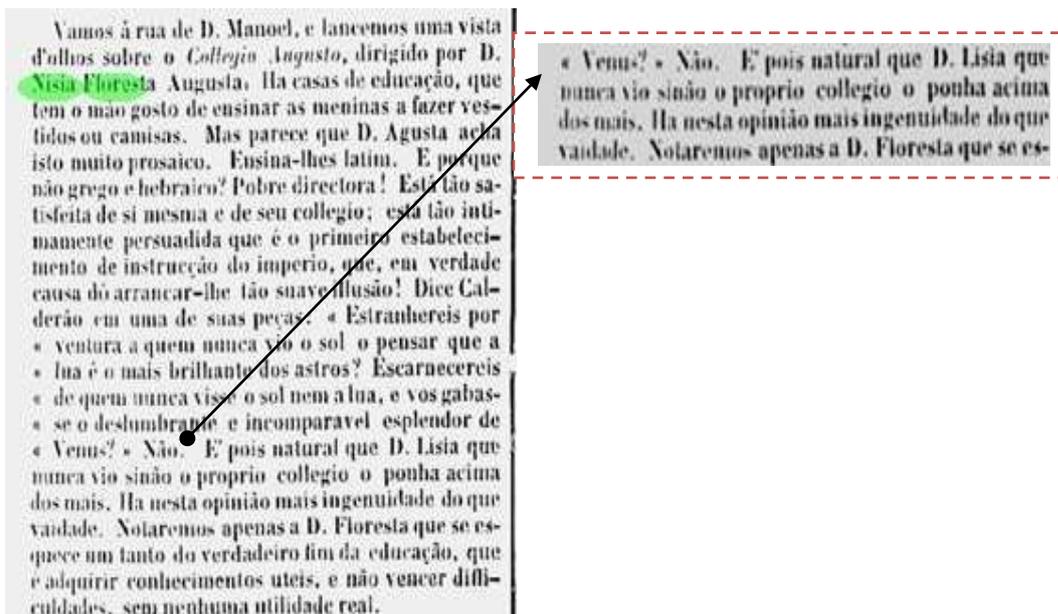
Neste trecho em destaque percebemos que a crítica tecida a Nísia Floresta demonstrava que o Collegio Augusto, por não dar ênfase nos trabalhos de agulha, era visto de forma negativa. Enquanto algumas instituições centravam-se em ensinar às meninas a fazer vestidos e camisas, outros em doces e bolos, o Collegio Augusto privilegiava outros ensinamentos, nesse caso, o ensino de idiomas.

Mais adiante, encontramos também a seguinte conclusão do autor da crítica “Notaremos apenas a D. Floresta que se esquece de um tanto do verdadeiro fim da educação, que é adquirir conhecimentos úteis, e não vencer dificuldades, sem nenhuma utilidade real” (Jornal O Mercantil, 1847, p. 5). De fato, este era o pensamento que planava sobre a finalidade da educação das meninas. Os conhecimentos úteis a que o autor se refere, não passam do ensino das prendas domésticas, costuras e bordados que seriam essenciais para uma moça de família. No entanto, o Colégio de Nísia Floresta foi contrário à regra estabelecida, priorizando outros tipos de ensinamentos.

Ainda nesse mesmo jornal, as críticas ao Collegio Augusto eram sobre a forma de ensino, onde reafirmava que os trabalhos de agulhas ficavam no escuro, enquanto os de idiomas não faltavam. Usando desta afirmação para dizer que os homens precisavam de mulheres que falassem menos e trabalhassem mais.

O Collegio Augusto, segundo Nísia Floresta, em um de seus relatos de viagens era uma instituição de jovens, onde “Ao mesmo tempo em que se lhes ensinava a prática das virtudes domésticas, não se descuidava o cultivo de seu espírito revelando-se-lhes as belezas dos Herculanos, dos Racine, dos Shakespear e dos Goethe, dos Dante e dos Virgílio” (FLORESTA, 1998, p.98). De fato, como vimos, o Colégio foi motivo de diversas calúnias e críticas, talvez por ter se tornado um grande adversário dos principais colégios da corte, pois não seguia o mesmo tipo de ensino que era oferecido nas outras instituições, ou melhor, como a própria Nísia Floresta afirmou, ensinava, mas dava ênfase a outras disciplinas.

Figura 17: Crítica direcionada ao Colégio Augusto



Fonte: Jornal O Mercantil de 1847.
Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Observamos que essa crítica recai sobre a diretora do Augusto ressaltando sua crença em relação à superioridade de seu Colégio entre os outros. Esse comportamento faz-nos acreditar que a diretora tinha consciência do ensino que sua escola oferecia, e que esse comportamento era um dos focos das críticas que recebia “É pois natural que D. Lísia⁵³ que nunca viu sinão o próprio cellégio o ponha acima dos mais. Há nesta opinião mais ingenuidade do que verdade” (Jornal O Mercantil, 1847, p. 5). No entanto, fica claro que esse comentário traduzia a ideia da sociedade da época que era favorável a um ensino que confinasse as mulheres ao meio doméstico.

No Collégio de Santa Cecília eram ensinadas máximas de religião chistã; princípios de civilidade; geometria, francez e inglês, ao passo que sua diretora dava uma ênfase maior as “prendas indispensáveis para completar a educação de uma mai⁵⁴ de família, como coser, marcar, bordar de branco, de matiz, de estofa, de froco, de ouro, etc” (Programa do Collégio de Santa Cecília, 1852, p. 53. Grifos nossos). Neste sentido, percebemos que para essa diretora, oferecer as disciplinas que fossem referentes aos conhecimentos gerais seria por que estas faziam parte de seu programa, mas que o ensino das “virtudes domésticas” como era indispensável, não poderia ser negligenciado. Ao contrário do Collegio Augusto, que segundo

⁵³ A escrita do jornal trás o nome de Nísia grafado como Lísia. Nessa citação preservamos a escrita original.

⁵⁴ Manteve-se a grafia original.

Nísia Floresta, admitia que o seu Colégio oferecesse o ensino das práticas domésticas, mas estas não seriam indispensáveis no ensino que oferecia. Após décadas desse pensamento de Nísia Floresta, uma escola para meninas, ainda anunciava em seu programa que a educação de uma boa mãe de família seria, de certa forma, essencial para a educação de suas alunas, por isso, era indispensável oferecê-la.

Para o Collégio Flor de Maio suas alunas deveriam aprender apenas o que era essencial para educação de uma senhora, o que para o Colégio deveria ser indispensável para uma boa mãe de família. Desta forma, podemos dizer que no Brasil, as mudanças sobre o que deveria ser ensinado às meninas até meados do século XIX, demonstravam pouco avanço, porquanto este ensino ainda era centrado na educação das prendas domésticas e costuras, objetivando a formação de uma perfeita mãe de família sem instrução e fadada ao confinamento do lar.

Interessa-nos aqui, ressaltar que Collegio Augusto em 1838, ao oferecer uma proposta de educação centrada em outro tipo de ensino, assim como os documentos nos permitiram verificar, se tornou, de fato, uma instituição diferenciada e que, portanto, sua diretora tinha um pensamento pedagógico que não era aquele que imperava a época.

3.4. O uso da imprensa pedagógica para difusão das ideias pedagógicas

Desde a década de 30 do século XIX que Nísia Floresta se apropriava da imprensa para expor suas ideias sobre a condição da mulher brasileira, particularmente, sobre sua educação. No Colégio Augusto não foi diferente. A imprensa esteve presente desde os anúncios para divulgar o programa do Colégio, que por sua vez dava início, mesmo sem explicitar esse objetivo, a uma campanha em favor da mudança do ensino das meninas. Essa campanha estava presente nos impressos dedicados às suas alunas, o que possivelmente, foi utilizado pelo Colégio, ao que poderíamos atualmente classificar como paradidáticos⁵⁵.

Enquanto esteve na direção do seu Colégio, este parece ter sido uma fonte de inspiração para sua diretora. Os vários escritos que publicou na imprensa carioca, muitos deles eram oferecidos às educandas do Collegio Augusto. “Não vos repetirei aqui o texto de minhas constantes lições: vós o achareis, senão gravado em vossos corações, nem mesmo em vossa memória, ao menos em todos os meus escritos, que vos tenho dirigido” (AUGUSTA, 2009, p.

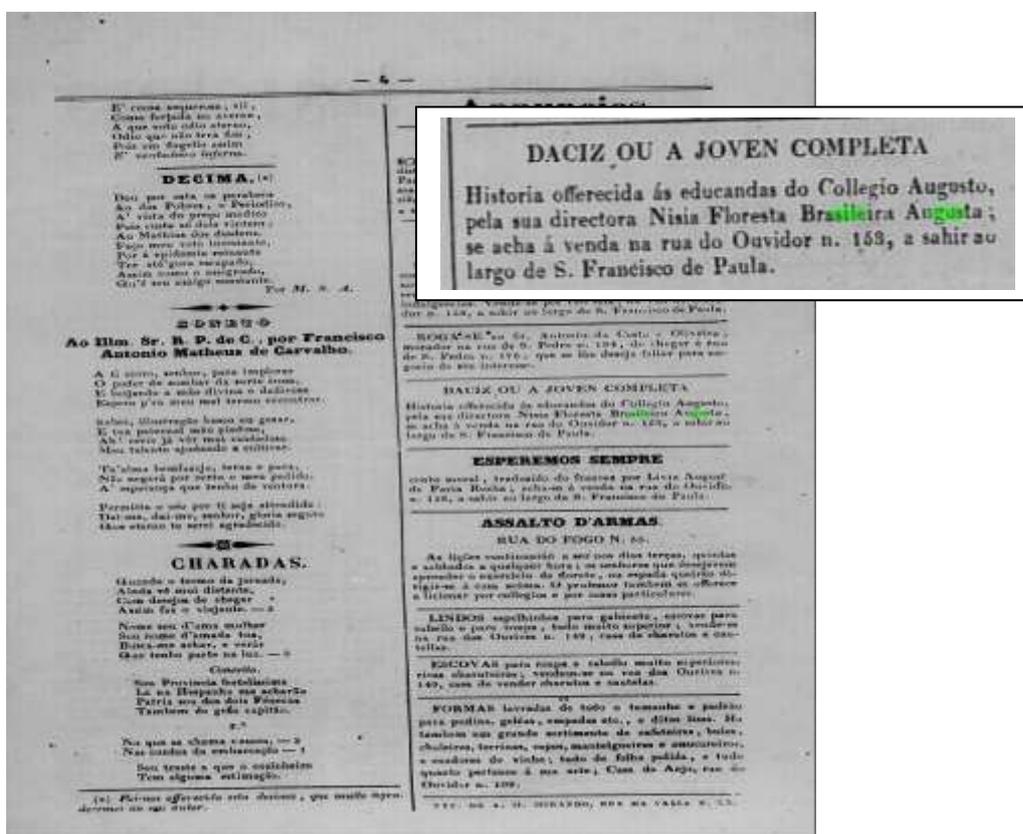
⁵⁵ Aquele que não sendo exatamente didático, é empregado com esse objetivo (diz-se de livro, material escolar, etc.) (Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, 2001, p. 2127).

107). Dentre esses escritos podemos citar Darciz ou Jovem Completa, Fany ou o modelo das donzelas e O Discurso que às suas educandas dirigiu. Nesses textos, Nísia Floresta dar conselhos, fala do sentido da educação e tenta dá exemplos às suas educandas.

Podemos encontrar nesses textos, uma Nísia Floresta que utilizou uma linguagem mais complacente. Percebemos isto no discurso que ofereceu às suas alunas, quando se referiu à dedicação que dispunha para com elas, onde afirmava que “Não obstante, me dei sempre para conseguir ornar-vos com flores, que no difícil caminho da ciência, incansável procurei colher para vós, que concluindo hoje a vossa educação, voltais ao seio de vossas famílias, e ides entrar em um mundo, onde todo temo por vós!”. Esse mundo temido por Nísia Floresta, podemos concluir que era a sociedade brasileira da época onde as mulheres estavam destinadas ao mundo privado.

Observamos abaixo o anúncio do livro Darciz ou a Jovem Completa o qual foi oferecido por Nísia às suas alunas. Acreditamos que esse livro poderia ser uma fonte muito importante para obter informações precisas sobre o pensamento de Nísia Floresta, mas até hoje não se tem notícias de seus exemplares.

Figura18- Anúncio de livro dedicado às alunas do Colégio Augusto.



Fonte: Periódico dos Pobres, 1850, p. 04. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Outro impresso utilizado por Nísia foi o discurso que proferiu às suas alunas no encerramento do ano letivo do Colégio. O qual podemos conferir a seguir na íntegra.

“Minhas caras educandas! Concluístes vossos trabalhos escolásticos do ano letivo que ora acaba. Eis o momento de prazer para vós, que voltando às vossas famílias, ides entre elas fruir dias tranquilo; de satisfação para vossos Pais, que veem coroados os seus cuidados com o resultado de vossa aplicação; de algum repouso para mim, de que tanta precisão tenho, depois dos receios que me assaltaram este ano, pela saúde de minha cara filha, receios cruéis, que mereciam absorver todas as minhas atenções, e que todavia eram disputados pelo assíduo trabalho a quem, não obstante, me dei sempre para conseguir ornar-vos com flores, que no difícil caminho da ciência, incansável procurei colher para vós, que concluindo hoje a vossa educação, voltais ao seio de vossas famílias, e ides entrar em um mundo, onde tudo temo por vós! Jovens, muito jovens ainda para bem terdes refletido nas vantagens da austera moral, que se vos tem aqui procurado ensinar, vossos sentidos, e talvez vossos corações achar-se-ão surpreendidos aos primeiros sons, que a corda da lisonja vibrar, emagicamente ecoar em vossa sensibilidade! Então todas as nossas lições serão perdidas, se vos não acordades com a Égide da modéstia, que sendo a mais bela e aromática flor, das que compõem a coroa da virtude, dá às qualidades da mulher o verdadeiro realce, que a torna no mundo todos apreciada. Não vos repetirei aqui o texto de minhas constantes lições: vós o achareis, senão gravado em vossos corações, nem mesmo em vossa memória, ao menos em todos os meus escritos, que vos tenho dirigido. A mulher, sendo destinada pelo Criador, para amenizar a existência de seu semelhante, tem para com Aquele contraído a mais sagrada das obrigações, a de bem desempenhar essa sublime missão, de cujos resultados depende a felicidade de sua vida, e a de sua posteridade. É portanto mister para conseguir esse digno fim, que ela se amolde desde a infância à prática exata e constante das virtudes, que a constituem sobre a terra um anjo de consolação, um anjo de paz! Felizes aqueles, que , tendo como vós Pais que, curando de vossa felicidade futura, facilitam-vos os meios de cultivardes o vosso espírito, e lições que tendem a aperfeiçoá-lo, sabem aproveitar o tempo precioso dos estudos, e fazer bom uso de uma instrução, de que tanto precisa nosso sexo, a fim de facilmente preencher os sagrados deveres que lhe impõem a natureza e a sociedade; e forçar, por assim dizer, o egoísmo, a discriminar nele o mérito, que lhe dá sólida instrução, da desprezível vaidade que não pode afluir senão em espíritos minimamente medíocres. Bendizei pois a Providência, minhas filhas, que vos colocou nesta situação favorável; e não inutilizeis os esforços, que pela vossa educação se tem feito, deixando-vos de aplicar ao estudo de bons livros nas horas vaga, que vos ficarem de um trabalho proveitosos, com o qual deveis procurar entreter o vosso espírito, a fim de que a ociosidade não o venha saltar com os seus terríveis efeitos, e torná-lo incapaz de uma virtude, pela qual chegareis ao apogeu da felicidade. O sublime Fenelon compreendeu bem essa felicidade, quando disse: “A ignorância de uma donzela é causa de que ela se ache muita vez nesse estado de indefinível fastio do mundo, no qual não sabe em que deva ocupar inocentemente. Quando ela chega a uma certa idade, sem

aplicar-se a coisa sérias, não pode ter nem gosto, nem estima para com elas; tudo p que é sério lhe parece triste; tudo o que demanda uma atenção constante a fadiga; a inclinação aos prazeres, tão forte, durante a mocidade; o exemplo das pessoas de sua idade, engolfadas nos divertimentos, tudo serve de lhe fazer temer uma vida bem regulada e laboriosa”. Citando-vos este oráculo de educação, eu não ousou mais nada acrescentar-vos de própria cogitação: refleti pois sobre estas sacramentais palavras; e na prática exata de nossa Santa Religião, que tão minuciosamente vos tenho ensinado, desempenhando como base de todas as virtudes filiais, que, tendo por gosto adotado, lutando com inúmeras dificuldades, segue a vossa Preceptora amiga. Assinado: N.F.B. Augusta.” (AUGUSTA, 2009, p. 107).

Notamos neste discurso que Floresta em várias passagens demonstra preocupação com o futuro da educação de suas alunas, ao mesmo tempo em que as aconselha. No entanto, não encontramos em sua fala um discurso contundente, mas sim, moderador. Nísia Floresta, nesse discurso, se aproxima do pensamento liberal progressista e de algumas correntes filosóficas predominantes, dentre elas o positivismo, muito em voga na sociedade intelectual brasileira na primeira metade do século XIX. Entretanto, constatamos que a religião foi um tema que cingiu na fala da diretora do Colégio ao aconselhar suas alunas, uma vez que considerava a religião como o alicerce da virtude feminina e que poderia oferecer o caminho para o encontro da felicidade.

Nessa direção, Nísia Floresta aconselhou suas alunas, não apenas a seguirem seus estudos, para aprimorarem os “sagrados deveres que lhe impõem a natureza e a sociedade”, mas objetivava que suas educandas soubessem do “difícil caminho da ciência” que para as mulheres, da sua época, era proibido seguir. Desse impasse sobre o acesso das mulheres à ciência, Floresta apreendia grande conhecimento, fato, que dedicou diversas páginas de suas obras sobre esse tema. Dessas obras, “Direitos das Mulheres e Injustiças dos Homens” (1832), é onde percebemos um discurso mais incitado, dentre eles, a defesa de cargos públicos às mulheres, questionamentos sobre a superioridade que os homens acreditavam ter sobre o sexo feminino, em fim, defendia o acesso das mulheres ao espaço público.

Quinze anos passados desse livro que revolucionou a sociedade pernambucana, sua autora que provocou uma discussão sobre a condição das mulheres de sua época; não deixou transparecer a Nísia Floresta feminista. Todavia, nesse discurso que ofereceu às suas alunas, apesar de não se utilizar de uma alocução, como dissemos, mais incisiva, procurou precavê-las “[...] ides entrar em um mundo, onde tudo temo por vós! Jovens, muito jovens [...]” (AUGUSTA, 2009, p. 107) para enfrentar o que iriam encontrar numa sociedade que excluía a

mulher em todos os sentidos.

Nesse discurso fica evidente a preocupação da diretora do Collegio Augusto sobre a educação de suas alunas, pois em vários trechos do discurso proferido, encontramos pedidos para que suas educandas soubessem “[...] aproveitar o tempo precioso dos estudos, e fazer bom uso de uma instrução, de que tanto precisa nosso sexo” (ibidem), para que dessa forma, pudessem ser mulheres mais instruídas, e desenvolverem “[...] com mais facilidade os deveres que lhe impõem a natureza e a sociedade; e forçar, por assim dizer, o egoísmo, a discriminar nele o mérito, que lhe dá sólida instrução” (AUGUSTA, 2009, p. 107), ou seja, não apenas ser mãe, esposa e filhas assim como determinava a natureza e a sociedade, mas mulheres que através da educação poderiam sair do espaço privado. Nessa direção, segue seus conselhos;

Não inutilizeis os esforços, que pela vossa educação se tem feito, deixando-vos de aplicar ao estudo de bons livros nas horas vagas, que vos ficarem de um trabalho proveitosos, com o qual deveis procurar entreter o vosso espírito, a fim de que a ociosidade não o venha saltar com os seus terríveis efeitos, e torná-lo incapaz de uma virtude, pela qual chegareis ao apogeu da felicidade (ibidem).

Mais uma vez chamamos atenção para pretensão que Floresta deixava claro na sua fala, que mesmo não sendo “revolucionária”, não perdia o foco sobre a educação das meninas. O incentivo à leitura de bons livros e ociosidade quando fora da escola, demonstra que a instrução para a educadora, não se limitava, apenas em frequentar as aulas, mas numa educação contínua, tanto no interior, quanto no exterior da escola.

Um outro impresso que suas alunas deveriam estudar era “Fany ou o modelo das donzelas”⁵⁶ escrito que Nísia Floresta também dedicou às suas alunas. A história se passa durante a Revolta da Farroupilha no ano de 1835, tendo como personagem principal a jovem Fany. Jovem esta, que reunia, segundo Floresta, todas as virtudes que uma menina deveria ter “Sempre boa, sempre dócil, aos conselhos de sua mãe que ela adorava, sempre modesta e atenciosa com toda a sorte de pessoas” (AUGUSTA, 2009, p.101), uma vez, que para Nísia Floresta, uma filha deveria sempre estar ao lado de sua mãe. Lembremos, pois, a inseparável Lívia Augusta, sua filha, que esteve presente na maior parte de sua vida.

Dessa forma, a mulher, para Nísia Floresta, não precisava se afastar da família para

⁵⁶ Em *Mulheres Farroupilha*, de Fernando Osório (Porto Alegre: O Globo, 1935), encontra-se a informação de que o autor teria encontrado um manuscrito desta novela, de próprio punho de Nísia Floresta, datado de 8 de abril de 1847. No manuscrito, a autora informa ainda que ela foi escrita para servir de leitura às alunas do Colégio Augusto (DUARTE, 2009, p. 102).

ocupar o seu espaço e, nesse sentido, afirma que Fany, “Quando acabou sua educação, era ela quem dirigia sob as ordens de sua mãe todo o governo da casa; cosia a roupa de seus irmãos, tratava de sua mãe com uma devoção angélica” (AUGUSTA, p.97). Porém exaltava o fato da jovem não abandonar o cultivo dos estudos, pois para Nísia Floresta uma mulher instruída poderia dar uma educação melhor às suas filhas e filhos.

Ao finalizar a história com a morte do pai de Fany, em meio a guerra, Nísia diz que foi justamente, quando a jovem pode desenvolver todas as virtudes de seu sexo feminino; procurando animar sua mãe, dando doces carícias, cuidava dos irmãos e prestava socorro aos feridos. Nesse sentido, conclui que “Possam todas as donzelas e principalmente aquelas para quem escrevi estes ligeiros traços da história de Fany, imitar suas virtudes, e excitarem uma pena mais hábil do que a minha para descrevê-las!” (AUGUSTA, 2009, p. 102).

De fato, ao aproximar-se de conceitos moral e religioso, Floresta, certamente acabou contribuindo para um novo papel da mulher de sua época, a de mãe, esposa e filha instruídas. Acreditando que o futuro da nação estaria nas mãos dessas mulheres. Para Floresta, a mulher seria a responsável pela ordem dos futuros cidadãos, que por sua vez, transformariam o país numa pátria desenvolvida, assim como os países do velho mundo.

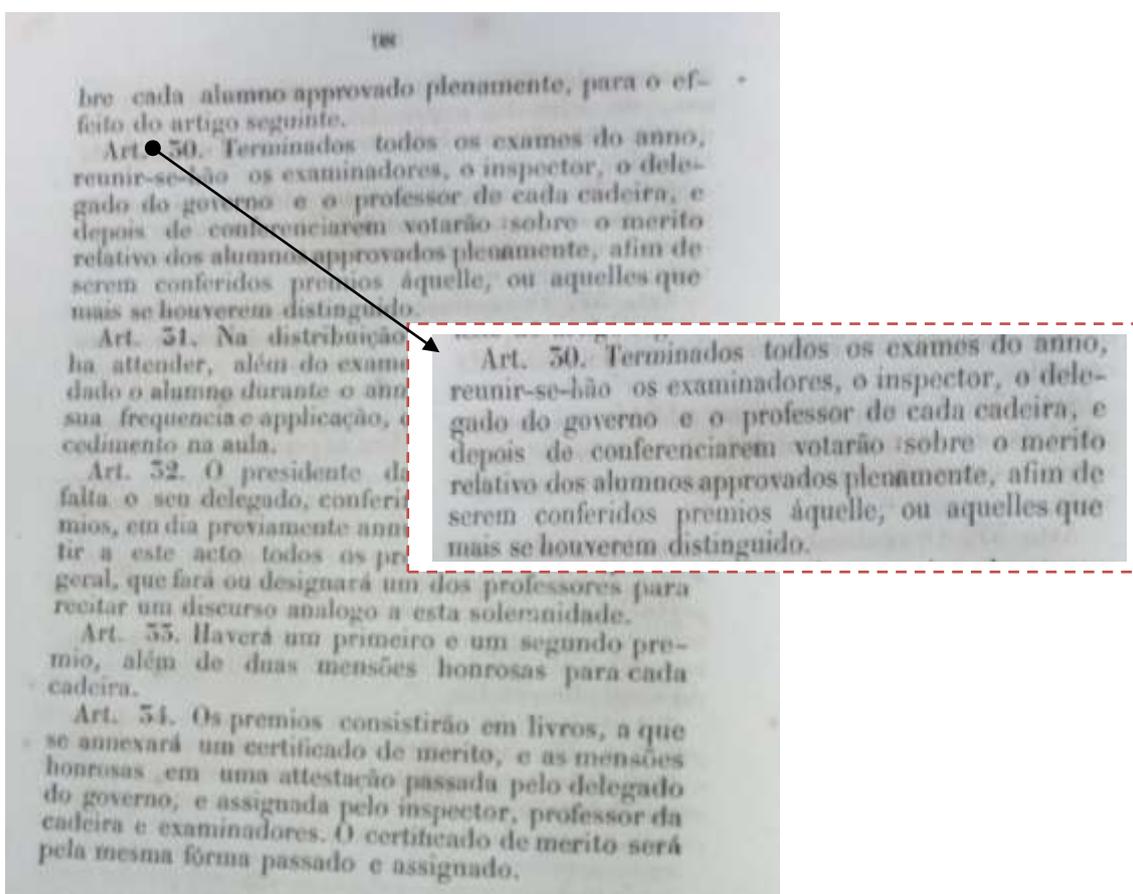
3.5. Epistemologia e educação feminista na formação das meninas

O ensino no Collegio Augusto como vimos até o momento, não deixou de oferecer as prendas domésticas em seu programa, porém, acrescentou algumas matérias que não eram oferecidas às alunas por outras instituições de ensino destinadas ao sexo feminino. Ao optar pelo ensino de outras matérias, principalmente, as de línguas, dentre elas o latim, o Colégio adotou uma postura que o distinguia das outras instituições, que em sua maioria, enfatizava o ensino das prendas domésticas.

O fato de oferecer também as prendas domésticas fez que com que Collegio Augusto não se diferenciasse tanto das outras instituições, mas a ousadia de sua diretora em ampliar o seu programa, talvez tenha sido o diferencial. O uso da Educação Física e o limite de alunas por sala também merecem destaque. Em nossa pesquisa não encontramos documentos sobre o Colégio que esclarecesse esta afirmação, apenas nos apoiamos nas afirmações de Duarte (2010) e na obra Opúsculo Humanitário de Nísia Floresta.

No século XIX as escolas e professores para avaliarem seus alunos realizavam uma espécie de prova oral, conhecido como exames⁵⁷, onde os alunos tinham de responder à risca as perguntas feitas pelo professor e acompanhado pelos examinadores. A Lei N.º 81 de 1837. Nº 1. -2 de Janeiro referente a instrução Primária dizia que o aluno antes de serem submetidos aos prêmios deveriam passar por uma avaliação em que todo seu histórico escolar seria considerado. Apenas os que se destacassem concorreriam aos prêmios. Nesse sentido a Lei N.º 81, em seu artigo 50 de 1837, referente instrução Primária dizia o seguinte:

Figura 19- Lei sobre exame e prêmio que as escolas deveriam atender.



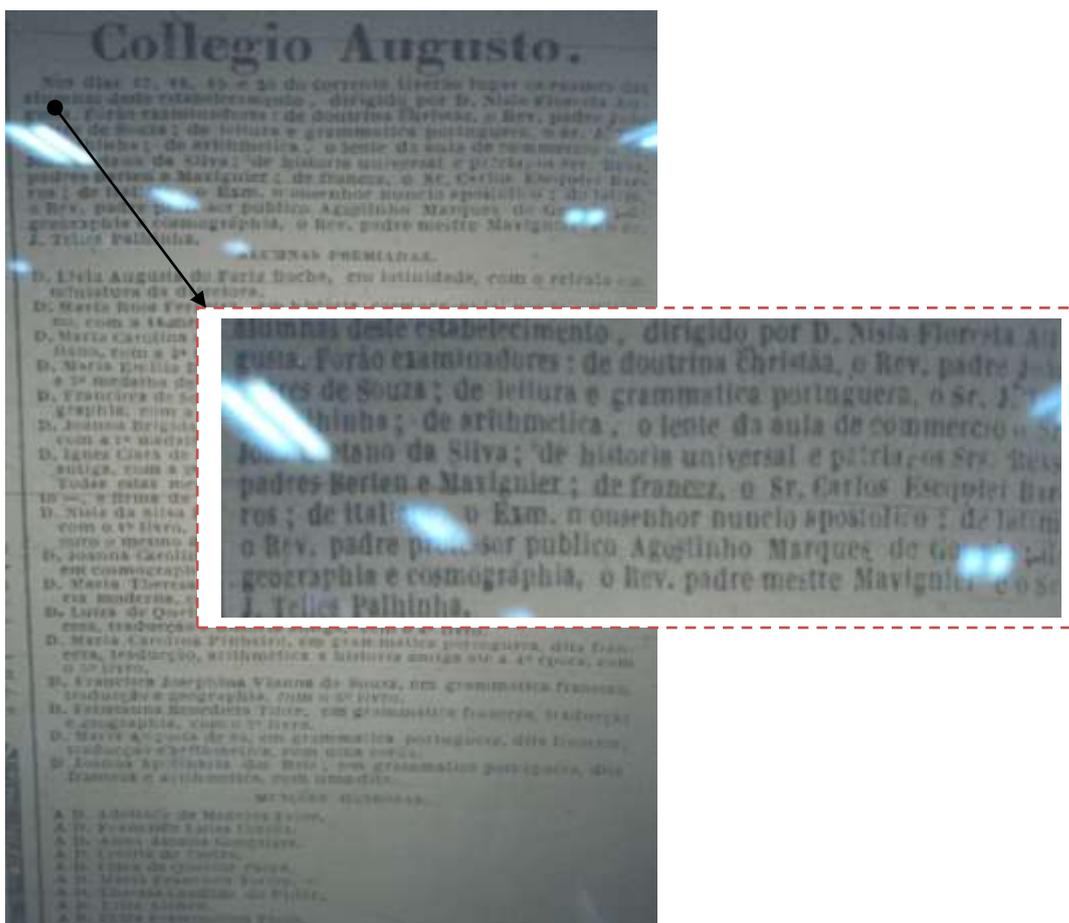
Fonte: Lei N.º 81 de 1837 da instrução Primária, Nº 1. -2 de Janeiro.
Coleção Leis e Decretos Regulamento da Província do Rio de Janeiro
de 1838 a 1850. Arquivo Público do Rio de Janeiro.

Observamos, pois, que o Collegio Augusto não deixou de atender a essa determinação. Na edição do Jornal do Commércio de 24 de dezembro de 1846 é publicada uma lista das alunas que se destacaram no exame do Collegio Augusto. Lívia de Faria Rocha, filha de Nísia Floresta, aparece em primeiro lugar no exame de Latim. E nesse sentido, destacamos a banca

⁵⁷ Segundo Inácio (2005), os exames tinham como objetivo observar os efeitos da escolarização sobre os alunos, além de avaliar também o professor (INÁCIO, 2005, p.84). Sobre formas avaliação escolar ler, *Avaliação de aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e recriando a prática* de Cipriano Luckesi, 2003.

examinadora a qual era composta por 12 conselheiros, dentre estes, cinco eram padres. Estes sacerdotes foram subdivididos na seguinte forma: na doutrina cristã, o Reverendo padre João de Souza, História universal e pátria, os padres Berten e Mavignier, de italiano, o Monsenhor nuncio apostólico, de latim o padre professor público, Agostinho Marques, geografia e cosmografia, o padre mestre Mavignier. No exame as alunas foram avaliadas em 12 disciplinas. Os prêmios foram de medalhas à coroas. Como nos confere documento abaixo.

Figura20-Lista de alunas premiadas no exame do Colégio Augusto.



Fonte: Jornal do Comércio, 24 de dezembro de 1846.
Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

A religião católica estava muito presente no Collegio Augusto, não apenas na matéria de doutrina cristã, mas como percebemos, nos próprios examinadores responsáveis pelas avaliações dos exames aplicados pelo Colégio. Nesse sentido, acreditamos que essa escolha de Nísia Floresta talvez tenha acontecido por que os padres, nessa época, representavam uma pessoa muito culta e tê-los como examinadores seria um prestígio para instituição. É importante ressaltar que no século XIX não apenas a educação, mas a sociedade em geral vivia mediante os preceitos religiosos, como discutimos anteriormente, a cultura imposta

pelos padres jesuítas que desde o início tinham um projeto bem definido para a educação no Brasil.

Os exames realizados nas instituições de ensino do século XIX seguiam o modelo de avaliação utilizada pela Companhia de Jesus, que apesar de não ter um sistema de avaliação determinado, esses padres usavam uma metodologia de ensino na fixação de conteúdos através da repetição objetivando a memorização. Nos exames realizados pelo Collegio Augusto as alunas deveriam recitar poesias em outros idiomas como o latim, italiano e francês. Em relação às outras matérias como história e geografia as educandas, por certo deveriam responder às perguntas que lhes eram feitas, e para tanto precisariam ter memorizado os conteúdos.

A metodologia adotada pelo Colégio, como ressaltamos anteriormente não foi esclarecida por Floresta, apenas os indícios encontrados nos documentos nos permitem apontar que o método utilizado era o determinado pelo governo, o Lancasteriano/monitorial ou mútuo. De início o método de Castilho também teria sido apontado como o utilizado por Nísia, mas com análise dos documentos vimos que ficando Nísia Floresta à frente do Colégio até 1849, e este método sendo criado em 1848 por seu idealizador de mesmo nome e tão admirado por Floresta, concluimos que essa hipótese seria descartada. Nesse sentido, o método Lancasteriano⁵⁸ ou de ensino mútuo teria sido o utilizado no Colégio. Além do método direto⁵⁹ no ensino de idiomas, este atualmente, utilizado por escolas de língua estrangeira.

⁵⁸Sobre a obrigatoriedade do ensino Lancaster ou mútuo Almeida (1989), afirma que este ensino deveria ser preferido em todas as capitais de província, nas cidades burgos e localidades populosas onde fosse possível estabelecê-lo (ALMEIDA, 1989, p. 60). Já em relação a formação dos professores (as) para o uso desse do método/tipo de ensino, Bastos (2011) nos esclarece que deveria envolver a orientação de suas atividades escolares, principalmente dos seus deveres: *vigilância e administração*. A vigilância também se estende aos mínimos detalhes e no cuidado na aplicação correta dos procedimentos do método mútuo. O papel do professor (a) na classe se reduz à inspeção. A vigilância também se exerce sobre os *monitores*, que ele encoraja anima, ou suspende se cometem uma injustiça; quanto aos alunos, observa atentamente cada classe (BASTOS, 2011, p. 44).

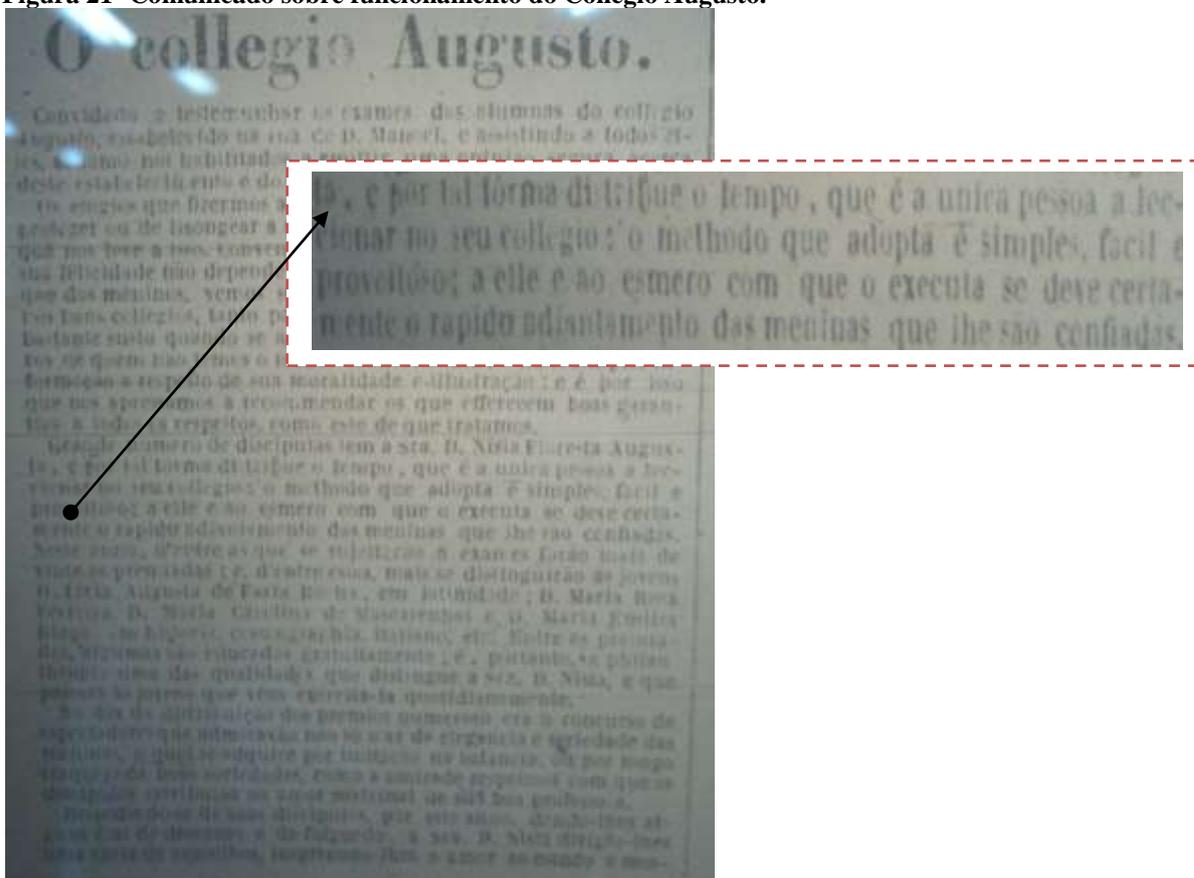
⁵⁹ Segundo Maciel (2004) o Método direto era regido pelos seguintes princípios: ensinar na língua alvo, ensinar vocabulário e frases do dia a dia, ensinar habilidades de fala e compreensão oral, turmas pequena e gramática ensinada indutivamente. Nesse método, ainda segundo a autora, os alunos (as) eram encorajados a pronunciar corretamente e utiliza-se mímica, demonstração e figuras. O plano de curso não era baseado em estruturas linguísticas, mas sim em situações ou tópicos (MACIEL, 2004, p. 04-05).

No método direto, a língua estudada sustenta uma superioridade sobre a língua materna em sala de aula, de forma que, os diálogos e comunicações entre professor (a) e aluno (a) só é permitida no idioma estudado. Nesse método o aluno é induzido a pensar na língua estrangeira.

No que confere o método lancasteriano, como já dissemos, o trabalho das classes é dirigido por um instrutor/monitor, ou seja, aquele aluno que se destaca nas atividades de demonstrando distinção entre os demais. Além dessas características, nesse método há uma sequência de atividades que devem ser seguidas no tempo determinado, facilidade na manutenção da disciplina e recompensas para estimular o conhecimento dos alunos (as). A premiação dos alunos seria uma dessas recompensas.

Apesar de apontarmos que o método utilizado por Nísia Floresta teria sido o lancasteriano, alguns documentos nos suscitam dúvidas dessa afirmação, pois embora esse apontamento em alguns documentos pareça óbvio, em outros, as informações são ambíguas. Observemos o documento abaixo:

Figura 21- Comunicado sobre funcionamento do Collegio Augusto.



Fonte: Jornal do Commércio, 24 de dezembro de 1846.
Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

No documento acima encontramos algumas características do método utilizado no Collegio Augusto onde é ressaltado que mesmo com o grande número de discípulas, Nísia Floresta, consegue distribuir o tempo. Sobre esta ótica encontramos uma das características mais notáveis do método lancasteriano/mútuo, o de ter apenas um professor para lecionar grande número de alunos (as). Além disso, o pouco tempo com que uma criança aprendia era uma das marcas desse método.

Durante a obrigatoriedade desse método nas instituições brasileiras do século XIX, houve diversas opiniões divergentes sobre sua aplicação ou não. Para alguns foi um fracasso, pois a falta de estrutura das escolas e a formação de profissionais era um dos problemas encontrados para a adaptação do método⁶⁰. Enquanto que para alguns intelectuais e o governo, uma esperança para educação do Brasil, uma vez que, seria uma forma de suprir um déficit educacional da população brasileira em pouco tempo, e sem a necessidade de vários profissionais⁶¹, pois a escassez de professores (as) era evidente.

De fato, esse método trouxe controvérsias sobre seu processo de ensino, estrutura, objetivo e punições. O que para algumas instituições de ensino particular, nesse caso, o Collegio Augusto, e sua diretora não deve ter parecido problemático. Se o problema era a estrutura física o Colégio contava com essa estrutura, enquanto a professora capacitada, Nísia Floresta obtinha respaldo em meio a sociedade e tinha um grande conhecimento intelectual.

Nesse sentido, acreditamos que o método utilizado por ela era o mútuo, ao passo que não descartamos, pelo amplo conhecimento que possuía, ter utilizado também outros métodos. Como vimos, suas alunas aprendiam além do que determina o que uma menina deveria aprender. Um comunicado no jornal O Mercantil afirmava que Nísia Floresta não ensinava visando o ganho que trabalhava, pois “[...] se assim fosse, não ensinaria gratuitamente a muitas meninas pobres, algumas das quais **ficaram este ano habilitadas a ensinarem, a se apresentarem ao concurso pra os colégios públicos**” (O MERCANTIL, 1847, p. 04. Grifo

⁶⁰ Às causas do insucesso do método de ensino mútuo entre nós, inerentes à situação social do Brasil neste tempo, tais como a falta de pessoal, a incúria dos pais etc, é preciso ajuntar aquela, já assinalada, de não se ter um edifício conveniente para a aplicação do sistema (ALMEIDA, 1989, p. 59).

⁶¹ Compreende-se muito bem esta preferência da lei pelo método de ensino mútuo, quando se sabe que, por este sistema, duzentas, trezentas crianças ou mais podem receber a instrução primária suficiente, sem que haja necessidade de mais que dois ou três professores (ALMEIDA, 1989, p. 60).

nosso). Dessa forma, o ensino que as alunas recebiam no Colégio, parecia ter um objetivo que não era apenas de formar donas de casa, ou matronas esclarecidas como afirma Rosa (2012). Mesmo que em algumas passagens de sua obra *Nísia Floresta* nos deixe essa percepção, seu Colégio, no entanto, estabelecia um ensino onde as meninas saíam aptas para concorrer a cargos públicos, algo que era contrassenso para o contexto social e cultural da época.

4. ANÁLISE

Os documentos que utilizamos nessa pesquisa foram referências para uma análise crítica, onde objetivamos analisar o pensamento pedagógico feminista de Nísia Floresta Brasileira Augusta. Dessa forma, os documentos foram fontes vitais para a realização dessa pesquisa. Contudo, tivemos uma caminhada árdua para chegar até eles, pois como bem assegura Cellard, uma pesquisa com análise documental, exige continuamente, do pesquisador, um empenho firme e fecundo desde a escolha dos arquivos às fontes potenciais de informação (CELLARD, 2008, p. 298). A nossa realidade não foi diferente.

A procura pelas fontes teve início após uma exaustiva leitura das produções intelectuais de Nísia Floresta, as quais optamos, a seguir, por datá-las de acordo com o ano em que foi produzida ou publicada em jornais, assim como o lugar aonde foi editada. Esclareceremos que a maioria dos exemplares aos quais tivemos acesso, só foi possível a leitura da sua reedição, com exceção de “Dedicação a uma Amiga”⁶², 1850 e *Consigli a mia figlia*⁶³, 1858.

As que tivemos acesso apenas às reeditadas foram as seguintes produções;

- “Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens”, 1ª ed., Recife, (1832), 2ª Ed., Porto Alegre (1833), 3ª Ed. Rio de Janeiro (1839);
- “Máximas e pensamentos”, Rio de Janeiro, (1845);
- “Fany ou O modelo das donzelas”, Rio de Janeiro (1847);
- “Discurso que às suas educandas dirigiu Nísia Floresta Brasileira Augusta”, Rio de Janeiro (1847);
- “Opúsculo Humanitário”, Rio de Janeiro, (1853);
- “Páginas de uma vida obscura”, Rio de Janeiro, (1855);
- “Passeio ao Aqueduto da Carioca”, Rio de Janeiro (1855);
- “O pranto Filial”, Rio de Janeiro (1855);
- “Itinerário de uma viagem a Alemanha”, Paris (1857);
- “Cintilações de uma alma brasileira”, Florença (1859);
- “Itinerário de uma viagem à Itália seguidos de uma viagem a Grécia”, volumes I, Paris, (1864);

⁶² Biblioteca Brasileira Eletrônica UFRJ.

⁶³ Biblioteca Brasileira Eletrônica USP.

- “Itinerário de uma viagem à Itália seguidos de uma viagem a Grécia”, volumes II, Paris, (s.d);
- “Fragmentos de uma obra inédita”, Paris (1878).

Além dessas obras, exploramos também as produções de outros autores que têm discutido sobre a vida e obra dessa educadora. É importante ressaltar que foi de extrema importância a leitura de outras bibliografias.

Feito isto, a busca por arquivos e bibliotecas foram incansáveis. Sabendo que a maioria das produções de Nísia Floresta, em território nacional, havia sido no Rio de Janeiro, aonde inaugurou seu Colégio, não restavam dúvidas de que eram os arquivos dessa cidade que deveríamos explorar. Precisávamos de documentos que nos dessem informações sobre suas atividades no Colégio, e para tanto, tudo o que encontrássemos sobre o tempo em que a instituição funcionou seria de suma importância, pois de acordo com Cellard, “Uma pessoa que deseje empreender uma pesquisa documental deve, com o objetivo de constituir um *corpus* satisfatório, esgotar todas as pistas capazes de lhe fornecer informações interessantes” (CELLARD, 2008, p. 298).

Nessa perspectiva, durante uma semana, estivemos no Rio de Janeiro a procura de documentos, de forma, que fizemos buscas nos Arquivos Nacional, Geral e Público, além de inesgotáveis horas na Biblioteca Nacional, ambos do Estado do Rio de Janeiro. Ressalvamos que as buscas também foram feitas no Arquivo do Estado de Pernambuco, pois foi nesse Estado, que Floresta deu início as suas produções literárias e jornalísticas.

De fato, a garimpagem nos arquivos nacionais, em busca de preciosidades para a pesquisa foi esgotada. Ao analisar os documentos que acessamos, encontramos informações que nos levou a realizar buscas na Bibliotheque Nationale de France (Gallica Bibliotheque Numerique), na Biblioteca Nacional de Portugal e da Itália, ambas através do acesso virtual; o que demandou um trabalho minucioso. O que encontramos foi de uma contribuição singular para nossa pesquisa. Essa busca partiu dessa necessidade, além do objetivo de obter mais informações sobre as produções intelectuais de Floresta, uma vez que, a autora teve várias obras produzidas e editadas na Europa, além da forte influência intelectual que teve de estudiosos do velho mundo.

Para Cellard “[...] os documentos mais reveladores se escondem, às vezes, em locais

insuspeitos” (CELLARD, 2008, p. 298), e nesse sentido, procuramos nos debruçar no exame minucioso dos achados, na perspectiva de obter formulações inovadoras, que nos fizeram repensar a construção da nossa análise inicial.

4.1. Pensamento Pedagógico de Nísia Floresta

Definir um pensamento pedagógico é uma tarefa complexa e exige um conhecimento denso do que se pretende vislumbrar. Nessa direção, recorrer à filosofia, à história e à sociologia se faz preciso, pois essas ciências nos oferecem os elementos fundamentais para que possamos constituir tal pensamento (GADOTTI, 2008, p. 16). Nesse trabalho nos propomos a realizar esta tarefa, que diante de todo arcabouço teórico constituído, nos permitiu comungar com este autor.

Identificar o pensamento pedagógico de Nísia Floresta se mostrou um desafio a cada leitura realizada, pois seus escritos, como vimos, sofreram diversas oscilações. Conduto, a filosofia esteve sempre presente nas ideias dessa autora, inclusive no seu pensamento pedagógico. Nesse sentido, sabemos que ainda no século XIX, no Brasil, não existia uma teoria da educação propriamente dita que subsidiasse as práticas educativas, e, nessa perspectiva, entendemos que Nísia Floresta, recorreu às bases filosóficas para subsidiar sua prática educativa. Em consonância com Gadotti, acreditamos que tal prática é muito anterior ao pensamento pedagógico, pois de acordo com esse autor, esse pensamento brota com a reflexão, quando da necessidade de sistematizar e organizar a prática educativa, a fim de chegar a determinados objetivos (GADOTTI, 2008, p. 21).

À luz dessas afirmações, acreditamos que Nísia Floresta ao fundar o Collégio Augusto, ainda não tinha um pensamento pedagógico propriamente instituído, fato que sua obra, onde mais se evidencia sua preocupação com a educação é lançada após sua experiência em seu colégio, o “Opúsculo Humanitário”, com primeira edição em 1853. Nesta obra propunha entre diversos temas, uma reforma, segundo a autora, radical no sistema educacional brasileiro, principalmente no que se referia ao acesso da mulher à educação.

As ideias de Nísia Floresta nos interrogam e nos coagem a um posicionamento político. Sua obra foi iniciada em 1832 aos 22 anos em meio a cultura do patriarcado e o androcentrismo vigente no Brasil do século XIX. Ao traduzir um livro que se tornou revolucionário, expondo suas ideias em defesa da mulher, escravos e índios em jornais e

tecendo críticas ao governo infringindo as leis vigentes. Em 1838, fundou um colégio para meninas, oportunizado matérias ainda só permitidas aos meninos, viajou e morou na Europa publicando livros e fazendo amizades com intelectuais renomados tudo isso era excepcional para as mulheres daquela época.

Esses acontecimentos nos inquietaram, no entanto, não procuramos apenas entender toda essa façanha da autora, mas como tudo isso contribuiu para formação do seu pensamento pedagógico. Para tanto, trilhamos o seu percurso, e fomos além do que afirma Duarte que “Para melhor situar a autora no contexto educacional de seu tempo e compreender a extensão do seu pioneirismo, faz-se necessário lembrar aspectos da política governamental e as prioridades então estabelecidas para a educação” (DUARTE, 2010, p. 18), assim buscamos não apenas situá-la no contexto educacional, mas cultural, econômico, político e social de seu tempo.

O sexo feminino e tudo que dissesse respeito a ele, sempre foi classificado como pueril, privado e dentre outras classificações, como incapaz de produzir ciência. Nesse sentido, Nísia Floresta afirmava que essa visão sobre as mulheres nada mais era do que um ciclo vicioso, classificando-o como “desprezível modo de pensar” e indagava “Por que a ciência nos é inútil? Por que somos excluídas dos cargos públicos; e por que somos excluídas dos cargos públicos? Por que não temos ciência” (FLORESTA, 1989a, p. 52). Dessa forma, a autora culpabilizava a sociedade androcentista de que era fruto, e afirmava que os homens, se interessam tanto em nos “Separar das ciências a que temos tanto direito como eles, senão pelo temor de que partilhemos como eles, ou mesmo os excedamos na administração dos cargos públicos, que quase sempre tão vergonhosamente desempenham?” (FLORESTA, 1989a, p. 52). Nesses termos, Floresta demonstra que não defendia a superioridade da mulher sobre os homens, mas exigia direitos iguais entre os gêneros.

O acesso da mulher a educação era remoto, pois para o sexo feminino o espaço doméstico era seu espaço escolar, na medida em que a criação dos filhos e uma esposa prendada eram suficientes para se tornar uma mulher admirável. Nesse contexto, para algumas estudiosas como Rosa (2012), o pensamento de Nísia Floresta está inserido nessa perspectiva da mulher no espaço doméstico. De fato, algumas passagens da obra de Floresta nos passam essa ideia, contudo, numa leitura mais precisa de suas obras e do apanhado documental a que tivemos acesso, nos permitiu um olhar minucioso, diferente do de Rosa (2012) neste aspecto. É, portanto, considerável que estudos mais recentes enveredem por essa vertente do pensamento de

Nísia Floresta, pois acreditamos que a análise de seus escritos tenha sido considerada por uma visão descontextualizada de alguns fragmentos de suas obras.

Concordamos com Colling (1997), Hahner (2003) que a história das mulheres, e reafirmamos de todas as mulheres brasileiras, sempre sofreram um apagamento histórico em todos os sentidos. Fato que para Hahner justifica a ausência de registro de algumas mulheres terem ocupado posição de destaque na história. No entanto, essas mulheres não faziam parte da grande massa feminina, mas de uma pequena parcela, que para conseguir tal posição, teriam de possuir algumas características, dentre elas, uma que era primordial, a alfabetização e o pertencimento a uma família de classe alta. No entanto, sabemos que as poucas mulheres que sabiam ler e escrever ocupavam-se de aprimorar, apenas seus dotes domésticos, os quais eram venerados e incentivadas pela sociedade. Nessa realidade, Nísia Floresta, se diferenciou entre as mulheres de sua época, como já mencionamos, ao fazer uso da leitura e escrita, para dentre outros objetivos, censurar o sistema patriarcal existente, afirmando que

Os homens não podendo negar que nós somos criaturas racionais, querem provar-nos a sua opinião absurda, e os tratamentos injustos que recebemos, eu espero, entretanto, que as mulheres de bom senso se empenharão em fazer conhecer que elas merecem um melhor tratamento e não se submeterão servilmente a um orgulho tão mal fundado (FLORESTA, 1989a, p.41).

De fato, Nísia Floresta questionou a cultura imposta pelos colonizadores, propôs mudanças sociais e identificou as consequências do atraso cultural existente no Brasil do século XIX. Atualmente, ainda é possível ver os resquícios dessa colonização que Nísia Floresta questionava há aproximadamente de 160 anos que o “Brasil recebeu de sua metrópole tudo o que lá havia menos capaz de desenvolver o espírito e fazer sobressair as vantagens deste novo e rico solo [...]” (FLORESTA, 1989b, p. 52). Com essa afirmação, a autora expõe suas impressões sobre a forma de como se deu a colonização brasileira, ao mesmo tempo em que inicia uma discussão, atualmente debatida, a questão do ensino.

Nessa direção, Nísia Floresta deu início às lutas feministas no Brasil, pois não existem escritos anteriores que atentem para a questão da mulher, fato que lhe confere, segundo Duarte (2010) e trabalho mais recente de Neto e Lima (2013), o título de primeira feminista do Brasil e da América Latina. No entanto, acreditamos que não seria pelo fato de não haver apenas escritos sobre a questão da mulher, e sim, por ser uma mulher brasileira que escreveu sobre as brasileiras, questionou a forma de como estas eram concebidas, visibilizou discussões sobre sua real condição no meio social, tendo como principal bandeira de luta educação dessas mulheres.

Nessa direção, ressaltamos que Nísia Floresta, também se destacou ao discutir prematuramente, o que se procurava provar cientificamente a sua época, ou seja, superioridade entre as raças e entre homens e mulheres, pois afirmava que,

Para tornar este raciocínio mais convincente não é preciso mais que examinar a estrutura da cabeça, a sede das ciências e a parte onde a alma se faz melhor perceber. Todas as indagações da anatomia não têm ainda podido descobrir a menor diferença nesta parte entre homens e mulheres: nosso cérebro é perfeitamente semelhante ao deles; formamos e conservamos as ideias pela imaginação e memória, da mesma maneira que eles; temos os mesmos órgãos e os aplicamos aos mesmos usos que eles; ouvimos pelos ouvidos, vemos pelos olhos e gostamos do prazer também como eles (FLORESTA, 1989a, p. 49).

Por essa óptica, comungamos com os autores no que concerne ao título de primeira feminista do Brasil, no entanto, acreditamos que não apenas como primeira feminista, mas uma das primeiras mulheres brasileiras a dirigir uma escola para meninas no Brasil do século XIX, primeira jornalista, abolicionista, indianista, romancista, além de autora de livros em outros idiomas. Como vimos, Floresta é pioneira em vários acontecimentos no século em questão, no entanto, essas primazias foram apagadas da história do Brasil e, principalmente, no que se refere à educação, em particular a das mulheres.

Nesse sentido, Nísia Floresta já antecipava na primeira edição do seu “Opúsculo Humanitário”, 1ª Ed. 1853, denunciando que “Não é na história de nossa terra que iremos estudar a situação de nossas mulheres, porque infelizmente os poucos homens que têm escrito esboços dela não as acharam dignas de ocupar algumas páginas de seus livros” (FLORESTA, 1989b, p. 47). Nessa direção, prossegue apontando, que por esse motivo, temos que recorrer aos escritos de estrangeiros que visitavam o Brasil e narravam, ao seu modo, os costumes das brasileiras, “[...] para tratarmos delas nas províncias em que não temos nós mesmo viajado e sido testemunhas ocultas da maneira por que é dirigida ali a sua educação” (FLORESTA, 1989b, p. 47). Fato este, que por muito tempo, reservou e permitiu que a história de grandes mulheres fosse fadada ao esquecimento, bem como nos afirma atualmente, Colling (1997) e Hahner (2003). O que também corrobora para afirmar que para seu tempo, Nísia Floresta, realmente estava à frente de algumas teorias vigentes.

Para Floresta, o Estado brasileiro não estava interessado na formação intelectual das mulheres, tampouco na sua inserção na vida pública, fato evidenciado em nosso estudo sobre o panorama da educação no século XIX. Para essa autora, a questão da educação da mulher, seria

o sinônimo de sua emancipação, em todas as esferas. No entanto, em algumas passagens de seus textos, Nísia Floresta, aparece na defesa de comportamentos que por um olhar mais contemporâneo, não nos parece emancipador, esta ocorrência, na verdade, tem sido um dos fatores com que se tem feito algumas críticas negativas à obra da autora. Todavia, tivemos o cuidado de não enveredar por esta direção, pois é sabido, que o tempo histórico precisa ser considerado em todos os sentidos. Nessa direção, comungamos com Saviani, ao defender que para entender o presente é necessária a compreensão de suas raízes (SAVIANI, 2011, p. 04). Dessa forma, para compreender o pensamento de Nísia Floresta, na atualidade, foi preciso visualizar e compreender o cenário do tempo em que a autora viveu.

Para um melhor entendimento do que defendemos, está o fato de que para Floresta, a mulher ser responsável pelo governo da casa. Em “Fany ou o modelo das donzelas” de 1847, Floresta citava como ponto positivo de Fany, o fato da jovem ao terminar sua educação dirigir sob as ordens de sua mãe “todo o governo da casa” (AUGUSTA, 1847, p. 97), por outro lado, admirava-se por Fany não abandonar os estudos e nem os livros. Lembremos de que numa sociedade patriarcal a mulher ter o governo da casa, poderia ser uma forma de uma emancipação, uma vez que, no sistema androcentrista a mulher era considerada incapaz até de dirigir sua própria vida.

Percebemos, pois, que Nísia Floresta, em cada uma de suas obras apresenta várias oscilações no modo que se refere ao modo de compreender a mulher no mundo. De sua primeira obra “Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens” com primeira edição em 1832, escrita em Recife aos 22 anos, a última, “Fragmentos de Uma Obra Inédita- Notas biográficas” escrita em 1877, na Europa aos 67 anos. Podemos perceber, pois, que apesar de ambas terem focos diferentes, produzidas em idade e lugares distintos, nesta última, existe uma maturidade intelectual da autora. Em relação as suas obras que tratam da educação das mulheres com as quais trabalhamos; “Direitos das Mulheres e Injustiças dos Homens”, “*Consiglio a mi figlia*”, “Opúsculo Humanitário e Cintilações de Uma Alma Brasileira,” observamos que Nísia Floresta também se diferencia dos textos que produziu e trabalhou com suas alunas. Cada obra da autora parece ser produzida para cada momento pelo qual passava.

Dentre estas obras a que mais se diferencia tomando um tom mais familiar até ser a obra mais editada é *Consiglio a mi figlia* de 1847, pois apresenta uma mãe preocupada com a educação de sua filha, entendemos, entretanto, que tenha sido escrita com tanta melancolia e devoção, pelo fato de ser uma obra dedicada à sua própria filha. Essas características também

são possíveis observar, nos textos produzidos e dedicados às alunas do Collegio Augusto, pois percebemos uma linguagem mais comedida entre uma professora dedicada e uma proprietária de colégio perseguido pela sociedade e pela mídia impressa, além de um discurso feito com a presença dos pais das alunas. O contrário a esses textos encontramos nas outras obras da autora.

Dessa forma, acreditamos que nessas obras, Floresta tinha como objetivo, atingir a sociedade patriarcal, que segundo essa autora, era um legado da metrópole. Além desse, identificamos o que acreditamos ser um dos principais objetivos de Nísia Floresta, despertar nas mulheres brasileiras uma provável emancipação, mostrando que através da instrução era possível sair do cativeiro em que viviam, pois afirmava que, assim, estas mulheres poderiam “Vencer as trevas que obscurecem a inteligência e conhecer as doçuras infinitas da vida intelectual, a que têm direito as mulheres de uma nação livre e civilizada” (FLORESTA, 1989b, p. 44). É importante ressaltar que esse pensamento de Nísia Floresta não é um pensamento que encontramos nas quatro obras exploradas nesta pesquisa. Como afirmamos cada obra parece demonstrar cada momento vivido conforme a realidade sociocultural vivenciado pela autora.

As evidências que nos levaram a essa afirmação foram, dentre outras observações, o quadro de autores que elaboramos durante a leitura das principais obras da autora. Na obra inaugural de carreira literária, “Direito das Mulheres e Injustiças dos Homens”, em 1832 percebemos uma jovem ativista imbuída pelo lema político europeu na defesa dos direitos das mulheres, e no Brasil uma grande crítica à sociedade androcentrista. Esta produção acontece em meio a uma grande efervescência intelectual da sociedade recifense, onde Floresta se encontrava com o estudante de direito Manuel Augusto, seu companheiro. E o contato com alguns jornais pernambucanos que defendiam a questão da mulher, além de várias ideias feministas que surgem na Europa. No entanto, não descartamos as vivências durante as revoluções nordestinas e as perdas emocionais da autora. Percebemos na fala da autora a indignação pelo fato ocorrido quando no assassinato do seu pai, quando a mesma tinha 18 anos, “A justiça perseguiu os miseráveis que, por um pouco de ouro, obedecendo a um monstro de forma humana, tiraram a vida ao virtuoso pai de família, cujo único erro fora o de defender uma justa causa!” (FLORESTA, 2001, p. 48), e prossegue “Mas o maior culpado, o que ordenara o crime, ficou impune, a lei não o atingia!” (FLORESTA, 2001, p. 48). Nestas posições da autora é perceptível a sua inconformidade com justiça brasileira e as leis que a regia.

Ainda nesse sentido, Floresta foi testemunha ocular das revoluções de 1817 e 1824. Segundo a própria autora, era possível ouvir os gemidos das vítimas da revolução de 1817, além

de afirmar que o sítio Floresta, propriedade de seus pais e lugar onde nasceu e viveu parte de sua infância e adolescência, com a revolução de 1824, foi um dos lugares mais atingidos (FLORESTA, 2001, p. 47-48). Nesse acontecimento, narra ainda, o quase assassinato do seu irmão de nome, Brazil, que muito admirava, segundo Nísia Floresta, uma multidão de homens descomedidos percorria as cercanias atirando sobre as casas; quando “Uma descarga de fuzil, atravessando a porta exterior de uma sala onde se encontrava o pequeno Brazil, caiu a dez centímetros acima da cabeça desta criança, que, meio adormecida num sofá, escapou da morte como por milagre” (FLORESTA, 2001, p. 49). Essas ocorrências na vida de Floresta a obrigaram a ter um posicionamento, pois “A reação é uma ação nova a partir da qual um novo pensar e um novo emocionar se desenvolvem” (SOUZA, 2002, p. 171).

Nessa direção, ressaltamos que da obra que é considerada como o marco do feminismo no Brasil e na América Latina, para a seguinte, “Conselhos a minha filha”, 1842 há uma diferença explícita, primeiro pelo objetivo da escrita, segundo a quem foi oferecida e a forma de como foi elaborada as ideias do texto. Alguns estudiosos sobre Nísia Floresta tercem critica a autora analisando suas ideias contidas nessa obra, no nosso caso, também lançamos um olhar crítico, contudo acreditamos que resumir o pensamento de Nísia Floresta a essa obra, é ignorar suas produções que mais explicitam seu pensamento pedagógico e feminista. Esta obra, por ser a mais editada e traduzida de Nísia Floresta, e de ter sido adotada em escolas de Piemont na Itália (DUARTE, 2010) não poderia deixar de ser analisada em nossa pesquisa. Acreditamos que não é nessa obra que encontramos as ideias principais de Nísia Floresta que compõem o seu pensamento pedagógico, mas sim encontramos uma mãe que aconselha sua filha; um livro que foi escrito em forma de conselhos, não para as mulheres brasileiras em geral ou para criticar a sociedade patriarcal da época, mas de uma mãe para sua filha de doze anos. Por isso, não identificamos claramente a feminista Nísia Floresta nesse livro, mas a Floresta mãe e professora.

Observamos que apesar de “Conselhos a Minha Filha”, 1842, ser a segunda produção da autora, editado logo após o revolucionário “Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens”, 1832, é perceptível a mudança textual em sua escrita, apesar de não abandonar a questão de que a mulher precisava ter o direito à educação garantida pelo estado. O tom melancólico da autora, o ensinamento religioso, a virtude são as características principais dessa obra, que por vezes, nos impede de ver a Nísia Floresta que se baseou em *Vindication of the rights of woman*, 1792 de Mary Wollstonecraft, para vermos a Floresta que se baseou em obras de Fénelon, pois é

nesse intervalo de datas, que a produção da autora, adota um modelo de escrita através de conselhos, como “Darciz ou A Jovem Completa”, “Fany ou o Modelo das Donzelas” e o “Discurso que às suas alunas ofereceu”. Seguindo o modelo da obra “Da educação das Meninas”, de Fénelon, livro considerado revolucionário no século XVII.

Em “Conselhos à Minha Filha”, notamos que Floresta, realmente se distanciou de suas ideias mais revolucionárias, para adquirir uma postura menos combativa, no entanto, apesar dessa passagem transitória, Floresta não abandona seu pensamento em relação a condição da mulher e sobre sua educação. Notamos que o tempo entre essas obras a que nos referimos para a edição do seu livro, “Opúsculo Humanitário”, ora considerado filosófico, ora social, é de seis anos. Observamos, porém, que nesse período, não existe produção da autora com as mesmas características da sua primeira obra. Nessa ocasião, também notamos que a autora faz sua primeira viagem a Europa em 1849, permanecendo em terras estrangeiras durante três anos. No seu regresso, publica em jornais, em 1852, artigos que um ano depois se transformaria em livro lançado em 1853, o “Opúsculo Humanitário”.

Ressaltamos que nesse período fora do Brasil, Nísia Floresta, resurge com suas ideias feministas e pedagógicas. Acreditamos que este tempo na Europa, o contato com outras realidades, o diálogo com intelectuais e aulas que assistiu dentre elas com Comte, a trouxe de volta para discussão com mais maturidade, mesmo que por vezes pareça um pouco utópica. Além de trazer a experiência da vivência em outros países, confrontando os saberes culturais, trouxe em suas obras, dados brasileiros que comprovaram a negligência com que era tratada a educação da mulher brasileira, e o descaso com educação em geral. De posse do relatório de Gonçalves Dias⁶⁴, (o qual também tivemos acesso)⁶⁵, onde indicava diversas atrocidades no ensino brasileiro sobre as matérias, métodos, escolhas de livro didático e estrutura dos estabelecimentos. Nísia Floresta fez uso das palavras desse poeta para afirmar que o Brasil, já em 1853, precisava de uma reforma radical na instrução pública (FLORESTA, 1989b, p. 85).

O “Opúsculo Humanitário”, editado em 1853, pode ser considerado um marco da história da educação no Brasil, principalmente das mulheres. Neste, Nísia Floresta que se aproxima novamente da Nísia Floresta de “Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens”. No

⁶⁴ Este poeta brasileiro foi incumbido de levantar a documentação histórica e a situação educacional do Norte e Nordeste do Brasil.

⁶⁵ Antônio Gonçalves Dias. Instrução Pública em Diversas Províncias do Norte. Col. Memórias, vol.42, fls. 336-375. Arquivo Nacional. Seção Histórica. In. História da Instrução Pública no Brasil (1500-1889) história e legislação, José Ricardo Pires de Almeida, 1989.

entanto, percebemos que naquela obra, o Opúsculo, a autora traz uma visão tanto social quanto pedagógica e feminista, na defesa de que “Todos os brasileiros, qualquer que tenha sido o lugar de seu nascimento, têm iguais direitos à fruição dos bens distribuídos pelo seu governo, assim como a consideração e ao interesse de seus concidadãos” (FLORESTA, 1989b, p. 130). Todavia, nos deparamos com discursos onde Floresta aponta a questão do trabalho, classe social, divórcio, críticas à religião, equidade de gênero, escravidão, indianismo, patriarcado, amamentação, dentre outras questões. Entendemos que não se trata apenas de uma criticidade qualquer, porém de uma crítica de cunho político com fundamentos na justiça social. Apesar dessa perspectiva no Opúsculo Humanitário, notamos a defesa de Nísia Floresta em acreditar que primeira educação deveria vir do seio da família, da educação dada pelas mães.

Nessa direção, Nísia Floresta defendia que uma mãe instruída daria uma melhor educação aos seus filhos e filhas, e que ela seria a responsável pela educação, que sendo assim, posteriormente, tornaria o país numa grande nação. No entanto, para ela a mulher também precisaria trabalhar, pois afirmava que era preciso “Habitua-las ao trabalho, apresentando-o como uma virtude necessária em todos os estados da vida, qualquer que seja a opulência do indivíduo, e não digno do desdém com que o olham certas classes” (FLORESTA, 1989b, p. 113).

Um anúncio do Jornal do Commercio de 1846, afirmava que as alunas do Collegio Augusto ao terminarem seus estudos estavam habilitadas a concorrer a concursos para trabalharem em colégios públicos (JORNAL DO COMMERCIO, 1846, p. 04). Acreditamos que com esse objetivo, Floresta contraria a tese defendida por Rosa (2012), ao defender que Nísia Floresta, em seu colégio, formava apenas mães de família instruídas, ou como a própria Rosa define; “matronas esclarecidas”. Duarte em consonância com esta autora afirma que Nísia Floresta defendia em outras palavras a “Habilitação das mulheres no desempenho de seu papel social, não de maiores voos, ou muito menos a concorrência intelectual com os homens” (DUARTE, 210, p. 27). No entanto, entendemos que Floresta defendia o papel social da mulher como mãe, esposa e filha, mas também defendia que a mulher pudesse alçar maiores voos dentro da sociedade. De fato a primeira feminista do Brasil, assim com a própria Duarte defende, não desejava a concorrência entre mulheres e homens, mas sim, a equidade de direitos entre os sexos. Algo que ainda é bandeira de luta do feminismo brasileiro.

Quando partimos para a última obra que estudamos, “Cintilações de Uma Brasileira”, escrita em 1859 na Itália, observamos que Floresta mantém o discurso na defesa da educação

feminina, assim como a crítica a escravidão e a defesa da higienização. No entanto, observamos que é neste livro, que Floresta basicamente demonstra seu patriotismo, à Pernambuco e ao Brasil referindo-se a este último como “Filho predileto da natureza”, “Éden do presente, “Gigante Povir” “Gigante menino” (FLORESTA, 1997, p. 09). Apesar de expor esse seu sentimento, não abandona as críticas ao governo sobre a realidade social brasileira.

A questão da mulher, dentre os artigos que compõe essa obra, foi a que mais mereceu destaque, no entanto, percebemos que a autora se afasta um pouco das mulheres brasileiras, pois assume uma postura de pesquisadora e passa dias numa aldeia francesa para onde as mães costumavam enviar seus filhos para serem amamentados: “Aproveitar-me-ei de minha estadia aqui (dizia para mim mesma) pra melhor estudar esses hábitos que, embora enjoantes, me interessam” (FLORESTA, 1997, p. 93). A questão da amamentação foi uma das defesas de Nísia Floresta, e que não havia recebido tanto destaque em suas outras obras. No entanto, no seu “Opúsculo Humanitário”, definia como um crime a mãe que negasse o seio aos seus filhos (FLORESTA, 1989b, p. 93). Ao passo que também criticava as mães que permitiam que seus filhos fossem amamentado pelas mulheres escravas, pois para a autora, contraditoriamente, o leite dessas escravas seriam impuro e afetariam tanto o moral quanto o físico (FLORESTA, 1989b, p. 93).

Esta afirmação da autora foi utilizada por alguns estudiosos para acusá-la de racista e de que defendia a domesticidade dos escravos para poder melhor manobrá-lo e manter, dessa forma, a ordem social. Entretanto, numa leitura mais a miúdo, do capítulo XLI do “Opúsculo Humanitário”, percebemos que, na verdade, a autora usa a palavra impura para justificar que “Antes mesmo de saber articular sons distintos, grande parte dos nossos meninos já se apercebe de ter naquela que lhe dá o alimento uma escrava submissa a seus caprichos” (FLORESTA, 1989b, p. 96) e segue afirmando em relação a criança que “Não é raro ver ela (com horror o dizemos) infligir o mais cruel tratamento à própria ama que a amamentou, a qual é alguma vez indiferentemente vendida ou alugada como um fardo inútil, apenas acaba de ser-lhe necessária” (FLORESTA, 1989b, p. 96). Este comportamento para esta autora era classificado como uma revoltante ingratidão “[...] sendo um dos mais detestáveis exemplos dados à menina, que, tendo um dia de ser mãe, o transmite por seu turno a seus filhos” (FLORESTA, 1989b, p. 96). Entendemos, pois, que para esta autora, esse comportamento tornaria sucessivos adultos com tais condutas em relação aos escravos. Parafraseando Simone de Beauvoir (1980), quando afirma que não se nasce mulher, torna-se mulher, dissemos que a afirmação de Floresta poderia

ser, não se nasce racista, se torna racista. Apesar de acreditarmos que em alguns algumas colocações Floresta se mostra, como dissemos, contraditória aos seis próprios argumentos.

Nessa obra, “Cintilações de Uma Alma Brasileira”, encontramos sua aproximação mais evidente com Auguste Comte. Quanto ao primeiro filósofo, a aproximação é com a questão do progresso da nação, da mulher como regeneradora da humanidade, nessa defesa afirmava a autora,

Sua educação nem começou: feito-lhe aqui e ali algum esboço por incapaz pintores, não se espera que seja levada a termo senão pelos povos que souberem bem compreender toda a importância da cooperação que pode ter a mulher na grande obra do povir (FLORESTA, 1997, p. 191).

De fato, é notória, nesse sentido, a aproximação de Floresta com Comte, ao passo que encontramos na obra da autora o que chega a ser uma veneração por Auguste Comte, “A ti, portanto, grande filósofo do século, digno concidadão de Descartes, alma nobilíssima, gênio em nossa era, segundo a ninguém mais, que soubesse compreender e prezar a mulher [...]” (FLORESTA, 1997, p. 191). No entanto, entendemos que essa admiração da autora seria pelo filósofo e não pela doutrina criada por ele. Nessa fala de Nísia Floresta, percebemos que a sua admiração era, sim, por Comte, destarte, entendemos que as afirmativas de que Nísia Floresta era positivista não devem ser seguidas ao pé da letra, pois ser positivista naquela época era encontrar um discurso favorável à mulher, apesar de encontramos afirmação da própria autora que mantinha, sim, uma admiração pela doutrina “[...] a tua regeneradora doutrina; louvado sejas! a ti a simpatia dos corações que aspiram ao melhoramento do sexo por ti honrado!” (FLORESTA, 1997, p. 191).

Esse entusiasmo da autora por Comte e a sua doutrina, não nos parece mais surpresa, pois entendemos que o fato de o Positivismo, de certa forma, apresentar um certo reconhecimento da mulher, naquela época, para Floresta, seria motivo de grande impressão.

Essa passagem que fizemos pelas obras da autora, objetivando relacionar o empírico com seu teórico, nos aponta para uma questão relevante em relação ao pensamento pedagógico feminista de Nísia Floresta. Toda essa trajetória da autora, os teóricos por ela citados em suas principais obras, mostram o quanto Floresta procurava se aproximar das teorias que, de alguma forma, representavam de certo modo, uma defesa ou reconhecimento do sexo feminino.

Ao indicarmos os autores com quem Floresta teve possíveis convergências, além daqueles já explorados em estudos anteriores, não nos contentou apenas a identificação desses autores e apontar o que havia de possíveis semelhanças entre esses e as ideias de Nísia Floresta, sem considerar o tempo histórico. Além disso, nossa pesquisa identificou não apenas o que Nísia Floresta concordava, mas em que ela discordava, ou apenas, não compactuava. Ficou evidente para nós, que apesar de Floresta mostrar afinidade com Wollstonecraft, Fénelon, Rousseau e Comte, a autora demonstrou autonomia intelectual, não aderindo integralmente as tais teorias ou pensamentos, mas recontextualizando-as à luz da sua realidade brasileira, mesmo mantendo, por exemplo, uma aproximação pessoal e teórica com Comte e suas obras. A educadora era católica praticante, Comte inicialmente não tinha religião, e nesse ponto eles divergiam.

Entendemos, pois, que Nísia Floresta, apenas captou desses autores e de suas teorias, questões que lhe interessavam, com aquelas que apontavam para uma melhoria das condições das mulheres. Por essa questão, diversas vezes foi má interpretada. Quando se aproximou das ideias de Wollstonecraft, foi acusada de plágio e de ter feito “uma travessura literária” (PALLARES-BURKE, 1996, p. 167). De Fénelon ainda não recebeu críticas, pois nos estudos que encontramos os pesquisadores não fizeram a articulação de Fénelon com Nísia Floresta, mas que em outras pesquisas avançam quando é afirmando que Floresta se influenciou por Rousseau, recaindo sobre esta autora, a acusação de que era a favor da mulher para ser perfeita esposa e mãe, pois, segundo Rosa, “Rousseau não tinha a intenção de modificar o papel da mulher na sociedade, assim como Floresta” (ROSA, 2012, p.146), ao se aproximar de Comte, dentre outras críticas, também para Rosa, “Comte e Floresta buscavam não reformar a posição social da mulher” (ROSA, 2012, p. 146). Teorias estas, que nos indicaram que estas interpretações realizadas no campo poderiam ser mais aprofundadas e contextualizadas com os seus significados para época.

No nossa pesquisa, até certo ponto, não entendíamos por que nos trabalhos sobre Nísia Floresta, não havia atenção para a questão que referenciasse o pensamento de Floresta ao seu primeiro livro. Não se buscava fazer uma analogia com as ideias de Wollstonecraft e de Floresta, no entanto, sempre houve atenção maior para buscar fazer analogias com os autores e encontrar nestes, pontos negativos para ofuscar a imagem de Nísia Floresta. Entendemos, pois, que ignorar as convergências de Nísia Floresta com esta autora é desconhecer a base do

pensamento feminista nisiano. Também podemos inferir que, de certa maneira, valorizaram mais as influências de Conte e Rousseau do que Wollstonecraft que era mulher.

A exaltação que referencia Nísia Floresta como a primeira feminista do Brasil é baseada, como vimos, pela edição do livro, “Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens”, cuja obra foi uma tradução livre da obra de Mary Wollstonecraft, *Vindication of the Rights of Woman*, e dessa forma, acreditamos que houve sem dúvida uma aproximação muito intensa das primeiras ideias de Nísia Floresta com as de Wollstonecraft. Ao traduzir a obra dessa autora, Floresta, em outras palavras, convergia com suas ideias radicais.

Enquanto a François Fénelon, é sabido que sua obra sobre a educação das meninas, apesar de não objetivar voos mais altos para as mulheres, foi considerada como revolucionária no século XVIII, pois discutia, dentre outros temas, a necessidade de educar as meninas, algo inadmissível nesse período. Esta obra, porém, apresenta excertos escritos em forma de conselhos para as mães, algo que nos lembra da produção literária de Nísia Floresta, entre 1842 e 1847, período em que seus escritos se moldaram a essa característica. Foi nessa ocasião, portanto, que a autora produziu textos em forma de conselhos, presenteando-os à sua filha e oferecendo-os às suas alunas. Nesses escritos, Floresta adverte sua filha sobre a necessidade da educação e sobre os perigos que enfrentaria na adolescência, isso através de uma linguagem mais comedida. O mesmo observamos nos textos oferecidos às suas alunas.

Nessa direção, acreditamos que Nísia Floresta se apoiou na obra *L'éducation des filles*, para produzir seus textos os quais, não apenas para aconselhar às mães diretamente, mas a sua filha e alunas, porém notamos que no seu “Opúsculo Humanitário e Cintilações de Uma Alma Brasileira”, a autora ainda se dirige às mulheres e às mães em forma de conselhos “Transfundam os tenros corações de suas filhas” “Resignem por amor delas” “Procurem, sobretudo, habituá-las ao trabalho” (FLORESTA, 1989b, p. 112-113), já na segunda obra supracitada encontramos “Filha! Amai e respeitai os vossos pais” “Esposa! Guardai intacta a fé que juraste ao homem” “Estabelecei a ordem e a harmonia em vossa casa” (FLORESTA, 1997, p. 133-135). No entanto, percebemos também que a importância cujo Fénelon destinava a questão da primeira infância foi igualmente percebida na produção de Floresta, algo que também aproximou esta autora das ideias de Fénelon. Sobre essa aproximação, a autora faz a seguinte citação de *L'éducation des filles*, em seu “Opúsculo Humanitário”,

Ce premier age qu'o abandonne à des femmes indiscretés et quelques fois dérégles, est pourtant celui ou se font lés impressions lés plus profondes ET qui par consequent a um grand rapport à tout Le reste de La vie. Avant que les enfants sachent entièrement parler, on peut les preparar à lqinsturction. On trouvera peut-être que j'em dis trop: mais on n'a qu'á considerer CE que fait l'enfant qui ne parle pás encore: Il apprend une langue qu'il parlera bientôt plus exactement que les savants ne sauraient parler les langues mortes, qu'lis ont étudiées avec tant de travail dans l'âge l plus mur⁶⁶ (FÉNELON, 1885, apud FLORESTA, p.94).

Nesse sentido, o cuidado com primeira fase da criança, em relação as suas companhias, é algo constante nas obras de Nísia Floresta. Fato também observado por nós, na obra de Rousseau e Wollstonecraft. Realidade que nos indica que Nísia Floresta ao entrar em contato com as ideias de Rousseau e Wollstonecraft já havia lido Fénelon, mesmo antes da edição em português. O que indica que tenha lido primeiro Fénelon e não Rousseau, uma vez que as ideias do primeiro autor são citadas por Rousseau em “Emílio ou Da Educação”, obra em que os biógrafos da autora, acreditam ter influenciado Nísia Floresta.

Por sua vez observamos que Mary Wollstonecraft era contra as ideias de Rousseau, assim como encontramos algumas posições de Floresta que vai de encontro a este filósofo classificando-o como “Degenerado espiritualista” (FLORESTA, 1989, p. 27), pois segundo esta autora o autor de “*O Contrato Social*, cujas obras mereceram tanta consideração dos homens pensadores, julgamos que não podia ele melhor descrever a mulher no estado selvagem de que foi ao apologista” (FLORESTA, 1989, p. 27). Nesse contexto, nossa pesquisa demonstra que talvez Nísia Floresta não tivesse se influenciado por Rousseau, mas principalmente por Fénelon, que por sua vez tratou primeiramente da questão da educação das meninas, tratando também da importância do desenvolvimento das fases da criança.

Nessa percepção, nossa pesquisa aponta não apenas para dois autores como principais influências na obra de Floresta, como tem apontado até o momento alguns dos estudiosos, pois identificamos que além de Rousseau e Comte, Nísia Floresta, se baseou teoricamente em

⁶⁶ Esta primeira idade em que se entrega {a criança} a mulheres indiscretas e algumas vezes desregradas, é aquela em que produzem as impressões mais profundas e que, por consequência, tem grande relação com todo resto da vida. Antes que as crianças sejam inteiramente capazes de falar, pode-se prepará-la à instrução. E se se pensa que é exagero, basta considerar o que faz a criança que não fala ainda: aprender uma língua que logo haverá de falar com mais exatidão do que os sábios falariam as línguas mortas, as quais estudaram com tanto trabalho na sua idade madura (Tradução de Sharpe-Valadares, 1989, p. 94). Esta citação é do livro de Fénelon *L'éducation des filles*, e a encontramos na edição de 1885, p. 252. No entanto, segundo Sharpe-Valadares, esta citação é do livro da edição de 1687, p. 17-18.

Comte, possivelmente em Rousseau e manteve inspirações visíveis com as ideias de Fénelon e em Mary Wollstonecraft.

Neste sentido, podemos dividir o pensamento de Nísia Floresta em quatro momentos. Feminista, mãe e educadora, socialista e pedagoga. Essas características se mostram em cada período de produção intelectual da autora. O primeiro com edição de “Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens”, a segunda com as obras escritas em forma de conselhos e dedicatórias às alunas do Collegio Augusto, a terceira e quarta com as obras “Opúsculo Humanitário” e “Cintilações de Uma Alma Brasileira”. Além de percebermos que cada obra, além de apresentar características dos períodos, é possível perceber também a presença das convergências intelectuais dos autores na constituição teórica da autora.

4.2. Imprensa Pedagógica

Para Nísia Floresta, a escrita parecia ser uma forma de libertação, uma maneira de expor suas aversões ao sistema vigente de sua época. Nesse sentido, fez de seus escritos uma ruptura com regras convencionais, principalmente, sobre a questão da educação das meninas, “É, portanto, em favor de todas as mulheres brasileiras que escrevemos, é a sua geral prosperidade o alvo de nossos anelos [...]” (FLORESTA, 1989b, p. 130). Foi nessa perspectiva, que a autora seguiu toda sua trajetória intelectual e de militante. É perceptível, pois, que os escritos dessa intelectual durante sua moradia em Pernambuco, o tempo em que esteve à frente do Collégio Augusto, sua escrita na imprensa carioca, e as questões que tratou em seus livros, nos conferem dados para entendermos que Nísia Floresta, ao fazer uso da imprensa convencional publicando escritos, com fins efetivamente pedagógicos, fazia uso também da imprensa pedagógica, pois,

Una publicación periódica puede ser considerada como pedagógica de forma específica cuando en su secuencia temporal mantiene un criterio de atención y estudio expresamente interesado en asuntos que afectan a los procesos de la educación, dentro de la institución escolar o en otras diferentes, pero también educativas y formativas (HERNÁNDEZ DÍAZ, 2013, p.16).

Nesse sentido, o “Opúsculo Humanitário” foi uma coleção de 62 artigos pedagógicos publicados, no Diário Rio de Janeiro, anos antes de se tornar livro, em 1853. Nestes artigos, Floresta expunha toda sua ideologia pedagógica, e como é sabido, seu inconformismo ante o descaso do ensino brasileiro. Nessa direção, acenamos para mais um pioneirismo da educadora, a primeira intelectual brasileira a fazer uso da imprensa pedagógica. Fato que lhe pode ser atribuído, pois entendemos que tanto a denominação imprensa pedagógica quanto o seu

objetivo são recentes nas produções acadêmicas e intelectuais do Brasil. No entanto, para Catani (2013) “O recurso aos materiais da imprensa periódica pedagógica para a compreensão das concepções, práticas, atuações, métodos e outras referências ao ensino e à vida escolar, no Brasil, vem sendo feito de modo mais ou menos pontual desde há muito” (CATANI, 2013, p. 115). Contudo, ainda segundo esta autora, estudos que contemplam a imprensa periódica pedagógica ganharam forças a partir do final da década de oitenta do século XX (CATANI, 2013, p. 115). Nesse contexto, segundo nossas fontes documentais, em relação ao objetivo da imprensa pedagógica e seu uso sistemático, este material já teria sido utilizado por Nísia Floresta, século antes.

Dessa forma, entendemos que a imprensa pedagógica empregada por Nísia Floresta, para os fins que objetivava na sua militância educacional e feminista, se tornou uma característica combativa da autora perante o governo imperial e o patriarcado. Do governo expunha a realidade de suas negligências perante o sistema de educação brasileiro, do patriarcado denunciava as condições em que viviam as mulheres por consequência deste, e exigia da sociedade uma mudança na forma de como estas mulheres eram subalternizadas. Estes escritos também foram utilizados em seu colégio, no entanto, ficaram evidentes as diferenças nas formas estruturantes dos textos, assim como o tratamento das questões discutidas pela autora. Apesar de em ambos ressaltarem a importância da educação para as mulheres.

É relevante atinar que essas diferenças nas publicações da autora são notáveis após as reedições de “Direito das mulheres e Injustiça dos Homens”, a partir de 1832 até 1850, período que compreende as suas obras consideradas, por nós, menos combativas e mais maternais. É neste intervalo de tempo que encontramos a Nísia Floresta que se distancia da escrita mais aguerrida de Mary Wollstonecraft, para adotar a mais quimérica de François Fénelon. Em 1852, ao retornar da Europa, a educadora retoma as publicações na imprensa carioca com uma postura de enfrentamento perante o governo e a sociedade, mantendo como foco de suas denúncias, o ensino e a condição das mulheres brasileiras.

Nesse direcionamento, uma de suas denúncias falava sobre as condições das instituições de ensino afirmando que “As escolas de ensino primário tinham antes o aspecto de casas penitenciárias do que de casas de educação” (FLORESTA, 1989b, p. 57). Seguindo este raciocínio, a autora condenava os castigos escolares, como a palmatória e os açoites sofridos pelas meninas e meninos classificando-os como “bárbaro”, “vergonhoso”, e “brutal severidade” (FLORESTA, 1989b, p. 57-58). Fato que nos contrapõe a defesa de Rosa (2012), quando

afirma que Nísia Floresta lamentava por que “A maior parte dos pais não via os castigos escolares como um meio necessário para os bons resultados da educação dos filhos” (ROSA, 2012, p. 178), quando na verdade era o oposto, pois Floresta criticava esse tipo de método adotado pelos colégios e lamentou que um número de pais ainda aceitasse esse tipo de tratamento para com seus filhos, observando que “Alguns não somente toleram ainda que homens sem princípios e de medíocre saber, arvorados entre nós em diretores de casa educação, imprimam a mão na face de seus filhos [...]” (FLORESTA, 1989b, p. 76). Nessa passagem percebemos a clareza com que Nísia Floresta repreende o uso do castigo escolar.

Em relação à prática de castigo ou não no Collegio Augusto, Rosa (2012) confirma que não encontrou em documentos da instituição provas sobre tais castigos aplicados na educação das meninas, contudo, confirma esta prática, através de informações terceiras que também não teve acesso aos respectivos documentos comprobatórios. Ao passo que em nossa pesquisa, também não encontramos fontes que nos pudessem concordar com Rosa (2012), no entanto, foram as próprias afirmações de Nísia Floresta que nos levaram a discordar de Rosa, nessa perspectiva.

Ressaltamos que a imprensa também foi utilizada pelos donos dos colégios particulares para divulgarem suas instituições de ensino, assim Nísia Floresta o fez, contudo, utilizava-se da imprensa também para sua militância em defesa da educação como um fator decisivo para a emancipação feminina, apesar de alguns de suas biógrafas e seus biógrafos como Duarte (1995), defenderem em outras palavras, que o conceito de educação feminina “Proposto por Nísia Floresta termina por não avançar muito no que se refere às possíveis mudanças nas condições de vida na mulher” (DUARTE, 1995, p. 218). De fato, entendemos que em algumas passagens dos textos nisianos é possível observar a candura da autora diante do papel da mulher e, principalmente, nas suas produções que ofereceu às suas alunas e filha, contudo, afirmar que as ideias de Nísia Floresta não avançaram para as mulheres de seu tempo, nos é imperativo divergir.

Neste sentido, mesmo nos textos menos combatíveis da autora é possível evidenciar a defesa da educação e a questão familiar que tanto prezava. Nessa direção, suas contribuições jornalísticas sobre a educação, de fato, têm sua marca estrutural, fato que levou alguns textos publicados sem assinaturas na imprensa da época pudessem ser referenciados a Floresta, segundo Duarte (1995), num periódico de Porto Alegre em 1835 “O Recopilador Liberal, há vários artigos com a assinatura “Quotidiana Fidedigna”, e ainda outros anônimos, que muito

lembram o estilo e as ideias de nossa escritora” (DUARTE, 1995, p. 28). Dessa forma, acreditamos que o fato desses escritos serem referenciados à Nísia Floresta, deixa evidenciado que era uma escrita diferenciada que se opunha ao que era estabelecido socialmente. Decerto, uma escrita que denunciava o governo e levava mensagens às mulheres alertando-as sobre a necessidade de ter uma educação que as libertassem do mundo privado era característica de Floresta. No entanto, para autora, a mulher também precisava ser instruída para poder educar bem seus filhos e filhas, e manter uma boa convivência com seus maridos, para a manutenção da paz doméstica. Por essa postura, Floresta, sofreu grande apatia de suas biógrafas e biógrafos. Para nós, defender a paz doméstica não tira o adjetivo de feminista de Nísia Floresta, por que ser feminista é uma conquista em vários âmbitos sociais, e nem sempre, essa conquista acontece por igual.

Quando partimos para uma análise mais minuciosa em relação ao uso da imprensa pedagógica no Collegio Augusto, identificamos novamente um posicionamento de Nísia Floresta que a diferencia dos seus demais escritos nos diversos jornais brasileiros, quando se utilizou da imprensa para denunciar o sistema educacional brasileiro, sobretudo, das mulheres. No entanto, apesar de não identificarmos uma escrita mais incisiva, a autora deixa transparecer sua preocupação com a educação de suas alunas. Contudo, se evidencia também uma preocupação na formação religiosa das meninas, assim como a virtude e a moral.

Nesses escritos, mais especificamente, no “Discurso que às suas alunas” ofereceu em 1847, ainda identificamos uma aproximação das ideias de Fénelon, ao aconselhar suas alunas que a leitura de bons livros poderia tirá-las da ociosidade, afirmando que “O sublime Fénelon compreendeu bem essa felicidade, quando disse: “A ignorância de uma donzela é causa de que ela se ache muita vez nesse estado de indefinível fastio do mundo [...]” (FENELON *apud* AUGUSTA, 1847, p. 106). Para esse autor a menina desde cedo deveria ocupar-se em coisas cordatas, fato que mais tarde contribuiria que não tivesse uma vida “regulada e laboriosa”. Nesse sentido, Nísia Floresta, ao se aproximar das ideias desse autor utiliza a imprensa pedagógica em seu colégio com uma configuração mais formativa, o que não deixa de ser educativa e também parte dos objetivos da imprensa pedagógica como reafirma Hernández Díaz, pois segundo esse autor uma publicação pode ser considerada pedagógica quando tem “[...] *atención y estudio expresamente interesado em asuntos que afectan a los procesos de la educación, dentro de la institución escolar o em otras diferentes, pero también educativas y formativas* (HERNÁNDEZ DÍAZ, 2013, p.16). Nesse sentido, também reafirmamos que o uso

da imprensa pedagógica no Collegio Augusto foi utilizado não apenas pedagogicamente, mas com outras configurações formativas.

Os escritos produzidos por Nísia Floresta, enquanto estava na direção do seu Colégio, foram publicações que identificamos como essa autora se aproximou mais das ideias de Fénelon, e escreve com uma atenção mais voltada para religião e a questão maternal direcionada para suas alunas e sua filha Lívia, que também era sua aluna. E dessa forma, acaba por não utilizar-se de uma escrita mais aguerrida a que encontramos em suas produções jornalísticas. No entanto, acreditamos que a autora por adotar este estilo de escrita não abandona sua militância e seu intento ao escrever na imprensa da época.

Numa perspectiva mais contemporânea da imprensa pedagógica no Brasil, apesar de ter tardiamente sido discutida entre os pesquisadores brasileiros, tem ocupado espaço no meio acadêmico. Contudo, as principais referências nesse estudo, segundo Fernandes (2004) são Marta Chagas de Carvalho, Bárbara Catani, Maria Helena Câmara Bastos e Cynthia Pereira de Souza, que vem produzindo pesquisas sobre esta temática, no entanto, estes estudos diferentemente da perspectiva dessa análise, utilizam o periódico em si como base teórico-metodológica para suas análise sobre a história da educação no Brasil e na Europa. No nosso caso, a imprensa pedagógica foi analisada também por outra perspectiva, pois Nísia Floresta produziu imprensa pedagógica feminista.

Nesse sentido, a escrita de Floresta foi utilizada em nossa pesquisa, não apenas como fonte teórica sobre o funcionamento do sistema educacional do Brasil império, mas precisamente da educação das meninas e do próprio pensamento de Nísia Floresta, uma vez que esta autora realizou produções específicas para as alunas do Collegio Augusto. O fato da imprensa pedagógica de Floresta ser produzida numa época em que a educação em geral era ignorada, especificamente, a da mulher, a autora escreveu não apenas para anunciar seu Colégio ou aconselhar suas alunas e filha, mas trouxe ao público problemas educacionais, sociais e culturais do Brasil, denunciando seu atraso no ensino, no que tangia, principalmente, a educação e a condição das mulheres. Entendemos, pois, que a escrita de Nísia Floresta foi uma resposta ousada aos ditames patriarcais. Nessa perspectiva, nos remetemos a Anzaldúa, quando afirma, “Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escrita sobre mim, sobre você. Para me tornar mais íntima comigo mesma e consigo. Para me descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar autonomia” (ANZALDÚA, p. 2000, p. 232).

Acreditamos que os escritos de Nísia Floresta seguiam esses objetivos, por sua atuação pedagógica no Colégio que fundou e sua militância. Sua escrita foi, sobretudo, dedicada à educação das mulheres, e nesse sentido, comungamos também com Sharpe-Valadares quando assegura que os escritos de Floresta tratavam da ausência da mulher no mundo “Levantando a tese de que os limites e o modelo dessa educação são determinados pelos homens, que não querem contrariar os interesses da sociedade em que têm o domínio” (SHARPE-VALADARES, 1989b, p.v iii). De fato, a contribuição de Nísia Floresta para imprensa pedagógica seja de sua época, ou contemporânea, revela em aspectos gerais a grandiosidade desses escritos para história da educação das mulheres, que por séculos foi ocultada.

4.3. Epistemologia feminista

Produzir ciência foi pensado apenas para os homens. Foi essa afirmação que sempre esteve presente em nossas escolas, seja no livro didático, na fala da professora (vítima da ocultação histórica do intelecto feminino) ou nas brincadeiras que sempre, de forma ou outra, nos levou a crer nessa afirmativa. Sobre estas questões Guacira Lopes Louro nos fala que, “A segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas tivera como consequência a sua ampla invisibilidade como sujeito inclusive da Ciência” (LOURO, 2008, p. 21), realidade que há séculos mascara a capacidade intelectual feminina.

Como resposta a essa inverdade defendida no âmbito dos discursos do patriarcado, o feminismo deu voz a diversas mulheres que no início, com suas “penas trêmulas”, registraram as primeiras reivindicações para o sexo feminino, deixando também seu nome registrado na história das mulheres. Para Sharpe-Valadares, Nísia Floresta foi uma mulher de muitos nomes, também de muitas vidas “A sua preocupação maior, o sonho pelo qual lutou por tanto quanto teve energias, foi o de elevar a mulher brasileira à plenitude de suas potencialidades humanas” (SHARPE-VALADARES, 1989b, p. i). De fato, Floresta foi a primeira mulher que registrou seu nome na luta pelos direitos, principalmente educacionais das mulheres brasileiras, mesmo que às vistas contemporâneas, por vezes, esse ineditismo seja alvo de inúmeras críticas negativas sobre a produção intelectual dessa feminista.

Apesar dessas apreciações sobre a produção da autora, acreditamos que o seu pensamento foi uma resposta às suas aflições diante das inúmeras realidades em que viveu. Suas inquietações primeiras, sobre a realidade a que eram submetidas à maioria das mulheres, foram de fato, o que a impulsionou, a sair em defesa de uma educação emancipatória,

igualitária e de qualidade para o sexo feminino. Nesse sentido, comungamos com Louro, quando em seu livro “Gênero, sexualidade e Educação”, defende que estaríamos cometendo um engano ao não reconhecer a importância dos primeiros estudos sobre as mulheres, pois “Eles tiveram o mérito de transformar até então esparsas referências às mulheres – as quais eram usualmente apresentadas como a exceção, a nota de rodapé, o desvio da regra masculina – em tema central” (LOURO, 2008, p. 22-23). Nísia Floresta foi a primeira mulher brasileira a discutir as questões femininas, embora consideramos alguns equívocos cometidos pela autora, acreditamos que apesar disso, não podemos desconsiderar seu pioneirismo e a importância da sua atuação enquanto defensora dos direitos das mulheres numa época em que a produção intelectual feminina era subjugada.

Infringir convenções estabelecidas, principalmente, as direcionadas ao intelecto feminino parece ter sido uma das artimanhas de Nísia Floresta, quando a realidade social e cultural das mulheres era ditada pelos homens, e seu intelecto inferiorizado, a autora como resposta, fundou o Collegio Augusto em 1838, no Rio de Janeiro, onde adotou uma pedagogia que veio a desmistificar o que se acreditava sobre a formação intelectual feminina. Para Hahner, “Nísia Floresta Brasileira Augusta, talvez a mais importante intelectual brasileira do período e uma das primeiras defensoras dos direitos das mulheres no país, revelou-se uma marcante exceção” (HAHNER, 2003, p.58). Em concordância com esta autora, entendemos que essa exceção de Floresta torna-se veementemente contemporânea, quando vemos que nas bandeiras de luta do feminismo ainda se faz presente a denúncia da ausência intelectual feminina nas ciências. Esse fato Nísia Floresta mencionou desde seu primeiro livro, “Direitos das Mulheres e Injustiças dos Homens”, 1832, quando questionou por que consideravam que as ciências eram inúteis às mulheres e concluiu que essa tese não passava de um ciclo vicioso do pensamento masculino.

Um das questões, também refletidas por Nísia Floresta foi o determinismo biológico, que desde o início do século XIX, há indícios de estudos para provarem que a diferença entre o intelectual das mulheres e dos homens poderia ser explicada pela estrutura do cérebro. No entanto, Floresta adiantava em 1832 que “Todas as indagações da anatomia não têm ainda podido descobrir a menor diferença nesta parte ainda entre os homens e as mulheres: nosso cérebro é perfeitamente semelhante ao deles” [...] (FLORESTA, 1989a, p. 48). Ao desmistificar essa afirmação científica, percebemos que Nísia Floresta era uma mulher instruída que se mantinha atualizada nas discussões que referenciasse a mulher.

A maioria dos defensores da tese de superioridade dos homens sobre as mulheres⁶⁷, também defendiam essa diferença entre as raças, que segundo Duarte “Apesar de lançarem mão de verdadeiras fraudes científicas, ao final do século tais “experiências” eram consideradas por muitos como absolutamente corretas, reforçando a superioridade de sexo e raça” (DUARTE, 1989, p. 48) de forma que as experiências científicas acreditavam na superioridade dos homens brancos sobre as mulheres, e conseqüentemente, sobre a pessoa negra e índia. No Brasil, Nina Rodrigues⁶⁸, surge como um dos principais defensores da eugenia, desenvolvendo “experiências” tentando provar “cientificamente” a superioridade entre as raças.

Para os diversos paradigmas teóricos vigentes na época, a distinção biológica entre os sexos foi um dos que vigorou por muito tempo na sociedade brasileira desmentida posteriormente, apesar da crença na inferioridade intelectual feminina ter se estendido tempos afins. Percebemos, nesse sentido, que o patriarcado herança do colonialismo permanece vivo, e apenas sofreu uma superficial transformação ao longo dos tempos. O modo de como as mulheres, atualmente, ainda são subjugadas, silenciadas e violentadas podem nos traduzir a forma de como a nossa sociedade, apesar de desenvolver projetos que objetivam dar uma maior atenção à questão de gênero, caminha a passos lentos no que se refere a uma maior visibilidade da mulher, seja na política, trabalho, educação, religião entre outros campos.

Concretamente, o trabalho desenvolvido por Nísia Floresta, antecipa em quase dois séculos a necessidade de uma discussão mais precisa no que se refere aos direitos das mulheres. Sua atuação como educadora, na instituição que fundou, demonstrou sua crença de que o caminho para a emancipação feminina não se daria de outra forma, se não através da educação e emancipação que libertariam a mulher da condição de inferioridade em relação aos homens através da conquista de direitos iguais.

A formação intelectual de Floresta sofreu inicialmente confluências dos primeiros estudos que tratavam sobre a mulher. Fénelon, como já mencionamos anteriormente, um dos primeiros a escrever sobre a educação das meninas em 1665 foi um dos que despertou

⁶⁷ Para uma maior discussão sobre esta temática ler, **Raça e Gênero: o papel da analogia na Ciência**, de Nancy Leys Stepan. In. HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Tendências e Impasses - O feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994. P. 72-96.

⁶⁸ Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906). Foi um médico, psiquiatra, professor e antropólogo brasileiro. Para um maior aprofundamento sobre essa temática, ler a obra deste autor, **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Madras, 2008.

admiração em Nísia Floresta. Apesar da obra desse autor ter recebido tradução para o português na metade do século XIX, e ter sido apreciada por intelectuais da época, Floresta, já havia entrado em contato com as ideias do autor, pois como sabia fluentemente o francês é provável que tenha tido acesso anteriormente à obra em seu idioma original, também pelo fato de que quando a primeira edição da obra de Fénelon chegou ao Brasil Nísia Floresta já fazia citações dessa obra em suas produções. No livro “Conselhos a Minha Filha” e no “Discurso que ofereceu às suas educandas”, respectivamente 1845 e 1849, a autora faz citação da obra de François Fénelon referenciando sua admiração às ideias do autor de “Da Educação das Meninas”. No entanto, acreditamos que essa aproximação de Nísia Floresta, inicialmente não trouxe inovações para o papel da mulher na sociedade e sua formação intelectual, contudo acreditamos que o fato de Fénelon sair como defensor da necessidade de uma educação para meninas foi o que despertou em Floresta sua admiração por esse autor. Contudo, para Nísia Floresta, diferentemente de Fénelon, a menina precisava também se instruir para conseguir sua emancipação.

Como cronologicamente a obra de Mary é posterior a de Fénelon, fica claro que Floresta teve contato com a obra “Da Educação das Meninas”, antes de *A Vindication of the Rights of woman*, obra também que despertou em Nísia Floresta uma admiração pelas ideias da autora, ao ponto de traduzi-la e editá-la em português causando grande desconforto na sociedade da época. Apesar das obras tratarem de forma nitidamente diferenciada sobre a educação da mulher, Floresta, também toma esta obra como referencia para suas ideias sobre os direitos das mulheres e a necessidade da educação para o sexo. Sendo esta produção em nossa análise, uma das obras em que Nísia Floresta mais afronta o governo e sai em defesa das mulheres.

Para Mary Wollstonecraft, “A educação era o primeiro passo para independência das mulheres” (SHARPE-VALADARES, 1989, p. xvii). Para Floresta não foi diferente, a fundação de sua escola foi a maior prova desse pensamento “O magistério foi uma das vocações predominantes em seu espírito, ao lado da ação social e do amor às letras” (CÂMARA, 1941, p. 59). O currículo, a eleição das disciplinas, a preocupação com o espaço escolar (metro quadrado por aluno), a gratuidade de ensino para algumas alunas foram dados encontrados nos documentos que nos conferem bases para afirmar que, Nísia Floresta, não abdicou de seu pensamento em relação à defesa da educação das meninas, apesar de ter adotado uma produção literária mais comedida a época em que esteve à frente do Collegio Augusto, pois de acordo

com Aduino Câmara, “Toda sua obra de professora e de escritora testemunha o seu cuidado pela formação moral e intelectual da juventude [...]” (CÂMARA, 1941, p. 59).

De fato, a preocupação de Nísia Floresta com a instrução das alunas do Collegio Augusto, pode ser observada nos documentos que encontramos sobre esta instituição. O fato das alunas desse colégio saírem aptas para ensinarem e se apresentarem aos concursos para colégios públicos, como afirma o anúncio do Jornal O Mercantil de 27 de dezembro de 1846, evidencia o tipo de educação que recebiam as alunas e que, conseqüentemente, revela um dos objetivos da pedagogia nisiana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS – Um passado inconcluso.

A trajetória de elaboração dessa pesquisa poderia ser traduzida em descobertas. Achados teóricos que fizeram parte desse trabalho, no percurso das exigências acadêmicas para a construção de um texto científico, nos levou ao encontro de uma mulher, que outrora, à sua singularidade, imprimiu suas ideias e pensamentos contra o enquadramento conceitual operante que negava à mulher o seu acesso à educação e a outras cidadanias no século XIX. Dionísia Gonçalves Pinto, a Nísia Floresta Brasileira Augusta, ressurgiu, pois, em cada leitura realizada, em cada documento necessário a esse estudo, e como uma lenda, se personificou, dentre outros ineditismos, realmente como a primeira feminista do Brasil.

Durante todo caminho percorrido na construção dessa pesquisa houve momentos em que nos deparamos com fontes documentais sobre Floresta, que nos revelaram uma mulher forte, ousada, adiante de seu tempo, apesar de carregar também contradições em seu pensamento. Sua teoria, por vezes, não foi condizente com sua prática educativa, e talvez nem poderia ser, por todas as amarras que as mulheres daquele tempo eram submetidas, até mesmo as mais emancipadas como Nísia Floresta. Apesar de reconhecermos, que a inexistência de fontes mais precisas sobre o funcionamento do seu Colégio, nos impediu de analisar mais precisamente as aproximações e distâncias entre suas ideias e suas práticas educativas. No entanto, as fontes a que tivemos acesso foram extremamente cruciais para indicarmos que o pensamento pedagógico feminista de Nísia Floresta tinha como princípio uma mudança radical (para época) no ensino para as meninas, devido às disciplinas que oferecia em seu Colégio e que pudemos comparar com as outras instituições de ensino da mesma época do funcionamento do Collegio Augusto, assim como aquelas instituições que funcionaram durante e após o fechamento do mesmo, percebemos que, de fato, o seu estabelecimento de ensino foi uma inovação.

Ao iniciamos esta pesquisa com o pressuposto de que o pensamento pedagógico feminista de Nísia Floresta estaria sistematizado por seus estudiosos e estudiosas anteriores, no entanto nos deparamos com surpresa de que este pensamento ainda não tinha sido organizado teoricamente. Dessa forma, ficamos com a tarefa crucial de fazê-lo, o que nesse contexto, a eleição do nosso quadro teórico metodológico foi de extrema importância.

O método do Caso Alargado nos consentiu uma análise mais minuciosa, esgotando as apreciações encontradas inicialmente, nos permitindo encontrar em cada detalhe uma possibilidade de descoberta, na medida em apontamos as implicações do pensamento

pedagógico feminista de Floresta, nos debates e reivindicações feministas da contemporaneidade. Ao passo que nosso estado da arte sobre este estudo também se mostrou imprescindível, assim como a análise documental, que concomitantemente, se apresentou singular desde a garimpagem pelas preciosidades documentais, seleção e análise, pois por algum momento acreditávamos que não encontraríamos algo inovador para nossa pesquisa, uma vez que a biografia mais completa de Nísia Floresta, elaborada por Constância Lima Duarte, nos indicava que não levaria a novos achados nem no Brasil e nem na Europa.

Com essa realidade, nossa chance de encontrar novas fontes se tornaria quase impraticável, não fosse a nossa persistência e as incansáveis buscas, o que nos fez ir além e encontrar informações singulares para nossa pesquisa, como uma das obras de Nísia Floresta escrita em 1848 e que dessa obra, segundo Duarte (1995) só se conhecia os registros em dicionários bibliográficos, “Todas as tentativas realizadas no sentido de localizá-lo resultaram inúteis” (DUARTE, 1995, p. 38). Em concordância com essa autora, estudos mais recentes de Rosa (2012) e Neto e Lima (2013) não trazem informações sobre a existência dessa obra⁶⁹. No entanto, da nossa incansável garimpagem em várias bibliotecas, especialmente europeia, resultou na preciosidade desse livro que foi encontrado e revelado por nós “Dedicação D’uma Amiga” vol. I, escrita por Floresta em 1848 e editada em 1850, segundo historiadores, o primeiro romance escrito por um (a) potiguar. De modo que podemos afirmar que, indiscutivelmente, esta obra existiu.

Para além da caminhada de investigação repleta de revelações inesperadas, nos interessa, pois, apontar para os achados da pesquisa que de forma conclusiva necessitam ser expostos. Tendo em vista as análises, articulações e aproximações entre os documentos encontrados, e as obras de Nísia Floresta, pontuamos as seguintes questões que importam para as contribuições do pensamento de Floresta à educação contemporânea.

Assim, retornando a pergunta inicial da nossa pesquisa, sobre quais as principais questões do pensamento pedagógico feminista de Nísia Floresta que ainda estão em pauta na agenda da educação feminista, entendemos que a utopia que contagiou a maioria dos intelectuais do século XIX não esquivou Nísia Floresta, e no caso dessa autora, além de defender a educação da mulher, propôs uma reforma no sistema educacional brasileiro. Quando

⁶⁹ No entanto, em “**Nísia Floresta: Uma mulher á frente de seu tempo**”, (2006) precisamente na página 39, Duarte suscita a existência dessa obra (Dedicação D’ uma Amiga) trazendo imagem de sua capa, contudo, não revela a descoberta da obra e não traz maiores detalhes sobre a mesma (DUARTE, 2006, p. 39).

imaginamos que suas reivindicações e militância ocorreram há mais de 180 anos vimos que a nossa educação ainda precisa de melhorias substanciais para construir a igualdade entre mulheres e homens, assim como para a emancipação das mulheres. Avançamos no sentido de haver escolas para ambos os sexos, e a mulher, em tese, receber a mesma educação que o homem. No entanto, ao observamos à miúdo, nossas escolas continuam produzindo diferenças e desigualdade nas relações de gênero.

No que tange as questões feministas algumas das que foram apontadas e defendidas por Nísia Floresta ainda hoje não foram resolvidas ou permanecem nos rascunhos das políticas públicas direcionadas ao sexo feminino. O acesso das mulheres aos cargos políticos foi uma das defesas dessa autora, assim como a igualdade de direitos entre homens e mulheres. Em relação à igualdade de direitos, Nísia Floresta, chamava a atenção para a existência das várias mulheres, dentre elas as indígenas e as escravas, e não apenas às mulheres brancas e de classe média.

Apesar de tendenciar para essa discussão, observamos que este não foi um tema enfatizado nos estudos de Floresta, contudo, o fato de apontar a existência das mulheres de pertencimento racial e de classe diferentes, sinalizava para uma questão debatida no feminismo atual, a extensão de direitos e o reconhecimento de que não é apenas a mulher branca, de classe média e heterossexual que precisa ter seus direitos reconhecidos, mas todas as mulheres em sua diversidade, racial, de classe e orientação sexual.

Em relação ao Colégio de Nísia Floresta que era apenas para meninas, na realidade atual, esse fato não seria uma inovação, mas uma manutenção de paradigmas estabelecidos. Contudo, no retrato das instituições de ensino atuais essa separação acontece, porém de forma camuflada. Pesquisas como as de Louro, “Gênero, Sexualidade e Educação - Uma perspectiva pós-estruturalista”, 2012 e “Corpo, Gênero e Sexualidade”, 2008, podem nos apontar essa realidade das instituições que, apesar de avanço, permanecem separando os sujeitos e imprimindo identidades sexuais.

Uma questão que ainda se torna também contemporâneo do pensamento de Nísia Floresta, sendo uma luta ainda em pauta de reivindicações da melhoria de ensino, são as condições estruturais da maioria das escolas, que segundo os governantes, estão preparadas para receber seus alunos. A educadora defendia a quantidade de alunos em suas salas de aulas, hoje, essa é uma das lutas dos sindicatos, o metro quadrado por aluno nas turmas, que sofrem com a superlotação, seja nas escolas públicas (caso mais gritante), seja nas escolas particulares. Em

relação a essa última, Floresta se posicionava contra a falta de fiscalização do governo em relação às aberturas de colégios, pois para essa autora, a educação estava se tornando, em outras palavras, um mercado financeiro. Atualmente, ainda encontramos campanhas contra a mercantilização do ensino, este tema continua em pauta, como se vê nos estudos de Frigoto (2009).

Outro ponto questionado por Nísia Floresta se estende a formação da professora e do professor. Segundo Floresta, esta formação se dava de forma deficiente, o que nos permite dizer que esta é uma realidade que ainda é discutida por profissionais e pesquisadores acadêmicos, como bem observou Paulo Freire, séculos depois de Nísia Floresta, que não seria uma escola; funcionando “[...] de quatro até três horas diárias, paradas mais de três meses ao ano, com professores mal preparados, devido mesmo à deficiência das escolas normais, escola perdida, toda ela, ou quase toda, no nervosismo imposto pelo cumprimento dos programas [...]” (FREIRE, 2003, p. 87) que levará alunas e alunos ao desenvolvimento de suas criticidades. Nesse sentido, o currículo do Collegio Augusto contrariou o sistema de ensino do Brasil naquela época.

Sobre a estrutura escolar, Floresta, afirmava naquela época, que as escolas tinham mais aspectos de penitenciárias do que de instituições de ensino. Isto também é contemporâneo, pois se estende até os dias de hoje, na medida em que um grande número de escolas ainda se esconde por trás de grandes e muros arranha-céus. Nessa direção, para Guacira Lopes Louro “O prédio escolar informa a todos/as sua razão de existir. Suas marcas, seus símbolos e arranjos arquitetônicos “fazem sentido”, instituem múltiplos sentidos, constituem distintos sujeitos” (LOURO, 2012, p. 62).

É imperativo afirmar que a potencialidade do pensamento pedagógico feminista de Nísia Floresta centra-se na questão emancipatória da mulher e na equidade de gênero, contudo, não dispensou questões estruturais e profissionais do sistema de ensino brasileiro. Sua proposta de ensino revelou que a feminista não condescendia com a proposta adotada pelo Estado, pois acreditava que a educação era a possibilidade de mudança da condição de submissão em que se encontravam as mulheres. O que, atualmente, pode justificar o avanço de diversas mulheres no espaço público. Hoje as mulheres são maioria no ensino básico e superior, mas a educação ainda continua sexista.

Nossa pesquisa revela que a questão de igualdade de gênero, já discutido por Nísia Floresta há mais de 180 anos, ainda continua preocupante e negligenciada pelo governo, pois as questões de gênero em sua transversalidade tangencia a educação não sexista, quando deveria ser um dos temas centrais dos nossos parâmetros curriculares, pois contraditoriamente “Aquilo que deveria ser central é transversal. Aquilo que é problema da juventude de hoje [...] se resolve nos temas transversais” (COSTA, 2003, p. 44).

Outro ponto que merece atenção é a religião, que ainda é uma das questões discutidas no cenário educacional. Nesse sentido, várias críticas recaem sobre instituições financiadas pelo governo, que apesar de a Constituição brasileira definir o estado como laico, ainda há escolas públicas onde a religião, apesar de oculta no currículo, se faz presente como ressalta Louro, “Através de seus quadros, crucifixos, santas ou esculturas, aponta aqueles/as que deverão ser modelos e permite, também que os sujeitos se reconheçam (ou não) nesses modelos (LOURO, 2012, p. 62).

Nesse sentido, o ponto final desses últimos parágrafos da pesquisa, não finaliza as discussões e problemáticas que, inevitavelmente, foram reveladas durante a trajetória percorrida para concretizar essa dissertação. Como sabemos, todo trabalho apresenta lacuna, e esta lacuna por se só já aponta para novos estudos, dessa forma, vislumbramos outras possibilidades de pesquisa sobre este tema que podem trazer novas contribuições e interpretações da produção intelectual dessa educadora e feminista.

Entre as possibilidades de novos estudos estão os que podem explorar a aproximação do pensamento de Nísia Floresta com o pensamento de Mary Wollstonecraft através da primeira obra dessa última autora, *Thoughts on the Education of Daughters* e suas contribuições para educação das mulheres, assim como também poderia ser mais explorado o pensamento de Nísia Floresta com o de François Fénelon. O estudo da obra de Nísia Floresta, “Dedicação D’ uma amiga” (1850), que foi encontrada por nós. O estudo sobre a imprensa pedagógica utilizada e produzida por Floresta no século XIX, também suscitam possibilidades de novas descobertas.

Tendo este estudo revelado uma grande educadora e feminista, as escritas fortes de Nísia Floresta e sua coragem, talvez, sejam melhores traduzidas nas palavras de Glória Anzaldúa, ao assegurar que escrever é perigoso, pois temos medo do que escrita pode revelar: “Os medos, as raivas, a força de uma mulher sob uma opressão tripla ou quádrupla. Porém

neste ato reside nossa sobrevivência, porque uma mulher que escreve tem poder. E uma mulher com poder é temida” (ANZALDÚA, 2000, p. 234).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACCORSI, Simone. *Nisia Floresta, trasgresion y rebeldia enelsiglo XIX. (Ensayo critico)*.

In: Revista Poligramas, July, 2010, Issue 33, p.167 Disponível em:

<<http://www.periodicos.capes.gov.br>> . Acesso em 07/03/13.

ALVES, Branca Moreira e PITANGUY, Jaqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith & GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências sociais: pesquisa qualitativa e quantitativa**. São Paulo: Pioneira, 1998.

ALMEIDA, Manuel Antônio de. **Memórias de um Sargento de Milícias**. São Paulo: FTD, 1992.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **História da Instrução pública no Brasil (1500-1889)**. Tradução Antônio Chizzotti. São Paulo: EDUC; Brasília, DF: INEP/MEC, 1989.

AMARAL, Ana Luísa e MACEDO, Ana Gabriela. **Verbetes Feminismo**. In. **Dicionário da crítica feminista**. Porto. Afrontamento, 2005. AMARAL, Ana Luísa e MACEDO, Ana Gabriela (Org.), Porto. Afrontamento, 2005.

ANDRADE, Sandra dos Santos. **Mídia Impressa e educação de corpos femininos**. In. Corpo LOURO, Guacira Lopes, FELIPE, Jane, GOELLNER, Silvana Vilodre (Organizadoras). **Corpo, Gênero e Sexualidade- Um debate contemporâneo na educação**. 4ª Ed. –Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

ANZALDÚA, Glória. **Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo**. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 8, n. 1, 2000, p. 229-235. Acesso em 30/05/2014.

ARAÚJO. Martins Borges Carvalho. **Mary Wollstonecraft e Nísia Floresta: diálogos feministas**. In. Seminário Internacional Fazendo Gênero 9. Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. 23 a 26 de agosto de 2010.

ARÉNILLA, Louis. ET al. **Dicionário de Pedagogia**. Lisboa, Bordas/HER, 2000.

AUGUSTA. Brasileira. **O pranto Filial**. In. Inéditos e dispersos. DUARTE. Constância Lima. Natal, RN: EDUFRN: NCCEN, 2009.

_____. Brasileira. **Páginas de Uma Vida Obscura**. In. Inéditos e dispersos. DUARTE. Constância Lima. Natal, RN: EDUFRN: NCCEN, 2009.

_____. Brasileira. **Passeio ao aqueduto carioca**. In. Inéditos e dispersos. DUARTE. Constância Lima. Natal, RN: EDUFRN: NCCEN, 2009.

AUGUSTA. Nísia Brasileira. **Fany ou o modelo das donzelas**. In. Inéditos e dispersos. DUARTE. Constância Lima. Natal, RN: EDUFRN: NCCEN, 2009.

AUGUSTA. Nísia Floresta Brasileira. **Discurso que às suas educandas Dirigiu Nísia Floresta Brasileira Augusta**. In. Inéditos e dispersos. DUARTE. Constância Lima. Natal, RN: EDUFRN: NCCEN, 2009.

AUGUSTA. Nísia Floresta Brasileira. **Máximas e Pensamentos – a minha filha**. In. Inéditos e dispersos. DUARTE. Constância Lima. Natal, RN: EDUFRN: NCCEN, 2009.

ÁVILA, Maria Betânia. **O tempo e o trabalho das mulheres**. In: COSTA, Ana Alice. (org.). et. al. **Um debate crítico a partir de feminismo: reestruturação produtiva, reprodução e gênero**. 1ª edição, p.37-48. São Paulo: CUT, 2002.

BARBOSA, Paulo Corrêa. **Nísia Floresta: uma mulher à frente do seu tempo: almanaque histórico**. Brasília: Mercado Cultural, 2006.

BASTOS, Maria Helena Câmara. **Da educação das meninas por Fénelon (1852)**. In. História da Educação, Vol. 16, Nº 36. Jan/abril. 2012, p.147-148.

BASTOS, Maria Helena Câmara. **O Ensino Monitorial/Mútuo no Brasil (1827-1854)**. In. STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.). Histórias e Memórias da Educação no Brasil. Vol. II- Século XIX. -4. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BERNADES, Maria Thereza Caiuby Crescenti. **Mulheres de Ontem? Rio de Janeiro- Século XIX**. São Paulo: T.A Queiroz, Editor, 1988.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. – 2. ed. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BOGDAN, Robert C, e BIKLEN, SariKnopp. **Investigação Qualitativa em educação: uma introdução á teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

Burke, B. **Mary Wollstonecraft em educação**. Disponível em Enciclopédia da Educação informal. <http://infed.org/mobi/mary-wollstonecraft-on-education/>. Acesso em: 27/05/2014.

CÂMARA, Adauto. **História de Nísia Floresta**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1941.

CAMPOI, Isabela Candeloro. **O livro “Direitos das mulheres e injustiça dos homens” de Nísia Floresta: literatura, mulheres e o Brasil do século XIX**. In: História, São Paulo, v.30, n.2, p. 196-213, ago/dez 2011. Disponível em <search.scielo.org/índex.php>. acesso em: 07/03/13.

CARVALHO, Rosângela Tenório de. **Discursos pela Interculturalidade no Campo Curricular da Educação de Jovens e Adultos no Brasil nos anos 1990**. Recife: Bargaço, 2004.

CATANI, Denice Bárbara. **A imprensa Periódica Pedagógica e a História dos Estudos Educacionais no Brasil**. In: HERNÁNDEZ DÍAZ, José María (Org.). Prensa Pedagógica y Patrimonio Histórico Educativo. Ed. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2013.

CASTRO, Amanda Motta Angelo, ALBERTON, Mirele, EGGERT, Edla. **Nísia Floresta a mulher que ousou desafiar sua época: educação e feminismo**. In: UNISUL, Tubarão, v. 3, n. 5, p. 46 – 55 Jan./Jun. 2010. Disponível em: <http://www.periódicos.capes.gov.br> . Acesso em 05/03/13.

CASTRO, Luciana Martins. **A contribuição de Nísia Floresta para a Educação Feminina: pioneirismo no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Outros Tempos- Dossiê História e Educação. Vol. 7, num. 2010. Disponível em <search.scielo.org/índex.php>. acesso em: 07/03/13.

CELLARD, André. **A análise Documental**. In. A Pesquisa Qualitativa Enfoques epistemológicos e metodológicos/ Tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil Mito Fundador e Sociedade Autoritária**. 8ª reimpressão. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

COMTE, Auguste. **Cartas a Nísia Floresta**. In: Duarte, Constância Lima (Org.). *Cartas Nísia Floresta e Auguste Comte*. Tradução de Miguel Lemos & Paula Berinson. Editora Mulheres, EDINISC. 2002.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. – 9ª Ed. – São Paulo: Editora UNESP, 2010.

COSTA, Marisa Vorraber. **A escola tem futuro?** 2ª Ed. – São Paulo: DP&A, 2003.

DUARTE, Constância Lima. **As Viagens de Nísia Floresta: memória, testemunho e história**. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(3): 424 setembro-dezembro/2008. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br>> . Acesso em 07/03/13.

DUARTE, Lima Constância. **Inéditos e dispersos de Nísia Floresta**. Natal, RN: EDUFRN: NCCEN, 2009.

DUARTE, Constância Lima. **Nísia Floresta e Mary Woolstonecraft: diálogo ou apropriação?** In: *Revista O eixo e a Roda*- 2001. Vol. 7-p. 153-161. Belo Horizonte, 2001. Disponível em <search.scielo.org/index.php>. Acesso em: 07/03/13.

_____. **Nísia Floresta: a primeira feminista do Brasil**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2005.

_____. **Nísia Floresta**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massagana, 2010.

DUARTE, Constância Lima Duarte. **Nísia Floresta: vida e obra**. – Natal: UFRN. Ed. Universitária, 1995.

FERRARO, Alceu Ravanello, LAGE, Allene. **A questão do Direito à Educação em Pernambuco à luz das Constituições Brasileiras e dos Censos Demográficos**.

FLORESTA, Nísia. **Cintilações de uma alma brasileira**. Tradução de Michele A. Vartulli. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; Florianópolis: Ed. Mulheres, 1997.

FLORESTA, Nísia. **Consigli a Mia Figlia**. Firenze: Stamperia Sulle Logge Del Grano, 1858.

FLORESTA, Nísia. **Máximas e Pensamentos**. In: *Inéditos e dispersos*. DUARTE, Constância Lima. Natal, RN: EDUFRN: NCCEN, 2009.

_____. **Dedicação D'uma amiga.** Typ. Fluminense de Lopes & C. ^a. Largo Municipal n 2., 1850.

_____. **Direitos das mulheres e injustiças dos homens.** 4^a. Edição. São Paulo: Cortez, 1989 a.

_____. **Fragmentos de Uma Obra Inédita.** 2^a. Edição. Tradução de Nathalie Bernardo da Câmara. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FLORESTA, Nísia. **Inéditos e dispersos de Nísia Floresta.** DUARTE. Constância Lima. Natal, RN: EDUFRN: NCCEN, 2009.

_____. **Itinerário de uma viagem à Alemanha.** Trad. de Francisco das Chagas Pereira. Natal, UFRN, Ed. Universitária, 1982.

_____. **Opúsculo Humanitário.** São Paulo: Cortez; [Natal, RN]; Fundação José Augusto, 1989 b.

_____. **Três anos na Itália Seguidos de Uma Viagem à Grécia.** Tradução de Francisco das Chagas Pereira. Natal, EDUFRN, 1998. v. I.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo.** Brasília, 2^a edição: Líber Livros Editora, 2005.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam.** 51^a ed. São Paulo: Cortez, 2011a.

FREIRE, Paulo. **Educação e Atualidade Brasileira.** São Paulo: Cortez Editora, Instituto Paulo Freire, 2003b.

FREHSE, Fraya. **Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke. Nísia Floresta, O Carapuceiro e outros ensaios de tradução cultural.** In: REVISTA DE ANTROPOLOGIA, São Paulo, USP, 1997, V. 40 n° 2. Ed. Hucitec, 1996, 212 pp. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em 05/03/13.

GADOTTI, Moacir. **História das Ideias Pedagógicas.** – 8^a Ed. - São Paulo: Ática, 2008.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre a iniciação à pesquisa científica.** Campinas,

SP: Editora Alínea, 2007.

GUERRA, I.C. **Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: sentidos e formas de uso.** Principia, 2006.

HAHNER, June Edith. **Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos no Brasil, 1850-1940.** Tradução de Eliana Lisboa. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

HERNÁNDEZ DÍAZ, José María. **Prensa Pedagógica y Patrimonio Histórico Educativo.** Ed. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2013.

HOLANDA, Helena Buarque de, LÚCIA, Nascimento Araújo. **Ensaístas Brasileiras Mulheres que escreveram sobre literatura e artes de 1860 a 1991.** Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

INÁCIO, Marcilaine Soares. **O ensino de primeiras e avaliação da aprendizagem em Minas Gerais no século IXI (1825-1852).** In: Revista Paidéia, ano IV, nº 3, 2005. Disponível em: <http://www.fumec.br/revistas/index.php/paideia/article/view/908>. Acesso em: 21/01/14.

IANNI, Octávio. **Pensamento Social no Brasil.** 2004.

LAGE, Allene. **A Educação na História de Pernambuco.** Pesquisa de estágio pós-doutoral. Universidade Federal de Rio Grande do Sul. 2012.

LAGE, Allene. **Orientação epistemológica para pesquisa qualitativa em educação e movimentos sociais.** In: Anais do IV Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares: Diferenças nas Políticas de Currículo. João Pessoa: UFPB, 2009.

LAGE, Allene. **Dez anos de produção científica no GT 03 do EPENN: trajetórias e tendências do conhecimento sobre movimentos sociais, sujeitos e processos educativos.** In: Anais do EPENN. Trabalhos completos. Edição atual nº XXI, 2013. Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco. Recife: UFPE, 2013.

LAUNAY, Michel. **Introdução e Cronologia.** In ROUSSEAU, Jean-Jaques. **Emílio ou Da Educação.** Tradução Roberto Leal Ferreira. – 3ª Ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2004.

LAVILLE, Chistian, DIONNE, Jean. **A construção do Saber: manual de metodologia da**

pesquisa em ciências humanas. Tradução de Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2006.

LIMA DUARTE, Constância. **Nísia Floresta e mulheres de letras no Rio Grande do Norte: pioneiras na luta pela cidadania.** In: Estudos Feministas, Florianópolis, 13 (1): 179-199 janeiro-abril/2005.

LINS, Ivan. **História do Positivismo no Brasil.** Vol. 322. São Paulo: Brasiliense, 1967.

LIRA, Maria Helena Câmara. **Histórias e Memórias da Educação em Pernambuco.** Org. Edilson Fernandes de Souza. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação. : uma perspectiva pós-estruturalista.** 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

LOURO, Guacira Lopes, FELIPE, Jane, GOELLNER, Silvana Vilodre (Organizadoras). **Corpo, Gênero e Sexualidade-** 4ª Ed. –Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil “Travels in Brazil”.** Tradução e notas de Luiz da Câmara Cascudo. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1942.

MACIEL, Katharine Dunham. **Métodos de abordagens de ensino de língua estrangeira e seus princípios teóricos.** In. Boletim APA-RIO Inter-cultural, nº 34, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em:< <http://www.apario.com.br/neu/?op=6&it=1&id=34>> acesso em 21/02/2014.

MOACYR, Primitivo. **A instrução e as províncias (subsídios para a História da Educação no Brasil) 1835-1889- Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo. 2ºVolume.** Companhia Editora Nacional. 1939. In: Biblioteca Pedagógica Brasileira. Vol. 147-A. Acesso em 26/03/2014.

MORAES, Dislane Zerbinatti. **A Modernidade Pedagógica no Discurso Médico do Século XIX no Brasil: uma análise da Revista Gazeta da Bahia (1866-1920).** In HERNÁNDEZ DÍAZ, José María (Org.): Prensa Pedagógica y Patrimonio Histórico Educativo. Ed. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2013.

MORAIS, Maria Luiza Nóbrega de. **Mulheres jornalistas na mídia pernambucana (1900-2000)**. Trabalho apresentado ao GT de Jornalismo no V Congresso Nacional de História da Mídia, Facasper e Ciee, São Paulo, 2007. Disponível em:

<http://www.intercom.org.br/papers/outros/hmidia2007/lista_area_01.htm > Acesso em 19/03/13.

MUNANGA, Kabengele, GOMES, Nilma. **O negro no Brasil de Hoje**. São Paulo: Global, 2006.

NASCIMENTO, Luis do. **História da imprensa de Pernambuco (1821-1954)**. Diários do Recife – 1829/1900. Imprensa Universitária. Universidade Federal de Pernambuco. 1966.

NETO, João Colares da Mota, LIMA, Adriane Raquel Santana de. **Educação Feminina e Processos Independentistas na América Latina: Um Estudo Comparado sobre a Concepção de Educação de Nísia Floresta e Marietta de Veintemilla**. In. XXI EPENN. Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste- GT 23- Gênero, Sexualidade e Educação, UFPE. 2013.

NETO, Otávio Cruz. **O trabalho de campo descoberta e criação**. In: DESLANDE, Suely Ferreira. et. al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

PALLARES-BURQUE, Maria Lúcia Garcia. **NÍSIA FLORESTA, O CARAPUCEIRO e outros ensaios de tradução cultural**. Editora Hucitec, São Paulo, 1996.

PEREIRA, Amílcar Araújo. **Linhas (da cor) cruzadas: relações raciais, imprensa negra e Movimento Negro no Brasil e nos Estados Unidos**. In: **O Movimento Negro Brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil**. PEREIRA, Amauri Mendes e SILVA, Joselina. Belo Horizonte: Nandyala, 2009.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PIMENTEL, Alessandra. **O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica**. In. Cadernos de Pesquisa; n. 114, p. 179-175, novembro/2001.

RODRIGUES, Ana Patrícia Antunes Fanha. **O despertar da Consciência Cívica Feminina: Identidade e Valores da Pedagogia Feminina de Finais do Século XVIII. Os casos de**

Mary Wollstonecraft, Catharine Macaulay e Hannah More. 2011. Tese de doutorado (Doutoramento em Estudos de Literatura e de Cultura) Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa. 2011.

RODRIGUES, Cristiano Santos. **As fronteiras entre raça e gênero na cena pública brasileira: um estudo da construção da identidade coletiva do movimento de mulheres negras.** 2006. Dissertação (Mestrado em psicologia) Faculdade de Psicologia. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2006.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil.** 29ª edição. Vozes: Petrópolis- Rio de Janeiro, 2005.

ROSA, Graziela Rinaldi da. **Transgressão e moralidade na formação de uma “matrona esclarecida”: contradições na filosofia de educação Nisiana.** Tese de doutorado, Universidade Vale dos Sinos, Programa de Pós-graduação em Educação. São Leopoldo, RS, 2012.

ROSA, Graziela Rinaldi da. **Nísia Floresta e a reforma na educação no Brasil em busca da equidade de gênero.** In. STRECK, Danilo R. Fontes da pedagogia latino-americana: uma antologia. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

ROSA, Graziela Rinaldi da. **Pensando o feminismo de Nísia Floresta: Contribuições de uma filósofa e educadora pouco conhecida: Uma história para ser contada.** In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 7. Os feminismos latino-americanos e suas múltiplas temporalidades no século XX. ST 40. Florianópolis, 2006.

ROUSSEAU, Jean-Jaques. **Emílio ou Da Educação.** Tradução Roberto Leal Ferreira. – 3ª Ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RIBEIRO, João Júnior. **O que é positivismo.** 10ª Ed. - São Paulo: Brasiliense, 1991.

RIDENTI, S. & VIANNA, C. **Relações de gênero e escola: das diferenças ao preconceito.** In: AQUINO, Júlio Groppa. (org.) **Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas de práticas.** São Paulo: SUMMUS, 1998. . pp. 93-105.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil.** 3ª Ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2011. – (Coleção memória da educação).

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Os conflitos Urbanos no Recife: O caso do “Skylab”**. In: Revista Crítica, nº 11, maio, p.9-59. Coimbra: CES, 1983.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. - 10. Ed. – São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre a Ciência**. Porto: Afrontamento, 1987.

SANTOS, Roque Manoel dos, ROCHA, Cristiano Casário e CARTH, Jonh Land. **Gênero em Contexto Machista-Racista**. 1ª edição. Brasília, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 3ª Ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2011. – (Coleção memória da educação).

SILVA, Elizabeth Maria, LAGE, Allene. **A imprensa Pedagógica e o Feminismo no Século XIX: Nísia Floresta e a Educação das Mulheres no Brasil**. In HERNÁNDEZ DÍAZ, José María (Org.): Prensa Pedagógica y Patrimonio Histórico Educativo. Ed. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2013.

SILVA, Leonardo Dantas. **Estudos sobre a escravidão negra**. Recife: Massagana, 1988.

SEVERINO, Antônio Gil. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVÉRIO DE ALMEIDA, Cleide Rita y DAL MAS DIAS, Elaine Teresinha. **Nísia Floresta: O Conhecimento Como Fonte de Emancipação e a Formação da Cidadania Feminina**. In. Revista História de La Educación Latino americana. Vol. 13, Tunja, Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia, RUDECOLOMBIA, p. 11- 27. Disponível em: <<http://www.periódicos.capes.gov.br>> . Acesso em 05/03/13.

SOUZA, João Francisco de. **Atualidade de Paulo Freire: contribuição ao debate sobre a educação na diversidade cultural**. São Paulo: Cortez, 2002. (Biblioteca Freireana; v. 3).

SOUZA, João Francisco de. **E a educação: ?? quê??; educação na sociedade e/ou a sociedade na educação**. Recife: Bargaço, 2004.

SOUZA, João Francisco de. **Pedagogia da Revolução: subsídios/ (Confronto do Discurso dos Governos Cd Sampaio Versus Miguel Arraes – Pernambuco 1958/1964)**. Recife: Bargaço, 2004.

SHARPE-VALADARES. **Introdução e notas**. In. Nísia Floresta, Opúsculo Humanitário. São Paulo: Cortez; [Natal, RN]; Fundação José Augusto, 1989 b.

TÂNIA, Dias Queiroz. **Dicionário Prático de Pedagogia**. 3ª ed. São Paulo: Rideel, 2011.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais a Pesquisa qualitativa em Educação: positivismo, a Fenomenologia e o Marxismo**. São Paulo: Atlas, 2010.

VALA, Jorge. **A análise do conteúdo**. In. SILVA, Augusto Santos e PINTO, José Madureira (Org.), 2009. **Metodologia das ciências sociais**. Porto: Afrontamento, 2009.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado, RIBEIRO, Maria Luisa Santos, NORONHA, Maria Noronha. **História da Educação: a escola no Brasil**. São Paulo: FTD, 1994.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ANEXO

Anexo 1: Cronologia de Nísia Floresta

IDADE	ANO	LOCAL	EPISÓDIO
	1810	Sítio Papary- Rio Grande do Norte/ Nordeste do Brasil	Nascimento
07 Anos	1817	Goiana- Pernambuco/ Brasil	Muda-se para Goiana/Lugar muito próspero da Província de Pernambuco. Acompanha a revolta de 1817.
13 Anos	1823	Papary- Rio Grande do Norte/ Brasil	Casa-se pela primeira vez com Manuel Alexandre Seabra de Melo- De uma família muito rica de Rio Grande do Norte, mas logo após se separa e volta a morar com os pais.
14 Anos	1824	Goiana-Pernambuco/ Brasil	Presencia a revolta de 1824
18 Anos	1828	A caminho de Olinda- Pernambuco/ Brasil	Seu pai é assassinado
18 Anos	1824	Olinda-Pernambuco/ Brasil	Conhece seu segundo e último companheiro. Manuel Augusto de Faria Rocha, natural de Goiana- PE.
20 Anos	1830	Olinda-Pernambuco/ Brasil	Nasce sua primeira filha- Lívia Augusta de Faria Rocha.
21 Anos	1831	Recife- Pernambuco/ Brasil	Inicia sua produção jornalística, no periódico “Espelho das Brasileiras”.
22 Anos	1832	Recife- Pernambuco/ Brasil	Publica sua primeira obra- Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens uma tradução livre, segundo a autora de <i>Vindication of the rights of woman</i> , da feminista inglesa, Mary Wollstonecraft.
22 Anos	1832	Porto Alegre-Rio Grande do Sul/ Brasil	Muda-se com a família para Rio Grande do Sul e presencia a Revolta da Farroupilhas.
23 Anos	1833	Porto Alegre-Rio Grande do Sul/ Brasil	Nasce Augusto Américo de Faria Rocha.
23 Anos	1833	Porto Alegre-Rio Grande do Sul/ Brasil	Morre seu companheiro Manuel Augusto de Faria Rocha aos vinte e cinco anos de idade, em 29 de agosto.
23 Anos	1833	Porto Alegre-Rio Grande do Sul/ Brasil	Segundo alguns biógrafos da autora nessa capital Nísia Floresta inaugurou seu primeiro colégio, no entanto, nenhum documento comprobatório foi encontrado sobre este acontecimento. Nesse sentido, o que podemos afirmar é que Nísia Floresta durante o tempo em que viveu em Porto Alegre ensinou em sua própria casa.
23 anos	1833	Porto Alegre-Rio Grande do Sul/ Brasil	É lançada a 2ª Edição de Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens.
27 Anos	1838	Rio de Janeiro- Brasil	Inaugura o Collegio Augusto na capital do Império, em fevereiro de 1838.
28 Anos	1839	Rio de Janeiro- Brasil	É lançada a 3ª Edição de “Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens”.
32 Anos	1842	Rio de Janeiro- Brasil	É lançado o seu livro que viria se tornar o mais editado, e adotado pelas escolas de Piemont, na Itália, Conselhos à Minha Filha, dedicado a sua filha Lívia Faria, assinado com pseudônimo de F. Augusta Brasileira.
35 Anos	1845	Rio de Janeiro- Brasil	É lançada a segunda edição de “Conselhos a Minha Filha”.
37 Anos	1847	Rio de Janeiro- Brasil	São lançadas suas publicações oferecidas

			às alunas do Collegio Augusto: Daciz ou A jovem Completa, Fany ou O modelo das Donzelas e o Discurso que às suas educandas dirigiu Nísia Floresta Brasileira Augusta.
39 Anos	1849	Rio de Janeiro- Brasil	1ª Edição da obra A lágrima de Um Caeté tendo mais uma edição ainda neste mesmo ano.
39 Anos	1849	Rio de Janeiro- Brasil	Nísia Floresta faz sua 1ª viagem à Europa na companhia de seus dois filhos Lívia de Faria e Augusto Américo. Tendo como primeiro endereço Rue d'Enferm, número 11.
40 Anos	1850	Rio de Janeiro- Brasil	Apesar de está residindo na França é lançado no Brasil, seu romance indianista "Dedicação d'Uma Amiga" com o pseudônimo de B.A. (Obra dada como perdida e que foi encontrada por nós).
41 Anos	1851	Paris- França	Tem seu primeiro contato com Auguste Comte. Assiste a palestras ministradas por este filósofo, no Auditório do Palis Cardinal, onde acontecia o Curso de História Geral da Humanidade.
41 Anos	1851	Portugal	Visita Portugal e permanece nesse país durante seis meses.
42 Anos	1852	Rio de Janeiro- Brasil	Após três anos na Europa, Nísia Floresta, retorna ao Brasil e tem sua chegada anunciada no Jornal das Senhoras.
43 Anos	1853	Rio de Janeiro- Brasil	Vem à luz sua obra considerada por nos como marco da História da Educação das Mulheres no Brasil, Opúsculo Humanitário, composto por 62 artigos publicados anteriormente nos jornais cariocas.
45 Anos	1855	Rio de Janeiro- Brasil	Algumas de suas participações jornalísticas vêm a publico, "Um improviso – na manhã do 1º do corrente, ao distinto literato e grande poeta, Antônio Feliciano de Castilho", "Páginas de Uma Vida Obscura" e "Passeio ao Aqueduto da Carioca".
45 Anos	1855	Rio de Janeiro- Brasil	Morre sua mãe, Antônia Clara Freire, em 25 de agosto.
46 Anos	1856	Rio de Janeiro- Brasil	Nísia Floresta publica uma crônica no Jornal O Brasil Ilustrado, em homenagem à sua "O pranto Filial".
46 Anos	1856	Alemanha	Nísia Floresta faz sua segunda viagem à Europa na companhia de sua filha Lívia de Faria.
46 Anos	1856	Alemanha	Nísia Floresta troca cartas com Auguste Comte totalizando um total de 13 cartas.
47 Anos	1857	França	Morre Auguste Comte e Nísia Floresta é uma das quatro mulheres a acompanhar o funeral do filósofo no Cemitério Père Lachaise.
47 Anos	1857	França	Sai a publicação de <i>Itinéraire d'un Voyage em Allemagne</i> , livro escrito em forma de cartas para seus filhos e ao seu irmão. Onde a autora revela impressões

			das cidades alemãs.
48 Anos	1858	Itália	Primeira edição italiana de <i>Consigli a mia figlia</i> .
48 Anos	1858	Itália	Nísia Floresta realiza uma grande viagem pelo país italiano e conhece: Roma, Nápoles, Florença, Veneza, Verona, Milão, Torino, Livorno, Pádua, Mântua, Pisa, Mombasilio e Mandovi.
49 Anos	1859	Itália	Tem sua obra <i>Consigli a mia figlia</i> , editada pela segunda vez. O bispo de Mandovi adota a obra para leituras nas escolas italianas.
49 Anos	1859	Florença-Itália	Floresta publica mais duas obras <i>Conseils á ma fille</i> , edição francesa e <i>Scintille d' un' anima brasiliana</i> reunindo cinco artigos: <i>Il Brasile</i> , <i>L'Abisso sotto i Fiori della civiltá</i> , <i>La Donna</i> , <i>Viaggio magnético</i> e <i>Uma passegiata AL giardino di Lussemburgo</i> .
49 Anos	1859	Grécia	Nísia Floresta conhece Eleusis, Esparta, Atenas e Argos.
49 Anos	1859	Sicília- Região autônoma italiana tendo como capital a cidade de Palermo.	Palermo, Siracusa, Catânia e Messina.
50 Anos	1860	Florença- Itália	Nísia Floresta frequenta cursos de Botânica ministrados por Dr. Parlatore.
51 Anos	1861	Paris-França	Após três anos ausente dessa cidade, Nísia Floresta volta a residir nessa capital.
54 Anos	1864	Paris-França	Sai a primeira publicação de <i>Trois ans em Italie, suivis d'um voyage em Grèce</i> .
57 Anos	1867	Londres-Inglaterra	Nísia Floresta publica a tradução inglesa de <i>Woman</i> , ensaio pertencente a obra <i>Scintille d' um' anima brasiliana</i> . Segundo Constância Lima Duarte neste ano também teria sido publicado <i>Parsis</i> , obra hoje desaparecida.
61 Anos	1871	Paris-França	É publicada <i>Le Brésil</i> , assinado com Mme. Brasileira Augusta e traduzido por Lívia Augusta de Faria, viúva após quarto meses de casada.
61 Anos	1871	Londres-Inglaterra	Nísia Floresta visita novamente Londres.
61 Anos	1871	Lisboa-Portugal	Floresta embarca para o Rio de Janeiro e deixando sua filha em Lisboa.
61 Anos	1872	Paris- França	É editada a segunda edição de <i>Trois ans em Italie, suivis d'um Voyage em Grèce</i> .
61 Anos	1872	New York	A revista <i>O Novo Mundo</i> , de J.C Rodrigues publica, em 23 de maio, uma grande matéria biográfica sobre a autora.
61 Anos	1872	Rio de Janeiro- Brasil	Após 16 anos no continente europeu Floresta retorna ao Brasil em 31 de maio.
65 Anos	1875	Londres-Inglaterra	Primeiro destino logo após retornar do Brasil, lugar onde sua filha se encontrava. Morre seu irmão Joaquim Pinto Brasil, acontecimento que deixa Floresta muito abatida.
65 Anos	1875	Lisboa-Portugal	Um dos seus destinos após Londres.
68 Anos	1878	Paris-França	Publicação do último trabalho da autora <i>Fragments d'um ouvrage inédit- Notes biographiques</i> , assinado pelo pseudônimo

			de Mme. Brasileira Augusta.
68 Anos	1878	Rouen, interior da França.	Lugar onde a autora passa a residir. Alguns anos depois transfere-se para Bonsecours, também na França.
75 Anos	1885	Bonsecours- França	Nísia Floresta morre vítima de uma pneumonia, sendo enterrada no Cemitério de Bonsecours.
	1989	Rio de Janeiro e França	Faleceu o filho de Nísia Floresta, Augusto Américo em 1889, no Rio de Janeiro e Lívia Augusta, na França, sendo enterrada no mesmo cemitério de sua genitora. Não se tem notícias que revelem sobre a possibilidade dos filhos de Nísia Floresta terem deixado herdeiros.
	1909	Rio Grande do Norte	É erguido em Papari, no Rio Grande do Norte, um monumento em homenagem ao centenário de Nísia Floresta. Contudo esta homenagem, por um equívoco, teria sido feito um ano antes em 12 de outubro de 1909. Em 23 de dezembro um Decreto-lei de número 146, muda o nome Papari para Nísia Floresta. Neste mesmo ano um posto indígena de Pernambuco recebe o nome de Nísia Floresta, dado pelo positivista, Marechal Rondon.
	1953	Marselha, Brasil/Recife, Papari/Nísia Floresta	Após 69 anos de sua morte através da Lei 1892, de junho de, acontece o traslado de seus restos mortais para Brasil. Saindo em agosto de Marselha e chegando a Recife no dia 05 de setembro. Apenas em 12 de setembro os despojos da autora chega à antiga Papari, a atual Nísia Floresta.

Fonte: Elaborado pela autora em 2014 a partir dos documentos encontrados durante a pesquisa e de (ADAUTO CÂMARA, 1942, DUARTE, 1995, 2009 e 2010).